

Ana Maria Mauad
Lucia Grinberg

Volume 2

Teoria da História





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Teoria da História

Volume 2

Ana Maria Mauad

Lucia Grinberg



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente
Masako Oya Masuda

Vice-presidente
Mirian Crapez

Coordenação do Curso de História
UNIRIO – Keila Grinberg

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Ana Maria Mauad

Lucia Grinberg

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Alexandre Belmonte

José Meyohas

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Equipe Cederj

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araujo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Carlos Cordeiro

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

CAPA

Sami Souza

PRODUÇÃO GRÁFICA

Oséias Ferraz

Patricia Seabra

Copyright © 2010, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M447t

Mauad, Ana Maria.

Teoria da História. v. 2 / Ana Maria Mauad, Lucia Grinberg - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

356 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-649-7

1. História. 2. Epistemologia da História. 3. História e Literatura. 4. História Social. 5. História Econômico-social. 6. História da Política. 7. História do Poder. 8. História Cultural. I. Grinberg, Lucia. II. Título.

CDD: 901

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Malvina Tania Tuttman

Teoria da História

SUMÁRIO

Volume 2

- Aula 11** – História – "ciência dos homens e mulheres no tempo" ou "a arte de inventar o passado"? ____ 7
Ana Maria Mauad e Lucia Grinberg
- Aula 12** – Epistemologia da História: ser, conhecer e as condições para a operação historiográfica ____ 29
Ana Maria Mauad e Lucia Grinberg
- Aula 13** – O tempo na História: situações e problemas ____ 57
Ana Maria Mauad e Lucia Grinberg
- Aula 14** – História, ficção e narrativa _____ 91
Ana Maria Mauad e Lucia Grinberg
- Aula 15** – A História e seus métodos: observação, compreensão e explicação _____ 125
Ana Maria Mauad e Lucia Grinberg
- Aula 16** – História e Ciências Sociais _____ 157
Ana Maria Mauad e Lucia Grinberg
- Aula 17** – Dimensões da História: territórios, áreas e linhas de pesquisa _____ 193
Ana Maria Mauad e Lucia Grinberg
- Aula 18** – História Social e História Econômico-social ____ 231
Ana Maria Mauad e Lucia Grinberg
- Aula 19** – História da Política e História do Poder: tendências e debates _____ 267
Ana Maria Mauad e Lucia Grinberg
- Aula 20** – História Cultural: posições e tendências ____ 307
Ana Maria Mauad e Lucia Grinberg
- Referências** _____ 347

Aula

11

História – "ciência dos homens e mulheres no tempo" ou "a arte de inventar o passado"?

Meta da aula

Identificar o estatuto de conhecimento atribuído atualmente à História por meio da apresentação das posições contemporâneas do debate sobre a teoria social.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. caracterizar as duas posições epistemológicas que polarizam o debate histórico atual: o paradigma iluminista e o paradigma pós-moderno;
2. reconhecer o estatuto da História como forma de conhecimento, nos séculos XX e XXI;
3. identificar as posições no debate sobre o realismo histórico.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que você tenha estudado, na Aula 1, o significado da teoria na produção do conhecimento histórico e, nas Aulas 5, 6 e 7, as propostas apresentadas pelas diferentes correntes de pensamento para a produção do conhecimento histórico.

INTRODUÇÃO

O que fazem os profissionais de História quando se debruçam sobre o passado em busca de conhecimento? O que difere essa atividade daquela realizada pelo jornalista que escreve uma matéria sobre a vinda da família real portuguesa em 1808 ou ainda investiga sobre um tema da história do tempo presente? Além disso, o que concede identidade ao trabalho do historiador em relação ao trabalho do autor de ficção interessado em romances históricos?

A História nos últimos vinte anos tem atingido um público cada vez mais amplo, motivado pela publicação de obras, nem sempre escritas por profissionais da área. Além de um conjunto de produções da cultura da mídia, como filmes, novelas e minisséries voltadas para temáticas históricas. O passado está na moda? É mais uma onda de nostalgia? Ou, ao contrário, emerge na sociedade brasileira a importância de se entender o passado e de se valorizar as memórias de todos aqueles que fizeram história, mas não a escreveram?

Sem dúvida alguma, no final do século XX, assistiu-se ao crescimento da importância do tema da memória e dos usos do passado, ambos associados à consolidação do regime democrático brasileiro. O dever de lembrar e de não esquecer fomenta o investimento cada vez maior na organização de arquivos, centros de memória e projetos de caráter histórico. Entretanto, a reconfiguração de formas de escrever a história e a ampliação significativa da noção de registro histórico coloca desafios importantes à prática historiadora associados aos objetivos dessa atividade e aos compromissos éticos e sociais da disciplina.

Esta aula volta-se para a discussão daquilo a que Hartog chama de "regime de historicidade contemporâneo" (HARTOG, 2008), buscando identificar suas principais características, bem como reconhecer os princípios teóricos que regem o trabalho em História hoje.

Entre a arte e a ciência: um falso debate?

Segundo o dicionário *Aurélio*, **paradigma** significa modelo ou padrão. Na teoria da ciência, o termo foi utilizado por Thomas Khun para designar “as realizações científicas (por exemplo, a dinâmica de Newton ou a química de Lavoisier) que geram modelos que, por período mais ou menos longo e de modo mais ou menos explícito, orientam o desenvolvimento posterior das pesquisas exclusivamente na busca da solução de problemas por ela suscitados.”

Fonte: dicionário *Aurélio*, versão eletrônica.

Hipótese

Suposição que orienta uma investigação por antecipar características prováveis do objeto investigado e que vale, quer pela confirmação dessas características, quer pelo encontro de novos caminhos de investigação.

Fonte: dicionário *Aurélio*, versão eletrônica.

A pergunta que integra o título da aula de hoje, aponta para um importante debate que, em certa medida, polariza o campo dos estudos históricos no novo milênio.

A pergunta integra o debate entre os **paradigmas** rivais (CARDOSO, 1997), a saber: o iluminista, ou moderno e o pós-moderno. De um lado, o paradigma iluminista se caracterizaria por uma escrita da História que se pretende científica e racional, tendo como ponto de partida para a produção do conhecimento um raciocínio que se orienta segundo a formulação de **hipóteses**. Dentro do paradigma iluminista, a pesquisa histórica volta-se para a elaboração de um método de explicação do passado que seja inteligível segundo as normas do pensamento racional, descartando tudo que tivesse a ver com o acaso e o subjetivo. Associam-se a esse paradigma as grandes teorias sociais do século XX, tais como: marxismo, weberianismo e algumas vertentes do estruturalismo.

Do outro lado do campo de debate, encontra-se o que Cardoso denominou de “paradigma pós-moderno”. Este tem como característica básica uma crítica radical às chamadas “grandes narrativas”, ou seja, a ideia de que a história humana seria única e seguiria um único sentido rumo ao futuro, que poderia ser do progresso ou ainda da sociedade sem classes. Os historiadores dessas “grandes narrativas” (hist. tradicional) defendiam a ideia de que a História era um conhecimento semelhante à literatura, pois se apoiava na interpretação de textos que o passado deixa como rastro no presente. Nessa perspectiva de história, não havia a possibilidade de um conhecimento verdadeiro, pois os testemunhos do passado seriam sempre mediados pela subjetividade de quem os produziu. Assim, da mesma forma que qualquer outro autor o historiador também inventaria o passado.

Esses paradigmas – o moderno e o pós-moderno – foram colocados em confronto, revelando posições muitas vezes inconciliáveis dentro da “oficina da História”, para usar a expressão

cunhada pelo historiador francês François Furet (s/d). Aliás, a própria ideia de oficina já implica que dentro dela algo é fabricado – a história, o passado, ou ambos?

A situação que emerge dentro da prática historiadora a partir da crise da noção de progresso e da emergência de novos sujeitos na cena pública, desde os anos 1960 reconfigurou a forma como o conhecimento histórico tem sido produzido e ensinado. As diferentes respostas dadas aos desafios colocados à produção do conhecimento histórico pela crítica pós-moderna não transformaram a história em um conhecimento descomprometido com a prática social. Ao contrário, a História, na busca de respostas que as demandas sociais suscitam, atualizou seus princípios epistemológicos, aproximando-se dos sujeitos sociais através de suas práticas e representações (CHARTIER, 2002).



Atende ao Objetivo 1

1. Relacione as palavras-chave às duas posições do debate em torno dos paradigmas rivais: iluminista e pós-moderno. Depois escreva um texto, utilizando as palavras-chave, para definir cada um dos paradigmas.

Hipótese; narrativa; discurso; explicação; invenção; racionalismo; ficcionalização; compreensão; realismo; verdade histórica, "grandes narrativas".

Comentário

Associações:

Paradigma iluminista: hipótese; explicação; racionalismo; realismo; verdade histórica; “grandes narrativas”.

Paradigma pós-moderno: narrativa; discurso; invenção; ficcionalização; compreensão.

Da objetividade cientificista ao desafio pós-moderno

Segundo Jacques Le Goff, a concepção dominante de História, do Renascimento às Luzes, foi a concepção de história exemplar, didática. O próprio método usado baseava-se em lugares comuns tirados dos estóicos, e historiadores romanos. A história proposta pelos filósofos das Luzes, que se esforçaram por torná-la racional, aberta às idéias de civilização e de progresso, não substituiu a concepção de História exemplar, e a História ficou de fora da grande revolução científica dos séculos XVII e XVIII, mantendo-se como “mestra da vida” e “colecionadora de exemplos”, através da lógica do **antiquarismo**.

O **Antiquarismo** foi um movimento característico dos séculos XVI e XVII voltado para a composição de coleções de documentos e objetos antigos. O papel do movimento antiquário foi fundamental para a definição das regras de certificação da veracidade dos documentos, ajudando a consolidar a noção de documento histórico como prova. Dentre os principais representantes dessa corrente histórica está D. Mabillion, autor da obra *De Re Diplomatica* (1681), responsável pela delimitação do trabalho de crítica histórica.

No fim do século XVIII e início do XIX, universitários que não precisavam se preocupar com o público para quem a história era uma ciência ética, transformaram a história numa matéria de profissionais e especialistas. A luta entre o historiador antiquário e o historiador filósofo, acabou com a vitória do erudito sobre o filósofo. Já em 1815, Savigny dissera: “A História não é apenas uma coleção de exemplos, mas a única via para o conhecimento verdadeiro da nossa condição específica” (apud LE GOFF, 1985, p. 204). A declaração mais clara é a de Ranke, que ficou célebre: “Atribui-se à história a função de julgar o passado e instruir o presente para ser útil ao futuro; a minha tentativa não pretende ter tão gigantescas funções, mas apenas mostrar como as coisas foram realmente” (apud LE GOFF, 1985, p. 204).

Ao longo do século XIX, manteve-se a tradição clássica na historiografia ocidental. Nesse sentido, apesar de ter sido no século XIX que a História se institucionalizou, entrando para as cátedras universitárias, preservaram-se na pesquisa e na escrita da História alguns pressupostos da tradição grega clássica remontando a Tucídides, na sua distinção entre Mito e Verdade e na noção de que toda a história é uma narração de acontecimentos.

No século XIX, a História era creditada como uma ciência objetiva que lidava com pessoas e culturas concretas no tempo. A definição da História como uma disciplina científica implicou a distinção clara entre discurso científico e discurso literário, entre historiadores profissionais e amadores.

O problema é que, mesmo dentro dessa antiga tradição, a história se materializava através de um discurso narrativo que, ao mesmo tempo que provinha de fatos e evidências empíricas válidas, necessitava, na sua construção, de elementos da imaginação do próprio historiador (ALBUQUERQUE, 2007). Portanto, elementos ficcionais entrariam na narrativa histórica de qualquer forma.

Para superar esse perigo, os historiadores do século XIX, ancorados nos pressupostos de busca incansável da verdade

objetiva, dividiam com Leopold Von Ranke três assunções básicas que estariam presentes na tradição ocidental, de Tucídides a Gibbon:

- (a) Teoria da verdade calcada na crença de que a história opera com pessoas reais e com ações que realmente aconteceram num tempo e lugar determinados.
- (b) O objetivo precípua do historiador seria o de desvendar as intenções dos atores históricos no sentido de compor um relato coerente.
- (c) Trabalhavam com uma noção de tempo sequencial.

Racionalidade, intencionalidade e sequência temporal determinaram a estrutura da escrita da história, desde Heródoto e Tucídides, passando por Ranke e chegando ao século XX.

A escrita da História no século XX

A historiografia do século XX esteve balizada pela transformação da história-narrativa tradicional em uma história calcada na orientação das Ciências Sociais, ou seja, baseada em conceitos e teorias sociais que forneciam (à História) um princípio de explicação da organização e dinâmica das sociedades no tempo.

As variadas orientações das Ciências Sociais foram incorporadas pelos estudos históricos de forma distinta e em consonância com as demandas teórico-metodológicas de cada abordagem, englobando desde as tendências da sociologia quantitativa, as abordagens econômicas e estruturalistas da Escola dos Annales até as teorias de orientação marxista.

Entretanto, todas essas abordagens tinham no seu horizonte o modelo de Ciência calcado nas Ciências Naturais. Com isso, substituíram o foco dos indivíduos e suas intenções, tal como a tradição impunha, para as estruturas sociais e os processos de mudança social.

Apesar da predominância do modelo de explicação baseado na busca de leis e regularidades da ação humana, essas abordagens continuaram dividindo com a tradição oitocentista duas noções-chave:

- 1) A história lida com a experiência humana passada a qual os relatos e análises dos historiadores correspondem.
- 2) A experiência passada não poderia ser atingida diretamente pelo historiador, mas através da mediação teórica dos conceitos. Apesar disso, almejamos um conhecimento objetivo.

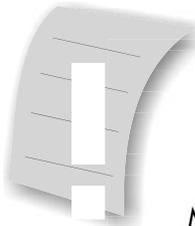
A crítica à historiografia tradicional no século XX teve como fundamento os seguintes aspectos: crítica aos relatos dos grandes personagens e das datas marcantes; democratização da História através da inclusão de novos agentes sociais e ampliação do espectro temático da política para a sociedade como um todo; defendiam a explicação histórica não simplesmente a compreensão do passado – criticavam a história tradicional por não ser “científica o suficiente”.

No entanto, a noção de tempo manteve-se linear e contínua, tal como se a história tivesse uma direção baseada fundamentalmente nas noções iluministas de progresso e razão. A história da humanidade coincidia, ainda, com a história da civilização ocidental.

Essa tendência na prática historiadora começa a mudar a partir dos anos 1960, com a emergência na cena pública de novos agentes históricos, tomando a palavra do debate político. A experiência social rompe os muros das universidades e atinge em cheio o coração da teoria, não havendo mais como pensar a história sem considerar os sujeitos por ela responsáveis. Dessa forma, novos objetos, problemas e abordagens a partir de então foram propostos àqueles que produzem a História, dentre os quais “a história das mulheres”, da criança, do corpo, da morte, história que vem de baixo, determinada por uma renovada.



Para saber mais sobre a renovação historiográfica dos anos 1960 e 1970 indicamos a coleção em três volumes, “História Novos Objetos, Novos Problemas e Novas Abordagens”, organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff. Publicada originalmente na França como o título de “Faire l’Histoire” (1974), foi traduzida no Brasil dois anos depois, tornando-se uma importante referência no estudo sobre a renovação dos estudos históricos.



A Escola dos Annales foi uma tendência historiográfica de proveniência francesa inaugurada em 1929, com a publicação do primeiro número da *Revista dos Annales*, por Marc Bloch e Lucien Febvre. Sua longevidade evidencia-se pela permanência dos princípios que nortearam a sua prática ao longo de todo o século XX, com desdobramentos para o XXI, dentre os quais destacam-se: a defesa por uma história total, ou seja, a história é o estudo das sociedades humanas no tempo; aplicação da prática da interdisciplinaridade, segundo a qual a história não possui um modelo explicativo autônomo, demandando das Ciências Sociais conceitos e modos de proceder na análise das sociedades históricas; e por fim pela ampliação da noção de fontes históricas para o conjunto de materiais resultantes da experiência humana no tempo, não somente textos escritos (BURKE, 1991).



Atende ao Objetivo 2

2. Fustel de Coulanges foi um dos fundadores da escola histórica francesa. Em suas aulas na Universidade de Estrasburgo, defendia a proximidade do historiador aos textos escritos e afirmava: "o melhor historiador é o que se mantém mais perto dos textos, que os interpreta com mais correção, que só escreve e pensa segundo eles (apud LE GOFF, 1985, p. 219). Entretanto, o responsável pelas grandes obras da história da França, Fustel de Coulanges, deixava entreaberta a porta para a imaginação histórica, quando então afirmava:

(...) quando os documentos escritos faltam à História, ela deve pedir as línguas mortas os seus segredos e, através das suas formas e palavras, adivinhar o pensamento dos homens que as falaram. A história deve perscrutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação, todas essas velhas falsidades sob as quais ela deve descobrir alguma coisa de muito real, as crenças humanas. Onde o homem passou e deixou alguma marca da sua vida e inteligência, aí está a História (apud LE GOFF, 1985, p. 219).

Portanto, mesmo falando no século XIX, tempo em que se defendia uma escrita da História eminentemente objetivista, Fustel de Coulanges já abria a possibilidade de o historiador complementar a sua leitura dos documentos com um pouco de imaginação.

Comente a reflexão de Fustel de Coulanges sobre o uso do documento na escrita da história, identificando as relações que esta estabelece com a historiografia do século XX.

Resposta Comentada

O comentário deve enfatizar a defesa pelo realismo histórico definido pelo uso de documentos, como prova e possibilidade de o historiador atingir o passado. Neste caso, o passado é resgatado dos documentos, como se o próprio acontecimento estivesse também guardado nos arquivos. Entretanto, já no próprio momento que Coulanges escreve, em 1888, a noção de objetividade do passado era colocada em questão pela necessidade de mediar a explicação histórica através da interpretação dos documentos, traços e vestígios deixados pela experiência humana. Tal necessidade já revelava a impossibilidade de resgatar o passado “tal qual ele aconteceu” nos documentos, apontando para o fato de que a história é uma construção sempre relacionada ao momento no qual o historiador se insere.

Assim, pode-se avaliar pela reflexão de Coulanges duas importantes tendências que marcariam a historiografia ao longo do século XX: a primeira é que a história se faz mediada por documentos históricos, compreendidos de forma ampla, escritos, visuais, arquitetônicos etc.; a segunda, que a história nunca é o passado “tal como ele aconteceu”, mas sempre uma reconstrução problemática, atualizada pelas questões que cada época histórica coloca ao seu passado.

Nos anos de 1960, uma nova orientação na História: crítica à noção de progresso

As transformações da sociedade industrial tardia colocaram em xeque o otimismo de uma história calcada na racionalidade do progresso humano. Para muitos estudiosos, os acontecimentos dos anos de 1960 marcaram o fim da “grande narrativa” dominada pela lógica histórica do capitalismo ocidental. Assim, o Ocidente

passa a ser percebido como mais uma parte do mundo, perdendo a sua supremacia histórica, ao mesmo tempo em que a modernidade perde a sua dimensão única assumindo espectros de outras partes do mundo, fundamentalmente o mundo pós-colonial.

A noção de tempo histórico que já vinha sendo redefinida pela Escola dos Annales amplia sua crítica a partir da inclusão de novos agentes sociais na narrativa histórica, na linha defendida pelo historiador marxista britânico **E. P. Thompson** e associada à “história que vem de baixo”.

O desafio de uma “história que vem de baixo” – voltada para uma história social de todos aqueles que fizeram a história, mas não a escreveram, dentre os quais camponeses, trabalhadores urbanos, gente comum – se ampliou devido à fragmentação dos temas e objetos de estudo: história da mulher, da criança, da doença, do cotidiano etc.

O ponto alto da crítica a uma narrativa histórica unificada recaí sobre a possibilidade de a História constituir um conhecimento de objetividade universal. Tal crítica repõe a discussão sobre uma divisão estrita entre discurso histórico e discurso literário. Tal crítica teve seu ponto máximo na “virada linguística” dos anos de 1960 perpetrada pelo semiólogo francês Roland Barthes (1915-1980) e reeditada nos anos de 1970 pelo historiador e crítico literário, dos Estados Unidos, Hayden White (1928-).

De acordo com a crítica semiológica o historiador é sempre prisioneiro do seu tempo e do seu mundo, a partir dos quais ele pensa e elabora categorias de inteligibilidade, segundo a linguagem operada por esse mesmo historiador. Portanto, a língua moldaria a realidade, não somente se referindo a ela. Daí, tais autores ressaltaram o caráter literário dos textos históricos e os elementos ficcionais nele contidos, os também denominados, “efeitos do real”.

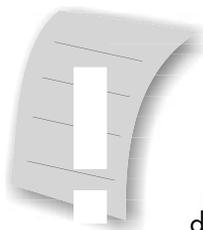
O filósofo francês Jacques Derrida (1930-2004), assim como o norte-americano Paul de Man (1919-1983), defendia que a

E. P. Thompson (1924-1993), foi um historiador inglês, membro do grupo “New Left” (em português “Nova Esquerda”), composto por historiadores marxistas britânicos comprometidos com uma visão crítica e renovada da abordagem marxista. Foi ativista político em movimentos pacifistas e autor de obras referenciais para a história social, dentre as quais os três volumes da *Formação da classe operária inglesa*, editados no Brasil pela editora Paz e Terra. Sua obra exerceu e ainda exerce forte influência na historiografia brasileira contemporânea.

linguagem fundava a realidade antes de se referir a uma realidade exterior. Dessa forma, se os historiadores trabalhavam com textos, esses textos não necessariamente se remeteriam a um mundo lá fora, mas necessariamente ao mundo dos textos. O estatuto do realismo historiográfico, ou seja, a capacidade de os estudos históricos se referirem a processos e não somente a discursos, era colocado em questão. Aliás, a própria noção de realidade histórica era colocada em xeque, na medida em que o acesso ao passado se fazia exclusivamente por meio dos textos que o passado havia deixado no seu rastro.

A própria noção de texto foi ampliada para além dos limites do escrito, e assim, a própria cultura passou a ser lida como um grande “texto”. Dentro da perspectiva culturalista, a cultura seria uma “super linguagem” cuja expressão seriam os textos. Por isso é que esses “textos” não tem uma única entrada; podem ser lidos de diferentes formas. Nesse sentido, o texto independe do seu autor, na medida em que pode ser apropriado em diferentes “performances culturais”. O resultado limite dessa perspectiva é de que todo texto histórico é o resultado de um trabalho literário e deve ser julgado a partir das categorias de crítica literária.

Assim, a partir de Barthes, a crítica ao realismo histórico passa a ser vinculada à crítica da sociedade moderna e sua cultura. A distinção entre fato e ficção é rejeitada, e os valores de verdade e razão passam a ser questionados na sua dimensão absoluta de uma sociedade fragmentada em múltiplos sujeitos e locais de enunciação cultural (BHABHA, 1998).



A crítica ao realismo histórico é realizada principalmente por áreas de estudo ligadas à crítica literária ou ainda aos estudos dos processos de produção de sentido social, dentre as quais se destacam a semiologia, a semiótica e a lingüística, disciplinas associadas às análises da produção de sentido social, da lógica dos sistemas de significação (verbais e

não verbais) e da língua modelo de apreensão e representação da realidade social .

A chamada “virada linguística” esteve associada à necessidade de delimitar a importância dos discursos sociais e suas formas de enunciação, como dimensões da experiência social. Nesse sentido, a crítica ao realismo histórico pressupõe que exista uma realidade separada dos discursos e das práticas de enunciação que a revelam. Essa postura epistemológica defende que o real e o discurso sobre ele integram a mesma dimensão de conhecimento. Assim, sujeitos e objetos do conhecimento fazem parte de uma mesma dimensão da atividade de conhecer, implicando uma relação não somente subjetiva, nem somente objetiva, mas fundamentalmente intersubjetiva. Segundo tal relação, sujeito e objeto do conhecimento seriam da mesma natureza; muitas vezes o próprio sujeito assume o papel de objeto. Tal condição implica o reconhecimento da especificidade da produção de conhecimento sobre as sociedades e sua humanidade.

Mais uma posição no debate sobre o realismo histórico: o novo historicismo

O chamado novo historicismo é uma vertente da teoria crítica produzida nos Estados Unidos e que tem como principal expoente o professor Stephen Greenblatt. Segundo este autor, o objetivo do novo historicismo é analisar os objetos culturais em relação aos processos históricos e sociais aos quais se integram. Ainda segundo Greenblatt, o novo historicismo está interessado na dimensão simbólica das práticas históricas, bem como na dimensão histórica das práticas simbólicas.

Cinco aspectos centrais caracterizam o novo historicismo: o uso repetido de particularidades históricas, a preocupação com

a natureza das representações; o fascínio com a história do corpo, o enfoque aguçado sobre detalhes antes ignorados; e a análise cética da ideologia (GALLAGHER; GREENBLATT, 2005). Além disso, dividem com a crítica literária pós-moderna os princípios de centralidade e opacidade da linguagem e com a antropologia, a noção de cultura como uma rede de significados simbólicos.

Apesar de afiliado à virada linguística, o novo historicismo não prega a autonomia dos textos, mas os concebe como parte de uma complexa rede de negociações simbólicas. Dentro dessa perspectiva, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002) esclarece que o capital simbólico passa a ser a “moeda de negociação” das relações sociais.

Vale ressaltar que, na prática, o impacto do novo historicismo foi pequeno na produção dos historiadores, mas suficiente para colocar por terra a certeza presunçosa de certas práticas historiográficas. Entretanto, a problemática do realismo histórico está longe de ser resolvida.

Posições intermediárias no debate

O historiador francês Roger Chartier (2002) defende uma posição intermediária: ao afirmar que a história é uma narrativa que mantém uma relação específica com a verdade, seu objetivo é reconstruir o passado que existiu por meio de um relato inteligível. Assim, a história se difere de uma fábula ou de uma narrativa falsa.

Vale notar que o conceito de verdade se tornou mais complexo. O pressuposto de uma verdade absoluta de um conhecimento histórico objetivo e científico nos moldes ultrapassados das Ciências Naturais, não mais se sustenta. O que se defende, agora, é a ideia de História como uma comunidade interpretativa, uma disciplina cuja prática segue preceitos e padrões profissionais.

Validade da crítica pós-moderna e seus exageros

Dentre as mais significativas contribuições da crítica pós-moderna aos estudos históricos, estão: a crítica noção de uma História unitária linear e movida por uma razão sobre-humana, tais como: o progresso, a luta de classes etc. Além disso, defende-se a ideia de que a história não é feita somente de continuidade, mas também de rupturas. No entanto, os críticos pós-modernos tendem a “jogar fora a água do banho junto com a criança”, negando toda e qualquer possibilidade de um relato histórico racional, mesmo admitindo-se aspectos ficcionais. Apesar do desafio pós-moderno, as práticas tradicionais em História perduram.

O pós-modernismo caracteriza a cultura de sua época, abalada pela perda na certeza das conquistas do capitalismo avançado e bombardeada pela crítica ao modo de vida burguês, por diferentes segmentos da sociedade. Neste contexto, a História transferiu-se dos “processos e estruturas sociais” para o estudo da cultura, no sentido ampliado de “vida cotidiana”. Assim, surgem novas abordagens, cujo objetivo maior seria o de compreender as condições de produção dos sentidos e práticas culturais, e não o de propriamente explicar os motivos pelos quais os sujeitos viveram segundo certas condições sociais.



Atende ao Objetivo 3

3. Caracterize as principais posições no debate em torno do estatuto da História como forma de conhecimento hoje.

Comentário

O fundamental é indicar que, a partir dos anos 1960, num cenário de crítica e de redefinição dos atores políticos na cena pública, as grandes narrativas foram colocadas em xeque. Dessa forma, uma História masculina, branca e progressista teve seus alicerces abalados pela crítica feminista, pelo debate pós-colonial e por uma profunda descrença na noção de progresso da civilização ocidental.

Nesse clima de debate crítico, a História foi bombardeada pela crítica literária, pela semiologia, enfim, por uma virada linguística, que teve como epicentro a emergência de uma nova condição histórica: a pós-modernidade. A crítica pós-moderna veio associada a outras críticas, dentre as quais o novo historicismo. Ambas colocaram em evidência a problemática do realismo histórico chamando atenção para os aspectos ficcionais do texto histórico, bem como para a ideia de imaginação histórica.

Posições intermediárias surgiram defendendo uma outra história que, apesar de comprometida com o realismo do passado, concordava com a noção de que a história é um conhecimento em construção mediado pela interpretação dos documentos segundo referências conceituais presentes.

Apesar de os historiadores estarem hoje mais céticos em relação à autoridade científica da sua disciplina, continuam operando com a convicção de que lidam com um passado "real", ou seja, com a ideia de que o passado realmente aconteceu, e de que um texto de História não é um texto de ficção. Passado não somente imaginado, apesar de acessível somente através da mediação das categorias propostas por estes mesmos historiadores, mas também construído. Essa construção demanda, métodos e abordagens que seguem uma lógica clara de investigação.

Além disso, o trabalho em história sofre a pressão de sua crescente profissionalização, fato que evidencia a tendência à especialização e à formação continuada pelos profissionais de História. Assim, a História é uma forma de conhecimento que reivindica não somente uma metodologia associada ao uso de fontes históricas, mas uma postura crítica em relação às formas como o passado é reconstruído, levando-se em conta o seu impacto no futuro. Para esclarecer esse argumento final, recorro, mais uma vez, as considerações de Le Goff:

No domínio da ciência, da ação social ou política, da religião ou da arte – para considerar alguns dos domínios fundamentais – esta presença do saber histórico é indispensável. De formas diversas, evidentemente. Cada ciência tem o seu horizonte de verdade que a história deve respeitar: a ação social ou política não deve ter a sua espontaneidade entravada pela história que já não é incompatível com a exigência de eternidade e de transcendência do religioso, nem com as pulsões da criação artística. Mas, ciência do tempo, a história é um componente indispensável de toda a atividade temporal. Mais do que sê-lo inconscientemente sob a forma de uma memória manipulada e deformada, não é melhor que o seja sob a forma de um saber falível, imperfeito, discutível, nunca totalmente inocente, mas cujas normas de verdade e

condições profissionais de elaboração e exercício, permitem que se chame de científico? (LE GOFF, 1985, p. 245).

Terminar com uma pergunta não quer dizer que já não tenhamos algumas respostas, não é mesmo?

Atividade Final

O filósofo Frederic Jameson define pós-modernismo como a “pauta cultural dominante no capitalismo avançado”. Leia atentamente as considerações que este autor tece sobre a noção de pós-modernismo:

O pós-modernismo deve ser entendido como pauta cultural dominante do capitalismo avançado, não como uma mera descrição estilística, ou um tipo de estilo ou movimento cultural entre outros. Pretendo oferecer uma hipótese de periodização histórica, mesmo que este conceito traga sempre algo de problemático. Sustendo que toda análise cultural implica na elaboração de uma teoria sobre a periodização histórica, sem, no entanto, estabelecer uma história linear. Assim, entendo o pós-modernismo como a condição histórica da sociedade pós-industrial, como uma pauta cultural que periodiza o mundo contemporâneo. Dessa forma, o pós-modernismo é um sistema dotado de uma dinâmica totalizadora que detecta o movimento da sociedade contemporânea, como uma norma hegemônica ou como uma lógica cultural dominante. Entretanto, estou muito longe de pensar que toda a produção cultural dos nossos dias é “pós-moderna” no sentido amplo que confiro ao termo, pois o pós-moderno é, apesar de tudo, o campo de forças no qual se abrem impulsos culturais de diferentes espécies, aquilo que Raymond Williams (2006) tem designado de formas “residuais” e “emergentes” de produção cultural (JAMESON, 1991).

Jameson, ao considerar o pós-modernismo como a condição histórica do capitalismo avançado, rompe com a oposição entre modernos e pós-modernos por dotar a própria pós-modernidade de um princípio racional. Na sequência do raciocínio de Jameson, considerando que é possível identificar nas pautas culturais comportamentos residuais,

conservadores e comprometidos com uma reação a mudança e ao novo, assim como comportamentos emergentes, associados às mudanças e reconfigurações diante da inovação, como entender a natureza da crise do conhecimento histórico hoje?

Comentário

A crise do conhecimento histórico, tal como definida pela oposição entre dois paradigmas rivais, opõe uma historiografia pautada nos princípios da razão ocidental e iluminista a uma nova lógica, baseada na crítica da noção de sentido em história e na defesa de uma autonomia da interpretação com base em indícios em relação a explicação com base em hipóteses. Essa oposição acabaria por delimitar uma história racional comprometida com a "verdade do passado" e uma história ficcional sem compromisso com a verdade passada, mas somente com os discursos sobre o passado.

Seguindo o raciocínio de Jameson, essa oposição seria um falso problema, pois a prática do historiador e as demandas feitas ao campo histórico pela experiência cultural contemporânea estariam sendo definidas pela nova condição histórica do capitalismo avançado e teriam, portanto, a racionalidade da nova pauta cultural. Suas respostas seriam condizentes com as práticas historiadoras emergentes, comprometidas com uma nova lógica social, devendo, portanto, na dimensão epistemológica, superar as questões colocadas pelo iluminismo.

Assim, reafirma o princípio de que as perguntas dos historiadores são feitas no presente, em consonância com o mundo social em que ele vive.



RESUMO

A História se caracteriza hoje por duas posições antagônicas: o paradigma moderno, ou iluminista, e o paradigma pós-moderno.

Na perspectiva das práticas historiográficas modernas, a História é uma ciência que opera com base em hipóteses racionais. A teoria serve à História como um apoio para dar sentido ao passado, que é “acessado” através do uso de documentos. A História tem como objetivo o estudo das ações humanas no tempo.

A crítica pós-moderna invalida o estatuto realista do conhecimento histórico e defende a ideia de que a História é uma invenção do historiador, que interpreta as fontes a partir de categorias elaboradas ele mesmo. Assim, não há processo histórico, pois este é somente acessível através dos textos culturais. Uma interpretação leva a outra, num processo infinito de “interpretar as interpretações”.

A posição intermediária defende a possibilidade do conhecimento histórico do passado através da interpretação dos documentos segundo critérios e conceitos estabelecidos pela comunidade de historiadores. Nesse sentido, a história seria um conhecimento em construção sempre precário e sujeito a redefinições, seja pelo impacto da descoberta de novas evidências e ou fontes históricas, seja por novos problemas que o presente sugere ao passado.

Aula 12

Epistemologia
da História: ser,
conhecer e as
condições para
a operação
historiográfica

Meta da aula

Apresentar os principais elementos que definem a epistemologia da história: o sujeito e o objeto do conhecimento histórico e as condições para a operação historiográfica.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer a problemática da verdade na noção de epistemologia aplicada aos estudos históricos;
2. identificar os três principais modelos do processo de conhecimento em epistemologia da história: idealismo, materialismo mecanicista e materialismo dialético;
3. caracterizar as condições da operação historiográfica.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que você tenha estudado, na Aula 1, o significado da teoria na produção do conhecimento histórico, e, nas Aulas 7, 8 e 9, as propostas apresentadas pelas diferentes correntes de pensamento para a produção do conhecimento histórico.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a natureza do conhecimento histórico envolve um conjunto amplo de questões, dentre as quais se destacam: 1) a definição sobre o significado de documento histórico, já trabalhada na disciplina “História e Documento”; 2) a delimitação das condições de produção do conhecimento histórico, problemática associada aos regimes de historicidade, segundo os quais cada época elabora uma forma específica de lidar com o seu tempo passado, também já tratada anteriormente; e, finalmente, 3) os componentes que entram em jogo na construção do conhecimento histórico, segundo os critérios de verdade. As condições de o conhecimento da história ser o objeto de um campo de estudo denominado epistemologia da história, tema desta aula.

O ponto de partida busca definir o significado da noção de epistemologia, associando tal noção ao campo de estudos históricos, ligando claramente história e pensamento científico. Na sequência orientamos o estudo para o reconhecimento dentro da epistemologia da história de três linhas de relacionamento entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Neste ponto, a problemática que se coloca diz respeito às questões levantadas a um conhecimento cujo objeto e cujo sujeito são da mesma natureza: a humana. Isso porque tomamos como ponto de partida a afirmação de que a História é o conhecimento dos homens e mulheres no tempo.

O desdobramento desse segundo aspecto leva ao debate sobre as condições colocadas à operação historiográfica hoje, frente ao processo de institucionalização da disciplina ao longo do século XX.

Conhecimento, lógica e epistemologia

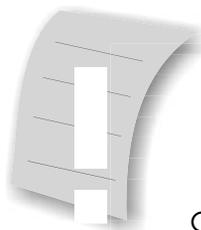
A teoria do conhecimento é o campo de estudos que se debruça sobre o conhecimento como relação cognitiva que envolve um sujeito (sujeito cognoscente), um objeto (objeto do conhecimento) e um conjunto de condições formais para sua explicitação. No campo da teoria do conhecimento, existem duas disciplinas que se preocupam com o seu processo de produção: a lógica e a epistemologia.

A lógica preocupa-se com as condições formais de enunciação, ou seja, a elaboração de normas explicativas e a delimitação clara das etapas pelas quais os enunciados se comprovam dentro de uma perspectiva guiada pela razão. Embora o termo *lógica* tenha sido usado em diversas acepções no decurso da história da Filosofia, é possível isolar o seu sentido preciso através da expressão *lógica formal*:

Ao longo da sua história, a lógica formal tem-se ocupado da análise de relações entre proposições com vista a uma definição exacta do conceito de DEMONSTRAÇÃO e, já mais recentemente, de conceitos afins, como refutação, compatibilidade e confirmação, os quais em princípio podem no entanto ser reduzidos ao conceito de demonstração. Essencial para a caracterização da lógica é o facto de a análise mencionada ser feita unicamente a partir da forma do raciocínio expresso sem referência ao conteúdo factual implicado por ele. Esta distinção tradicional entre forma e conteúdo de um raciocínio é melhor expressa na possibilidade de a respeito de um raciocínio dado separar a sua validade dos factos ou da verdade afirmada nele, de modo que o raciocínio possa vir a ser considerado válido embora as proposições incorporadas nele possam ser consideradas falsas. É assim que: “se todos os chineses são piromaníacos e Sócrates é chinês, então Sócrates é piromaníaco” é um

raciocínio válido, no que diz respeito à sua forma, embora sejam falsas todas as proposições que o compõem.

Um raciocínio é composto por uma ou mais premissas e termina com uma conclusão. Embora se faça a separação da validade de um raciocínio da verdade das proposições componentes, há no entanto uma relação entre os dois conceitos, de validade e verdade, que é constitutiva de qualquer raciocínio válido: um raciocínio não pode ser considerado válido se a partir de premissas verdadeiras se chega a uma conclusão falsa (LÓGICA, 2008).



O termo lógica, tal como é utilizado pelo senso comum, associa-se à noção de coerência de um raciocínio, do tipo: “isso tem lógica”; “é lógico que eu tenha agido dessa forma”.

Ou ainda, pode referir-se à maneira de raciocinar ou de agir de um determinado indivíduo ou grupo. Nesse caso, teríamos: “a lógica da criança segue princípios diferentes dos do mundo adulto”; “a lógica do seu marido é outra”; ou ainda, “os loucos, bêbados e apaixonados possuem uma lógica semelhante”.

Entretanto, no que diz respeito à teoria e filosofia do conhecimento, a noção de lógica envolve um conjunto de definições que apontam para o fato de que esse termo foi apropriado de diferentes maneiras pelas correntes teóricas. Assim, acaba assumindo uma complementação que especifica claramente a que tipo de lógica se está referindo: lógica formal, lógica das relações; lógica das proposições; lógica booleana, lógica matemática; lógica difusa, etc.

Do ponto de vista filosófico, existem três definições para o termo lógica:

1. Na tradição clássica, que envolve pensadores como Aristóteles e São Tomás de Aquino, lógica significa o conjunto de estudos que visam determinar os processos intelectuais que são condição geral do conhecimento verdadeiro.

2. Para a tradição de tendência empirista e positivista, lógica significa o conjunto de estudos que expressam em linguagem matemática as estruturas do pensamento, deduzindo-as de um pequeno número de afirmações incontestáveis -os axiomas-, com a intenção de criar uma linguagem rigorosa adequada ao pensamento científico.

3. Conjunto de estudos originados dos escritos do filósofo alemão Friedrich Hegel que tem por finalidade a determinação de categorias racionais válidas para a apreensão da realidade concebida como uma totalidade em permanente transformação, a denominada lógica dialética (*Novo Dicionário Aurélio*, versão eletrônica, verbete Lógica).

A epistemologia debruça-se sobre a relação sujeito/objeto, partes integrantes do processo de produção do conhecimento. É importante distinguir uma epistemologia normativa, que limita-se a reduzir o processo de crítica das teorias a um recurso de demonstração de lógicas falsas, e a epistemologia genética, que dedica-se ao estudo do processo histórico de superação dos estágios de conhecimento, reconhecendo que este é um processo que a cada nova descoberta se torna mais complexo.

Assim, a epistemologia preocupa-se em esclarecer o relacionamento estabelecido entre os elementos constituintes do processo de conhecimento: sujeito, objeto e condições para que o conhecimento seja produzido. As questões levantadas por esta disciplina dizem respeito à problemática fundamental do conhecimento que consiste em saber se suas estruturas ou formas dependem do sujeito, do objeto ou de uma inter-relação entre sujeito e objeto.

Podemos, para fins didáticos, indicar três blocos de perguntas básicas da epistemologia:

1º Bloco de indagações: relativas à relação sujeito/objeto

- As operações ou atividades do sujeito criam ativamente as formas de conhecimento e organizam seu objeto?
- As formas de conhecimento serão, ao contrário, simples abstrações das propriedades do objeto que o sujeito do conhecimento se limita a registrar?
- Ao se admitir a primeira possibilidade, será possível o conhecimento das coisas em si?

2º Bloco de indagações: relativas à problemática da verdade

- Como se tem acesso a conhecimentos válidos?
- Quais são os elementos que intervêm na constituição de tais conhecimentos?

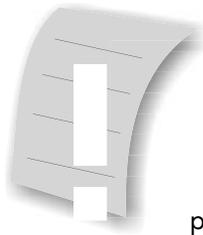
3º Bloco de indagações: relativas às condições da atividade de conhecer

- Em que medida conhecemos?
- Em que medida podemos ampliar os limites do que atualmente conhecemos?

Esses três blocos de questões caracterizam as duas hipóteses básicas que definem a produção do conhecimento científico: realismo e determinismo. Segundo o realismo, tanto o mundo exterior ao sujeito quanto o próprio sujeito existem em dimensões separadas, mas associadas. O determinismo, por sua vez, trata em primeiro lugar de afirmar que as coisas e os acontecimentos são determinados pela ação dos seres humanos (determinismo **ontológico**) e, em seguida, de pretender que é possível o conhecimento integral dos fatos e de seus modos de ocorrência (determinismo epistemológico).

Existem dois tipos de determinismo: o restrito e o amplo. O restrito, tanto ontológico quanto epistemológico, pertenceu a uma etapa da história do conhecimento científico, em que se supunha a existência de um número limitado de leis que regiam o universo. Superado tal pressuposto, tanto do ponto de vista ontológico quanto epistemológico, a questão do determinismo volta-se para as condições de produção do conhecimento, ligadas também a uma reflexão da infinitude do conhecimento científico e da parcialidade das verdades científicas (CARDOSO, 1980).

De acordo com o *Dicionário Aurélio*, a **ontologia** designa parte da filosofia que trata do ser enquanto ser, isto é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres. Assim, os estudos de questões relacionadas à noção de uma natureza humana dos problemas da consciência e da vida interior do ser integram a ontologia como uma dos campos da filosofia.



Sobre o determinismo ontológico e epistemológico, vale apresentar as considerações de Luc Ferry, nas quais evidencia a impossibilidade de uma causalidade natural para os fatos e as coisas, deslocando para as condições de conhecimento e para a noção de possibilidade as formas de determinação das coisas e dos fatos:

Com efeito, na sua forma clássica, o determinismo defende que todo efeito possui uma causa situada na natureza. Esta causa é, ela mesma, necessariamente o efeito de uma outra causa também presente na natureza que, conseqüentemente, é, por sua vez, efeito de outra causa, e assim sucessivamente...

Isto tem como consequência que o determinismo seja, como idéia, insustentável: ou detém a cadeia das causalidades, como Leibniz faz ao propor uma causa primeira (Deus, a Natureza, a História ou qualquer outra coisa que queiram), mas, no exacto momento em que finalmente se quer fundar o determinismo, está-se a negá-lo porquanto esta causa primeira, não tendo causa, infringe-o logo que é proposta (dado que o determinismo, ao afirmar que toda a causa tem uma causa, é obrigado a rejeitar a ideia de uma causa inicial); ou deixa-se aberta a regressão até ao infinito, o que significa que o efeito nunca é determinado nem explicado, dado que não é possível considerar que uma explicação que se perde no infinito seja uma verdadeira explicação. Paradoxalmente, o determinismo revela-se, também, tão indemonstrável, tão impensável como a sua inversa (a hipótese de uma liberdade de escolha permitindo inaugurar séries de acções no mundo). (...)

Se se quiser ser verdadeiramente racionalista, é necessário, parece-me, manter o determinismo no plano teórico – científico – não como uma verdade ontológica que valeria pelas coisas em si, mas como um princípio metodológico indefinidamente aplicável, e, por outro lado, conservar a ideia de liberdade como um postulado, também ele certamente indemonstrável e infalsificável, mas de que não é necessário nem desejável, de um ponto de vista ético, abster-se. Porque parece, no mínimo, claro que a ideia de ética normativa é absolutamente incompatível com a hipótese de um determinismo ontológico generalizado (FERRY, 19-, p.10).



Atende ao Objetivo 1

1. Segundo a definição de Marc Bloch, “a história é o estudo das sociedades humanas no tempo”. De acordo com essa definição, quais são os principais elementos que estão em jogo na produção do conhecimento histórico do ponto de vista epistemológico? A seguir, algumas dicas para facilitar o seu trabalho:

- a. Delimite quais são os elementos presentes na produção de qualquer tipo de conhecimento;
- b. Caracterize qual é o objeto de estudo da História.

Comentário

○ importante na resposta é considerar que para a produção do conhecimento, competem: um sujeito do conhecimento, um objeto sobre o qual esse sujeito se debruça e as condições de interação entre sujeito e objeto.

No caso da História, seguindo a definição de Bloch, o objeto de estudo sobre o qual os historiadores se debruçam são as sociedades humanas no tempo. ○ que isso implica em termos epistemológicos? A História é uma disciplina na qual sujeito e objeto são da mesma natureza, pois ambos são humanos e vivem em sociedade. ○ diferencial são justamente as condições que mediam a relação entre o sujeito e o objeto históricos, qual seja o tempo. Assim, o tempo passado se inscreve na produção do conhecimento histórico como um elemento que o diferencia, por exemplo, da Antropologia e da Sociologia, que também lidam com a sociedade humana.

Assim, sujeito e objeto do conhecimento histórico, apesar das suas afinidades, são distanciados pelo tempo. Portanto, esse passado, e essa sociedade humana passada, só podem ser tomados como objeto de estudo através dos seus rastros, vestígios e documentos. Portanto, uma epistemologia da História deve considerar a afinidade entre sujeito e objeto de conhecimento, bem como a necessária mediação dos documentos como condição para a produção do conhecimento histórico. Sem referências, o passado perde a sua existência, sendo impossível a produção do conhecimento sobre algo que não existe.

Conhecimento histórico e sua epistemologia

Em um texto clássico sobre epistemologia da História, o autor polonês Adam Schaff indica a existência de uma dimensão filosófica na produção do conhecimento histórico e a total despreocupação dos historiadores em relação a isso. Destaca que a problemática da objetividade do conhecimento histórico é o principal problema filosófico da história, cujo caminho de discussão, necessariamente nos orienta para a avaliação dos modelos do processo de conhecimento. Schaff dedica um capítulo de seu livro “História e Verdade” (1991) à apresentação dos modelos de conhecimento e à relação entre a verdade como processo e o processo de conhecimento.

O ponto de partida está no estabelecimento da tríade: sujeito cognoscente, objeto do conhecimento e conhecimento como produto do processo cognitivo.

A relação entre tais elementos elabora-se a partir de, basicamente, três modelos teóricos:

Quadro 12.1: Modelos de conhecimento, de acordo com a caracterização de Adam Schaff

Modelos	Objeto do conhecimento	Sujeito cognoscente	Conhecimento como produto do processo cognitivo
1°	Existe e pode ser conhecido: hipótese do realismo. É o elemento ativo no processo de conhecimento.	Individual, visto em suas determinações biológicas, fisiológicas. É o elemento passivo no processo de conhecimento.	Teoria mecanicista do reflexo: o sujeito reflete o objeto e assim conhece. Corresponde ao materialismo pré-marxista e vulgar e a certas formas de positivismo
2°	As coisas em si não podem ser conhecidas: as hipóteses a este respeito podem ser variadas (Solipismo, imanentismo, agnosticismo, etc.) O objeto do conhecimento é uma construção do sujeito.	Individual visto em suas determinações subjetivas e psicológicas. É o elemento ativo no processo de conhecimento.	Diversas teorias idealistas do conhecimento: relativismo, pragmatismo, convencionalismo. Corresponde, por exemplo, ao neopositivismo e ao historicismo alemão.
3°	Existe e é estruturado em si mesmo e pode ser conhecido: realismo. Elemento ativo no processo de conhecimento.	Coletivo, visto em suas determinações socio-históricas (através do processo de trabalho). Elemento ativo no processo de conhecimento.	Teoria modificada do reflexo: o sujeito (coletivo) conhece através de um processo de apropriação da natureza, pelo trabalho socio-historicamente determinado, o qual modela o próximo homem. Corresponde ao marxismo.

A opção por um dos modelos já nos orienta na adoção de uma determinada perspectiva de verdade. Existem mais do que três modelos, mas devido ao seu caráter metafísico e por vezes místico, não possuem **valor heurístico**.

Schaff vai indicar o terceiro modelo, identificado com a teoria modificada do reflexo, como aquele que avança na proposição de um conhecimento histórico que considere tanto a dimensão humana e social do objeto de estudo quanto a capacidade desse objeto em identificar-se ao sujeito, que possui as mesmas características do objeto, ou seja é humano e social.

Dentre as principais atribuições de tal modelo para o desenvolvimento do conhecimento científico, Schaff destaca três aspectos:

1º aspecto - a problemática do sujeito: O homem como conjunto de relações sociais, sendo o sujeito histórico de natureza transindividual. Segundo tal conceituação o sujeito histórico é condicionado socialmente pelas relações que estabelece com outros sujeitos e com o mundo social que o envolve. Assim, avalia Schaff:

Só o indivíduo humano concreto, percebido em seu condicionamento biológico e no seu condicionamento social, é o sujeito concreto da relação cognitiva. (...) o sujeito é sempre ativo, que introduz (...) algo de si no conhecimento que é então sempre, numa acepção determinada destes termos, um processo subjetivo-objetivo (...) o que diferencia o homem do animal e que se manifesta na sua aculturação, no fato de ser ao mesmo tempo o produto e o produtor da cultura (SCHAFF, 1980, p. 70).

O primeiro aspecto, portanto, enfatiza os condicionamentos sociais no processo de produção de conhecimento. Dentre tais condicionamentos vale destacar: dinâmica das percepções ligadas

Valor heurístico ou heurística diz respeito ao método analítico para o desenvolvimento da verdade, ou seja, inclui um conjunto de procedimentos de análise para se atingir a um conhecimento verificável; ciência auxiliar da história que estuda a pesquisa de fontes.

à linguagem e ao aparelho conceitual que recebemos da sociedade através da educação; bem como o sistema de valores ligado ao grupo ou à classe de onde provém o indivíduo.

2º aspecto – a problemática do objeto: Segundo a teoria modificada do reflexo, o objeto: existe independentemente do sujeito; é fonte exterior de percepção; estabelece uma relação objetiva com o sujeito e é passível de ser conhecido através dessa relação.

Dentro dessa perspectiva, é possível estabelecer as condições de objetividade do conhecimento de acordo com os seguintes princípios:

a) Definir objetivo: o que vem do objeto.

Entende-se por 'objetivo' o conhecimento que reflete (numa acepção determinada do verbo "refletir") no espírito que conhece o objeto existindo fora e independentemente deste (ao contrário do conhecimento "subjetivo" que cria o seu objeto) (SCHAFF, 1980, p. 80).

b) Objetivo é o que é válido para todos, assim, diz respeito ao conhecimento que tem um valor universal e não apenas individual.

c) Objeto é o que é livre de emotividade, portanto, de parcialidade.

Neste sentido, as condições de existência do objeto do conhecimento histórico residem na objetividade do passado, que existe em si mesmo e não é uma mera criação do historiador. O conhecimento produzido tendo o passado como objeto de estudo deve ser universal, ou seja, não pode estar comprometido com a abordagem de apenas um indivíduo e, portanto, deve incorporar as regras definidas coletivamente pelo ofício. Por fim, não pode ser o resultado de um julgamento de valor; deve ser o resultado da busca pela dimensão histórica dos objetos.

3º aspecto – a introdução do conceito de "praxis": Segundo este princípio, todo saber é o resultado de uma prática social.

Assim, ao conhecer, os indivíduos já realizam uma atividade transformadora do real: transformam-se em sujeito do conhecimento. Portanto, Marx definiu o conhecimento como uma atividade prática concreta do homem.

Colocados esses três aspectos, que orientariam um modelo epistemológico de uma história crítica, Schaff levanta a seguinte questão: como conceber um conhecimento objetivo numa relação onde o sujeito do conhecimento tem um papel ativo?

Para dar uma resposta a essa indagação, o autor introduz a idéia do conhecimento relativo em oposição ao conhecimento absoluto. Afirma que o conhecimento é sempre um processo, nunca algo pronto, e que existe sempre um dado subjetivo na relação do conhecimento proveniente da própria situação do sujeito. Ou seja, os usos que faz da linguagem, assim como os valores sociais do próprio sujeito. Assim, o processo de conhecimento é sempre relativo a um “sujeito transindividual” e às condições sócio-históricas do objeto. Através do processo de conhecimento, a coisa deixa de existir em si mesma e passa a existir para nós: de *coisa em si* passa a *coisa para nós*.

Na sequência, apresenta a problemática da verdade. Dentro da perspectiva da epistemologia, a questão da verdade se coloca em termos de pares de oposição: verdade absoluta em contraposição a verdade relativa, e verdade total em contraposição a verdade parcial. Na perspectiva da teoria modificada do reflexo, a verdade é caracterizada como processo:

O objeto do conhecimento é infinito, quer se trate do objeto considerado como a totalidade do real ou do objeto percebido como qualquer um dos seus fragmentos e aspectos. Com efeito, tanto o real na sua totalidade como cada um dos seus fragmentos são infinitos na medida em que é infinita a quantidade de suas correlações e das suas mutações no tempo. O conhecimento de um objeto infinito deve pois ser também infinito, constituir um processo

infinito: o processo de acumulação de verdades parciais. Neste, e por este processo, enriquecemos sem cessar o nosso conhecimento, tendendo para os limites que é o conhecimento completo, exaustivo, total que, como o limite matemático, não pode ser atingido num único ato cognitivo, permanecendo sempre um dever infinito (SCHAFF, 1980, p. 91).



Atende ao Objetivo 2

2. A epistemologia da História volta-se para a definição das condições de produção do conhecimento histórico. Segundo os três modelos de conhecimento apresentados, a História, como disciplina, se modificaria substancialmente. O objetivo desta atividade é, num exercício de reconhecimento e adaptação, apresentar qual o tipo de história que estaria associado a cada um dos modelos.

Comentário

Os modelos identificados por Schaff são três: mecanicista, idealista e realista.

No primeiro caso, poderíamos associar a história tradicional que tomaria o documento como a prova do que “realmente aconteceu” e reduziria o conhecimento histórico a descrição dos grandes fatos e seus personagens.

No segundo caso, o passado seria uma invenção do historiador, que teria toda a liberdade para interpretar os dados segundo a sua própria vontade. Pois, dentro dessa perspectiva, o conhecimento é produzido dentro da consciência do sujeito, sem a existência real do objeto. Seria o caso de uma abordagem dita pós-moderna da história.

No terceiro caso, o passado teria existido na sua condição objetiva de vivências, experiências, processos e conflitos que em algum momento existiram, mas cuja existência é somente acessível ao presente através de seus vestígios, rastros e documentos. Nesse sentido, o sujeito interpretaria o passado através de tais pistas, mediado por um trabalho de compreensão e explicação, por meio de conceitos e referências teóricas próprias desse sujeito, não como indivíduo solitário, mas como integrante de uma comunidade de ofício – os profissionais de história. Dessa forma, o conhecimento histórico, tal como o terceiro modelo propõe, é objetivo, pois aposta na materialidade do passado. No entanto, é parcial, pois é relativo a um sujeito: daí ser também infinito. Portanto, a história se reescreve, constantemente, à luz de novos objetos e novas abordagens.

As condições para a operação historiográfica

Em um artigo clássico, Michel de Certeau (1979) nos apresenta as diretrizes de um novo estatuto da História como forma de conhecimento. A História é uma operação que resulta de um duplo movimento: por um lado, define-se dentro de um lugar social; por outro, se caracteriza como um conjunto de práticas científicas, orientadas segundo uma nova erudição despertada pelo uso das séries de dados e da informática. A operação historiográfica define-se no marco daquilo que Glenisson denominou e Jacques Le Goff (LE GOFF, 1985) consagrou como “uma verdadeira revolução na consciência historiográfica”.

Certeau parte de uma interrogação: “O que fabrica o historiador quando ‘faz a história’? Em que trabalha? Que produz?” (1979, p. 17). Ao se interrogar sobre a relação que o historiador estabelece com a sociedade presente e com a morte, pela mediação de atividades técnicas, considera que não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, por mais longe que as estendamos, capazes de apagar a particularidade do lugar de onde eu falo e do domínio por onde conduzo uma investigação. Entretanto, lembra que o gesto que conduz as ‘ideias’ aos *lugares* é precisamente um gesto de historiador (idem).

Esse gesto implica a elaboração de uma prática histórica que considera a História como uma operação que se define na relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, um ofício, etc.) e procedimentos de análise (uma disciplina). Além disso, implica também admitir que a história faz parte da ‘realidade’ da qual trata, e que essa realidade pode ser captada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’. Assim, tenta demonstrar que a operação historiográfica se refere à combinação de um *lugar social* e de *práticas científicas* (idem, p. 18).

Operação histórica, um lugar social

Para Certeau, toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômica, política e cultural. Isso implica a existência de condições concretas para a elaboração do conhecimento: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Portanto, a pesquisa em história encontra-se submetida a opressões, ligada a privilégios, definidos pelas condições materiais do ofício. Para o autor, “é em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa uma topografia de interesses, que se organizam os dossiês e as indagações relativas aos documentos” (idem, p. 18).

O lugar da operação histórica se define, em Certeau, segundo três pontos: o não dito; a instituição histórica; historiadores e a sociedade. Abordaremos, separadamente, cada um desses aspectos.

1. O NÃO DITO: Envolve o reconhecimento de que em toda a produção do conhecimento histórico existe uma teoria que informa a prática social. Nesse sentido, destaca a importância em se considerar o papel social do historiador como sujeito do conhecimento histórico, rejeitando o discurso positivista da neutralidade científica (CERTEAU, 1979, p. 19-20);

2. A INSTITUIÇÃO HISTÓRICA: Define o lugar de onde se fala, ou seja, a própria relação que se configura entre o sujeito individual e seu objeto é uma instituição do saber. Assim, considera o texto histórico como um lugar social, onde o saber histórico se institucionaliza, e é, portanto, a própria instituição histórica. Entretanto, existem estratégias de institucionalização do saber em história e mecanismos de validação do conhecimento histórico que devem ser considerados no sentido de desnaturalizar tal procedimento. Historicamente, o nascimento das disciplinas encontra-se ligado

à criação de grupos e redes. Dessa relação, entre uma instituição social e a definição de um saber, surgem a personalidade notável dos sábios e a fundação de um 'corpo' no interior de uma sociedade onde as instituições 'políticas', eruditas e eclesiásticas se especializam reciprocamente. Um processo no qual se evidencia a reorganização do espaço social, através da elaboração de lugares de fala diferenciados, os discursos econômico, social, científico, etc. (idem, p. 21).

Destaca, ainda, a importância em relacionar teoria à prática social: "O discurso 'científico' que não fala de sua relação com o 'corpo' social não seria capaz de articular uma prática deixa de ser científico" (idem). Portanto, se a questão central para o historiador é considerar essa relação com o corpo social, como objeto da história, não poderia se deixar de colocar em questão o próprio discurso historiográfico, ou seja, o produto concreto dessa relação. Assim, a História, para defender seu estatuto científico, deve apresentar a perspectiva teórica a qual se associa, evidenciando que esse conhecimento provém de um saber institucionalizado numa certa dimensão social (idem, p.22).

O discurso histórico produz o texto como um lugar social, através de um conjunto de estratégias, dentre as quais a própria forma como o sujeito se coloca no enunciado do texto. Segundo Certeau:

No texto, o *nós* é a representação de um contrato social 'entre nós', é um sujeito plural que 'mantém' o discurso. Um 'nós' apropria-se da linguagem pelo fato de aí se encontrar como locutor. A partir daí evidencia-se a prioridade do discurso histórico sobre cada obra historiográfica em particular, e a relação desse discurso com uma instituição social. (...) De forma mais geral, um texto histórico (ou seja, uma interpretação, o exercício de métodos próprios, a elaboração de outras pertinências, um deslocamento na definição e no uso do documento, um modo de

organização característico, etc.) enuncia uma operação que se situa no interior de um conjunto de práticas. Esse é o primeiro aspecto, essencial numa pesquisa científica. Um estudo particular será definido pela relação que estabelece com outros, contemporâneos, com um 'estado da questão', com as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos constituídos por elas, com os postos avançados e as distâncias assim determinadas ou tornadas pertinentes em relação a uma pesquisa em curso. Cada resultado individual inscreve-se num conjunto cujos elementos dependem estreitamente uns dos outros, cuja combinação dinâmica forma, num dado momento, a história (idem, p. 23).

Nesse sentido, uma obra de valor no âmbito da história é aquela que é reconhecida como tal pelos seus pares. Aquela que pode ser situada num conjunto operatório e ainda representa um progresso em relação ao estatuto atual dos 'objetos' e dos métodos históricos, e que, ligada ao meio no qual é elaborada, torna possíveis, a partir daí, novas pesquisas. Dessa forma, é o produto de um lugar (idem, p. 23-24).

3. OS HISTORIADORES E A SOCIEDADE: Segundo Certeau, existe uma forte dependência entre o historiador e a estrutura social que o abriga, sendo necessário reconhecer essa dependência na operação histórica.

Assim, é fundamental para a delimitação das condições nas quais a história é elaborada, as questões relativas ao método utilizado; os limites próprios da pesquisa histórica; a influência da situação social na produção do conhecimento científico, etc. Portanto, a produção da escrita na história é, em grande medida, orientada pelas estruturas sociais das quais essa escrita depende para existir; bem como o lugar de onde se fala, de onde é secretado o discurso histórico (idem, p. 25-26).

Portanto, para se considerar o papel fundador do lugar na produção do conhecimento histórico, há de se destacar que, na produção do conhecimento histórico, interferem fatores sociais, dentre os quais: como a história funciona na sociedade – permissão e interdição; definição da história fortemente calcada na operação da linguagem, bem como a consciência do lugar e dimensão política do conhecimento histórico (idem, p. 27).



Atende ao Objetivo 3

3. Certeau diz que toda operação historiográfica está necessariamente vinculada a um lugar social de produção. O que isso quer dizer?

Comentário

O objetivo dessa questão é identificar o que Certeau chama de lugar social na operação histórica. Para o historiador francês, o conhecimento histórico é resultado de uma operação definida a partir de um lugar social. Esse lugar social é o próprio texto histórico cuja produção sofre um conjunto de coerções: da estrutura social na qual se insere, da forma verbal como

se expressa, das demandas da sociedade mais ampla, das limitações à pesquisa histórica, da instituição à qual está associado, do método de trabalho que adota e da teoria que condiciona socialmente a produção do conhecimento.

Assim, todo o conhecimento histórico se fundamenta num lugar social e dele depende. É aquilo que permite e interdita o conhecimento.

Operação historiográfica, uma prática

A prática historiadora, segundo Certeau, se define fundamentalmente pela metodologia adotada na produção do conhecimento histórico. As estratégias metodológicas revelam a dimensão social das escolhas realizadas no processo de produção de conhecimento histórico.

Em primeiro lugar, Certeau aponta que a prática historiadora consiste numa operação ativa de transformação da natureza em cultura. “É ‘científica’, em história como em outras disciplinas, a operação que transforma o ‘meio’ – ou que faz da *organização* (social, literária, etc.) a condição e o lugar de uma *transformação*” (idem, p. 30).

Na sequência, evidencia o papel da técnica na produção do conhecimento histórico e o reconhecimento de uma nova erudição associada à revolução documental definida pelo documento em massa, pela série e favorecida pelo advento do computador. Nessa nova dimensão da prática historiadora, a sistemática documental envolve uma operação técnica e a erudição define-se como estabelecimento dos protocolos de trabalho em história associados ao uso de novas tecnologias (idem, p. 31-32).

Ao ponderar sobre as transformações arquivísticas, o uso do computador e o trabalho sobre modelos, próprios a uma perspectiva contemporânea da prática historiadora, Certeau aponta os limites de uma epistemologia que se submeta aos imperativos tecnológicos de forma pouco crítica.

A especificação de seu papel não é determinada pelo próprio aparelho (o computador, por exemplo) que coloca a história no conjunto das opressões e possibilidades nascidas da instituição científica presente. A elucidação do *próprio* em história é descentrada em relação a esse aparelho: reflui no tempo *preparatório* de programação que a passagem pelo aparelho torna necessária, e é rejeitada no outro extremo, no tempo de *exploração* aberto pelos resultados obtidos. Elaborar-se em função dos *interditos* fixados pela máquina, por objetos de pesquisa a serem construídos, e, em função do que *permite* essa máquina, por uma maneira de tratar os produtos *standard* da informática. (...) O estabelecimento das fontes (pela mediação de seu aparelho atual) não conduz então somente a uma nova repartição das relações razão/real ou cultura/natureza; é o princípio de uma redistribuição epistemológica dos momentos da pesquisa científica. (...) Deveríamos, assim, considerar primeiramente a instituição técnica como um lugar onde circula de agora em diante a pesquisa científica, antes de analisar mais de perto as trajetórias operacionais que a história traça sobre esse novo espaço (p. 33-34).

Portanto, é fundamental que a tecnologia seja colocada a serviço da prática historiadora, e não vice-versa, além de ser fundamental compreender que nem todos os objetos da história se evidenciam na regularidade dos dados seriados e que vale a pena considerar as diferenças e desvios que muitas vezes os documentos históricos evidenciam.

Sobre essa dimensão da prática historiadora, Certeau relaciona o trabalho nas fronteiras da história, os jogos de escala, os 'erros' evidenciados nos modelos abstratos pelos desvios a uma norma geral. Estes procedimentos são as novas diretrizes da erudição que se orienta pelo valor ao particular, pela busca da pista e da evidência específicas que fazem surgir a diferença como marca da historicidade dos diferentes tempos históricos.

Portanto, para Michel de Certeau, a história se fundamenta numa epistemologia que se expressa através de uma operação: a operação histórica, definida por um lugar social e por uma prática social de produção de conhecimento sobre o passado das sociedades humanas.

O historiador cria dessa forma laboratórios de experimentação epistemológica. Certamente o historiador não pode dar uma forma objetiva a esses exames senão combinando os modelos aos outros setores de sua documentação sobre uma sociedade. Daí o seu paradoxo: emprega formalizações *científicas* por ele adotadas a fim de prová-las, com objetos *não-científicos* sobre os quais pratica essa prova. A história não deixa de manter aí a função que exerceu através dos séculos com relação às 'razões' bem diferentes e que interessa a cada uma das ciências constituídas: a de ser uma crítica (CERTEAU, 1979, p. 38).

Atividade Final

“Paul Veyne, em sua obra *Como se escreve a história*, escrita na década de 1970, se colocou a pergunta: o que é História? Não chega a oferecer uma definição para a História, mas afirma o que, para ele, ela não é: a História não é uma ciência, não tem método e não explica. Para Veyne, História é narrativa, só que com personagens reais. E mesmo baseada em fatos e documentos, não pode alcançar o que realmente aconteceu devido à natureza particular dos documentos e dos fatos. Mas Veyne não chega a dizer que a História e a ficção são a mesma coisa. Para ele a diferença é que a história se preocupa com a verdade, e o romance, com a beleza. Nesse sentido, a História teria como assunto só o que realmente aconteceu. Mas, com exceção desse ponto, a visão de Veyne da História é bastante relativista: tudo é história. Então, para definir os fatos a serem trabalhados, a escolha e o critério do historiador são indispensáveis. A História é subjetiva porque, como tudo é história, a História termina sendo o que foi escolhido pelo historiador” (HISTÓRIA, 2006).

Identifique qual é a epistemologia da história com a qual Paul Veyne se identificaria e desenvolva uma crítica a essa perspectiva, considerando as condições da operação historiográfica.

Comentário

Pode-se identificar as colocações de Veyne em relação às condições de produção do conhecimento histórico, dentro do segundo modelo, o idealista, apresentado por Schaff, no qual o sujeito tem proeminência em relação ao objeto na produção do conhecimento histórico. Tal tendência se evidencia em Veyne, principalmente, quando esse autor afirma que o passado é resultado da escolha do historiador.

Entretanto, importa considerar um aspecto da reflexão de Veyne que se associa à operação histórica de Certeau. Esse aspecto diz respeito ao fato de que o historiador não pode ter acesso ao passado tal como aconteceu e que, no limite, o seu ofício é a busca da verdade histórica.

Portanto, para criticarmos Veyne, segundo a perspectiva da operação historiográfica de Certeau, é fundamental evidenciar que o conhecimento histórico é resultado de uma relação entre um lugar e uma prática. Assim, o historiador, ao elaborar um texto histórico, define segundo as normas do ofício um lugar de fala, que garante pelos reconhecimentos de seus pares a sua legitimidade científica. Daí, a própria noção de cientificidade da história mudar ao longo do tempo. Esse lugar social que se expressa num texto se fundamenta numa prática social que é orientada pela adoção de uma perspectiva teórica e de uma metodologia de análise que, por sua vez, também são condicionadas historicamente pela relação que esse conhecimento estabelece com a dinâmica social.

Com isso, podemos concluir que a crítica a Veyne deve considerar que nem sempre tudo foi histórico e que a escolha do historiador não se processa livremente sem as coerções da institucionalidade da própria História.

RESUMO

A epistemologia da História define as condições da produção do conhecimento histórico. Tais condições envolvem a dimensão do sujeito do conhecimento – o(a) historiador(a); o objeto do conhecimento – as sociedades humanas no tempo, compreendendo as suas regularidades e particularidades; o produto desse processo.

O conhecimento histórico busca apresentar afirmações verdadeiras sobre o seu objeto de estudo, entretanto, opera com o conceito de verdade relativa, sempre aberta a uma atualização, considerando a infinitude do conhecimento. O conhecimento histórico é de natureza realista, ou seja, o passado existiu. Entretanto, o acesso que o historiador tem a esse tempo passado é mediado pelos rastros, vestígios e documentos de variados tipos, bem como pelo uso de conceitos através dos quais explica e compreende as ações e experiências humanas passadas.

A operação histórica definida como o resultado de um lugar social e de uma prática social possui uma historicidade. Assim, o próprio conhecimento histórico e suas condições de produção mudam no tempo, obedecendo à dinâmica das estruturas sociais.

A teoria e a metodologia da História são condições necessárias para a realização da operação histórica, pois definem os princípios da pesquisa histórica e da elaboração dos objetos de estudo da História.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos o conceito de tempo e suas aplicações nas Ciências Humanas, notadamente na produção do conhecimento histórico.

Aula 13

O tempo na
História: situações
e problemas

Meta da aula

Apresentar o tempo como conceito para a produção do conhecimento sobre a História.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. apresentar os usos do conceito de tempo na História;
2. caracterizar os usos do tempo na escrita da História: cronologia, duração, ritmos e distância;
3. avaliar o impacto do retorno do acontecimento histórico na escrita da História contemporânea.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que tenha estudado a Aula 1, significado da teoria na produção do conhecimento histórico; nas Aulas 3, 4, 5 e 6, as propostas apresentadas pelas diferentes correntes de pensamento em relação ao uso do conceito de tempo.

INTRODUÇÃO

Todos os anos, por volta do mês de outubro, institui-se o horário de verão. Por essa medida, em algumas regiões do Brasil, todos adiantam o relógio uma hora, para aproveitar melhor a luminosidade do dia e, assim, poupar energia. O horário de verão só é possível porque o tempo do relógio é uma convenção, ou seja, um acordo aceito por um conjunto de indivíduos, um grupo ou populações mais amplas, como as de um país.

O tempo do relógio é como a versão matematizada em horas, minutos e segundos dos ciclos da natureza: é resultado de um processo civilizador, por meio do qual outros mecanismos de aferição, medida e marcação do tempo foram sendo inventados. Assim, por meio de relógios, agendas e horários, o tempo surge como uma exigência de que ninguém consegue escapar. Nossa consciência do tempo já está tão interiorizada que é muito difícil imaginar um mundo sem horários e calendários.



Norbert Elias – Sociólogo alemão cuja obra foi de fundamental importância para a renovação do pensamento sociológico no século XX. Nasceu em Breslau em 1897 e morreu em Amsterdã em 1990. Formado pelas universidades de Breslau e Heidelberg, lecionou na Universidade de Leicester (1945-62) e foi professor visitante na Alemanha, na Holanda e em Gana. O reconhecimento tardio veio apenas aos 70 anos, com a publicação de *A sociedade de corte*. Nessa obra, apresenta o conceito de processo civilizador, segundo o qual, na sociedade de corte do antigo regime, foi definida uma série de códigos de conduta, associados à noção de etiqueta. Tais códigos prescreviam condutas para controlar os comportamentos pessoais em público, tais como defecar, assoar-se, entre outros, além de introduzir uma série de procedimentos para os rituais domésticos, dentre eles o uso de talheres na alimentação.

É de Elias a formulação do conceito de *habitus*. Tal conceito considera que os comportamentos são incorporados pelos grupos sociais e passados adiante às gerações futuras, tanto pela educação como pela institucionalização de práticas de controle social.

A sensação de que o tempo passa como algo externo à nossa própria vida é resultado dessa atividade de organizar, sistematizar e dar sentido à nossa trajetória, às transformações da natureza e da sociedade. Esse investimento é histórico, sendo resultado dos processos de organização social e do predomínio da razão sobre as demais formas mágicas de ordenação do mundo e da percepção que temos dele nas sociedades ocidentais. O tempo que vivenciamos hoje é o tempo ordenado pela lógica do trabalho, da administração da produção, da circulação de pessoas, informações, mercadorias e dados: o tempo do capitalismo avançado.

Entretanto, esse tempo não é homogêneo e se diferencia pela experiência que os diferentes grupos sociais estabelecem em relação às transformações econômicas, políticas e culturais. Dessa forma, como afirma Norbert Elias (1998), o tempo não existe em si, não é um dado objetivo, nem é uma noção com a qual a gente nasce. O tempo é, antes de tudo, um símbolo social, resultado de um longo processo de aprendizagem. Assim, vamos explorar alguns aspectos desse processo de *apreensão cultural* do tempo, para então discutirmos as formas de se operar com o conceito de tempo na pesquisa histórica e, finalmente, avaliarmos o papel dos acontecimentos na produção do conhecimento histórico atual.

Por uma história cultural do tempo

Os relógios não medem o tempo? Se eles permitem medir alguma coisa, não é o tempo invisível, mas algo perfeitamente passível de ser capturado, como a duração de um dia de

trabalho ou a velocidade de um corredor na prova de cem metros. Os relógios são processos físicos que a sociedade padronizou, decompondo-os em sequências-modelo de recorrência regular, como as horas ou os minutos. (...) Quando necessário, os homens utilizam um processo socialmente padronizado para comparar, por via indireta, processos que não podem ser diretamente cotejados (ELIAS, 1998, p. 7-8).

As perguntas que se seguem a essa reflexão inicial indagam sobre a finalidade de tais procedimentos e as condições nas quais eles se desenvolveram.

Norbert Elias (1897-1990) é um sociólogo alemão cujo trabalho voltou-se para o estudo dos processos civilizatórios. Segundo tais processos, as sociedades humanas passariam por estágios de evolução que revelariam uma forma de domínio sobre a natureza e com ele o desenvolvimento de um pensamento cada vez mais complexo. Sem cair numa perspectiva de exaltação da *ideologia do progresso*, Elias apresenta em seu trabalho, *Sobre o tempo*, a posição de uma sociologia do conhecimento que indaga sobre "a maneira como a humanidade aprendeu a se orientar no universo, e conseguiu fazê-lo cada vez melhor ao longo dos milênios" (ELIAS, 1998, p. 8), como forma de estudar a compreensão que essa sociedade foi adquirindo de si mesma.

Uma das formas de orientação no universo que as sociedades desenvolveram no seu processo evolutivo foi o domínio do tempo. O estudo das formas de categorização do tempo e dos mecanismos desenvolvidos para tanto revela aspectos históricos fundamentais, para se compreender a historicidade dessa categoria nos seus usos e funções sociais. No entanto, como esclarece Elias:

Um olhar para a evolução da cronologia e de seus instrumentos mostra que a preeminência da física do ponto de vista naturalista é relativamente recente. Até a época

de Galileu, o que chamamos de "tempo", ou mesmo o que chamamos de "natureza", centrava-se acima de tudo nas comunidades humanas (ELIAS, 1998, p. 8).

Antes da sua elaboração pela ciência, o tempo servia aos homens como meio de orientação no universo social e como forma de regular a sua coexistência: o tempo da oração, o tempo da colheita, o tempo do recesso, o tempo da celebração, o tempo das guerras etc.

As formas de conceber o tempo, ao longo da evolução das sociedades, não foram absolutamente consensuais e lineares, gerando um conjunto de dificuldades conceituais, no plano filosófico. Duas posições diametralmente opostas se colocavam no centro da polêmica sobre a natureza do tempo:

Alguns sustentavam que o tempo constitui um dado objetivo do mundo criado, e que não se distingue, por seu modo de ser, dos demais objetos da natureza, exceto, justamente, por não ser perceptível. Newton, sem dúvida, foi o representante mais eminente dessas concepções objetivistas que se começam a delinear a partir do início da era moderna. Outros afirmavam que o tempo é uma maneira de captar em conjunto os acontecimentos que se assentam numa particularidade da consciência humana, ou conforme o caso a razão ou o espírito humanos, e que, como tal, precede qualquer experiência humana. Descartes já se inclinava para essa opinião. Ela encontrou sua expressão mais autorizada em Kant, que considerava o espaço e o tempo como representando uma síntese *a priori*. (...) Numa linguagem mais simples, ela se limita a dizer que o tempo é como uma forma inata de experiência e, portanto, um dado não modificável da natureza humana (ELIAS, 1998, p. 9).

Essa oposição entre um tempo completamente objetivo e um outro completamente subjetivo reflete um dos aspectos fundamentais da teoria do conhecimento na tradição filosófica. De um lado, o objeto desempenhando um papel decisivo na construção das representações humanas, do outro, o sujeito como aquele que tem o domínio total sobre a forma como representa o mundo.

Vale ressaltar que essa polarização comum às teorias tradicionais do conhecimento – objetivismo e idealismo –, foi superada pela compreensão de que sujeito e objeto se modificam no processo de conhecimento. Assim se posiciona Elias, ao trabalhar com o tempo como uma categoria resultante da experiência humana:

(...) o nosso saber resulta de um longo processo de aprendizagem, que não teve começo na história da humanidade. Todo o indivíduo, por maior que seja a sua contribuição criadora, constrói a partir de um patrimônio de saber já adquirido, o qual ele contribui para aumentar. E isso não é diferente ao que concerne ao conhecimento do tempo (ELIAS, 1998, p. 10).

Com base nessa premissa, Elias indaga sobre os objetivos que as sociedades humanas tiveram de determinar o tempo. Qual a função social e cultural que o domínio do tempo representou e ainda representa para a experiência social?

Na tentativa de responder a essas indagações, o sociólogo alemão nos apresenta a construção social e histórica do conceito de tempo. Seu trabalho pode ser considerado uma história cultural do tempo, pois relaciona a trama da elaboração do significado do conceito às experiências e expectativas dos sujeitos sociais.

Uma das primeiras funções na categoria tempo foi a de criar um modelo de referência que pudesse organizar o fluxo contínuo dos acontecimentos bem como as transformações nas trajetórias dos indivíduos, de sua coletividade e dos fenômenos naturais. Portanto, como explica Elias,

O movimento aparente do sol, de um ponto a outro do horizonte, assim como o movimento dos ponteiros de um relógio de um ponto do mostrador a outro, são exemplos de seqüências recorrentes que podem servir como unidades de referência e meios de comparação para segmentos de processos pertencentes a uma outra série e que não podem ser diretamente relacionados, em razão do seu caráter sucessivo. Em sua qualidade de signos reguladores e cognitivos, essas unidades de referência adquirem a significação de unidades de tempo (ELIAS, 1998, p. 13).

A categoria *tempo* seria o resultado do investimento do saber humano, no sentido de elaborar um símbolo social comunicável que daria conta de transmitir entre os indivíduos os sentidos da experiência vivida e compartilhada como convenção. Assim, ao determinar uma convenção para se orientar no transcurso de um dia, com suas variações luminosas, ou no ano, com as transformações climáticas, as sociedades estariam criando modelos que instruiriam a forma como, no futuro, se apropriariam de experiências semelhantes.

Esse movimento de elaborar conhecimento sobre o vivido pelos sujeitos históricos por meio da elaboração de modelos conceituais indica a necessidade de se criar mecanismos que possam passar para as futuras gerações o aprendizado adquirido. Dessa forma, tempo não é uma categoria inata ao sujeito, mas algo que se aprende no processo civilizador, movimento pelo qual as sociedades desenvolvem convenções e regras de conduta e de sociabilidade.

Entretanto, Elias é cuidadoso ao esclarecer que o tempo não é uma invenção humana, ou ainda, o reflexo fiel de algo exterior ao sujeito. De fato, o tempo é uma instituição cujo caráter varia conforme as condições de desenvolvimento de cada sociedade; sua apreensão pelos sujeitos sociais, se dá também em função do processo de socialização pelo qual este sujeito se vê envolvido. Nas palavras do autor:

O indivíduo, ao crescer, aprende a interpretar os sinais temporais usados em sua sociedade, aprende a interpretar os sinais temporais usados em sua sociedade e a orientar sua conduta em função deles (ELIAS, 1998, p. 15).

As lembranças e representações sobre o tempo em uma pessoa dependem, pois, do tipo de desenvolvimento das instituições sociais que representam o tempo e difundem seu conhecimento, bem como das experiências que delas vão guardando as pessoas desde sua época de bebês até a sua vida adulta. Dentre aquilo que Elias nomeia como instituição social do tempo se incluem os relógios, os calendários e todos os demais instrumentos de determinação do tempo.

Todos esses instrumentos, por sua vez, baseiam-se em convenções que traduzem para o tempo social as dimensões do tempo físico:

Podemos afirmar que o relógio indica o tempo, mas ele o faz através de uma produção contínua de símbolos (...). A particularidade do tempo está no fato de que se utilizam de símbolos – hoje em dia essencialmente numéricos – como meios de orientação no fluxo incessante do devir, e isso em todos os níveis de integração, tanto física quanto biológica, social e individual (ELIAS, 1998, p. 16).

O caráter simbólico do tempo, bastante enfatizado na explicação de Elias, está associado às formas como as convenções sociais são comunicadas pelo processo de socialização do indivíduo dentro de uma coletividade. Todo indivíduo, ao crescer, aprende a se comunicar na língua do seu grupo; o processo de aprendizado da língua está associado diretamente às formas como os indivíduos se inserem socialmente.

Da mesma forma, a comunicação das transformações, dos processos, das experiências que se sucedem no transcurso de uma trajetória individual ou coletiva se dá pela elaboração de um conjunto de símbolos compartilhados no processo de socialização dos sujeitos sociais. A esse conjunto de símbolos refere-se o conceito de tempo. Assim, afirma Elias:

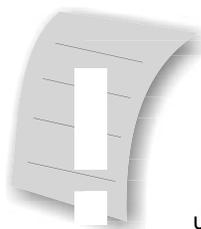
O tempo faz parte dos símbolos que os homens são capazes de aprender e com os quais, em certa etapa da evolução da sociedade, são obrigados a se familiarizar, como meios de orientação. Também nesse caso (como na linguagem), podemos falar da individualização de um fato social (ELIAS, 1998, p. 20).

O tempo compreendido como fato social aponta para a existência de uma experiência cultural das sociedades históricas cujo resultado foi a elaboração de convenções para institucionalizar o tempo. A convencionalização do tempo nas unidades ano, século, milênio etc. não trata simplesmente de uma matematização neutra da duração, mas o domínio onipresente de uma forma de homogeneizar o tempo múltiplo das vivências dentro de um processo civilizador. Dessa forma:

Quando os símbolos atingem um grau sumamente alto de adequação à realidade, torna-se difícil, num primeiro momento, distingui-los dessa mesma realidade. É o que acontece hoje em dia com símbolos cronológicos como os calendários, que, embora sejam suscetíveis de aperfeiçoamento, atingiram um grau sem precedentes de adequação à realidade. Essa equivalência, aos olhos de muitos, confunde a distinção entre, por um lado, as seqüências de acontecimentos que balizam a própria vida e, por outro, a relação construída pela civilização humana entre essas seqüências e aquelas em que repousam os calendários. Assim, muitos não conseguem impedir-se de ter a impressão de que é o próprio tempo que passa, quando, na realidade, o sentimento de passagem refere-se ao curso de sua própria vida e também, possivelmente, às transformações da natureza e da sociedade (ELIAS, 1998, p. 22).

Portanto, as reflexões de Elias indicam o tempo como um símbolo que comunica experiências, condensando-as em convenções que, por sua vez, organizam a vida das futuras sociedades. As adaptações, os ajustes e os deslocamentos dessas convenções revelam tanto o papel do sujeito na produção social do tempo como na importância em se considerar essa categoria em relação às condições objetivas de sua produção. Nesse sentido:

O tempo, que só era apreendido, no patamar anterior, como uma dimensão do universo físico, passa a ser apreendido, a partir do momento em que a sociedade se integra como sujeito do saber no campo da observação, como um símbolo de origem humana e, ainda por cima, sumamente adequado ao seu objeto. O caráter de dimensão universal assumido pelo tempo é apenas uma figuração simbólica do fato de que tudo o que existe encontra-se no fluxo contínuo dos acontecimentos (ELIAS, 1998, p. 31).



Vale ressaltar que a reflexão de Elias se insere num projeto mais amplo de estudar o processo civilizador no mundo ocidental. Dentro dessa perspectiva, o autor assume que o tempo se torna uma categoria universal por meio de um processo de socialização, mas também de dominação de uma lógica regida pela razão, pelo controle e pela organização coletiva.

Por outro lado, não desconsidera a possibilidade de se operar com outras modalidades de simbolização do tempo, como no caso das estruturas míticas, que são, no limite, formas de convencionalizar o tempo segundo referências vivências diferentes da sociedade moderna.

Não há dúvida em afirmar que, segundo Elias, as sociedades se complexificam no processo civilizatório, pois passam a condensar nos seus conceitos operacionais as vivências adquiridas e passadas de geração em geração pelo processo de aprendizado e socialização próprios da sociedade moderna.



Atende ao Objetivo 1

1. Quando viajamos para outro país, pode haver variação de fuso horário; por exemplo, entre o Rio e Paris, a diferença é normalmente de quatro horas; em época de horário de verão, cai para três. Em Geografia, aprendemos que o mundo é dividido por dois grandes meridianos: o de Greenwich e o equador, grandes círculos que servem para calcular a longitude e a latitude. O de Greenwich é o parâmetro para calcular os fusos horários. Entretanto, o interessante é que todas essas disposições para que nos orientemos no mundo são convenções. O meridiano de Greenwich, por exemplo, foi estabelecido em 1851 por Sir George Biddell Airy, membro do Real Observatório de Londres. Vale a pergunta: antes disso, como as pessoas faziam? As considerações de Elias, expostas nesse primeiro tópico da aula, permitem-nos pensar sobre essa pergunta simples, que envolve um problema complexo: o da elaboração de convenções e equipamentos para lidar e medir o tempo na modernidade.

Escreva um texto, em torno de vinte linhas, tendo como tema o tempo como fato social. Em seu desenvolvimento, pondere sobre as necessidades que levaram as ciências a tentar dominar.

No século XIX, as viagens transatlânticas já não eram novidade, e a capacidade de deslocamento se potencializou, o conhecimento do globo terrestre e o próprio domínio científico dessa abstração levaram à delimitação de convenções que pudessem garantir com segurança o deslocamento de homens, mulheres, mercadorias; enfim, a civilização ocidental se mundializava e, com ela, todos os seus equipamentos de homogeneização cultural. Nesse contexto, a criação de meridianos que orientassem a marcação dos horários pelas variações de dia e noite entre lugares diferentes, bem como definissem coordenadas de localização nas viagens por mar, terra e ar foi uma das respostas que a ciência deu para a demanda social de se ordenar o tempo.

O tempo como categoria para a pesquisa histórica

O historiador francês Marc Bloch define a história como “o estudo dos Homens no tempo”. Nessa definição, a categoria tempo ocupa um lugar central. Outros historiadores, ao longo do século XX, provenientes de diferentes tendências historiográficas, buscaram observar como o conceito de tempo se inscrevia na história-disciplina, dentre os quais duas abordagens mais influentes: a de Fernand Braudel e a de E.P. Thompson.

No artigo clássico *A longa duração*, publicado no ano de 1958, na revista dos *Annales*, Fernand Braudel, então diretor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, defende que o tempo histórico se constitui predominantemente por durações de três ritmos diferenciados: a curta duração, a média duração e a longa duração.

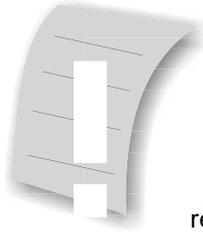
De forma simplificada, o que esse autor defende é que as sociedades se organizam temporalmente pelos ritmos das relações sociais. Assim, a natureza dos eventos e dos acontecimentos de diferentes procedências seria da ordem da curta duração. Já os ciclos econômicos, as conjunturas políticas e as ondas culturais estariam associadas ao tempo da média duração. Reservadas ao tempo longo

estariam as estruturas que mudariam muito lentamente, quase de forma imperceptível. Em suas obras, Braudel buscou analisar as relações do tempo com o meio geográfico, com as conjunturas econômicas e políticas, à luz dos acontecimentos. Considerava estes últimos “a espuma da história”, devido ao pouco impacto no movimento da história mais amplo ou, ainda, o “tempo imperioso” das estruturas.

A grande contribuição de Braudel para o tópico específico do nosso estudo foi a de acrescentar à noção de tempo como sequência de acontecimentos e como arco de experiências a de tempo como duração como a expressão dos ritmos diferenciados das sociedades históricas.

O historiador inglês E. P. Thompson, em sua reflexão sobre a historicidade das experiências sociais, reservou um espaço importante para o tempo como produto das relações sociais. Em um de seus escritos, denominado “Tempo, disciplina e trabalho” (1998), analisa como as relações dos sujeitos históricos com o tempo do trabalho, do ócio e do lazer foram modificadas com o advento do capitalismo e suas novas rotinas produtivas. O regramento do tempo da produção veio acompanhado da orientação para o uso produtivo do tempo livre, criando as noções de lazer regado contra o ócio improdutivo. Assim, o tempo definido pelo capitalismo tinha como central a jornada de trabalho que acabaria se decalcando a própria vida do trabalhador.

A grande contribuição dos escritos de Thompson para a temática do tempo foi a de historicizar os usos do tempo como uma dimensão da experiência social. Aponta na linha das reflexões de Elias, que um conjunto de mecanismos foi criado pela cultura moderna para controlar o tempo, sendo que na perspectiva marxista o tempo é um valor mensurável na composição dos salários e do lucro. Ambos também considerados como práticas sociais.



Braudel e Thompson constituem visões distintas da forma de elaborar o conceito de tempo nos estudos históricos, mas de forma alguma são excludentes. Ambos tratam a categoria *tempo* nas suas relações com as práticas sociais, ambos operam com a sociedade como uma totalidade composta de níveis, a saber: econômico, cultural e político, que se relacionam entre si necessariamente e, por fim, ambos estão interessados no capitalismo como uma realidade histórica. A grande diferença é que, enquanto Braudel se debruça sobre a duração, Thompson valoriza a mudança.

O tempo no trabalho dos historiadores

As reflexões de Elias, Braudel e Thompson têm em comum tomar o tempo como objeto de reflexão histórica. Dos três já apresentados, é justamente Braudel que desenvolve uma proposta metodológica mais explícita. Vale, na sequência, apresentar, com base nas reflexões de *Ciro Cardoso* (1988) sobre o tempo, três propostas metodológicas para se considerar o tempo no trabalho de pesquisa histórica. *Sergio Bagú*: propõe três dimensões pertinentes ao estudo dos “seres humanos organizados em sociedade”:

- a) tempo: sequência ou transcurso;
- b) tempo: raio de operações ou espaço;
- c) tempo: transformação e riqueza de combinações ou intensidade.

Para o autor, a existência social se dá em três dimensões com ritmos variáveis. *Robert Berkhofer Jr.* caracteriza duas dimensões presentes no manejo do historiador com a categoria: dimensão externa, o tempo físico, passível de mensuração; dimensão interna, tempo subjetivo.

O primeiro, ligado aos processos de datação, seria o tempo linear e irreversível, matemático e externo ao que acontece internamente.

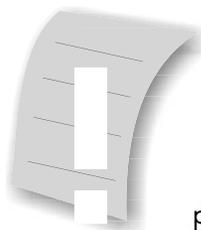
O segundo é entendido como o tempo cultural, como as diferentes sociedades manejam a categoria tempo e a concebem na sua vida social.

Estabelece cinco questões básicas para as quais o historiador deveria atentar ao operar com a categoria tempo, a saber:

1. a delimitação da sequência estudada;
2. a ordem da sequência em relação ao tempo;
3. a razão da ordem de ocorrência;
4. a localização da sequência no tempo (por que aconteceu naquela época e não em outra; por que não ocorreu então outra coisa);
5. ritmo da transformação durante a sequência examinada.

Escola dos Annales: relação passado/presente, fim da ideia de continuidade, politização da temática histórica a partir de reflexões próprias ao tempo do historiador.

Essas três propostas buscam definir diretrizes metodológicas para a organização de um princípio de periodização que esteja adequado às perspectivas do objeto de estudo proposto.



As propostas de periodização da História também são marcadas pelo debate filosófico entre convencionalistas e realistas.

- *realistas*: a periodização provém da própria natureza do objeto de pesquisa: os períodos estabelecidos de maneira adequada seriam um reflexo fiel da realidade histórica.

- *convencionalistas*: já que a história é um devir, um movimento contínuo e ininterrupto, qualquer periodização é arbitrária, podendo justificar-se unicamente por razões didáticas ou pragmáticas.

Em geral, a postura convencionalista é criticada pelo seu viés idealista, propondo-se, em substituição, uma perspectiva realista que não recaia num materialismo vulgar e estreito:

Se o tempo é apenas uma forma de existência das coisas e não uma coisa em si, é lógico que seja ordenado segundo os conteúdos e que, assim, possa ser concebido como algo homogêneo tanto quanto heterogêneo, descontínuo tanto quanto contínuo. As diversas periodizações possíveis não se equivalem: deverão

ser julgadas segundo sua pertinência em relação aos conteúdos concretos, que se trata de periodizar de acordo com algum quadro teórico (CARDOSO, 1988, p. 32).

Portanto, se do ponto de vista de uma história social do tempo os sistemas, as situações e as instituições são objetos de interesse do historiador, ao nos orientarmos para um tratamento metodológico da categoria tempo, o fundamental é compreender a relação que as fontes históricas estabelecem com o problema proposto pela pesquisa. É justamente na relação entre a pergunta feita ao passado e as fontes que temos para responder a ela que os marcos cronológicos da pesquisa se delinearão.



Atende ao Objetivo 2

2. O uso do conceito de tempo pelos livros didáticos é um dos itens de consideração nos Parâmetros Curriculares definidos para o ensino da História nos ciclos fundamentais e médios. Aproveite que você ainda tem o seu livro de História em casa e faça um estudo das formas que a obra lida com a categoria tempo. Algumas sugestões para o trabalho: a proposta apresentada na introdução da obra aponta o tempo como uma preocupação do livro; como a obra organiza o conteúdo a ser ministrado; qual o tipo de periodização; há relação entre passado e presente; enfim, avalie como a categoria tempo é apresentada no livro didático de História.

Resposta Comentada

○ trabalho deve incidir na avaliação dos tópicos sugeridos e caracterizar como a categoria tempo é tratada, ou seja, de forma estritamente linear, se há uma cronologia associada à dinâmica social, se o tempo é trabalhado como duração, como experiência.

○ resultado vai depender, em grande parte, do livro analisado.

O retorno do fato – sobre a noção de acontecimento moderno

Nos anos 1970, ocorreu uma grande renovação historiográfica, fruto das mudanças sociais dos anos 1960, com novos agentes sociais na cena histórica. A história, que antes era escrita do ponto de vista das elites, em geral, brancas e masculinas, foi invadida por mulheres, pelos pobres, pelas crianças, tornando mais complexa a trama que define a ação social e os seus sujeitos (isso será tema de uma das nossas aulas futuras).

Não somente do ponto de vista dos agentes sociais, mas também da forma de considerar o tempo dentro da perspectiva

da pluralidade de experiências que definem a dimensão real da experiência passada. Nesse caso, vale ressaltar que a historiografia hegemônica não era mais aquela relacionada aos eventos e batalhas, a execrada história factual. O acontecimento, o fato histórico, tinha sido banido da pesquisa histórica por ser considerado anedótico.

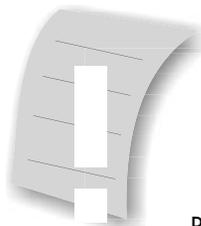
O que dominava em termos de análise, numa perspectiva de história eminentemente econômica, eram os ciclos e as conjunturas na média e longa duração. Nessa história, não havia lugar para o específico, somente para regularidades, tais como as análises de variação de preços, custos, inflação, crise econômica ou, do ponto de vista político, a ação de sujeitos coletivos associados diretamente à ação econômica, dentre os operários, ou ainda, a classe trabalhadora. Toda a análise não se baseava em datas, mas em períodos, em cronologias definidas diretamente pelo objeto de estudo em questão.

A emergência na cena pública de agentes que não eram contabilizados nos censos econômicos ou ainda não tinham um papel muito bem definido no processo de produção abriu novas formas de trabalhar com a experiência passada. O exemplo da história das mulheres é digno de nota, pois esse gênero consolida-se historiograficamente nos anos 1980, mas isso não significa que antes de serem estudadas, as mulheres não participavam da história.

Da mesma forma, o acontecimento, o fato, enfim, o dado específico e pontual que havia sido rejeitado pela historiografia dominante, volta à cena devido ao impacto dos meios de comunicação na produção de notícias. A possibilidade de registrar o acontecimento em tempo real, como no caso do 11 de setembro de 2001, mas, antes disso, do 11 de setembro de 1973, redefinem o papel que o acontecimento passa a ter para a pesquisa histórica.

Um dos trabalhos precursores na avaliação do impacto dos meios de comunicação na produção do evento moderno foi o de Pierre Nora, no clássico artigo "O retorno do fato", publicado no volume *História-Novos Problemas*, integrante da coletânea em

três volumes, *História novos objetos, Novos problemas e novas abordagens*, publicados na França em 1974, sob o título *Faire l’Histoire* e, logo depois, em 1978 no Brasil.



Antes de Nora nos anos 1960, o historiador Daniel Boorstein publicou o livro *A imagem*, onde tratava exatamente da capacidade da mídia impressa em produzir acontecimentos. Dentro de uma perspectiva mais factual, Boorstein relatou um conjunto de acontecimentos da história dos Estados Unidos que ganharam notoriedade somente através da mídia.

Atualmente, o estudo sobre o tempo presente toma o acontecimento como uma trama temporal, da qual se pode partir para tempos mais longos. Vários institutos e laboratórios de pesquisa, dentro e fora do Brasil, tomam o tempo presente como plataforma privilegiada de reflexão sobre o passado próximo (ver nas Referências uma relação de sites).

Na sequência, vamos trabalhar mais de perto, resumindo as principais ideias de Nora (1979) sobre a importância do acontecimento e o impacto da cultura da mídia, no redimensionamento da história contemporânea associada à reflexão do estatuto da história do tempo presente como uma nova conformação temporal desse período da história.

O perfil histórico das condições para o retorno do fato

Nenhuma época viu, como a nossa, viver seu presente como já possuído de um sentido histórico. E somente isso seria suficiente para dotá-la de uma identidade, para libertar a história contemporânea da sua “imperfeição”. As guerras totais e as transformações revolucionárias, a rapidez das comunicações e a penetração das economias modernas nas sociedades tradicionais,

em resumo, tudo o que se costuma entender por mundialização assegurou uma mobilização geral das massas que, por trás do *front* dos acontecimentos, outrora representavam os civilizados da história; ao passo que os movimentos de colonização e depois de descolonização integravam à historicidade de tipo ocidental sociedades inteiras que, ainda ontem, dormiam no sono dos povos “sem história” ou no silêncio da opressão colonial. Essa vasta democratização da história, que fornece ao presente a sua especificidade, possui sua lógica e suas leis: uma delas – a única que aqui desejamos isolar – é que a atualidade, essa circulação generalizada da percepção histórica, culmina num novo fenômeno: o acontecimento.

Produção do acontecimento: as condições de existência do acontecimento; os meios de sua veiculação; a espetacularização dos acontecimentos pela mídia e a noção de acontecimento monstruoso

Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua própria produção. Acontecimentos capitais podem ter lugar sem que se fale neles. O fato de terem acontecido não os torna históricos. Para que haja acontecimento, é necessário que seja conhecido.

Há vários meios de se comentar os Jogos Olímpicos, existem muito poucos de mostrá-los. E cada um sabe que se trata de uma montagem e, portanto, de uma escolha orientada de imagens, prevalecendo a impressão do vivido mais perto.

A televisão é, para a vida moderna, o que era o campanário para a aldeia, o ângelus da civilização industrial, mas portadora de uma palavra imprevista; é, como disse McLuhan, um *media* frio – aquele que, entre todos, favorece o domicílio e sem esforço

a mais intensa participação. Essa participação, se ousamos dizer, sem participação, essa mistura exata de distância e intimidade que é para as massas a forma mais moderna e geralmente a única de que dispõem para viver a história contemporânea. Nos dois sentidos do termo, o acontecimento é projetado, lançado na vida privada e oferecido sob a forma de espetáculo.

Os *mass-media*, dessa forma, fizeram da história uma agressão e tornaram o acontecimento monstruoso. Não porque sai, por definição, do ordinário, mas porque a redundância intrínseca ao sistema tende a produzir o sensacional, fabrica permanentemente o novo, alimenta uma fome de acontecimentos. Não que os crie artificialmente, como desejariam fazer crer os poderes quando têm interesse em suprimir o acontecimento ou como poderiam fazer crer certas performances de uma informação ébria com seus novos poderes – exemplo do Orson Welles. A própria informação segrega os seus anticorpos, e a imprensa escrita ou falada, no seu conjunto, teria como efeito, antes de tudo, limitar o desencadeamento de uma opinião selvagem. Assegura aos mídia uma posição crescente sobre os acontecimentos. Mas o sistema de detecção constituído pelos *mass-media* não pode senão favorecer a eclosão de acontecimentos maciços, esses vulcões da atualidade. Os acontecimentos são monstros que se repetem e se repetirão, na verdade, sempre mais frequentemente.

De agora em diante, o acontecimento oferece-se ao historiador do exterior com toda a força de um dado, antes de sua elaboração, antes do trabalho do tempo. E mesmo com muito mais força na medida em que os *media* impõem imediatamente o vivido como história, e que o presente nos impõe em maior grau o vivido. Uma imensa promoção do imediato ao histórico e do vivido ao lendário opera-se no momento mesmo em que o historiador se encontra confuso nos seus hábitos, ameaçado nos seus poderes, confrontado com o que se aplicava, em outro lugar, a reduzir.

**As metamorfoses do acontecimento:
acontecimento dos fatos cotidianos; o
papel do acontecimento nas sociedades
democráticas como sendo a dimensão do
maravilhoso no imaginário atual;
a dimensão da sincronicidade por meio
da transmissão direta e a capacidade de
o acontecimento se tornar um espetáculo
dentro da cultura histórica contemporânea
como parte de seu processo de
massificação**

A diferença entre os dois fenômenos é teoricamente bastante nítida. O acontecimento pertence por natureza a uma categoria bem catalogada da razão histórica: acontecimento político ou social, literário ou científico, local ou nacional, seu lugar se inscreve nas rubricas dos jornais (...). O fato cotidiano ocupa um lugar simetricamente inverso: afogado no que se encontra espalhado, fora de categoria, consagrado ao inclassificável e ao que não é importante, remete, por outro lado, a um conteúdo estranho a um contexto de convenções sociais, pela lógica de uma causalidade seja corrompida (do tipo: a mãe assassina os seus quatro filhos), seja trocada (do tipo: um homem morde seu cão). É essa relação teórica que se esfuma. Não que não haja mais diferença entre o fato cotidiano e o acontecimento; mas sobre qualquer acontecimento no sentido moderno do termo, o imaginário da massa quer poder enxertar qualquer coisa do fato cotidiano: seu drama, sua magia, seu mistério, sua estranheza, sua poesia, sua tragicomicidade, seu poder de compensação e de identificação, o sentimento da fatalidade que o acompanha, seu luxo e sua gratuidade. O imaginário pode, dessa forma, apropriar-se de qualquer fato cotidiano e fazê-lo atravessar, pelas mudanças de acontecimentos sucessivos, o cabo do acontecimento mais maciço no momento mesmo em que a história faz sentir sua degradação em fatos cotidianos.

Anterior: a realidade propõe, o imaginário dispõe.

O acontecimento é o maravilhoso das sociedades democráticas – imitam os temas do fantástico tradicional por meio do efeito de sobremultiplicação das performances da sociedade tecnocrática. Ex.: chegada do homem à Lua como o ícone do acontecimento moderno.

Instância do real, instância informadora, instância consumidora caminhando ao mesmo tempo.

A transmissão direta é causa necessária para a transformação da natureza do acontecimento.

E para restituí-lo sob a forma de espetáculo. A teatralidade própria a tantos acontecimentos contemporâneos é assegurada pela publicidade ou, pelo contrário, é a transmissão direta que lhe confere essa dimensão? Mas, de qualquer forma, a democracia do acontecimento e a espetacularidade progrediram no mesmo movimento? (...) O próprio acontecimento moderno encontra-se no seu desenvolvimento numa cena imediatamente pública, em não estar jamais sem repórter-espectador nem espectador-repórter, em ser visto se fazendo, e esse "voyeurismo" dá à atualidade tanto sua especificidade com relação à História quanto seu perfume já histórico. Daí essa impressão de jogo mais verdadeiro que a realidade, de divertimento dramático, de festa que a sociedade dá a si própria por intermédio do grande acontecimento. Todo mundo e ninguém toma parte, pois todos formam a massa à qual ninguém pertence. Esse acontecimento sem historiador é feito da participação afetiva das massas, o só e único meio que elas têm de participar na vida pública: participação exigente e alienada, voraz e frustrada, múltipla e distante, impotente e, portanto, soberana, autônoma e teleguiada como essa impalpável realidade da vida contemporânea que se chama opinião.

Publicidade é a lei de bronze do acontecimento moderno. A lei do espetáculo é a mais totalitária do mundo livre. Esquartejada dessa forma entre o real e a sua projeção espetacular, a informação perdeu a sua neutralidade de órgão de simples transmissão, qualquer

que seja a tecnicidade do sentido que lhe demos, a Informação, com maiúscula, funciona em princípio sempre como um redutor de incerteza.

Não há então, como pretendia Boorstin (1964), pseudo-acontecimentos que postulariam a parasitação de verdadeiros acontecimentos por falsos acontecimentos. O artífice – mas trata-se de artífice? – é a verdade do sistema. Melhor dizer que outrora se tinha necessidade do extraordinário para que houvesse acontecimento e que o acontecimento tende a ser num hoje que, aliás, nada possui de absoluto, seu próprio sensacional.

Não há acontecimentos felizes, são sempre catástrofes. Mas, para exorcizar o novo, há dois meios: conjurá-lo por meio de um sistema de informação sem informações, ou fazer dele, até os limites da redundância, o essencial da mensagem narrativa, arriscando-se a dar ao sistema de informação a vocação de destruir a si próprio: o nosso.

Esse estado de superinformação perpétua e de subinformação crônica caracteriza nossas sociedades contemporâneas. O acontecimento exibido não permite mais fazer a parte do exibicionismo factual. Confusão inevitável, mas favorável a todas as incertezas, às angústias e aos pânicos sociais. Saber é a primeira forma do poder numa sociedade de informação democrática. O corolário nem sempre é falso: quem detém o poder é tido como quem sabe.

Acontecimentos que traduzem desastrosamente, selvagememente, tanto a irrupção das assas na cena quanto a profunda frustração das multidões que se lançam sobre um falso saber para compensar sua falta de poder.

Multiplicar o novo, fabricar o acontecimento, degradar a informação são seguramente os meios de se defender. Mas a ambiguidade que se encontra no coração da informação acaba no paradoxo das metamorfoses do acontecimento.

O paradoxo do acontecimento: as chances para o historiador do presente de trabalhar com acontecimento dentro da dialética entre o real e a imaginação; a relação entre acontecimento e a sociedade que o produz; possibilidades de interpretação do acontecimento pelo historiador; a tarefa do historiador do presente e o novo estatuto do acontecimento nas sociedades industriais

Encontra-se aqui a chance do historiador do presente: o deslocamento da mensagem narrativa nas suas virtualidades imaginárias, espetaculares, parasitárias; tem como efeito assinalar, no acontecimento, a parte do não factual. Ou melhor, de fazer do acontecimento o lugar temporal e neutro da emergência brutal, isolável de um conjunto de fenômenos sociais surgidos das profundezas e que, sem ele, continuariam enterrados nas rugas do mental coletivo. O acontecimento testemunha menos pelo que traduz do que pelo que revela, menos pelo que é do que pelo que provoca; ele não é senão um eco, um espelho da sociedade, uma abertura.

Estabelece-se, dessa forma, entre o tipo de sociedade e sua existência factual uma estranha reciprocidade. Por um lado, é a sucessão de acontecimentos que constitui a superfície contínua da sociedade, que a institui e a define, na medida mesmo em que a rede de sua informação represente uma instituição.

Mas, inversamente, tais acontecimentos veiculam todo o material de emoções, hábitos, rotinas, representações herdadas do passado que frequentemente afloram à superfície da sociedade. Lugar de projeções sociais e de conflitos latentes é (...), o encontro de várias séries casuais independentes, um rasgão no próprio tecido social que o próprio sistema tem por função tecer. E o mais importante dos acontecimentos é aquele que faz readquirir a herança mais arcaica.

A partir desse momento não é o acontecimento, sobre a criação do qual não se tem poder algum, que interessa ao historiador, mas o duplo sistema que se entrecruza nele, sistema formal e sistema de significação; e ele se encontra mais bem colocado do que ninguém para se apropriar desse sistema. A análise formal conduz espontaneamente à análise de significação; não seria, para começar, senão a significação de um sistema formal em que é ele próprio um acontecimento.

O historiador do presente não pratica então outra coisa, para conseguir significações, senão o método seriado daquele do passado, com a diferença de que sua conduta tem por finalidade, aqui, culminar no acontecimento em lugar de procurar reduzi-lo. Faz conscientemente surgir o passado no presente em vez de inconscientemente surgir o presente do passado. O acontecimento tem como virtude unir num feixe de significações esparsas. Ao historiador cabe desuni-los para voltar a evidência do acontecimento à colocação da evidência do sistema.

Não há diferença de natureza entre uma crise, que é um complexo de acontecimentos, e um acontecimento, que assinala em algum lugar dentro do sistema social uma crise. Uma dialética que se instaura entre esses dois fenômenos que é o da mudança, diante da qual o historiador do passado se encontra tão desprovido quanto o historiador do presente.

A problemática do acontecimento encontra-se estreitamente ligada à especificidade da história contemporânea. Numa sociedade dita de consumo, talvez o tratamento ao qual submetemos o acontecimento seja uma maneira, entre outras, de reduzir o próprio tempo a um objeto de consumo e nele investir os mesmos afetos.

Se for verdade que a história só começa quando o historiador faz ao passado, em função do seu próprio presente, perguntas das quais os contemporâneos não poderiam ter a menor ideia, quem nos dirá qual inquietação se esconde por dentro dessa necessidade de acontecimentos, qual nervosismo implica essa tirania, qual o acontecimento maior de nossa civilização exprime a colocação desse vasto sistema do acontecimento que constitui a atualidade?



Atende ao Objetivo 3

3. As reflexões de Pierre Nora são fundamentais para compreendermos o sistema que relaciona a mídia e o regime de historicidade contemporâneo. Volte ao seu livro didático e avalie mais especificamente o tratamento que os capítulos dedicados à história contemporânea dão aos meios de comunicação, dentre eles, a televisão, a imprensa e o rádio.

Comentário

Na linha da atividade anterior, o encaminhamento da análise deve apresentar quantos capítulos o livro didático dedica à história contemporânea, indicar quais os meios de comunicação foram trabalhados e como. Vale a pena observar o uso das imagens, o crédito das fotografias, de onde elas foram tiradas. Em geral, as imagens circulam no mundo contemporâneo por meio das agências de notícias, que acabam homogeneizando as imagens no espaço global. O uso dessas imagens pelo livro didático acaba reforçando esse caráter homogeneizador.

Considerações Finais

Os Parâmetros Curriculares para o ensino da História nos níveis fundamentais, publicados em 1998 pelo MEC, tiveram o mérito de romper com os esquemas fechados do ensino da História em currículos sequenciais cuja cronologia era a única medida para lidar com o tempo histórico.

No item dedicado ao tempo, avalia-se de forma clara o impacto das novas abordagens trazidas pela renovação historiográfica, no campo da história ensinada. Destacam-se as abordagens do tempo múltiplo, do tempo social e do tempo também como medida, distância, arco de ação e experiência. Como fica explicitado na passagem:

O tempo pode ser apreendido pelas pessoas na convivência com a natureza e nas relações sociais. Ele é apreendido pela memória individual e também subjetivamente nas situações envolvendo emoções, como expectativas e ansiedades. É construído coletivamente pelas culturas e expresso em mitos, ritos, calendários e memórias preservadas por grupos e sociedades. Trata-se de uma construção objetiva quando está relacionado a padrões de medidas e mensurados seus intervalos e durações. É recriado nas narrativas orais, textuais e cinematográficas. Conceituado por filósofos, geólogos, astrônomos, físicos, arqueólogos e historiadores (BRASIL, 1998, p. 97).

Portanto, ao considerarem o tempo cronológico, o tempo como duração e os ritmos do tempo, incorporam as discussões realizadas pela historiografia, no sentido de incorporação no espaço da história ensinada a complexidade da categoria tempo.

Atividade Final

Leia os trechos retirados do texto “Parâmetros Curriculares de História para o ensino fundamental” e identifique algumas das posições teóricas apresentadas nesta aula.

No estudo da História o que existiu teve um lugar e um momento. Utilizam-se, então, calendários para possibilitar a diferentes pessoas compartilharem de uma mesma referência de localização dos acontecimentos no tempo, ou seja, que todas concordem, por exemplo, que o homem chegou à Lua no ano de 1969. Assim, é importante que os estudantes conheçam o calendário utilizado por sua cultura, para compartilharem as mesmas referências que localizam os acontecimentos no presente, no passado e no futuro, podendo julgá-los por critérios de anterioridade, posterioridade e simultaneidade.

É preciso considerar que as marcações e ordenações do tempo, por meio de calendários, podem variar de uma cultura para outra. As datações utilizadas pela cultura ocidental cristã (o calendário gregoriano) são apenas uma possibilidade de referência para localização dos acontecimentos em relação uns aos outros, permitindo que se conheça a ordem em que se desenrolaram.

Nos trabalhos com os alunos, não deve existir a preocupação em ensinar, formalmente, as conceituações de tempo histórico, mas sim um propósito didático de escolher temas de estudos que abarquem acontecimentos possíveis de serem dimensionados em diferentes durações . longa, média e curta duração. Por exemplo, pode-se trabalhar fatos políticos que se sucedem com rapidez no tempo, mudanças em costumes que demoram uma geração, ou regimes de trabalho que se prolongam por séculos.

Os acontecimentos podem ser estudados ainda na sua singularidade temporal; explicados a partir dos limites restritos de sua relação com alguns outros acontecimentos próximos de seu tempo. Podem ser estudados na sua inserção numa estrutura histórica maior, isto é, nas relações estabelecidas com outros acontecimentos que extrapolam o tempo presente e revelam a continuidade de aspectos sociais e econômicos resistentes a décadas e séculos; e/ou revelam a descontinuidade de lutas sociais, de organizações políticas, de costumes e valores interrompidos e retomados no seu processo. Nesse caso, cabe ao professor criar situações pedagógicas para revelar as dimensões históricas de tais acontecimentos, expondo suas relações com o presente, o passado e sua presença embricada na História.

No estudo da História considera-se, ainda, a dimensão do tempo predominante no ritmo de organização da vida coletiva, ordenando e seqüenciando, cotidianamente, as ações individuais e sociais. No caso das rotinas de trabalho dos camponeses que, por exemplo, dependem da época do ano para plantar e colher, o ritmo de vida orientador de suas atividades está mais relacionado aos ciclos naturais. Nesse sentido, é possível falar que os camponeses vivenciam no seu trabalho um tempo da natureza. Na produção de uma fábrica, por outro lado, onde os operários ganham pelas horas de trabalho, o ritmo de tempo é orientado pela marcação mecânica das horas de um relógio. Esse ritmo de tempo chamado de tempo da fábrica é encontrado também em outras atividades sociais, como nas rotinas escolares (PARÂMETROS, 1998, p. 98-101).

Comentário

Reconhece-se, no início das colocações, a reflexão de Elias; na sequência, Braudel e Nora; e finaliza com a presença de E. P Thompson. Para cada um desses autores, as noções de tempo como fato social, tempo como medida, tempo como duração, tempo como experiência humana ficam evidenciados.

RESUMO

O tempo histórico é um fato social que organiza a experiência coletiva por meio de várias formas institucionais, tais como o calendário, o relógio etc.

A categoria *tempo* muda de acordo com as sociedades históricas, pois revela as formas como tais sociedades se relacionam com os fenômenos naturais e com o seu próprio processo de evolução.

No trabalho do historiador, o tempo pode ser tratado como duração, como distância, como delimitação de um arco de experiências. Os períodos cronológicos resultam da construção de objetos de estudo e nunca são estabelecidos *a priori* do estudo a ser proposto.

Na perspectiva da duração, o trabalho de história considera três as principais dimensões: curta, média e longa duração.

O acontecimento na história contemporânea renovada pela perspectiva das abordagens do tempo presente deve ser considerado como uma trama temporal, a partir da qual se podem operar durações mais longas.

A história ensinada incorporou aos seus princípios a discussão ocorrida dentro do campo da historiografia e passou a considerar a categoria tempo dentro das suas múltiplas dimensões sociais.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos as relações entre a escrita da história, a imaginação histórica e as formas ficcionais.

Aula 14

História, ficção e
narrativa

Meta da aula

Apresentar o aspecto da discussão do estatuto da História como forma de conhecimento, no que diz respeito à sua relação com a ficção e com a narrativa.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. caracterizar as relações entre História e ficção;
2. identificar as relações entre a escrita da História acadêmica e as evidências do passado;
3. caracterizar o papel da narrativa na produção da História.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que você tenha estudado na Aula 11, o significado do realismo historiográfico; na Aula 12, as condições para a operação historiográfica; e, na Aula 13, a categoria tempo como fundamental para definição de História.

INTRODUÇÃO

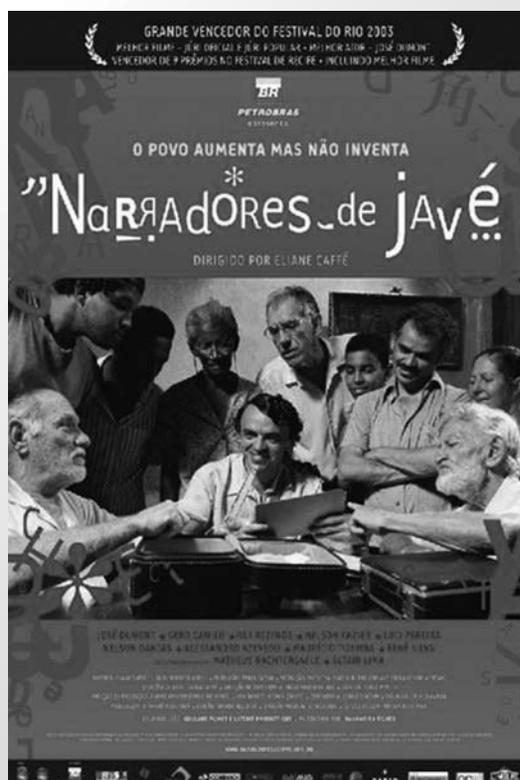
Você já teve a chance de ver o filme *Narradores de Javé* (CAFFÉ, 2004)? Ele conta a história de um povoado denominado Javé, ameaçado de sumir do mapa devido à construção de uma represa. Os moradores do povoado, inconformados com o destino da terra de seus ancestrais, descobrem que a única forma de barrar a construção da represa era o tombamento da cidade como patrimônio histórico. Entretanto, para isso, era necessário que os moradores comprovassem que a localidade tinha uma importância histórica, ou ainda, nas palavras de um dos personagens centrais da trama, Zaqueu: “história grande, com documentos e provas”. Portanto, necessitavam de uma grande narrativa que justificasse a importância daquele povoado, não somente para os seus moradores, mas para toda a História do Brasil. A solução para o problema foi contratar o único morador da cidade que sabia ler e escrever, Antônio Biá. Biá era um ex-funcionário dos Correios que havia sido banido da cidade, pois, para não perder seu emprego com o fechamento da agência na qual trabalhava, por falta de movimento (já que a população analfabeta não escrevia cartas), saiu escrevendo cartas com nomes dos moradores e histórias inventadas e mandou para os povoados vizinhos. Sua estratégia foi descoberta e os moradores o expulsaram da cidade; mas como agora precisavam dele para escrever a história da cidade, foram buscá-lo em comitiva.

O problema é que o povoado não tinha arquivos, com registros históricos que pudessem ser levantados. A alternativa do historiador oficial foi entrevistar os moradores mais ilustres. Entretanto, como todos se consideravam ilustres, a briga foi grande, marcada por disputas entre as diferentes versões em relação à “verdadeira história de Javé”.

O filme é uma boa metáfora sobre a relação entre memória e história e sobre a busca da verdade do passado. Nas várias versões sobre a fundação de Javé, como a do nobre português Indaleu,

a da mulher que o acompanhava, Maria Bina, e a da população afro-descendente local, que cria um mito fundador em torno de uma entidade chamada Indalaô, fica evidente que a grande narrativa histórica é produzida sempre em relação a um sujeito histórico. As reconfigurações do passado realizadas por cada narrativa não negava, no entanto, o fato de que num determinado momento da história o povoado foi fundado. Afinal de contas, o sino da cidade, uma verdadeira relíquia do passado, estava lá para provar. Testemunhos, vestígios, arquivos, evidências apóiam a interpretação do passado, mas só se tornam História se perguntas forem feitas e problemas levantados para encaminhar uma pesquisa e produzir uma explicação.

Assim, para pensarmos a relação entre a História acadêmica, produzida dentro das exigências do campo de produção do conhecimento histórico, e as demais formas de narrar o passado, devemos considerar que o passado não está pronto e se alimenta também da imaginação histórica dos sujeitos que a produzem. Nesta aula, vamos estudar as relações entre história e ficção tomando como apoio a noção de narrativa evidenciando as diferentes formas de representar o passado.



Ficha Técnica	Elenco
<p><i>Título original:</i> Narradores de Javé</p> <p><i>Gênero:</i> comédia</p> <p><i>Duração:</i> 100 min.</p> <p><i>Lançamento (Brasil):</i> 2003</p> <p><i>Distribuição:</i> Lumière e Riofilme</p> <p><i>Direção:</i> Eliane Caffé</p> <p><i>Roteiro:</i> Luiz Alberto de Abreu e Eliane Caffé</p> <p><i>Produção:</i> Vânia Catani e Bananeira Filmes</p> <p><i>Co-Produção:</i> Gullane Filmes e Laterit Productions</p> <p><i>Música:</i> DJ Dolores e Orquestra Santa Massa</p> <p><i>Som:</i> Romeu Quinto</p> <p><i>Fotografia:</i> Hugo Kovensky</p> <p><i>Direção de arte:</i> Carla Caffé</p> <p><i>Figurista:</i> Cris Camargo</p> <p><i>Letreiros:</i> Carla Caffé e Rafael Terpins</p> <p><i>Edição:</i> Daniel Rezende</p>	<p>José Dumont (Antonio Biá)</p> <p>Matheus Nachtergaele (Souza)</p> <p>Nélson Dantas (Vicentino)</p> <p>Rui Resende</p> <p>Gero Camilo (Firmino)</p> <p>Luci Pereira</p> <p>Nelson Xavier (Zaqueu)</p> <p>Jorge Humberto e Santos</p> <p>Altair Lima (Galdério)</p> <p>Alessandro Azevedo (Daniel)</p> <p>Henrique (Cirilo)</p> <p>Maurício Tizumba (Samuel)</p> <p>Orlando Vieira (Gêmeo)</p> <p>Roger Avanzi (Outro)</p>

<http://www.meucinemabrasileiro.com/>

História e Ficção: entre a invenção e a construção do passado

Durval Muniz de Albuquerque Junior

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (1982), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1988) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Atualmente é colaborador da Universidade Federal de Pernambuco, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de História, com ênfase em Teoria e Filosofia da História, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, nordeste, masculinidade, identidade, cultura, biografia histórica e produção de subjetividade. (Texto retirado do Currículo Lattes, plataforma CNPq informado pelo autor <http://lattes.cnpq.br/7585947992338412>)

Há cerca de três décadas, o uso da palavra *invenção* nos trabalhos de Ciências Sociais vem crescendo. Disseminam-se textos, cuja lista é bem longa, nos quais a palavra *invenção* assumiu o caráter de criação, inauguração, ruptura e, ainda, momento inaugural.

Essa tendência é associada pelo historiador **Durval Muniz de Albuquerque Junior** a mudanças significativas na prática historiográfica contemporânea:

O uso dessa expressão parece indicar mudanças paradigmáticas no campo da produção do conhecimento e das concepções filosóficas que a embasam. (...) ao usar a palavra *invenção*, os autores estão enfatizando a dimensão genética das práticas humanas, independentemente do que consideram ser as ações determinantes ou fundantes da sua realidade ou de suas representações. Os homens inventariam a História através de suas ações e de suas representações. Essa expressão remete a temporalização dos eventos, dos objetos e dos sujeitos, podendo se referir tanto à busca de um dado momento de fundação ou de origem, como a um momento de emergência, fabricação ou instituição de algo que surge como novo. O termo *invenção*, portanto, também remete a uma dada ruptura, a uma dada cesura ou a um momento inaugural de alguma prática, de algum costume, de alguma concepção, de algum evento humano (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 19).

No campo dos estudos históricos, o uso da palavra *invenção* sugere também um deslocamento importante para a valorização dos aspectos de representação do passado e dos usos de tais representações na dinâmica histórica. Dentre os trabalhos mais famosos no campo dos estudos históricos, cujo título alude a essa

noção, está a coletânea editada pelos historiadores **Eric Hobsbawn** e **Terence Ranger**, *Invenção das tradições*, publicada no Brasil, em 1997, pela editora Paz e Terra.

Nessa coletânea de ensaios, os autores refletem sobre a complexa interação entre passado e presente por meio dos “usos do passado”, mais particularmente, o uso da historiografia, pelas sociedades históricas, com efeito justificador e ideológico. Assim, esse estudo revela como os nacionalismos contemporâneos inventam discursos legitimadores apropriando-se das tradições e relatos passados.

Eric Hobsbawn – Reconhecido historiador marxista, nasceu em 1917 em Alexandria no Egito, e fez seus estudos em Viena, Berlim, Londres e Cambridge. Fundou, em 1952, juntamente com Edward P. Thompson e Christopher Hill, a revista inglesa “Past and Present”, responsável por inaugurar uma nova tendência na história social de enfoque marxista, incorporando no debate sobre as formações sociais aspectos da cultura e da política. Para Afonso Marques dos Santos, “Eric Hobsbawn é provavelmente o historiador de língua inglesa mais traduzido e publicado no Brasil. Seus livros, notáveis pela abrangência temática e pela qualidade da síntese, foram se tornando, desde a década de 70, leituras obrigatórias nos cursos brasileiros de História. (Historiador de formação marxista, tendo estudado em grandes universidades européias,) sua obra procurou compreender a História Contemporânea através de momentos-chaves, assinalados por tensões e conflitos sociais e que resultaram em revoluções e guerras. Sua escrita da História foi dirigida, na maioria das vezes, não para um fechado circuito de especialistas, mas para um público de leitores cultos, para aqueles que desejam saber como e por que o mundo chegou a ser o que é hoje e para onde caminha”

(<http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0017.htm>)

Terence Ranger – Nasceu em 1929 e realizou todos os seus estudos na Universidade de Oxford. Em 1957, ingressa na University College of Rhodesia (mais tarde Zimbábue) como professor de História Medieval e Moderna. Desde cedo se envolveu com a luta pelos direitos humanos integrando uma importante corrente de historiadores pós-coloniais. Depois da sua deportação da Rodésia em 1963, atuou em diferentes centros universitários na Inglaterra e nos Estados Unidos.

(<http://cas1.elis.rug.ac.be/avrug/ranger.htm>)

Entretanto, o uso do termo *invenção* no campo dos estudos históricos não é consensual e sugere debates e tomadas de posição. Albuquerque Jr. explica que o termo *invenção*, em História, se opõe a outro – o de *formação*. Tal oposição revela um deslocamento

importante no campo da historiografia brasileiro: desloca-se de uma postura onde predominava, entre os anos 1930-1950, a busca das “raízes”, das bases, das determinações, do sentido e dos elementos formadores do que se supunha ser a “cultura brasileira” e a “história brasileira”, para uma tendência que valoriza uma abordagem do evento histórico em que a ênfase está na descontinuidade, na ruptura, na diferença, na singularidade. Essa tendência afirma também o caráter *subjetivo* da produção histórica.

Esse deslocamento de posições predominantes no campo da historiografia brasileira é atribuído por Albuquerque à influência da virada linguística dos anos 1970 e à aproximação da história das demais disciplinas das ciências sociais, dentre as quais: antropologia, etnografia, psicanálise e linguística.

No novo posicionamento historiográfico em relação ao passado, estava embutida uma forte crítica à universalidade do homem, da razão ocidental, da racionalidade do sujeito, tanto como agente da história quanto sujeito do conhecimento – o historiador. A politização da história não passaria mais pela luta de classes, mas pela política das identidades e pela defesa das diferenças. Temas caros a uma historiografia de tendência mais culturalista, que se desenhou no final do século XX.

O autor ainda destaca a crescente preocupação, no campo dos estudos históricos, com questões relativas à narrativa histórica – a escrita da História – e como esta participa na própria elaboração do fato, tanto quanto a recepção do texto aponta também a ênfase cada vez maior na dimensão ficcional, poética ou, ainda, inventiva do discurso do historiador:

A história passa a se questionar como discurso, sobre como se dá a produção de sentido neste campo. A ingenuidade de pensar que a linguagem apenas espelha o objeto da experiência, que pode ser uma instância transparente a dizer as coisas como realmente são, começa a ser questionada pelas reflexões que se dão em torno do papel da linguagem,

num contexto em que o desenvolvimento da indústria cultural ou da cultura de massas coloca as linguagens no centro das reflexões políticas e filosóficas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 21).

Duas posturas epistemológicas circunscrevem a noção de invenção na produção historiográfica atual: história social e história cultural. Segundo Albuquerque Jr., a história social, de forte influência marxista, seria aquela que defenderia o princípio da abordagem realista e racional para estudar o passado:

A história social seria aquela que não poria em questão a materialidade, a objetividade, a realidade do fato histórico, mesmo já não considerando possível apreendê-lo em sua totalidade ou tal como ele foi. (...) O momento da invenção de qualquer objeto histórico seria o próprio passado e caberia ao saber histórico tentar dar conta dos agentes dessa invenção, definindo que as práticas, relações sociais, atividades sociais produziram um dado evento. Os documentos históricos são tomados como pistas através das quais se tenta rastrear o momento dessa invenção, os interesses que estavam na raiz de dado acontecimento, os conflitos e contradições que levaram à sua emergência. (...) Cabe ao historiador ir ao passado e interrogar as evidências que este deixou com as perguntas adequadas, munido dos conceitos e métodos apropriados, para este passado oculto revelar-se em sua lógica subjacente, agora por ele percebida, muitas vezes ignorada por seus próprios agentes (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 24).

Albuquerque Jr. discorda de tal princípio por entender que toda evidência não é um dado empírico em si mesmo, mas o resultado de um investimento de compreender o passado definido social e historicamente:

É o próprio conceito, é o discurso lançado sobre a empiria que a transforma em evidência. Nada é evidente antes de

ser evidenciado, ressaltado por alguma forma de nomeação, conceituação ou relato. Os documentos são formas de enunciação e, portanto, de construção de evidências ou de realidades. A realidade não é uma pura materialidade que carregaria em si mesma um sentido a ser revelado ou descoberto, a realidade além de empírica e simbólica, é produto da dotação de sentido trazida pelas várias formas de representação. A realidade não é um antes do conceito, é um conceito. (...) Somos nós que evidenciamos, colocamos em evidência dado evento ou conjunto de eventos e, no mesmo ato, esquecemos ou jogamos para os bastidores outros tantos acontecimentos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 25).

No lado oposto do espectro epistemológico, estaria a posição de uma história cultural de tendência idealista, na qual caberia ao sujeito toda a responsabilidade de inventar o passado:

Os fatos seriam apenas fabricações discursivas, os sujeitos e os objetos existiriam apenas no e como texto, como instâncias textuais; a realidade seria apenas uma construção narrativa, um efeito de realidade, viveríamos entre simulacros e simulações, mitos e mitologias (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 26).

Diante do impasse epistemológico que cinde o campo historiográfico atual, Albuquerque Jr. nos fala, aludindo aos escritos de Guimarães Rosa, da terceira margem do rio:

O que significa pensar a História e escrevê-la desta terceira margem? Significa primeiro pensar que a História não se passa apenas no lugar da natureza, da coisa em si, do evento, da matéria ou da realidade, nem se passa apenas do lado da representação, da cultura, da subjetividade, do sujeito, da idéia ou da narrativa, mas se passa entre elas no ponto de encontro e na mediação entre elas, no lugar onde estas divisões são indiscerníveis, onde os elementos e variáveis

se misturam. (...) Qualquer evento histórico é uma mistura tal de variáveis, é fruto do entrelaçamento de tantos outros eventos de natureza diferenciada, que sempre visualizamos apenas parcialmente e pomos em evidência apenas alguns destes elementos que o constituem. (...) Nós historiadores, ao contrário do que faz crer as dicotomias que atravessam nosso campo de estudo hoje, não escrevemos a História da margem direita ou da margem esquerda do rio, (...) nós escrevemos a História de dentro dela mesma, escrevemos a História navegando em seu leito, a barca da historiografia, como nos diz Hartog, se não pode ser mais a barca de Ulisses, pois não podemos viver de lendas e viver as lendas, é a barca de Heródoto, a barca curiosa, que percorre mundos e tenta dar testemunhos do que vê, de onde se fala do real, embora com olhos gregos e as formas de narrar gregas, inventando ao mesmo tempo o real, o grego e o bárbaro (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 28-29).

O autor destaca que é através da linguagem e das formas discursivas que o historiador realiza a sua mediação:

Este trabalho de mediação, de tradução, exercido pelo historiador, tem como principal instrumento a narrativa, a linguagem, que é o recurso fundamental de mediação, de mistura, de relação do homem com o mundo. Não existe evento humano e humanização que não passem pelo conceito, pelo significado, pela significação (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 33).

Um dos principais filósofos a pensar a relação entre história e ficção, pela via dos estudos da linguagem e da interpretação de textos, foi **Paul Ricoeur**, que denominou esse procedimento de *hermenêutica*.

Segundo o autor, a hermenêutica como processo de interpretação de textos deveria ultrapassar os limites do próprio texto,

Paul Ricoeur

Nasceu em Valence, França, em 1913 e faleceu em 2005. Estudou nas Universidades de Rennes e Paris, doutorou-se em Letras em 1950 e foi professor decano da Universidade de Paris-Nanterre nos anos 1960. Atuou também na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, regularmente até 1992, quando retomou seu posto em Paris. Autor de inúmeras obras, dentre as quais os três tomos de *Tempo e narrativa*, é considerado uma referência fundamental para o estudo da hermenêutica como processo de interpretação das ações humanas e de suas experiências sociais narradas em textos.

Fonte: <http://plato.stanford.edu/entries/ricoeur/>

sendo, portanto, um procedimento de compreensão e interpretação das ações humanas mediadas por seus vestígios, rastros e discursos. Assim, a compreensão da ação e do comportamento humanos estaria mediada pelo uso da linguagem, ou seja, pela produção de discursos. Ricoeur explica o significado de hermenêutica associando-o aos processos de interpretação e compreensão, que serão desenvolvidos na Aula 15, quando abordarei o problema das formas de produzir o conhecimento histórico. Vale adiantar as definições dadas pelo autor, para assim compreendermos as possíveis relações entre o relato histórico e o ficcional.

Escreve o autor na obra *Interpretação e ideologias* (1977):

Adotarei a seguinte definição de trabalho: a hermenêutica é a teoria das operações de compreensão em sua relação com a interpretação dos textos. A ideia diretriz será, assim, a da referência do discurso como texto (p. 17).

Portanto, o trabalho da hermenêutica atual é buscar as categorias do texto que permitam ultrapassar a posição básica da hermenêutica romântica do século XIX entre explicar e compreender. Compreender deixa de ser uma simples forma de conhecer para tornar-se uma maneira de ser e de relacionar-se com os outros seres.

Segundo Ricoeur, o discurso sempre envolve um interlocutor ou escritor, uma audiência ou leitor, como também algo dito sobre algum assunto. Dessa forma, Ricoeur delimita quatro características do discurso que são de fundamental importância para a analogia que faz entre textos e ações. Primeira, o discurso sempre acontece num determinado momento do tempo. Segunda, o discurso sempre se refere a uma pessoa que fala ou escreve, ouve ou lê. Terceira, o discurso estabelece uma comunicação entre interlocutores. Quarta, o discurso se refere ao mundo que ele quer descrever, expressar ou representar. Assim, os discursos tomados como textos levam para dentro da prática de interpretação a dimensão extra e intertextual.

Vale enfatizar que todo o procedimento interpretativo proposto por Ricoeur leva em consideração a dimensão temporal dos discursos, bem como a sua indefectível procedência em uma ação humana. Portanto, nós, os sujeitos históricos, estamos no mundo mediados por textos/discursos que tornam esse mundo inteligível para quem o vivencia. Os relatos históricos e ficcionais seguem a mesma regra de produção, reconfigurando a experiência vivida em texto/discurso. Entretanto, o que calibraria uma diferença fundamental entre a história e a ficção seria a marca do tempo passado que sustenta a reconfiguração historiográfica em forma de evidência, rastro ou, ainda, arquivo.

A questão da relação da história com o passado já não pertence com efeito ao mesmo nível de investigação que de sua relação com a narrativa, mesmo quando a epistemologia do conhecimento histórico inclui em seu campo a relação da explicação com testemunhos, com documentos, com arquivos e que faz da história um conhecimento por rastros (...)

A história como pesquisa detém-se no documento como coisa dada, mesmo quando se eleva ao nível do documento dos rastros do passado que não se destinam a servir de esteio a uma narrativa histórica. A invenção documentária é ainda, portanto, uma questão de epistemologia. O que não o é mais é a questão de saber o que significa a intenção pela qual, ao inventar documentos – a história tem consciência de se relacionar com acontecimentos “realmente” ocorridos. Nessa consciência é que o documento se torna rastro, ou seja, ao mesmo tempo um resto e um signo do que foi e não é mais. Cabe a uma hermenêutica interpretar o sentido dessa intenção ontológica, pela qual o historiador, fundamentando-se em documentos, procura alcançar o que foi mas já não é. Para dizer isso num vocabulário mais familiar, como interpretar a pretensão da história, quando ela constrói a sua narrativa, a reconstruir algo do passado? O que autoriza a pensar na construção como reconstrução? (RICOEUR, 1997, p. 10).

A reflexão de Ricoeur abre espaço para que se pense as possibilidades entre a ficcionalização da história e a historicização da ficção. Evidencia ainda que:

A vantagem de uma abordagem que acopla a história e a ficção diante das **aporias da temporalidade** é aquela que convida a reformular o problema clássico da referência a um passado que foi 'real' (ao contrário de um 'irreal' da ficção) em termos de reconfiguração, e não o inverso (RICOEUR, 1997, p. 10).

O tempo humano ou seja, tempo que todos nós experimentamos de forma subjetiva, é sempre algo narrado, e a narração, por sua vez, revela e identifica a existência temporal do homem. O tempo aponta para a narração e esta aponta a um sentido mais além de sua própria estrutura. A narração se estrutura segundo três dimensões: o tempo vivido, sua integração numa trama e o tempo da leitura, com o qual se finaliza a obra. Essa tríplice dimensão coloca à prova os dois modelos narrativos: o relato histórico e o relato de ficção.

Aporias da temporalidade

Em filosofia, a noção de aporia quer dizer uma dificuldade de ordem racional, que parece decorrer exclusivamente de um raciocínio ou conteúdo dele. Associada à perspectiva temporal, a aporia passaria a estar relacionada às dificuldades de compreender as formas de sentir, pensar e experimentar a categoria tempo.

O tempo como distância, duração, extensão, orientação, situação, bem como as formas interiores ao sujeito de elaborar a sua experiência temporal pela memória, a noção de um presente-passado, presente-atual e presente-futuro seriam algumas das questões associadas às aporias da temporalidade a que Ricoeur se refere no texto citado.



Atende ao Objetivo 1

1. Um número maior de indivíduos apreende mais o passado por intermédio de romances históricos...do que por intermédio de qualquer história formal. Alguns romances usam a história como pano de fundo para personagens imaginários; outros transformam em ficção a vida de personagens reais, inserindo episódios inventados entre os acontecimentos verdadeiros; já outros distorcem, acrescentam e omitem. Assim como na ficção científica, alguns passados ficcionais são paradigmas do presente, e outros são exoticamente diferentes; ambos inventam o passado para deleite dos leitores (...) Assemelhando-se aos romancistas como contadores de história, os historiadores procuram distanciar-se como especialistas, enfatizando que a história é escrupulosa com os fatos do passado e aberta ao escrutínio de outros pesquisadores, ao passo que a ficção não se prende a nenhuma dessas restrições. A diferenciação entre história e ficção é recente foi um subproduto do final da Renascença, voltada para a veracidade e a precisão das fontes históricas. A medida que a história assumiu o rigor científico, o romance histórico avançou na direção da imaginação do passado. A demanda popular por visões imaginativas do passado impregnou tão intensamente a ficção do século XIX, que muitos a identificaram totalmente com o passado (LOWENTHAL, 1998, p. 127-129).

O trecho acima do historiador David Lowenthal identifica alguns elementos importantes para se discutir a relação entre história e ficção. Leia o texto com atenção e caracterize como essa relação foi construída ao longo do tempo e o papel de cada uma na elaboração de uma consciência histórica pelo presente:

Comentário

É importante identificar que tanto os relatos de ficção histórica quanto os relatos históricos não ficcionais toma como matéria-prima o passado. Essa relação foi construída pelo distanciamento entre o relato não ficcional dos efeitos imaginativos da ficção, na medida em que a história disciplina defendia um estatuto de ciência mais objetivo. Assim, as evidências tomadas como fontes históricas passaram a calibrar a diferença entre a História e os romances históricos, com grande vantagem para a segunda abordagem, principalmente no século XIX, marcado pelos movimentos românticos e liberais.

O verdadeiro, o falso e o fictício: a escrita da história e as evidências do passado

O título desse item toma de empréstimo uma parte do livro do historiador **Carlo Ginzburg**, *O fio e os rastros: o verdadeiro, o falso e o fictício*, escrito em 2005 e publicado no Brasil dois anos depois. O livro é uma coletânea de ensaios escritos ao longo dos últimos anos do século XX, cujo fio condutor é o de investigar as formas de escrita que a História assumiu ao longo da sua própria trajetória. Dialoga, assim, com os artífices de textos antigos, de tratados sobre o antiquarismo e sobre as possibilidades de provar a existência do passado. Um diálogo *no tempo* e *entre tempos*, cujo interlocutor é o historiador de ofício, aquele que assume a profissão de compreender, interpretar, explicar e também de narrar o passado, por intermédio das suas evidências.

Na base da sua argumentação está a ideia de que tanto as escritas da história quanto a própria noção de verdade não são fenômenos atemporais, possuem também uma historicidade que fornece sentido às diferentes formas de narrar o passado. No entanto, a base do relato histórico são sempre evidências, registros ou, ainda, testemunhos. Assim, nesse item, vamos trabalhar os argumentos de Carlo Ginzburg para aprofundar o debate sobre a relação entre história e ficção.

Ginzburg toma como ponto de partida a sua própria experiência de pesquisa e sua trajetória no ofício. Afirma categoricamente que de que “entre os testemunhos, sejam os narrativos, sejam os não-narrativos, e a realidade testemunhada, existe uma relação que deve ser repetidamente analisada” (GINZBURG, 2007, p. 8). Essa abordagem lança uma nova posição no debate sobre a relação entre história e ficção, como explica: “Contra a tendência do ceticismo pós-moderno de eliminar os limites entre narrações ficcionais e narrações históricas, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas, eu proponha considerar a relação entre

Carlo Ginzburg

Historiador italiano, nascido em Turim, em 1939. Entre 1986 e 2006 foi professor da Universidade da Califórnia em Los Angeles, então retornando para a Itália para lecionar na Scuola Normale Superiore de Pisa. É considerado um dos principais expoentes intelectuais da micro-história, uma abordagem da história que opera com uma gama significativa de evidências em torno de casos específicos, como foi o caso do seu famoso livro *Queijo e os Vermes* (Companhia das Letras, 1987), que trata da condenação, pela Inquisição, de um moleiro na região italiana do Friuli, por heresia. Publicou vários livros, dentre eles, muitos já foram traduzidos para o português. (<http://www.sscnet.ucla.edu/history/ginzburg/>, dentre outras fontes de informação)

umas e outras como uma contenda pela representação da realidade. Mas, em vez de uma guerra de trincheira, eu levantava a hipótese de um conflito feito de desafios, empréstimos recíprocos, hibridismos” (idem, p. 9).

Sem negar a dimensão subjetiva da escrita da História, Ginzburg ressalta que essa dimensão não esvazia o caráter de cientificidade da História, pois esse conhecimento deve estar sempre baseado em evidências ou testemunhos. Esses testemunhos, em compasso com as reflexões de Marc Bloch, na obra “Apologia da História, o ofício do Historiador”, devem ser estudados como documentos, fontes segundo as quais elabora-se uma narrativa sobre o que já foi vivido.

Dessa forma, a mudança fundamental reside na noção de testemunho histórico, até mesmo o testemunho mais voluntário, pois possui algo de involuntário aquilo que fornece uma espessura mais profunda à compreensão dos testemunhos do passado, ou seja, a própria sociedade que o produziu com todas as suas especificidades relativas às mentalidades, às técnicas e à economia.

Para Ginzburg, a resposta que Bloch forneceu a uma história positivista, contra qual orientou suas reflexões nos anos 1920, serve também de apoio para se combater o ceticismo radicalmente antipositivista que ataca o caráter de referência dos textos como tais, na virada do século XX para o XXI. Isso porque,

Escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontroladas: por exemplo, a das mulheres ou dos homens que, nos processos de bruxaria, de fato escapavam dos estereótipos sugeridos pelos juízes. Nos romances medievais, podemos detectar testemunhos históricos involuntários sobre usos e costumes, isolando na ficção fragmentos de verdade (...) A ficção, alimentada pela história, torna-se matéria de reflexão histórica ou ficcional, e assim por diante (GINZBURG, 2007, p. 11).

Entretanto, nosso autor não se limita a criar uma ponte entre ficção e relato verídico, aponta que o historiador em suas pesquisas não pode bancar o ingênuo, rejeitando suas fontes por falsas: deve encarar o sentido da mentira e buscar nas razões do passado os motivos da falsificação. Dessa forma, Ginzburg amplia o debate sobre as relações entre a ficção e a realidade, introduzindo um terceiro termo, o não autêntico, ou o fictício que se faz passar por verdadeiro, sendo esse

Um tema que deixa os céticos em situação incômoda, pois implica a realidade: essa realidade externa que nem sequer as aspas conseguem exorcizar... ninguém pensará que é inútil estudar falsas lendas, falsos acontecimentos. Falsos documentos: mas uma tomada de posição preliminar sobre sua falsidade ou autenticidade é sempre indispensável.

Complementa a sua avaliação sobre o lugar de fala dos historiadores e romancistas apoiando-se naqueles que deram o primeiro passo rumo a uma escrita da história no Ocidente, os gregos.

Os historiadores, escreveu Aristóteles, falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo (GINZBURG, 2007, p. 14).

Para destrinchar esse entrelaçamento, Ginzburg busca analisar os “efeitos de verdade”, que fazem do texto histórico um texto aceito como um texto verdadeiro ou, ainda, que possui credibilidade ou, ainda, institucionalidade. Como explica no trecho seguinte:

Afirmar que uma narração histórica se assemelha a uma narração inventada é algo óbvio. Parece-me mais interessante indagar por que percebemos como fatos reais os fatos contados num livro de história. Em geral se trata de um resultado produzido por elementos extra-textuais e textuais. Vou me deter nestes últimos, procurando ilustrar certos procedimentos, ligados a convenções literárias, com que historiadores antigos e modernos tentaram comunicar o "efeito de verdade" que consideravam parte essencial da tarefa que se atribuíam (GINZBURG, 2007, p. 18).



Ginzburg retoma a expressão do semiólogo francês Roland Barthes, efeito do real, mas numa direção oposta. Para Barthes, que identifica realidade e linguagem, 'o fato nunca tem mais do que uma existência linguística' e a 'verdade', entre aspas, é assimilada pela polêmica contra o realismo. Ginzburg defende que os fatos têm também uma existência extralinguística, e que a noção de verdade é parte de uma história muito longa, que coincide talvez com a história da espécie. Mas os processos usados para controlar e comunicar a verdade mudaram ao longo do tempo (GINZBURG, 2007, p. 341).

Ainda seguindo a pista dada pela historiografia clássica grega sobre o valor da verdade na produção do relato histórico, Ginzburg introduz a noção grega de *enargeia* (efeito estilístico que surge de uma descrição em que nada é supérfluo) do grego – vividez, ou, ainda, a capacidade de reviver o fato relatado pela sua narração. Nessa modalidade narrativa nada é omitido, donde surge a abundância de detalhes. Dentre os efeitos da *enargeia* estava a sua capacidade mimética.

Nesse sentido, para a historiografia clássica o esquema que funcionava era o seguinte:

Narração histórica – descrição – vividez – verdade. A diferença entre o nosso conceito de história e o dos antigos se resumiria da seguinte forma: para os gregos e romanos, a verdade histórica se fundava na *evidentia* (o equivalente latino de *enargeia*, proposto por Quintiliano); para nós, nos documentos (em inglês, *evidence*) (GINZBURG, 2007, p. 24).

A partir do século XVI, os historiadores que se consideravam herdeiros de Heródoto, Tucídides e Lívio a verdade era considerada antes de tudo uma questão de persuasão, ligada só marginalmente ao controle objetivo dos fatos. A grande ruptura vem só mais tarde, no século XVII quando se começou a analisar sistematicamente a diferença entre fontes primárias e fontes secundárias, como aponta Ginzburg:

No seu famoso ensaio ‘*Storia antica e antiquaria*’, Arnaldo Momigliano demonstrou que essa contribuição decisiva ao método histórico vinha de especialistas em Antiguidade, que usavam testemunhos não literários para reconstruir fatos ligados à religião, às instituições políticas ou administrativas, à economia (...) os especialistas em Antiguidade objetaram que medalhas, moedas, estátuas, inscrições ofereciam uma massa de material documental muito mais sólida e fidedigna do que fontes narrativas contaminadas por erros, superstições e mentiras. A historiografia moderna nasceu da convergência entre duas tradições intelectuais diferentes: a *histoire philosophique à Voltaire* e a pesquisa sobre a Antiguidade (GINZBURG, 2007, p. 24).

Temos, portanto, de um lado, a história cujo princípio ético defendido pela filosofia seria o de diferenciar o correto do incorreto, instruindo as futuras gerações a agir – a história *magistra vitae* (em latim “mestra da vida”, segundo a célebre definição de Cícero).

De outro a história como um inventário de evidências materiais do passado, defendida pelo movimento antiquarista. Nesse caso, o uso de elementos extratextuais aparece nos anais de forma a dar credibilidade ao relato descritivo:

As citações, notas e sinais lingüístico-tipográficos que as acompanhavam podem ser considerados – como procedimentos destinados a comunicar um efeito de verdade – os equivalentes da *enargeia* (...) A *enargeia* era ligada a uma cultura baseada na oralidade e na gestualidade; as citações na margem, as remissões ao texto e os colchetes, a uma cultura dominda pelos gráficos. A *enargeia* queria comunicar a ilusão da presença do passado; as citações sublinham que o passado nos é acessível apenas de modo indireto, mediado (GINZBURG, 2007, p. 36-37).

O movimento antiquarista também valoriza o

Documento como prova material do passado” – as construções antigas, as relíquias, as moedas e insígnias, bem como os afrescos e colunas, seriam muito mais eloquentes e reais do que qualquer narração completa do passado. Assim, segundo nosso autor, a noção de prova supera a da descrição completa: “Graças sobretudo à história eclesiástica e antiquária, a prova documental (*evidence*) impôs-se sobre a *enargeia* (*evidentia in narratione*). Embora não sejam de fato incompatíveis, nenhum historiador hoje pode pensar em se servir da segunda como sucedâneo da primeira (GINZBURG, 2007, p. 38).

Portanto, o regime de verdade com o qual o historiador opera não pode perder de vista duas características fundadoras da disciplina: a responsabilidade ética da produção do relato verídico e o apoio em evidências a partir das quais suas afirmações podem ser testadas.



Atende ao Objetivo 2

2. Em 1395 Manuel Crisolora, erudito grego que se transferiu para a Itália, escreveu um texto datado de 1411. Depois da sua ida para Roma e da presença viva da Antiguidade nas construções e cultura material, reflete:

acredita-se que Heródoto e outros historiadores nos tenham prestado um serviço útil, mas nessas obras é possível ver tudo, como se vivesse a verdade naqueles tempos e entre os diferentes povos, de tal forma são uma historiografia que tudo definem de modo simples, aliás, não uma obra histórica (*historian*), mas eu diria quase que a visão direta (*autopsian*) e a presença efetiva (*parousian*) de toda a vida que naqueles tempos se desenrolavam em cada lugar.

Ginzburg comenta o trecho ressaltando que Crisolora efetivamente recupera o valor de vividez e o efeito de verdade contido nos textos dos historiadores antigos, mas retirando-lhes o caráter de relato histórico e valorizando a noção de testemunho direto – ou seja uma fonte de conhecimento sobre o passado. No entanto, reafirma que nesse momento a posição mais comum seria a de valorizar a prova material e objetiva do passado nos restos e resquícios da Antiguidade, em detrimento dos abusos retóricos da narração.

O tema não era novo; nova era a desconfiança na possibilidade de evocar, graças ao virtuosismo retórico, o passado como um todo. No lugar começava a aflorar a consciência de que nosso conhecimento do passado é inevitavelmente incerto, descontínuo, lacunar: baseado numa massa de fragmentos e de ruínas (GINZBURG, 2007, p. 40).

Tanto o trecho do historiador do século XV quanto o do século XXI nos permitem avaliar posições distintas sobre a forma como a história elabora as evidências do passado. Identifique e caracterize tais posições:

Resposta Comentada

Uma primeira posição defende a perspectiva de que o relato histórico escrito por aqueles que conseguiram juntar um conjunto significativo de testemunhos deve ser o mais completo possível e recriar com detalhes descritivos o passado na sua integralidade.

Uma segunda posição defende a perspectiva de que as provas materiais são as únicas capazes de recuperar o passado na sua dimensão integral, valorizando o culto das peças originais e autênticas como uma prova irrefutável dos tempos passados.

Por fim uma terceira posição, mais crítica e cética, que pondera a possibilidade de se recuperar o passado como uma totalidade e aponta para o caráter lacunar e fragmentário do conhecimento que temos do passado.



História, narrativa e mundo real: continuidades e discontinuidades

Um terceiro e último aspecto da relação entre história e ficção diz respeito ao caráter narrativo do relato histórico. Mais uma vez, o debate em torno da narratividade em história, pode ser delimitado entre duas posições epistemologicamente discordantes: os realistas que defendem a continuidade entre a narrativa e o mundo real, e os antirrealistas, que trabalham no princípio da discontinuidade (CARDOSO, 2005).

No capítulo 3 de seu livro de ensaios, *Um historiador fala de teoria e metodologia*, o historiador **Ciro Flamarion Cardoso** discorre sobre essas duas posições divergentes, assumindo claramente a defesa pelo realismo historiográfico. Cardoso aponta que os debates sobre a natureza da relação que existe entre narrativa e os fatos que descreve

É um importante debate epistemológico, tendo a ver diretamente com a veracidade (ou não) das explicações que assumem a forma de um relato, como ocorre frequentemente no caso dos textos históricos (CARDOSO, 2005, p. 63).

Esses debates, segundo o autor, associam-se às discussões sobre o realismo e o antirrealismo, este último voltado para perspectivas estetizantes da História, e a decisão de se produzir, em História, textos com caráter científico ou da mesma ordem dos da literatura ficcional.

Na sequência da sua argumentação Cardoso avalia o assalto a posição realista que defende a veracidade das narrativas históricas, desde que essas seguissem certas regras de elaboração, como tendo sido perpetrado por filósofos, teóricos da literatura e certos historiadores que defendem que os fatos humanos são descontínuos, não se agrupam em narrativas e que qualquer texto narrativo visa

Ciro Flamarion Santana Cardoso

Historiador brasileiro nascido em 20 de agosto de 1942. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1965) e doutorado em História - Université de Paris X, Nanterre (1971). Professor titular da Universidade Federal Fluminense, possui larga produção bibliográfica, incluindo interesses temáticos que vão da Historiografia e da Metodologia da História até os estudos sobre Antiguidade e, mais particularmente dentro deste campo, a Egiptologia.

criar um efeito de realidade. Tópicos defendidos pelos representantes da virada linguística e pelas teorias de desconstrução.

Assim, Cardoso polariza o debate em torno da narrativa em duas posições distintas: os defensores da continuidade entre narrativa e mundo real e, do lado diametralmente oposto, os que defendem a descontinuidade.

A posição antirrealista que defende a descontinuidade é assim resumida por Cardoso:

As teorias que afirmam a descontinuidade entre narrativa e realidade argumentam com freqüência que a organização do texto em forma de relato impõe aos fatos a que se refere uma estrutura cuja forma é a de uma narrativa com começo, meio e fim – estrutura que procede do fato de narrar, não dos próprios fatos vividos no mundo real. A narrativa não passa de um produto de uma construção do imaginário (da "imaginação histórica", diz Hayden White); não tem qualquer veracidade, mesmo quando apoiada em fontes, pois não se trata de uma questão de documentação: tratar-se-ia de uma descontinuidade profunda. Não há começo, meio, fim na vida individual ou coletiva: há mera seqüência de eventos que "terminam" onde se quiser, mas nunca concluem, posto que sempre existem um antes e um depois. Em outros termos: textos e realidades se situam em planos distintos, que não há como aproximar. Ao se operar uma assimilação dos planos, cai-se na ilusão, no escapismo, no desvio; ou mesmo, tal operação pode constituir um instrumento de manipulação (CARDOSO, 2005, p. 65).

Do outro lado do espectro epistemológico estariam os "continuistas", dentre os quais o próprio autor se inclui. Os autores que defendem a continuidade entre a narrativa e o mundo real levam em conta que, longe de deformar os fatos, a narrativa prolonga seus traços fundamentais. Dessa forma, existiria uma comunidade

formal de características entre a narrativa e a realidade humana, tanto individual quanto coletiva.

Essa perspectiva defende que toda ação humana tem uma estrutura temporal (passado/presente/futuro) comum ao texto, à vida, à narrativa e à realidade, sendo o presente sempre um ponto de vista que se abre para o passado e o futuro. As ações humanas são orientadas para um fim, para um futuro que se projeta, como possibilidade a ser conquistada. Segundo Cardoso:

Isso acontece tanto quando estamos em plena ação quanto ao haver um distanciamento reflexivo e deliberado, como por exemplo, ao formularmos projetos e avaliarmos e revisarmos circunstâncias que mudam, o já realizado e o que falta em dada seqüência de tarefas. A deliberação é antecipação do futuro, é o que unifica a ação em passos, etapas, meios, fins. É óbvio que ela não pode ser limitada ao presente. É claro, também, que na vida há incoerências e ruído ou estática que, ao deliberarmos acerca do que fazer, não temos como eliminar. O futuro aqui é só imaginado ou planejado (...) o que importa, porém, para o argumento é que mesmo um futuro projetado ou previsto cria, na vida real, a possibilidade de transformá-la num relato coerente – para nós mesmos ou para outros com que falemos (...) A atividade narrativa, neste sentido, é parte inseparável do plano de ação, não é algo incidental ou externo. A vida não somente se vive, ela se relata, se conta o tempo todo: vivemos o relato, relatamos a vida. Com freqüência mudamos o relato, ou seja, nossa visão acerca da vida, para levar em conta novos eventos e incidentes; mas também tentamos, na medida do possível, mudar os eventos para salvar o relato, isto é, o plano, a versão, o futuro projetado (2005, p. 66-67).

Dessa forma, a dimensão coletiva que estrutura o tempo social real é também narrativa. Seguindo as ponderações de David Carr, Cardoso considera que “em cada presente, é a projeção prospectiva/ retrospectiva que lhe dá sentido e configuração, unificando os fatos e ações num projeto reconhecível quanto aos objetivos”. É importante destacar que a ideia de sujeito coletivo está associada às categorias coletivas da sociedade: estados-nação, grupos linguísticos ou religiosos, partidos etc. O ‘eu’ e o ‘nós’ explica Cardoso,

Não configuram realidades físicas: mas têm existência real, não são meras ficções; e se baseiam sempre em relatos ou narrativas. Por isto, os textos históricos, narrativas eles também, não são um desvio ou deturpação da estrutura dos fatos ou processos de que falam, que narram: são uma extensão legítima de suas características intrínsecas (2005, p. 69).

O autor ainda esclarece que dois níveis narrativos devem ser considerados: o de primeiro nível, que diz respeito à vivência individual e social e as suas formas de elaboração, e um segundo nível, associado às formas são constituídas as narrativas históricas com base em testemunhos. Nas palavras do autor:

O processo narrativo prático de primeiro nível, constitutivo de uma pessoa ou comunidade, pode converter-se legitimamente em processo narrativo de segundo nível, cognitivo. Isto acarretará mudanças de conteúdo. Um historiador pode contar a História de uma comunidade de um modo muito diferente de como a comunidade narra-se a si mesma através de seus dirigentes, cronistas, jornalistas, clérigos etc. Mas a diferença não residirá na forma. As narrativas de segundo nível não refletem ou reproduzem, simplesmente as de primeiro nível que tomam como tema: elas mudam e melhoram o relato, mesmo porque sem dúvida se aproveitam da posição *ex post* do historiador. Mas não é verdade que a forma narrativa, própria do segundo nível, inexistia no

primeiro, e que, por isto, narrativa e realidade vivida sejam irreconciliáveis, existam em planos distintos que não façam interseção (CARDOSO, 2005, p. 70).

Dessa maneira, Cardoso defende a lógica do realismo historiográfico, considerando tanto a inscrição do vivido nos textos como dos textos na experiência social. Em certa medida, autores como Roger Chartier (2002) e o já mencionado Paul Ricoeur compreendem a dialética das narrativas como práticas sociais.



Atende ao Objetivo 3

3. Escolha uma das unidades do livro didático de História que você utilizou no pré-vestibular. Analise a forma de narrativa adotada pelo livro e as relações que este estabelece com o mundo real.

Comentário

A análise deve levar em conta a forma como o tópico escolhido é tratado. Por exemplo: a Segunda Guerra Mundial. Qual é a lógica de apresentação do conflito? Quem são os sujeitos? As experiências apresentadas são individuais ou coletivas? Como a relação passado/presente é elaborada em relação à relevância de se estudar esse conflito?

Cada vez mais, encontramos nas livrarias abordagens que, mesmo escritas por historiadores profissionais, assumem um estilo narrativo ficcional, dramatizando a vida de personagens históricos, construindo uma *mise-en-scène*, na qual personagens reais ganham contornos de heróis de romance num claro investimento estético. Em geral, obras de qualidade que se utilizam de recursos estilísticos da ficção também se baseiam em evidências factuais para colher informações sobre situações, processos, ambientes e sobre os próprios personagens ali tratados.

Não cabe julgar o valor estético de obras historiográficas que investem na divulgação no conhecimento histórico, de modo a tornar a História mais acessível a um grande público. A questão que se coloca e que vale de medida para a formação do historiador de ofício é entender que as experiências sociais passadas, coletivas ou individuais, chegam sempre de forma desigual. Por um lado a Humanidade não tem condições (ou mesmo interesse) de tudo guardar, transformando cada presente no seu duplo, por outro, as formas narrativas que sustentam essa experiência podem ser mais ou menos perecíveis.

Assim, a tarefa da historiografia não é inventar um passado que não existiu, sequer em evidências fragmentadas, mas reconstituir os sentidos possíveis das ações humanas no tempo.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Da disciplina História e Documento, você estudou, na Aula 13, a relação entre História e Literatura. Nesse momento, a aproximação feita levava em conta que o texto literário pudesse ser utilizado como fonte para os estudos históricos, ou seja, como uma evidência do passado que surgiria aos olhos do presente, como uma pista para se compreender sentimentos e sensibilidades. No entanto, as fontes de estudo não estão prontas; ao contrário, são resultados de um investimento que a “oficina da história” faz no sentido de compreender e explicar o passado, como algo diverso do presente.

Escolha um romance histórico que você tenha lido, um filme de temática histórica que você tenha visto, uma minissérie ou novela de época a que você já tenha assistido e produza um texto de 20 linhas que apresente a abordagem adotada pelo(a) autor(a); apresente brevemente a narrativa e finalmente discuta como esse material imaginou o passado.

Comentário

A proposta da atividade é que você avalie, na sua própria experiência, as diferentes formas de se aproximar do passado que o presente nos fornece. Faça uma reflexão crítica sobre a relação entre conhecimento histórico e imaginação histórica.

RESUMO

As relações entre História e ficção integram os debates sobre os paradigmas realista e antirrealista na historiografia contemporânea.

O estudo sobre o relato histórico e sua produção deve levar em consideração a lógica de comprovação histórica, buscando evidenciar as estratégias metodológicas presentes na construção do texto.

A História, ao contrário da ficção, tem um compromisso com a busca de uma coerência da narrativa contida nos testemunhos diretos e indiretos.

Os recursos estilísticos na produção do texto histórico devem considerar que, no fundamento da disciplina, estão dois princípios básicos: a responsabilidade ética da produção do relato verídico e o apoio em evidências com as quais suas afirmações podem ser testadas.

A relação que a narrativa histórica estabelece com o mundo real é considerada como descontínua pela historiografia pós-moderna e contínua pelo realismo historiográfico.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos os procedimentos analíticos que definem o método histórico, aprofundando o estudo sobre o verdadeiro, o falso e o fictício.

Aula 15

A História e
seus métodos:
observação,
compreensão e
explicação

Meta da aula

Apresentar o estatuto da História como forma de conhecimento, enfatizando a abordagem dos seus procedimentos analíticos: observação, compreensão e explicação.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. diferenciar as etapas e características do método histórico tradicional e do "renovado";
2. identificar as relações entre História e hermenêutica;
3. caracterizar o papel ocupado pelos procedimentos de observação, compreensão e explicação na historiografia contemporânea.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que tenha estudado, na Aula 11, o significado do realismo historiográfico; na Aula 12, as condições para a operação historiográfica; na Aula 13, o tempo como fundamental para definição de História e, na Aula 14, a relação entre História e ficção.

INTRODUÇÃO

Em seu livro, *Liberata, a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX*, a historiadora Keila Grinberg, nos conta a seguinte história:

Por volta de 1790, José Vieira Rebello, morador da enseada das Garoupas, termo do Desterro, foi à Vila de Paranaguá comprar uma mulatinha de 10 anos, Liberata, que pertencia a Custódio Rodrigues. Feita a transação, Vieira levou-a para a casa e, escondido de sua mulher, passou a persegui-la pelos remotos e despovoados da região. Até que um dia ele conseguiu levá-la para os matos e, finalmente, a possuiu. A partir de então, o capricho virou hábito. Diz Liberata que nunca permitia de bom grado os tratos ilícitos que com ela seu senhor tinha, por medo da senhora e de sua filha Anna. Mais da filha, porque esta, ainda solteira, havia tido um filho com um homem da região e, com ajuda do pai, tinha-o matado e enterrado debaixo da goiabeira um pouco ali adiante, no Sítio da Tapera. Passando casualmente por ali, Liberata testemunhou o crime e o enterro. Desde então, Anna Vieira não lhe concedeu um só minuto de sossego. Liberata acabou consentindo na mancebia, pois o senhor prometeu libertá-la tão logo sua mulher descobrisse o caso – até porque não queria que ela servisse a outrem (GRINBERG, 1994, p. 15).

A história de Liberata prossegue com o nascimento do filho bastardo de Rebello, com o testemunho de um outro crime por Anna e Rebello, com a promessa de ser libertada e, finalmente, com a conquista da liberdade através de um acordo que fez com o seu patrão, evitando assim uma ação formal de liberdade.

A história contada pela historiadora, com tintas de romance, foi totalmente retirada dos autos do processo aberto pelo advogado

Francisco José Rebello, representante legal de Liberata, em julho de 1813 e que se encontra no Arquivo Nacional – Rio de Janeiro (Processo nº 1337, maço 214, DESTERRO, CORTE DE APELAÇÃO).

Na sequência da obra, acompanhamos a discussão levantada em torno da documentação sobre escravidão no século XIX; as novas abordagens que a historiografia dos anos 1980 e 1990 desenvolveram em torno do papel do escravo como sujeito da sua própria história; o funcionamento do Direito no Império Brasileiro; o significado das ações de liberdade nas relações entre senhores e escravos, mediadas pelo estado, além de uma análise serial e quantitativa sobre a presença recursos e processos em torno dos pedidos de liberdade pelos escravos.

Assim, a metodologia utilizada pela historiadora para desvendar os sentidos históricos que se poderiam retirar da trajetória de Liberata nos põe em contato com um universo muito rico de possibilidades analíticas. Além de nos apresentar um personagem histórico tão “de perto”: (Liberata, com seus medos, angústias, expectativas e alegrias), nos ilumina uma rede de relações sociais que fundamentava a sociedade escravista do Oitocentos.

Em sua análise, Keila Grinberg interpreta uma história, compreende os argumentos dos seus personagens, analisa os estudos que fundamentam a compreensão do período histórico estudado e, acima de tudo, junta as peças do quebra cabeça documental, propondo uma explicação que reconstrói a História em narrativa historiográfica.

O estudo do seu livro não se confunde com a leitura de um romance, tampouco a “carpintaria” do seu texto segue as mesmas regras de ofício do escritor ficcional. Isso porque ela utiliza-se de recursos extratextuais, tais como notas de referência documental, bibliografia associada à temática da escravidão, quadros de quantificação e gráficos, enfim, um conjunto de elementos que ajudam a comprovar historicamente o que tem como objetivo explicar. No entanto, opera com todos esses recursos com um texto que corre solto no ritmo de um bom romance, garantindo assim uma

leitura prazerosa. Por que deveria ser diferente? Por que o rigor da oficina histórica e da produção do conhecimento cientificamente verificável deve levar necessariamente a produção de textos pesados e enfadonhos?

Na aula de hoje, vamos estudar os princípios do método histórico, seus procedimentos analíticos e o papel reservado ao historiador nesse processo.

O método histórico em questão: método histórico tradicional e a renovação atual

Seu desenvolvimento se deve em primeiro lugar, ao surgimento de disciplinas voltadas para a análise de documentos medievais. A erudição francesa teve em Mabillon seu nome mais conhecido, pioneiro na análise da autenticidade ou falsidade dos documentos da Idade Média (DE RE DIPLOMÁTICA, 1686). A sistematização da crítica documental foi sendo elaborada pouco a pouco, desde o Renascimento e, sobretudo a partir do século XVII.

No século XIX, os pressupostos de um método de caráter eminentemente empírico serviram de base para a organização da disciplina histórica, em termos institucionais. Neste século, foram os historiadores alemães – em especial Leopold Von Ranke – e posteriormente os membros da Escola Metódica Francesa, os responsáveis pela formalização do método crítico aplicado aos documentos históricos.

Nessa época, a afirmação dos historiadores franceses Langlois e Seignobos de que: “a história se faz com documentos. Porque nada substitui os documentos: onde não há documentos, não há história”, tornou-se um princípio inquestionável. Numa sentença como essa, há algo de verdadeiro e algo de falso. Verdadeiro, porque efetivamente a ausência de fontes impede que o historiador possa realizar plenamente a sua função: como comprovar sem elas as

suas hipóteses de trabalho? Por outro lado, é falsa, pois condiciona todo o conhecimento histórico, e, por conseguinte, todo o trabalho do historiador a recopilação de fontes escritas, importantes para o conhecimento histórico, mas não exclusivamente.

Neste sentido, parte fundamental do método tradicional voltava-se, para o tratamento das fontes escritas, baseado em dois procedimentos fundamentais: a heurística e o apoio nas chamadas disciplinas auxiliares.

Heurística: atividade que consiste em localizar, reunir e classificar as fontes históricas, por meio da criação de listas, repertórios, inventários, índices remissivos, algumas vezes, publicando os de natureza manuscrita considerados de grande importância. Hoje em dia, em comparação com o século XIX, a heurística dispõe de vários meios adicionais de armazenar e fazer circular informações necessárias ao trabalho histórico, tais como: banco de dados, microfilmes, microfichas, fotocópias etc.

Disciplinas auxiliares: numismática, diplomática, filologia, sigilografia, paleografia, genealogia, cronologia etc. Atualmente, tais disciplinas são vistas com mais autonomia.

Princípios básicos do método histórico “renovado”

A escola metódica do século XIX – e suas variantes por todas as partes do mundo – sofreu críticas de diversos setores da produção historiográfica – notadamente das correntes ligadas ao materialismo histórico e pela Escola dos Annales. Tais críticas baseavam-se na premissa de que as fontes não falam por si só, os historiadores devem fazer-lhes perguntas. Perguntas que não decorrem das próprias fontes, mas são decorrentes da cultura histórica do pesquisador, de sua base teórica, enfim, de um conjunto de conhecimentos exteriores ao documento com o qual se está trabalhando. Neste sentido, uma

primeira pergunta que o historiador deve propor é: que papel representa na prática do historiador o conhecimento baseado ou não em fontes?

Quando elegemos o campo a ser estudado ou as hipóteses de trabalho e, mais tarde, quando estabelecemos explicações causais e fazemos generalizações, nos apoiamos, sobretudo, nos marcos teóricos, no conhecimento dos códigos pertinentes às mensagens que são as fontes históricas, no conhecimento de outros fatos e processos de comparação.

Entretanto, na etapa intermediária que consiste no estabelecimento de fatos e processos históricos que interessam especificamente a investigação que se está realizando, ainda que intervenham conhecimentos externos a elas, o papel das fontes é de fundamental importância.

Sendo assim, toda a fase prévia relativa ao levantamento nos arquivos, sistematização em fichas e bancos de dados, enfim organização dos instrumentos de pesquisa, prepara o campo de trabalho para a etapa intermediária, que consiste na elaboração de um conjunto de operações analíticas realizadas mediante ao uso das fontes. É nesse momento que surgem as condições para se produzir conhecimentos novos resultantes da pesquisa concreta de que se trate, por intermédio do processamento do material investigado. As construções teóricas de todo o tipo carecem de valor se em nenhum momento não são submetidas à prova das evidências históricas.

A etapa intermediária, definida como um conjunto de operações analíticas realizadas mediante ao uso das fontes, divide-se em geral em dois momentos:

1. Crítica externa dos documentos – dividida em três etapas:

a) erudição ou autenticidade: avaliar se o documento é verdadeiro ou falso, avaliar as alterações que sofreu ao longo do tempo e identificar o autor;

b) restituição ou veracidade: tentativa de restaurar ao documento ao seu estado original;

c) procedência ou localização: determinar a data, o local, a autoria e a origem. Todos estes procedimentos variam de acordo com a natureza da fonte – escrita, visual, oral.

2. Crítica interna ou veracidade dos testemunhos – dividida em duas etapas:

a) hermenêutica: interpretação, que consiste em apreender o conteúdo exato e o sentido de um texto, partindo de um conhecimento aprofundado da língua da época e das convenções culturais vigentes no período de sua composição (modas intelectuais, etiquetas, fórmulas de cortesia, estilos etc.);

b) crítica de sinceridade: consiste em avaliar se são creditáveis as informações contidas no texto, sendo complementada pela crítica de exatidão, que restabelece o grau de conhecimento direto efetivo que poderia ou não ter o autor, segundo sua posição em relação aos fatos que enuncia. A forma de proceder é a comparação sistemática de todos os testemunhos disponíveis para cada fato, dado ou processo.

Atualmente, a crítica interna já incorporou o princípio de que não há testemunho transparente, mesmo verdadeiro é preciso aprofundar na análise das condições de produção do testemunho histórico. Tal pressuposto obrigou o desenvolvimento, por parte dos historiadores, de uma crítica aprofundada em dimensões jamais imaginada pelo historiador oitocentista. Hoje, os textos não são tratados apenas em seus conteúdos ou enunciados, mas por meio de métodos de análise de discurso, enunciação, com apoio de uma teoria social. Em outras palavras, procura-se determinar as condições sócio-históricas da produção dos testemunhos. A própria noção de hermenêutica tornou-se mais complexa, como veremos depois da nossa atividade.



Atende ao Objetivo 1

Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala. (...) Há muitos anos trabalho como historiador: procuro contar, servindo-me dos rastros, histórias verdadeiras (que às vezes têm como objeto o falso) (GINZBURG, 2007, p. 7).

1. Comente o trecho, destacando duas características do método histórico na atualidade.

Comentário

A passagem do retirada do livro de Ginzburg aponta para duas importantes características do método histórico atual:

A primeira diz respeito ao uso das evidências documentais para a elaboração do conhecimento histórico. Nesse caso, a menção ao mito grego como evidência histórica orienta o leitor a contemplar diferentes formas de testemunho do passado como fonte histórica, inclusive aquelas relacionadas ao universo da imaginação e do fantástico. No entanto, chama atenção para o fato de que toda a narrativa ela não pode perder de vista quem as elaborou, como foi elaborada e qual os sentidos da sua existência. Assim, não basta, interpretar o mito como um texto, é fundamental analisá-lo como documento, ou seja, um suporte de relações sociais.

A segunda diz respeito à renovação da crítica interna do documento, pois já não descartamos o documento falso, ao contrário, tentamos entender os motivos que levaram à necessidade da sua falsificação. Nesse sentido, Ginzburg defende que a História se escreve com o falso, o fictício e também com o verdadeiro.

Hermenêutica e História

Na Aula 14, já havíamos iniciado a apresentação dos estudos sobre hermenêutica, associada à reflexão do filósofo francês Paul Ricoeur. Nesta parte da aula, tomaremos um outro rumo, buscando caracterizar as origens históricas e filosóficas da hermenêutica, em sua relação com a constituição do campo de estudos históricos e de seus métodos. Para tanto, tomo como apoio o texto da historiadora Verena Alberti, "A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica", publicado na revista *Estudos Históricos* (1996), no qual explica a trajetória da hermenêutica como campo de conhecimento e suas relações com a História.



A revista *Estudos Históricos* é uma revista semestral dedicada à História do Brasil vista de uma perspectiva multidisciplinar. Ela é publicada ininterruptamente pelo CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas) desde 1988, e abre espaço para a publicação de trabalhos de pesquisadores da comunidade acadêmica nacional e internacional.

<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>

Segundo Alberti, podemos dividir a “tradição hermenêutica” em três movimentos ou modos de abordagem. Em primeiro lugar, aquele que considera a hermenêutica como a ciência da interpretação de textos, independentemente (ou menos dependentemente) de uma concepção filosófica que lhe seja atrelada. A esta primeira definição estariam associadas às iniciativas de interpretação de textos bíblicos feitas pela hermenêutica medieval e durante a Reforma, por Martinho Lutero. O segundo movimento diz respeito à hermenêutica filosófica, que toma a compreensão hermenêutica como pressuposto da existência humana. O terceiro movimento seria o da adoção da hermenêutica não como teoria ou método, e sim como um “modo de pensar” difundido e praticado em diversos campos – no cotidiano, em todo tipo de texto, na história, na psicanálise etc. – graças à sua pretensão ao universal.

Sobre este terceiro movimento, Alberti completa:

Enquanto “modo de pensar”, então, a hermenêutica estará também lá onde não aparece especificamente como interpretação de textos, fundamentos epistemológicos ou imperativos ontológicos. E isso significa: nos meios de comunicação, nos livros, nos filmes, em toda produção que privilegie um trabalho simbólico do passado tendo em vista o presente. Esse terceiro movimento é a meu ver um dos responsáveis pela dificuldade de se pensar a hermenêutica e

de se tratá-la enquanto tema, porque é natural que algumas das teses dos autores sejam consideradas por demais evidentes, já que nós mesmos estamos mergulhados naquele "modo de pensar" (1996, p. 2).

Por estarmos o tempo todo inseridos em princípios de racionalidade que orientam nossa ação e reflexão e, assim sendo, nos colocam dentro de um "modo de pensar", a autora opta por acompanhar historicamente a constituição da hermenêutica como campo de conhecimento.

Etimologicamente, explica Alberti, a palavra hermenêutica vem do verbo grego *hermeneuein*, traduzido em geral por "interpretar", e ao substantivo *hermeneia*, "interpretação". Esta noção foi objeto do tratado "da interpretação", escrito pelo filósofo grego Aristóteles. O termo aparece também em outros autores gregos, estando quase sempre associado ao deus Hermes. Não se sabe, esclarece a autora, se o nome deu origem ao termo, ou vice-versa. Pois o sentido estava associado a uma das atribuições desse deus, que era a de transmutar aquilo que estivesse além do entendimento humano em uma forma que a inteligência humana pudesse compreender. "Munido de chapéu e sapatos alados, Hermes era mensageiro e arauto dos deuses" (ALBERTI, 1996, p. 4).

Dentro do campo de significados atribuído pelos gregos, a palavra hermenêutica já pode delimitar os procedimentos analíticos que a essa atividade se associariam. Como destaca Alberti, existiriam três acepções do verbo grego *hermeneuein*:

Dizer (*to say*), no sentido de "exprimir em voz alta", explicar (*to explain*), e traduzir (*to translate*), no sentido não apenas de passar de uma língua para outra, mas também de traduzir "historicamente" – como, por exemplo, "traduzir" os mundos de Homero ou do Velho Testamento, que nos são estranhos. As três vertentes básicas do verbo grego são equivalentes ao inglês *to interpret* e, podemos dizer também, ao verbo *interpretar* do português. A primeira acepção, passível de

gerar alguma dificuldade, pode ser facilmente resgatada pela idéia de “interpretar uma canção”: o substantivo *hermeneia* podia referir-se a uma recitação oral de Homero, portadora da mensagem do poeta (1996, p. 5).

A noção de interpretação que foi incorporada e atualizada pela hermenêutica bíblica, desde a época dos patriarcas do judaísmo, passando pela teologia medieval e pela Reforma, até a teologia moderna, tinha como característica fundamental.

Adoção de um sistema de interpretação no qual se procura o *sentido oculto*, ou seja, a *verdade moral* do texto. Por detrás dessa idéia está evidentemente uma certa concepção da linguagem que toma o sentido literal de um texto como uma sombra do “sentido em si”, isto é, da verdade, sem considerar seu aspecto produtor (ALBERTI, 1996, p. 6).

Entretanto, a associação da hermenêutica com a exegese (explicação ou interpretação cuidadosa de um texto, de uma obra artística etc.) de textos bíblicos seria superada pelo humanismo do Renascimento, gerando uma crise na tradição hermenêutica de caráter metafísico, na medida em que incluía o sujeito como elemento ativo no processo de interpretação. Segundo Alberti,

Podemos dizer que os estudos que aliavam filologia e racionalismo no século XVIII estavam de alguma forma inseridos no movimento conhecido como “filosofia da história” (*Geschichtsphilosophie*), que explicava a trajetória da humanidade através do progresso da razão, das artes e das ciências. Alguns autores avaliam que, no momento em que essa “filosofia da história” deixa de ser convincente, ou seja, no momento em que a idéia de evolução começa a falhar, surge a hermenêutica filosófica como “modo de pensar” o passado e resolver o problema do *making sense of history* (1996, p. 6).

Da leitura desse trecho, podemos apreender que, com o advento da modernidade, ocorre um deslocamento no sentido atribuído à hermenêutica pela tradição católica. Para entender melhor esse novo sentido dado à hermenêutica, Alberti recorre a noção de “campo hermenêutico”, do professor em literatura comparada em Stanford e teórico alemão, Hans Ulrich Gumbrecht. Para esse autor campo hermenêutico é a atitude frente ao mundo que se caracteriza pela metáfora de “ler o mundo”. Sua emergência se dá no Renascimento, mas sua teorização só ocorre no século XIX, com os trabalhos do filósofo alemão W. Dilthey.

Segundo as reflexões de Grumbrecht, dois importantes princípios definidos pelo pensamento moderno teriam dado origem a uma nova conformação do campo hermenêutico, como explica Alberti:

Wilhelm Dilthey

(1833-1911) foi professor de filosofia nas universidades de Basel (1866), Kiel (1868), Breslau (1871) e Berlim (de 1882 até 1905), tornando-se principalmente conhecido por buscar a especificidade das ciências humanas (*Geisteswissenschaften*) em relação às ciências da natureza (*Naturwissenschaften*). Sua maior contribuição para a filosofia foi a análise epistemológica das ciências humanas e da história em particular. A crítica da compreensão histórica lhe era particularmente relevante.

Em primeiro lugar, a oposição *sujeito-objeto*, consolidada por Descartes: a *res cogitans*, o sujeito, separa-se da *res extensa*, o objeto, inclusive o corpo humano, havendo um privilégio claro da primeira sobre a segunda. (...) O segundo é aquele que se estabelece entre *superfície* e *profundidade*: cabe ao sujeito interpretar o mundo partindo da superfície em direção à profundidade. Se durante a Idade Média, o saber era finito e dado aos homens por Deus através da *revelação*, a partir da Renascença, toda relação com o mundo passa a ser feita na base da *interpretação*, que pressupõe a possibilidade permanente de aumento do saber, bem como a idéia do homem como produtor de conhecimento. Desde então, a superfície tem o valor de significante e a profundidade, o valor de significado – justamente o significado atribuído ao mundo por um sujeito humano (1996, p. 6).

Assim de uma atividade de interpretação de textos a hermenêutica passa a ser, no século XIX, um princípio epistemológico para as Ciências Humanas, graças às reflexões do filósofo alemão **Wilhelm Dilthey**.

Dilthey foi responsável pela diferenciação entre as “ciências do espírito” e “ciências da natureza”, sendo o historicismo o princípio epistemológico que definira o primeiro campo. O historicismo pautava-se no princípio de que o homem é um animal histórico e disso não escapa, esteja ele na posição de objeto ou de sujeito do conhecimento. Como desdobramento desse princípio Dilthey delimitou mais outros três que caracterizariam a chamada “crítica da razão histórica”, por ele apresentada em 1883. Alberti apresenta os três princípios formulados por Dilthey:

1) todas as manifestações humanas são parte de um processo histórico e devem ser explicadas em termos históricos; 2) as diferentes épocas e os diferentes indivíduos só podem ser entendidos de seu ponto de vista específico, que deve ser considerado pelo historiador; e 3) o próprio historiador está limitado pelos horizontes de sua época (1996, p. 8).

O projeto de Dilthey ultrapassa, portanto, o domínio da história propriamente dita. Para ele, a hermenêutica é o fundamento das ciências humanas, porque, diversamente das ciências da natureza, as ciências humanas se consubstanciam com base na compreensão (das *Verstehen*), e não na explicação (das *Erklären*). A pergunta que orienta suas reflexões é de cunho epistemológico: “Qual a natureza do ato de compreensão que fundamenta todo estudo do homem?”

A resposta a ela, como explica Alberti, vai ser dada por intermédio da elaboração da noção de historicidade das vivências humanas:

Para compreender o homem, diz Dilthey, é necessário compreender nossa historicidade (*Geschichtlichkeit*), que não está à disposição nas categorias estáticas das ciências da natureza. Os pontos de partida e de chegada nas ciências humanas devem ser a vivência (*Erlebnis*) concreta, histórica e viva, e suas categorias devem ser dinâmicas e intrínsecas à vida, contrapondo-se às categorias estáticas, atemporais e abstratas

das ciências da natureza. A importância da historicidade e da vivência se consuma na própria noção de compreensão: toda e qualquer frase abstrata só pode ser compreendida em função de sua “vivacidade” (*Lebendigkeit*), isto é, com base no entendimento hermenêutico, que é o procedimento fundamental para todas as operações das ciências humanas. Por essa razão, a análise da compreensão é a tarefa principal no estabelecimento das bases das ciências humanas (1996, p. 9).

Assim, conclui a autora, para Dilthey, uma disciplina pertenceria às ciências humanas apenas quando seus objetos se fazem acessíveis por meio da seguinte fórmula: vivência (*Erlebnis*), expressão (*Ausdruck*) e compreensão (*Verstehen*).

No final do século XIX e mais acentuadamente no século XX, movimentos opostos ao campo hermenêutico passaram a ganhar terreno, constituindo o “pós-hermenêutico” – assim chamado menos por ser uma “etapa” que sucede a hermenêutica do que por constituir um espaço de possibilidades de relação com o mundo fora da hermenêutica. Característico do pós-hermenêutico, ou, se não tanto, das crises do campo hermenêutico, seriam o desaparecimento do sujeito e o privilégio da superfície e do corpo, em detrimento, respectivamente, da profundidade e do espírito. Tais concepções podem ser identificadas com as perspectivas do pós-modernismo.

Do ponto de vista da historiografia atual, a relação entre história e hermenêutica vem contribuindo, como apresentamos na Aula 14, para o desenvolvimento de estratégias metodológicas que, muitas vezes são confundidas com os recursos da produção de textos ficcionais. Isso porque, como reflete Alberti:

Compreender é a arte de reconstruir o pensamento de outrem; a necessidade de um conhecimento gramático, histórico e específico à matéria como requisito para nos colocarmos na posição de um leitor ou receptor contemporâneo ao texto que interpretamos, e finalmente a noção de que, entre o intérprete e o texto, há sempre um denominador comum, por menor que

seja, sem o qual a interpretação seria impossível, de um lado, e de que, se entre os dois não houvesse nenhuma diferença, não haveria sequer necessidade de interpretação, de outro (1996, p. 17).

É claro que um bom historiador ou um bom cientista social deve sempre estar atento à distância que o separa de seu objeto, e incluir a consciência dessa distância em sua interpretação. Para tanto, afirma Alberti, incorporando as reflexões do historiador alemão Koselleck (1985):

O historiador faz uso de textos principalmente para chegar a uma realidade que está fora deles. Mais do que outro exegeta, ele tematiza a matéria externa ao texto, ainda que só consiga constituir sua realidade com meios lingüísticos. Os textos analisados pelo historiador, na medida em que, através de perguntas, se transformam em fontes, remetem sempre à história (*Geschichte*) que se quer conhecer. E escrever uma história sobre um período significa encontrar asserções que nunca puderam ser feitas naquele período. Desse modo, conclui Koselleck, se *Historik* engloba as condições de possíveis histórias, ela remete a processos de longa duração que não estão contidos em nenhum texto enquanto tal, mas, antes, provocam textos (1996, p. 18).



Para compreendermos as reflexões de Koselleck, será preciso, antes de mais nada, nos referirmos ao uso de três conceitos diferentes para os quais só temos, em português, a palavra *história*. À semelhança do que ocorre com *história* em português, *Geschichte* designa não apenas a disciplina da História, como também, em seu uso mais específico, adotado por Koselleck, os acontecimentos do passado. Já *Historie* é, nessa palestra, a ciência da *Geschichte* e a arte de sua apresentação ou narrativa. *Historik*, finalmente, é tida como uma ciência teórica, em contraposição à *Historie* empírica, e consiste no estudo das condições de possíveis histórias. Já posso adiantar que é o terreno da *Historik* que Koselleck identifica como não hermenêutico.

Assim, podemos dizer que “provocar textos” é o mesmo que fazer emergir sentido nos documentos e pistas do passado. Ainda segundo Alberti,

Fazer história no sentido de procurar as condições do surgimento de possíveis histórias é descobrir o espaço extra-textual – o contexto certamente – que permite a constituição de textos. Podemos dizer que é apenas nesse momento, em que toma o texto como documento de algo, que o historiador se afasta da inserção lingüística – porque o algo de que o texto é documento não é primordialmente lingüístico (1996, p. 18).

Alberti segue as reflexões de Koselleck contidas na palestra proferida por ele em 1985, na Universidade Heidelberg, intitulada “História e hermenêutica”. No ano de 1996, em que o artigo de Alberti foi escrito, essa referência, apesar de estar em alemão, era o caminho mais seguro para incorporar-se a discussão sobre hermenêutica aos estudos históricos. A autora explica que a escolha das reflexões do teórico alemão se deve ao fato de que: “de um lado, Koselleck rende tributo à hermenêutica, reconhecendo sua relação intrínseca com a história; de outro, contudo, procura marcar fronteiras entre os dois campos na constituição de um terreno não hermenêutico da história”.

Dez anos depois da publicação do texto de Alberti na revista *Estudos Históricos*, foi traduzido para o português o livro de Koselleck, no qual apresenta e amplia as reflexões apresentadas por Alberti. Optei por manter a referência ao texto da palestra, pois foi por meio dele que a autora construiu a sua argumentação sobre os limites e possibilidades da relação entre hermenêutica e História.

É importante também chamar atenção para o fato de que já havíamos apresentado na Aula 14 a argumentação de Ricoeur sobre a hermenêutica e a sua relação com a História. Cabe esclarecer, em linhas bem gerais, que a principal diferença entre Koselleck (2006), e Ricoeur (1997), é justamente o aspecto ressaltado na citação anterior.

Ou seja, para Koselleck a história-processo não se confunde com a sua interpretação, possuindo uma existência autônoma e plural, enquanto para Ricoeur essa diferenciação não existe, pois os processos interpretativos compreendidos dentro do círculo hermenêutico – pré-figuração; configuração, reconfiguração – são partes integrantes da ação social e, portanto, histórica.



Atende ao Objetivo 2

2. Na introdução desta aula, apresentamos brevemente a abordagem de Keila Grinberg sobre a trajetória da escrava Liberata. Identifique quais os elementos apresentados que podem ser relacionados à hermenêutica.

Resposta Comentada

Recuperar a trajetória de Liberata, compreendendo as redes sociais, jurídicas e pessoais, como fez Keila Grinberg no seu trabalho, apontado na introdução desta aula, implica construir uma narrativa que faça sentido aos leitores contemporâneos à historiadora, mas que também ajude a explicar um pouco mais desse “país estrangeiro” que é o passado histórico.

Os procedimentos da análise histórica: entre compreender e explicar

A oposição entre compreender e explicar já foi indicada no tópico anterior quando apresentei a proposta do filósofo alemão W. Dilthey, para uma crítica da razão histórica, segunda a qual a hermenêutica ganharia um estatuto epistemológico, ou seja, deixaria de ser uma mera interpretação de textos antigos e passaria a ser o princípio de cientificidade das ciências do espírito, nas quais sujeito e objeto compartilham da mesma natureza, a humana.

Ricoeur (1978) comenta que Dilthey, no seu célebre artigo sobre a origem da hermenêutica de 1900, queria fornecer a história-conhecimento uma validade comparável à das ciências da natureza, à era da filosofia positivista. Colocado nestes termos o problema era epistemológico, tratava-se de elaborar uma crítica do conhecimento histórico, definindo-lhe os princípios **nomológicos**: lei do encadeamento interno do texto, lei do contexto, lei do meio ambiente geográfico, étnico, social etc.

No entanto, Ricoeur chama a atenção para o fato de que os limites epistemológicos apresentados por Dilthey prendiam-se aos documentos fixados pela escritura, somente uma província no campo mais vasto que se dedica a dimensão ontológica do sujeito na história. Portanto, segundo Ricoeur,

compreender é, para um ser finito, transportar-se para uma outra vida. Dessa forma, a compreensão histórica põe em jogo todos os paradoxos da historicidade: como um ser histórico pode compreender historicamente a história? (RICOEUR, 1978, p. 8).

A resposta a essa questão não poderia ser dada no marco de uma análise histórica que defendesse a oposição entre compreensão e explicação, por identificar esse último procedimento com as categorias estáticas de um modelo de ciência natural ultrapassado.

Nomológico

Conhecimento produzido com base numa lei geral. Todas as ciências que se baseiam em postulados legais são ciências nomológicas. Nestas ciências, o processo de explicação se processa com base numa lei, como exemplo, a lei da gravidade nas ciências físicas.

O que a oposição entre compreender e explicar aponta é mais uma vez para qual o estatuto de conhecimento se atribui a história, o de ciência ou de arte. Creio que nas aulas anteriores já demos subsídios para o posicionamento em relação a esse debate, o que é importante ressaltar, nesse momento do nosso estudo, é que essa oposição é um falso problema, pois é perfeitamente possível na análise histórica compreender para então explicar. Vejamos como isso pode ser feito seguindo algumas pistas dadas por Marc Bloch, no seu trabalho clássico sobre o ofício do historiador (BLOCH, 2001).



A tradução brasileira do livro de Marc Bloch foi feita com base na edição francesa de 1997, prefaciada pelo reconhecido historiador francês Jacques Le Goff. Nesse prefácio, Le Goff esclarece que o livro foi escrito durante o período em que Bloch estava preso pelos alemães por ter atuado na resistência francesa à ocupação alemã durante a Segunda Guerra Mundial. Sem ter acesso à sua biblioteca e escrevendo com base em sua própria experiência, os manuscritos foram, após a morte do autor, organizados por seu amigo e companheiro de pesquisa e estudos, Lucien Febvre, tendo sido publicados pela primeira vez em 1949.

A edição com a qual trabalhamos nesta aula é uma edição atualizada e ampliada, em relação à edição portuguesa, da editora Europa – América, cujo título “Uma Introdução à História”, demasiado simplista, não dava conta do conteúdo e da proposta do texto. Esse texto, mesmo tendo sido escrito em condições precárias, ainda continua sendo um dos mais importantes trabalhos sobre a prática historiadora, seus impasses e possibilidades.

Logo na introdução, Marc Bloch já se posiciona no debate sobre a natureza do conhecimento histórico: “evitemos retirar de nossa ciência sua parte de poesia”. Ele não afirma que a história é arte, a história é literatura, ao contrário, “a história é a ciência dos homens no tempo” (p. 55). Portanto, aquela que estuda as

sociedades humanas no tempo, mas cujos métodos não poderiam reduzi-la a um conjunto de abstrações, a leis e estruturas.

Assim, Bloch defende o estatuto de cientificidade para a História, em sintonia com uma nova perspectiva de ciência que já se configurava no início do século XX. Sobre essa nova perspectiva vale recuperar a reflexão do autor:

Ora, nossa atmosfera mental não é mais a mesma. A teoria cinética dos gases, a mecânica einsteiniana, a teoria dos quanta alteraram profundamente a noção que ainda ontem qualquer um formava sobre a ciência. Não a diminuíram. Mas flexibilizaram. Com certeza, substituíram, em muitos pontos, o infinitamente provável, o rigorosamente mensurável pela noção da eterna relatividade da medida. (...) Estamos portanto agora bem melhor preparados para admitir que, mesmo sem se mostrar capaz de demonstrações euclidianas ou imutáveis leis de repetição, um conhecimento possa contudo pretender ao nome de científico. Aceitamos muito mais facilmente fazer da certeza e do universalismo uma questão de grau. Não sentimos mais a obrigação de buscar impor a todos os objetos do conhecimento um modelo intelectual uniforme, inspirado nas ciências da natureza física, uma vez que até nelas esse gabarito deixou de ser integralmente aplicado. Não sabemos muito bem o que um dia serão as ciências do homem. Sabemos que para existirem – mesmo continuando, evidentemente, a obedecer às regras fundamentais da razão –, não precisarão renunciar à sua originalidade, nem ter vergonha dela (BLOCH, 2001, p. 49).

A lucidez e clareza da afirmação, mesmo datada de há cerca de 60 anos, coloca a História num caminho, o do conhecimento cientificamente verificável. Entretanto, como Bloch orientava esse caminho? Na sequência da sua obra, Bloch apresenta um programa de trabalho orientado por três momentos: observação, a crítica e análise histórica.

O primeiro momento é o da observação histórica, sempre mediada por vestígios ou pistas que as sociedades deixaram no rastro dos tempos. Os vestígios tomados pelo historiador como testemunhos de uma época podem ser divididos em duas categorias: a dos testemunhos voluntários e dos involuntários.

Na primeira categoria estariam inseridos os relatos deliberadamente destinados à informação dos leitores, por exemplo: os textos dos historiadores clássicos, como Heródoto; as narrativas de cronistas medievais, os discursos presidenciais etc. Na segunda, se incluem todo um conjunto de registros das mais variadas procedências que dão prova de algum tipo de experiência social, independente de ter sido feita para ser utilizada como testemunho histórico (por exemplo: cartas e diários...).

Essa diferenciação entre os tipos de testemunho foi feita em função da necessidade de se considerar que não somente os relatos escritos deveriam ser tomados como documentos históricos, mas todo também, a cultura material, as artes visuais etc. Entretanto, a sua utilização pelo historiador não deve pressupor uma diferenciação muito radical, pois mesmo os testemunhos indiretos não estão livres de falsificação e da fabricação de mentiras, como Bloch deixa entrever em seu texto:

Não é que os documentos desse gênero (testemunhos involuntários) sejam, mais que os outros (os testemunhos voluntários), isentos de erros ou de mentira. Não faltam falsas bulas, e, assim, como todos os relatórios de embaixadores, nenhuma carta de negócios diz a verdade. Mas a deformação aqui, a supor que exista, pelo menos não foi concebida especialmente em intenção da posteridade. Acima de tudo, esses indícios que, sem premeditação, o passado deixa cair ao longo de sua estrada não apenas nos permitem suplementar esses relatos (os testemunhos voluntários), quando estes apresentam lacunas, ou controlá-los, caso a sua veracidade seja suspeita; eles afastam de nossos estudos um perigo mais mortal que a ignorância ou inexatidão: o de uma irremediável esclerose (BLOCH, 2001, p. 77).

Os testemunhos voluntários, por sua vez, numa abordagem crítica da história valem não somente pelo que dizem, mas da forma como dizem, do suporte que utilizam-se para dizer:

Do mesmo modo, até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos nos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entrever, sem haver pretendido dizê-lo (BLOCH, 2001, p. 78).

Essa ampliação da noção de testemunho, tem como desdobramento uma outra característica da observação histórica, a de que não basta organizar os documentos para que deles a História surja naturalmente, “pois os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-lo” (BLOCH, 2001, p. 79). Portanto, a observação histórica implica no reconhecimento das condições sociais de produção da evidência, implica que o historiador compreenda a historicidade do testemunho com o qual está trabalhando.

Além disso, seria uma grande ilusão achar que cada problema histórico corresponde a um tipo único de documento e que a História tivesse em si mesma, todas as condições de responder as perguntas levantadas.

Dessas duas constatações, resultam duas importantes características da pesquisa histórica hoje: intertextualidade e interdisciplinaridade.

A primeira diz respeito ao desenvolvimento de estratégias de análise dos testemunhos, compreendidos como textos escritos, visuais, arquitetônicos etc., que levem em conta a sua inter-relação. As tipologias podem ser variadas bem como o uso de uma abordagem qualitativa ou quantitativa, quando se recorre a fontes seriadas, entretanto, não se pode perder do horizonte que o objetivo da análise do testemunho (voluntário ou involuntário) é explicar a sociedade que o gerou.

A segunda diz respeito aos recursos de elaboração dessa explicação, portanto, não basta simplesmente descrever que tais e tais testemunhos foram produzidos em tais e tais condições. É fundamental que as condições de produção do testemunho sejam explicadas a luz de uma teoria sobre o social, proveniente das ciências sociais (esse tema será abordado na Aula 16).

Assim, na definição de observação histórica Bloch deixa claro que não há compreensão do passado sem a explicação de como essa compreensão foi gerada. Tal perspectiva é aprofundada pela crítica histórica que, ao superar os limites da erudição tradicional, busca identificar nos testemunhos a condição social de sua produção. Assim, não é suficiente saber se o documento é falso ou verdadeiro, mas acima de tudo compreender as condições históricas de produção da mentira.

Por fim, o terceiro item do seu programa de ofício aquele denominado análise histórica, a questão da diferença entre julgar e compreender é colocada. No prefácio a obra Le Goff esclarece este ponto:

Marc Bloch, que detesta os historiadores que "julgam" em lugar de compreender, não deixa por isso de enraizar mais profundamente a história na verdade e na moral. A ciência histórica se consuma na ética. A história deve ser verdade; (...). Nossa época, desesperadamente em busca de uma nova ética, deve admitir o historiador entre aqueles que procuram a verdade e a justiça não fora do tempo, mas no tempo (BLOCH, 2001, p. 30).

Assim, o objetivo da análise histórica, iniciado depois da observação e da crítica, seria o de compreender, não o de julgar. A noção de compreensão em Bloch, não sugere uma passividade descritiva, com a qual contemporaneamente passou a ser associada. Ao contrário, explica que na pesquisa o historiador escolhe e separa os testemunhos com os quais vai trabalhar, portanto atua

ativamente na organização racional da matéria cuja receptividade passiva só levaria a negar as diferenças temporais e, portanto, a própria História.

A análise histórica, segundo Bloch, tem como horizonte a história "total" ou "global", pois se dedica a referenciar ligações comuns a um grande número de fenômenos sociais. Entretanto, essa totalidade não implica numa história geral, numa abordagem que rejeita o contingente e o específico, em busca sempre do que é recorrente e estrutural. Nada mais legítimo, dentro da perspectiva de Bloch,

Do que centrar ao estudo de uma sociedade em um dos seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, em um dos seus problemas precisos que levantam este ou aquele desses aspectos: crença, economia, estrutura das classes ou grupos, crises políticas (BLOCH, 2001, p. 150-151).

Assim, o que é particular ganha densidade em relação à totalidade a qual pertence.

Por fim, a reflexão de Bloch, interrompida por sua morte no campo de concentração orienta para o estudo da noção de causa ou ainda sobre a explicação em história. Sobre este ponto, Le Goff no seu prefácio chama atenção a respeito das importantes contribuições da obra inacabada:

Em primeiro lugar, um novo protesto contra "o positivismo", que "pretendeu eliminar da ciência a idéia de causa"; mas também a condenação da tentativa de redução do problema das causas em história a um problema de motivos e a recusa da "banal psicologia". (...) Depois, a designação de um novo ídolo a ser banido da problemática do historiador: "a superstição da causa única". A condenação é inapelável: "preconceito do senso comum, postulado de lógico, um tique de magistrado instrutor, o monismo da causa, para

a explicação histórica, não é senão um estorvo". A vida, portanto, a história, é múltipla em suas estruturas, em suas causas (BLOCH, 2001, p. 31-32).

Ao final da obra a frase não é finalizada, mas sua conclusão é memorável: "Resumindo tudo, as causas, em história como em outros domínios, não são postuladas. São buscadas" (BLOCH, 2001, p. 159).



Atende ao Objetivo 3

O livro de Marc Bloch trabalhado nesse último tópico tem como característica de composição, o uso de muitos exemplos, a partir dos quais o historiador fundamenta sua argumentação. Isso faz o livro tão interessante e ao mesmo tempo nos permite compreender com exemplos do trabalho de pesquisa histórica a sua reflexão. Um dos exemplos dados por Bloch é o seguinte:

Nos muros de certas cidadelas sírias, erguidas alguns milênios antes de Cristo, os arqueólogos descobriram presas em pleno entulho, cerâmicas cheias de esqueletos de crianças. Como não se poderia supor que essas ossadas estivessem ali por acaso, estamos muito evidentemente diante de restos de sacrifícios humanos, realizados no próprio momento da construção e a ela ligados. Sobre as crenças que se exprimem através desses ritos, seremos provavelmente obrigados a nos remeter a testemunhos da época, caso existam, ou proceder por analogia, com a ajuda de outros testemunhos. Uma vez que não compartilhamos, como então conhecê-la senão através das palavras de outro? É esse o caso de todos os fenômenos de consciência, a partir do momento em

que são estranhos a nós. Quanto ao fato mesmo do sacrifício, em contrapartida, nossa posição é bem diferente. Decerto não o captamos, propriamente falando, de um relance absolutamente imediato. Mas o raciocínio muito simples que, ao excluir qualquer outra possibilidade de explicação nos permite passar do objeto verdadeiramente constatado ao fato cuja prova nos traz (...) Nesse sentido, nosso conhecimento das imolações murais na antiga Síria nada tem de indireto.

3. Quais são as possibilidades de análise histórica que esse exemplo sugere?

Comentário

O exemplo dado remete a discussão de que todo o conhecimento histórico do passado é indireto, ou seja, mediado pelos testemunhos históricos. No caso, Bloch ao afirmar que a observação do fenômeno religioso é uma forma direta de acesso ao conhecimento histórico, defende que as práticas religiosas da Síria antiga devam ser incluídas entre os testemunhos involuntários. Este tipo de evidência histórica passou a ser considerada quando a observação histórica ampliou seu universo de interesse para além dos relatos escritos, incluindo dentro do conjunto de testemunhos históricos, todos os rastros e evidências de experiências passadas. Assim, o sentido de documento histórico ampliou-se significativamente, integrando as descobertas da arqueologia, elementos da cultura material, das obras arquitetônicas e do universo da produção visual, como de igual interesse aos dos relatos escritos.

Ao mesmo tempo, o exemplo dado remete a necessidade de compreender o passado, sem, entretanto, deixar de explicar o sentido de determinadas práticas sociais a luz de conceitos e teorias formulados pelo presente no qual o pesquisador se insere. Assim a análise histórica evita, simplesmente julgar como irracional ou sanguinária, uma prática social que lhe é estranha, apesar de poder chocar-se com ela.

Voltemos ao exemplo dado na introdução da aula o livro de Keila Grinberg sobre a escrava Liberata que conseguiu a liberdade por um acordo judicial. O caso, que numa abordagem mais tradicional da história da escravidão do Brasil, seria considerado um desvio da norma, na qual todos os escravos seriam considerados objetos de propriedade de um senhor.

No entanto, Keila Grinberg em sua pesquisa consegue superar esse limite de uma interpretação consolidada. Observa que a luz das regras do direito vigentes no Brasil do século XIX havia brechas para um conjunto significativo de ações de liberdade. Sua observação histórica é baseada em documentos de diferentes tipos – fontes seriais, tais como processos de ação de liberdade, encontrados no Arquivo Nacional; mas também compêndios de direito da época e a legislação que regia as normas de Direito no Império.

Tudo isso apoiada numa crítica histórica, que implicou na leitura atenta da documentação, portanto além da análise serial que quantificou as ações de liberdade para evidenciar sua presença em termos numéricos, a historiadora também tentou compreender a lógica da sua produção. Quem apelava, por que como, quem eram os sujeitos que atuavam na trama documental, transformando sua pesquisa em uma verdadeira investigação, com nomes e endereços.

O que mudou nesse tipo de análise em relação às anteriores? A descoberta de novas fontes, sim, mas não somente isso. Mudou a atitude do presente em relação ao passado, mudou a forma de compreender o papel do escravo como sujeito ativo na história, com

expectativas, vontades e consciência de sua condição e das formas de transformá-la. Mudaram as perguntas com as quais a História passou a empreender sua observação e análise. Por que mudou?

A resposta a essa pergunta mais uma vez pode ser encontrada no texto de Bloch: o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75).

Atividade Final

Na introdução ou primeiro capítulo dos livros didáticos de História, em geral, são apresentados os métodos de história, o ofício do historiador ou algo parecido. Quando não há um capítulo especificamente para este tema, fica ao encargo da apresentação do livro apresentar o que os autores entendem por História.

Espero que você não tenha se descartado do seu livro do ensino médio, pois ele é muito útil para o nosso trabalho em teoria. A proposta dessa atividade final é apresentar o capítulo do seu livro didático voltado para a apresentação dos métodos e procedimentos da pesquisa histórica e, na sequência, avaliar se os princípios são aplicados na produção do conhecimento histórico escolar.

Comentário

O objetivo desta atividade é avaliar se há uma coerência entre as propostas apresentadas nos capítulos sobre metodologia e pesquisa histórica e a forma como conhecimento histórico é apresentado no livro.

Além disso, é importante também evidenciar se, no capítulo sobre métodos e técnicas em história, há uma discussão atualizada sobre os procedimentos analíticos apresentados nesta aula.

RESUMO

No século XIX, os pressupostos de um método de caráter eminentemente empírico serviram de base para a organização da disciplina histórica em termos institucionais. Neste século, foram os historiadores alemães – em especial, Leopold Von Ranke, e posteriormente os membros da Escola Metódica Francesa –, os responsáveis pela formalização do método crítico aplicado aos documentos históricos.

O método histórico renovado ao longo do século XX se organiza segundo as seguintes etapas: delimitação do tema e das hipóteses de trabalho, explicações causais e generalizações apoiadas, sobretudo, nos marcos teóricos e no conhecimento dos códigos pertinentes às

mensagens que são as fontes históricas, bem como no conhecimento de outros fatos e processos de comparação.

A etapa intermediária consiste no estabelecimento de fatos e processos históricos que interessam especificamente à investigação através da delimitação das fontes históricas. Sendo assim, toda a fase prévia relativa ao levantamento nos arquivos, sistematização em fichas e bancos de dados, enfim, a organização dos instrumentos de pesquisa, prepara o campo de trabalho para a etapa intermediária, que consiste na elaboração de um conjunto de operações analíticas realizadas mediante ao uso das fontes. É neste momento que surgem as condições para se produzir conhecimentos novos resultantes da pesquisa concreta de que se trate, por meio do processamento do material investigado. As construções teóricas de todo tipo carecem de valor se, em nenhum momento, não são submetidas à prova das evidências históricas.

A interpretação histórica tem, nos estudos sobre hermenêutica, uma importante contribuição. A história desse campo de conhecimento nos permite recuperar a diferenciação entre compreensão e explicação, no que pese a sua afinidade na produção historiográfica hoje.

O trabalho de pesquisa histórica consiste nos procedimentos de observação, crítica e análise das evidências do passado à luz dos questionamentos do presente.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos a relação entre História e Ciências Sociais e aprofundaremos a noção de interdisciplinaridade.

Até lá!

Aula 16

História e
Ciências Sociais

Meta da aula

Apresentar a relação entre História e Ciências Sociais, evidenciando o papel das teorias sociais na elaboração do conhecimento histórico.

Objetivos

Após o estudo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer as relações entre História e Ciências Sociais;
2. identificar o papel das teorias sociais na produção do conhecimento histórico;
3. caracterizar o significado de interdisciplinaridade para a produção historiográfica hoje.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que você tenha estudado, na Aula 8, o impacto do materialismo histórico nas Ciências Sociais; na Aula 9, a contribuição de Max Weber, e, na Aula 10, a relação entre história e estruturalismo.

INTRODUÇÃO

Como vimos na aula passada, não é de hoje que a história proclamou sua independência em relação à dominação dos textos escritos e dos testemunhos voluntários. A necessidade por parte dos historiadores em problematizar temas bem pouco trabalhados pela historiografia tradicional levou-os a ampliar seu universo de fontes, bem como a desenvolver abordagens pouco convencionais, à medida que se aproximava das demais ciências sociais em busca de uma “história total”.

Novos temas passaram a fazer parte do elenco de objetos do historiador, dentre eles a vida privada, o cotidiano, as relações interpessoais etc. Uma micro história que, para ser contada, não necessita perder a dimensão macro, a dimensão social, totalizadora, das relações sociais.

Nesse contexto, uma história social da família, da criança, do casamento, da morte etc, passou a ser contada, demandando, para tanto, muito mais informações que os inventários, testamentos, curatela de menores, enfim, informações que uma documentação cartorial poderia oferecer. A tradição oral, os diários íntimos, a iconografia e a literatura, apresentaram-se como fontes históricas de excelência das anteriores, mas que demandavam do historiador uma habilidade de interpretação, com qual não estava aparelhado. Tornou-se imprescindível que as antigas fronteiras e os limites tradicionais fossem superados.

Ao historiador exigiu-se que fosse também antropólogo, sociólogo, semiólogo e um excelente detetive, para aprender a relativizar, desvendar redes sociais, compreender linguagens, decodificar sistemas de signos e decifrar vestígios, não perdendo, jamais, a visão do conjunto.

Foi no século XIX que as Ciências Sociais e a História se organizaram como disciplinas acadêmicas com espaços institucionalizados nas universidades, escolas e academias. Esse processo envolveu um debate acirrado em relação ao modelo de ciência com o qual as jovens ciências humanas estavam se mirando.

Todo o esforço do filósofo alemão W. Dilthey, referido na Aula 15, bem como de outros filósofos, foi o de buscar um estatuto para as ciências do espírito (como eram chamadas as Ciências Humanas então) que as diferenciasse das Ciências Naturais, mas sem perder o princípio geral de um pensamento e métodos científicos comuns a todas as disciplinas que queriam ser chamadas de Ciências.

Assim, as resposta às questões relacionadas à possibilidade de existir uma ciência do homem e da sociedade nunca formaram um coro uníssono. Tampouco a relação que a História foi se estabelecendo com esse campo de debates, dependeu em muito do tipo de comprometimento ético que a comunidade de historiadores estabeleceu em relação as suas práticas.

De toda forma, como já vimos anteriormente, hoje não mais se sustenta a idéia de um princípio único de ciência, tanto no campo de estudo da física, das matemáticas, da biologia, as chamadas ciências da natureza ou ainda ciências duras, quanto nas reconhecidas Ciências Humanas, ou ainda, ciências “softs”. No que pese a defesa por um princípio de inter-relação entre as áreas de estudo que defenda uma ação sobre o mundo mais coordenada e que assim deixe de condenar esse mesmo mundo a um fim, mais próximo do que o desejado. Um grande problema que não possui uma única solução!

Na aula de hoje vamos estudar como a relação entre História e Ciências Sociais foi sendo construída ao longo do século XX, a forma pela qual o conhecimento histórico apoia sua análise das sociedades passadas em teorias sociais e identificar o sentido e a função do princípio de interdisciplinaridade.

História e Ciências Sociais: um panorama

Em cada contexto, a História se reveste de um significado específico, daí a relevância de se estudar a História da História (isto é, como a disciplina foi se constituindo ao longo do tempo como campo de saber), estabelecer as principais correntes que compõem o campo

da prática historiadora, compreender como esta prática está vinculada às disputas de poder em torno do controle da memória social e que, acima de tudo, uma interpretação histórica que rejeita o conflito e, tendendo a ver as sociedades como totalidades harmônicas, está longe de ser uma disciplina crítica e transformadora.

Além disso, é fundamental avaliar-se, para termos em conta o estado atual da “oficina da História”, a relação que esta disciplina estabelece com as Ciências Sociais, a saber: Antropologia, Sociologia, Ciência Política e Economia. Além dos contatos mais recentes e menos tradicionais, tais como com a Literatura, a Linguística, a Semiologia e a Semiótica, e os já consolidados como com a Geografia e a História da Arte.

A relação que a História estabelece com essas disciplinas também vem se modificando ao longo do tempo e, de diferentes maneiras, em contextos acadêmicos distintos. Vale lembrar que o século XX superou a noção de ciências auxiliares da História, reforçando esse relacionamento interdisciplinar no sentido de romper com a perspectiva imperialista da história e situar as possibilidades de contato no marco de uma discussão de caráter teórico-metodológico. Daí, atualmente, todo o debate sobre o campo historiográfico centrar-se em propostas transdisciplinares, ou seja, mais do que uma mera colaboração entre disciplinas, ou um trabalho em equipe, o que se discute é a capacidade da História de teorizar sobre seus objetos de estudo e operá-los a partir de metodologias coordenadas. Um exemplo desse tipo de abordagem seria a análise das relações sociais a partir do estudo das redes de sociabilidade tal como a Antropologia propõe, utilizando-se para tanto de um aporte semiótico para se avaliarem os códigos de comportamento e as representações sociais que caracterizam a distinção social entre os diferentes grupos.

Pontuar temporalmente a dinâmica desse relacionamento de disciplinas é fundamental para entender as dinâmicas da escrita da história e da prática historiadora atual.

1.1) Anos 1920-1930 – Surgimento do grupo dos Annales na figura de Marc Bloch e **Lucien Febvre**, este último geógrafo de

Lucien Febvre

Nascido em Nancy a 22 de julho de 1878 e falecido em Saint-Amour a 11 de Setembro de 1956, foi historiador francês, crítico literário e co-fundador da chamada “Escola dos Annales”, juntamente com Marc Bloch. Seu trabalho é reconhecido como precursor no campo dos estudos sobre mentalidades coletivas que deu origem ao campo atual da história cultural.

Emile Durkheim

Nascido na cidade francesa de Épinal em 15 de abril de 1858, e falecido em Paris, em 15 de novembro de 1917, é considerado um dos pais da sociologia moderna. Durkheim foi o fundador da escola francesa de sociologia, posterior a Marx, que combinava a pesquisa empírica com a teoria sociológica. É reconhecido amplamente por ter teorizado sobre os processos de ação social e pelo conceito da coesão social.

George Dumézil

Nascido em Paris em 1898 e falecido na mesma cidade em 11 de outubro de 1986, é considerado um dos importantes nomes dos estudos sobre a língua e a mitologia antigas. Suas descobertas sobre a relação estrutural entre língua e representação mítica dos povos indo-europeus foram de grande influência para os estudos sobre mentalidades da Escola dos Annales.

formação. No contexto de surgimento desta nova abordagem histórica a influência da sociologia de **Emile Durkheim** e da abordagem estruturalista de **George Dumézil**. No Brasil, a escola história manteve-se isolada deste tipo de interação limitada ao IHGB, no entanto fora do campo dos historiadores tradicionais, a escrita da história se renovava com os escritos de **Gilberto Freyre** (antropólogo); **Sérgio Buarque de Holanda** (historiador) e **Caio Prado Junior** (historiador), buscando cada qual a sua maneira escrever uma história total das relações sociais.

Gilberto Freyre

Nascido no Recife em 15 de março de 1900 e falecido em 8 de julho de 1987, é considerado, pelo crítico literário Antonio Candido juntamente com Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, um dos pais fundadores da historiografia crítica brasileira. Sua obra aborda as matrizes culturais da sociedade brasileira, explorando com prosa fina, estilo leve e uma variedade significativa de fontes, dentre as quais relatos orais, o passado colonial, os modos e costumes da sociedade imperial. Hoje, reabilitado pela História Cultural no Brasil, é considerado um dos precursores na compreensão das matrizes culturais da sociedade brasileira.

Sérgio Buarque de Holanda

Nascido em São Paulo a 11 de julho de 1902 e falecido na mesma cidade a 24 de abril de 1982, foi um dos mais importantes historiadores brasileiros. Autor de obras referenciais para a historiografia brasileira, dentre as quais se destaca o livro "Raízes do Brasil" (1936). Sua vida e obra foram tema de documentário dirigido pelo cineasta Nelson Pereira dos Santos em 2006.

Caio da Silva Prado Júnior

Nascido em São Paulo a 11 de fevereiro de 1907 e falecido também em São Paulo a 23 de novembro de 1990, foi um historiador, geógrafo, escritor, político e editor brasileiro. As suas obras inauguraram, no país, uma tradição historiográfica identificada com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial brasileira.

1.2) Anos 1940/1950 – a historiografia francesa, sob a liderança de Fernand Braudel, reaproxima-se da geografia e busca compreender a lógica das sociedades no marco da sua espacialidade e da longa duração. Sofistica-se a discussão sobre o tempo na história, rompendo-se com uma perspectiva linear do tempo. Neste período, a história se aproxima das Ciências Sociais, através dos “area studies”, grupos de cooperação disciplinar em torno de certos temas. No Brasil, a história acadêmica passa a sofrer forte influência da sociologia histórica da escola paulista, encabeçada pelo sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995).

Ainda nos anos 1950, fora do contexto francês, zona de influência direta da cultura letrada brasileira, um grupo de historiadores progressistas, ligados ao Partido Comunista Inglês e associados aos movimentos sociais na Inglaterra, organizam as history work shops. Estes eram grupos de trabalho comunitário voltados para uma perspectiva de história fora do circuito da elite, uma história que “vinha de baixo”. Este grupo de historiadores ficou conhecido como a New left ou o grupo do marxismo britânico – dentre eles: E.P. Thompson, Eric Hobsbawn, Christopher Hill, entre outros.

1.3) Anos 1960/1970 – anos de importantes transformações sociais que marcaram de forma decisiva a escrita e a prática historiadora. A história se engaja nos movimentos sociais e amplia seu universo de análise, sendo a abordagem histórica adotada amplamente por sociólogos, cientistas políticos e filósofos. No Brasil, escreve-se história mais nos centros de Ciências Sociais do que nas faculdades de História. A abordagem histórica, bem como a pesquisa histórica, começa a ser discutida em termos da reformulação do campo historiográfico, movimento que se complementaria nos anos subsequentes.

1.4) Anos 1980/1990 – período marcado pelo revigoramento da escrita da história que passa a se utilizar de reflexões teóricas das demais disciplinas das ciências humanas no sentido de elaborar, de maneira mais adequada, o tratamento sobre os novos objetos que se

colocam como relevantes. Portanto é um período que se caracteriza pela consolidação das novas abordagens, novos objetos e novos problemas.

Ao mesmo tempo, os anos noventa, principalmente a sua segunda metade o início do século XXI foi, gradualmente, sendo dominado pelas discussões em torno da crise dos paradigmas: iluminista X pós-modernos; racionalistas X irracionais etc. Debates que incluíam questões teóricas tais como: a morte dos sujeitos sociais/coletivos; o fim dos modelos de explicação holísticas; redefinição das escalas dos objetos de estudo da história; o fim das metanarrativas e a predominância de uma epistemologia da história de base sensivelmente idealista, pautada na possibilidade de múltiplas narrativas históricas, igualmente válidas, devido a perda na crença nos critérios de validação racionais.

Fernand Braudel

Nascido na cidade francesa de Luméville-en-Ornois, em 24 de agosto de 1902, e falecido em Cluses, a 27 de novembro de 1985, foi historiador e um dos mais importantes representantes da chamada “Escola dos Annales”. Editou a revista dos Annales, sendo responsável por sua revitalização no pós-Segunda Guerra Mundial.

Foi também o responsável pela introdução do conceito de estrutura em história e pela diferenciação do tempo histórico em três dimensões: a curta duração, a média duração e a longa duração. Seus estudos sobre capitalismo e civilização material são importante referência para a aproximação entre História e Geografia.

Unidade e diversidade das ciências do homem: a propósito da contribuição de Fernand Braudel

Num instigante texto, publicado em fins dos anos 1950, o historiador francês **Fernand Braudel**, avaliou o relacionamento entre as ciências do homem, destacando as dificuldades de estabelecer uma disciplina unificadora do conhecimento social, apesar do campo comum de suas reflexões – as sociedades humanas. Por outro lado, o ator destaca a necessidade de se estabelecer uma intersubjetividade possível com vistas a dar conta da natureza complexa dos objetos de estudo das Ciências do Homem.

Esse texto pontua questões que ainda hoje não perderam a sua atualidade e nos permitem identificar as principais questões que orientam a relação entre história e ciências sociais.



A escolha por trabalhar com textos mais antigos e datar esse material é uma opção didática. Isso porque, como vimos, a História é uma ciência em construção; portanto, as idéias e conceitos com os quais trabalhamos hoje possuem uma trajetória que é importante que seja trabalhada e apresentada em termos de contribuição e atualidade.

Os textos e trabalhos em História devem dialogar com as tendências historiográficas que orientam sua perspectiva de estudo. Assim, sempre que possível, recorreremos aos chamados textos clássicos ou de referência para pontuarmos as posições dentro do campo historiográfico.

Em linhas gerais, podemos organizar a contribuição de Fernand Braudel em quatro grandes temas: a questão da existência de um objeto comum às ciências humanas; o problema da irredutibilidade das ciências humanas entre si; o uso de modelos e tipificações em Ciências Sociais; e, por fim, o posicionamento contra a especialização extremada e em prol da cooperação necessária.

Sobre o primeiro aspecto Braudel (1986) chama atenção para o fato de que, apesar de todas as Ciências Humanas se interessarem por uma paisagem única e comum, a das ações passadas, presentes e futuras do homem, existe uma grande dificuldade em estabelecer um trabalho coordenado. Isso porque “toda a ciência social é imperialista, mesmo quando nega sê-lo; tende a apresentar as suas conclusões como uma visão global do homem” (BRAUDEL, 1986, p. 136).

Na perspectiva desse autor, o observatório ideal das ciências humanas seria um campo de conhecimento no qual o espaço de diálogo pudesse ser criado, sem comprometer a autonomia de cada uma delas. Esse papel Braudel (1986, p. 137) atribuía à História,

“sim, a História presta-se a semelhantes diálogos. Está pouco estruturada, aberta às ciências vizinhas”.

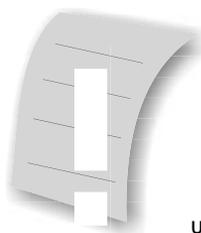
Entretanto, Braudel reconhece que, no momento em que escreve, essa unidade em torno da História estava longe de ser uma unanimidade, até mesmo entre os historiadores: “Também nós, os historiadores, vemos a nossa maneira (que não é a correta) e com evidente atraso as nossas ciências vizinhas. Desta forma, de uma ciência para outra contígua, estabelece-se um clima de incompreensão. Na realidade, um conhecimento eficaz das diversas investigações realizadas no seio de cada disciplina exigiria uma grande familiaridade, uma participação ativa, o abandono de preconceitos e hábitos. É pedir muito. Não bastaria, com efeito, para alcançar este objetivo, lançar-se momentaneamente nestas ou naquelas investigações de vanguarda, quer sejam de sociologia, quer de economia política, mas impor-se-ia observar como estas investigações se incluem num conjunto e indicam os movimentos novos deste conjunto, coisa que não está ao alcance de todos (BRAUDEL, 1986, p. 138).

O comentário de Braudel (1986) se desdobra na demanda por uma atenção maior às propostas das demais disciplinas e à efetiva construção de uma linguagem comum que oriente o debate interdisciplinar. No momento no qual escreve, início dos anos 1960, ainda sob o efeito do debate com a Antropologia de Levi Strauss, Braudel (1986) vai eleger o uso de modelos e tipificações como ponte entre a História e as Ciências Sociais.

Assim, o uso de modelos para explicar numa perspectiva totalizante as sociedades humanas no tempo aponta para a possibilidade da linguagem comum antes indicada, bem como orientaria a abordagem histórica rumo ao estudo das regularidades e da tipificação, incorporando a essa perspectiva o estudo das particularidades. Essa nova orientação estava claramente

influenciada por uma perspectiva de valorização dos princípios científicos sem, no entanto, desconsiderar a sua dificuldade, como aponta Braudel (1986, p. 141):

Mas o historiador que se enfrenta com um modelo, compraz-se sempre em devolvê-lo às contingências, em fazê-lo flutuar, tal como um barco nas águas particulares do tempo. (...) Mas ao proceder assim, o historiador destrói continuamente os benefícios da 'tipificação', desmonta o barco. Só voltaria à ordem se reconstruísse este ou outro barco, ou se, desta vez na linha da história, repusesse os diferentes 'modelos' identificados nas suas singularidades, para as explicar mais tarde, a todos, pela sua própria sucessão. (...) o nosso primeiro cuidado como historiadores consistirá em particularizar o modelo, em desmontar mecanismos para os verificar e, sobretudo, os complicar à vontade para os devolver a uma vida diversa e particular, os abstrair a uma simplificação científica. Mas, depois, que vantagem nos atrevermos a voltar ao modelo, ou aos diferentes modelos, para descobrir a sua evolução, se evolução houvesse? Não vamos mais longe; a demonstração está feita: o modelo navega seguramente, através de todas as ciências do homem, com resultados positivos, e até por aquelas que, a priori, não se lhe mostram favoráveis.



O uso de modelos em História varia de acordo com a perspectiva teórica com a qual se trabalha. Nas aulas anteriores, você estudou Marx e Weber, dois importantes pensadores que desenvolveram abordagens nas quais o uso de modelos ocupava um papel central. No caso de Marx, os chamados modos de produção, e de Weber, os tipos ideais, cada um concorrendo para uma explicação diferenciada da sociedade. Enquanto o primeiro valorizava a perspectiva do conflito e da luta de interesses dentre os grupos sociais, o segundo se apoiava num modelo que valorizava a função social de cada grupo social na dinâmica histórica.

Em história, o uso de conceitos advindos das ciências sociais, mas devidamente articulado a uma perspectiva histórica, tem como objetivo explicar a dinâmica das relações sociais passadas. Nesse caso, os modelos são muito mais um conjunto de conceitos explicativos ancorados na pesquisa de fontes do que, propriamente, a totalidade passada recuperada conceitualmente.

Portanto, quando utilizamos a noção de sociedade escravista, estamos nos baseando num modelo de explicação cuja eficácia explicativa depende da sua associação a uma dimensão temporal específica. Assim, existe uma sociedade escravista na antiguidade e outra nos tempos modernos, a diferença entre ambas deixa claro que um mesmo conceito ou modelo de explicação ganha significados diversos de acordo com a sua referência temporal.

Braudel (1986) conclui suas reflexões apontando para a necessidade de criar espaços efetivos de cooperação acadêmica, incluindo-se aí uma perspectiva institucional, através de departamentos interdisciplinares, à maneira das universidades norte-americanas e das associações profissionais. Essas iniciativas, segundo o autor, evitariam a especialização extrema, bastante prejudicial ao desenvolvimento das ciências humanas.

Vale lembrar mais uma vez que Braudel (1986) escreveu há cerca de quarenta anos; de lá para cá, o campo das ciências humanas veio incorporando, através da consolidação de associações profissionais, da regularidade de simpósios e congressos nacionais e internacionais, bem como pela publicação regular de periódicos, um espaço de sociabilidade acadêmica. Dentre os quais, no Brasil se destaca a ANPUH, Associação Nacional de História.



ANPUH – Em 19 de outubro de 1961 foi fundada, na cidade de Marília, estado de São Paulo, a Associação Nacional dos Professores Universitários de História, ANPUH. A entidade trazia na sua fundação a aspiração da profissionalização do ensino e da pesquisa na área de

história, opondo-se de certa forma à tradição de uma historiografia não acadêmica e autodidata ainda amplamente majoritária à época.

Atuando desde seu aparecimento no ambiente profissional da graduação e da pós-graduação em história, a ANPUH foi aos poucos ampliando sua base de associados, passando a incluir professores dos ensinos fundamental e médio e, mais recentemente, profissionais atuantes nos arquivos públicos e privados, e em instituições de patrimônio e memória espalhadas por todo o país. O quadro atual de associados da ANPUH reflete a diversidade de espaços de trabalho hoje ocupados pelos historiadores em nossa sociedade. A abertura da entidade ao conjunto dos profissionais de história levou também à mudança do nome que, a partir de 1993, passou a se chamar Associação Nacional de História, preservando-se, contudo o acrônimo que a identifica há mais de 40 anos.

A cada dois anos, a ANPUH realiza o Simpósio Nacional de História, o maior e mais importante evento da área de história no país e na América Latina. No intervalo entre dois simpósios nacionais, as Seções Regionais organizam seus encontros estaduais (ANPUH, 2009).

Nesses espaços, mesmo sem superar as fronteiras do conhecimento, tem-se avançado na discussão sobre as práticas interdisciplinares e transdisciplinares, como veremos na terceira parte desta aula.



Atende ao Objetivo 1

1. A Revista de História da Biblioteca Nacional dedicou o seu número 40, publicado em janeiro de 2009, à temática do corpo.

<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=edicao>

A temática do corpo foi trabalhada numa revista dedicada aos estudos históricos, apontando o fato de que novos temas trabalhados pelos historiadores demandam uma aproximação com as ciências sociais. Na sua avaliação quais seriam os interlocutores dos historiadores nessa publicação e quais os possíveis diálogos entre eles.

Comentário

O objetivo desta atividade é incentivar a reflexão sobre a relação entre História e Ciências Sociais dentro da perspectiva dos novos objetos da História.

Mesmo sem consultar a revista, que seria bem interessante para essa atividade, pode-se propor que o tema sobre o corpo seja trabalhado num diálogo com a antropologia, estudando-se as práticas e representações corporais no âmbito de diferentes culturas históricas ou, ainda, numa perspectiva de diálogo com a psicanálise, na avaliação histórica das doenças mentais e dos comportamentos ditos desviantes, bem como o próprio conceito de normalidade.

A disciplinarização do corpo nas fábricas e a noção de trabalho associada à perspectiva de dominação do corpo dos sujeitos históricos e às atitudes em relação ao corpo feminino poderiam ser mais bem desenvolvidas em compasso com a sociologia da cultura.

Enfim, o fundamental é destacar que as fronteiras em relação às ciências sociais, incluindo-se aí a História num programa de pesquisa, são perfeitamente abolidas.

História e teoria social

O historiador inglês Peter Burke, no prefácio do seu livro *História e teoria social* (2000), apresenta os caminhos que o levaram a organizar uma obra, cujo objetivo central era o de apresentar as relações entre a História e as Ciências Sociais. Essa reflexão sugere alguns aspectos importantes para nos orientarmos dentro do campo. Vejamos a contribuição do historiador inglês:

Para ver o que ocorre em todas as áreas, o autor não consegue evitar o ponto de vista pessoal. A perspectiva a partir da qual o presente ensaio foi elaborado é a mesma que o falecido Fernand Braudel costumava chamar de “história total” – não uma análise do passado que cuide de todos os pormenores, mas sim que ressalte as relações entre campos distintos da empresa humana (BURKE, 2000, p. 8).

Mais adiante, explica que a escolha do título envolveu também uma percepção das mudanças dentro do campo de trabalho de contato entre as áreas que se debruçam sobre o estudo das sociedades:

Falar de “ciências sociais”, como se costumava fazer, também parece algo obscuro para qualquer um que não acredite no modelo das ciências físicas (se é que esse modelo unificado de fato existe) deve ser seguido por

aqueles que se dedicam ao estudo das sociedades. (...) Decidi, portanto, empregar a expressão “teoria social” (que inclui “teoria cultural”), (...) essa opção não implica a premissa de que as teorias genéricas são tudo o que os historiadores provavelmente encontram de interessante na sociologia e em outras disciplinas. Alguns conceitos, modelos e métodos empregados nessas disciplinas também têm suas aplicações no estudo do passado, embora estudos de caso de sociedades contemporâneas possam sugerir comparações e contrastes bastante produtivos com relação a séculos anteriores. (...) Continuo a acreditar que Marx e Durkheim, Weber e Mallinowski – para não mencionar outros – ainda têm muito a nos ensinar” (BURKE, 2000, p. 9).

As reflexões de Burke (2000) são bastante úteis para pontuar aspectos da relação entre a História e as demais disciplinas que têm o mesmo objeto de estudo – as sociedades humanas e seus sujeitos –, com a diferença de que na História, como vimos em aulas anteriores, o debate sobre o conceito de tempo é fundamental. Dentre os aspectos levantados por Burke (2000), destaca-se, em primeiro lugar, a perspectiva de uma abordagem da história que dê conta do conjunto das relações sociais, mesmo que a temática tratada ou, ainda, o objeto de estudo específico, seja a trajetória de um indivíduo, como foi o caso da escrava Liberata, estudado na aula passada.

Em segundo lugar, que essa relação se elabora, por um lado, do ponto de vista teórico, na adoção de uma linha de interpretação que explique a dinâmica das relações sociais segundo conceitos específicos. Por exemplo: uma abordagem marxista vai trabalhar com o conceito de classe social, para explicar a dinâmica de organização dos diferentes grupos de uma sociedade. O conceito de classe social é um conceito da tradição teórica marxista e a sua aplicação deve levar em conta os debates dentro dessa linha.

Por outro lado, do ponto de vista metodológico, essa mesma relação se elabora através do uso de modelos e métodos provenientes de outros campos. Por exemplo: o estudo das imagens fotográficas, para se analisar as formas de comportamento e as representações sociais de uma determinada época, se utiliza dos conceitos e métodos da Semiótica para compreender o processo de produção visual de sentido. Assim, a série de fotografias é trabalhada como uma mensagem cujos códigos de organização seguem determinada lógica que pode ser explicada por conceitos dessa disciplina.

Ambos os aspectos se complementam, tendo em vista que não se escreve a História sem uma teoria que explique e compreenda a lógica de organização das sociedades humanas. A ausência de um quadro teórico e metodológico numa pesquisa histórica leva necessariamente à produção de trabalhos descritivos que não se descolam do uso limitadamente empírico da documentação. Afinal de contas, como já foi dito em outras aulas, as fontes históricas não falam sozinhas: é necessário que perguntas lhes sejam feitas.

Entretanto, a forma como a História se aproximou da teoria social, ao longo do século XX, não foi nem simples nem linear. O historiador francês Jacques Revel, em seu artigo intitulado “História e Ciências Sociais: uma confrontação instável” (1998), discute a tensa relação entre História e Ciências Sociais, tomando a noção de interdisciplinaridade como elemento norteador desta relação. Revel (1998) dialoga com três tradições (incluindo a que Braudel pode ser reconhecido) constituídas, desde fins do XIX e ao longo do século XX, que pautaram a produção do conhecimento social na França. Cada uma dessas tradições elaborou uma forma de se propor a relação interdisciplinar, levantando, cada qual, um problemática de caráter epistemológico diversa. Apesar de reconhecer que a problemática da tensão entre História e Ciências Sociais é mundial, Revel opta por tratar da peculiaridade do caso francês.

A primeira tentativa de estabelecer uma unidade para as Ciências Sociais é incentivada pela sociologia do século XIX, marcada pela grande influência do sociólogo francês Emile

Durkheim. Segundo tal tendência, todas as disciplinas humanísticas deveriam se considerar como especializações da única Ciência social – a sociologia – a única dotada de um método científico apto a estabelecer leis gerais do comportamento humano. Um modelo de compreensão do social organizado sob forte inspiração do modelo naturalista. Tal postura sofreria oposições a partir de diferentes tendências: tanto dos historiadores tradicionais quanto de outros, mas empenhados em dialogar com a crise da razão cientificista que se disseminava no debate intelectual.

A partir dos anos de 1920, no bojo da crise de hegemonia do paradigma cientificista/naturalista, surgem novas propostas de se pensar a relação entre as disciplinas das ciências do homem; dentre essas, destaca-se aquela que propunha a História como a disciplina-síntese dessas ciências. A História, por lidar com a complexidade do tempo social, estaria mais aberta e permeável a definir seus objetos de estudo a partir de uma estreita colaboração interdisciplinar, buscando, por meio da reflexão temporal, dar conta da natureza múltipla dos fenômenos sociais.

Na contracorrente da História como espaço da síntese social se colocou a Antropologia estruturalista, mais preocupada em identificar e reconhecer as estruturas sociais, propondo modelos de inteligibilidade nos quais a temporalidade pouco importava. É neste período que podemos incluir o manifesto de Braudel e suas críticas à utilização exagerada de modelos nas Ciências Sociais, apresentado no tópico anterior desta aula.

Revel (1998) finaliza a sua reflexão com um item denominado “O Tempo de confrontos?”. Neste ponto, destaca que a ampliação do território do historiador teve como consequência tanto a fragmentação de seus objetos quanto a extrema especialização dos estudos que marcaram os anos 1970 e 1980. Desse processo de fragmentação e especialização podem-se estabelecer dois níveis de uma crise que não se limitam à relação entre História e Ciências Sociais, mas que se ampliam para toda a produção do conhecimento humano.

1º Nível – crise dos paradigmas unificadores e da razão iluminista. Os modelos holísticos já não dão conta de uma realidade social plural e descentralizada.

2º Nível – necessidade de estabelecer os níveis das novas competências de conhecimento alicerçadas num conhecimento efetivamente interdisciplinar do qual as antigas fronteiras não dão mais conta. O estabelecimento de normas que regulamentem as diferenças é fundamental para se garantir o regime de cientificidade das diversas disciplinas das ciências do Homem.

Burke se alinha à perspectiva de Revel (1998), mas inclui, em suas considerações, não somente a trajetória historiográfica francesa, mas a europeia como um todo. Estuda, no primeiro capítulo de seu livro *História e Teoria Social* (2000), como historicamente as relações entre a História e as teorias sociais se estabeleceram. Avalia na sua abordagem, que desde o século XVIII, com a presença dos historiadores filósofos, como Voltaire, as teorias da História eram, na verdade, grandes sistemas filosóficos para compreender a evolução da humanidade, confundindo-se os usos teóricos na História com as filosofias da História.

No século XIX, segue Burke em sintonia com as considerações de Braudel e Revel, as disciplinas acadêmicas se constituíram em campos especializados, cada qual num aspecto da experiência humana e, assim, as fronteiras forma devidamente demarcadas. Coube aos profissionais das humanidades, no século XX, vivenciarem essa especialização e tentarem redefinir a lógica de configuração dos campos de conhecimento, rumo a uma perspectiva efetivamente interdisciplinar, como pondera Burke (2000, p. 34-35):

Há motivos óbvios para uma relação cada vez mais estreita entre história e a teoria social. A mudança social acelerada praticamente se impôs à intenção dos sociólogos e antropólogos (...). Demógrafos, ao estudar a explosão demográfica mundial, e economistas e sociólogos, ao analisar as condições de desenvolvimento agrícola e

industrial dos chamados países “subdesenvolvidos”, viram-se examinando as mudanças ao longo do tempo, ou seja, a história (...). A meu ver, a “virada teórica” por parte de alguns historiadores sociais e a “virada histórica” de alguns teóricos são muito bem vindas (...). Sem combinar a história com a teoria, é provável que não consigamos entender nem o passado nem o presente, (...) o interesse na teoria vem enriquecendo a prática da história, sobretudo no decorrer da última geração.

Entretanto, os tempos não são absolutamente dourados, continua Burke (2000), sobretudo porque novos problemas surgem ao se tentar resolver os antigos impasses. A própria noção de “convergência”, muito utilizada para se defender a relação entre o campo das humanidades, hoje não dá conta da perspectiva defendida pelos campos, tanto na organização institucional quanto na disputa de verbas das agências de fomento à pesquisa. Nesse sentido, conclui o historiador inglês:

Vivemos em uma era de linhas indefinidas e fronteiras intelectuais abertas, uma era instigante e, ao mesmo tempo, confusa (...). O surgimento do discurso compartilhado entre alguns historiadores e sociólogos, alguns arqueólogos e antropólogos, e assim por diante, coincide com um declínio do discurso comum no âmbito das ciências sociais e humanidades e, a bem da verdade, dentro de cada disciplina (BURKE, 2000, p. 35).

Assim, se por um lado, a aproximação entre disciplinas gerou o surgimento de novos campos para o estudo da História, como veremos nas aulas subsequentes, por outro, a tendência à fragmentação e à especialização extrema é um risco que devemos evitar, para não perdermos a necessária visão do conjunto.



Atende ao Objetivo 2

2. O historiador italiano Carlo Ginzburg (1989), em seu clássico artigo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*, trabalha com a hipótese do surgimento de um paradigma (modelo epistemológico) do tipo semiótico entre 1870-80, que tem raízes muito antigas, mas que se explicita à luz das problemáticas suscitadas pela diversidade humana, própria das sistematizações científicas de fins do XIX, época de constituição das disciplinas modernas, notadamente as Ciências Humanas. Tal paradigma viria a superar o paradigma galileano, onde o geral era a base explicativa para o particular – teoria explica fenômenos individualizados. Dentro do paradigma semiótico ou indiciário, a noção predominante seria a de sinal, indício, marca, pista – o conhecimento individual que habilita conhecer o todo. O efeito estudado permite o conhecimento da causa.

Associe a hipótese de Carlo Ginzburg aos debates apresentados por Revel e Burke no segundo tópico desta aula.

Resposta Comentada

Para Revel (1998), a crise atual das ciências humanas ou sociais é consequência de uma especialização extrema dentro do campo, bem como da tentativa de uma disciplina tentar exercer a hegemonia em relação às demais que se debruçam sobre a atividade humana. Apesar da solução de Revel (1998) indicar a superação das fronteiras disciplinares, rumo a um conhecimento transdisciplinar, não prega o retorno a uma teoria geral e única do social, como se propunha dentro de uma perspectiva galileana.

Burke, por sua vez, orienta a sua reflexão apontando a necessidade de se definir que o campo historiográfico tem como objetivo o estudo das sociedades humanas no passado, segundo a abordagem da história total, e também não defende a existência de uma grande teoria explicativa para as ações humanas. Ao contrário, esse autor, tal como Revel (1998), vai reconhecer competências diferenciadas na abordagem da história cultural ou da história social como campos historiográficos autônomos. Isso implica a existência de métodos e técnicas que são adequados a cada uma dessas abordagens.

Assim, a relação que podemos identificar entre ambos os autores e a hipótese de Carlo Ginzburg não é direta, pois este defende que o conhecimento no campo de estudo das ações humanas deve partir do específico, da pista, da evidência e do rastro, sendo esse aspecto o ponto de partida e de chegada de um conhecimento mais completo da sociedade no presente e no passado.

Dessa forma, os três autores defendem que não há conhecimento completo sobre as ações humanas se nos limitarmos a descrevê-las, sem explicá-las sob uma perspectiva teórica.

História e interdisciplinaridade

Vejam agora o significado da noção de interdisciplinaridade defendida desde os escritos de Braudel de fins da década de 1950. Para tanto, tomaremos como referência dois verbetes de dois dicionários sobre conceitos históricos. Vamos a uma síntese deles:

Os métodos e as técnicas de pesquisa científica se renovam constantemente. As mudanças sociais e culturais trazem novos interesses historiográficos e, logo, é preciso

criar novas técnicas para responder aos questionamentos que esses interesses trazem. Assim, com a pós-modernidade, diversas abordagens tomaram fôlego nas ciências humanas. Entre elas, a interdisciplinaridade, geralmente entendida como troca de conteúdo e métodos entre disciplinas, ultrapassando a segmentação do conhecimento promovida pela multidisciplinaridade tradicional (...).

A interdisciplinaridade pode ser confundida com a transdisciplinaridade e com a multidisciplinaridade. A transdisciplinaridade é a consequência de uma síntese interdisciplinar, é um saber novo que se origina da interdependência de vários aspectos da realidade. Ou seja, é o resultado da interdisciplinaridade. Já a multidisciplinaridade, também chamada de pluridisciplinaridade, é a divisão do conhecimento em diferentes áreas, em diferentes disciplinas que apenas se sobrepõem. É o saber em seu estado tradicional (...).

Na História, por sua vez, a interdisciplinaridade não é nova, mas data da própria renovação do início do século XX (...). Desde as décadas de 1910 e 1920 que os fundadores da escola historiográfica dos Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre, já incentivavam o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares. Tentavam, então, fazer uma História totalizante, que abrangesse o homem em sua complexidade de pensar, agir e sentir. Para tanto, utilizaram instrumentos de disciplinas como a Economia, a Psicologia e a Sociologia. A fundação dos Annales, uma revista interdisciplinar por excelência, em 1929, teve como objetivo promover a aproximação da História com as demais ciências sociais. Desde então a escola dos Annales e sua sucessora, a Nova História, têm realizado intenso trabalho interdisciplinar, gerando inclusive novas abordagens históricas, como a História social, a História do Imaginário, das Mentalidades, a Geo-história.

Todas elas promovendo uma síntese entre disciplinas e em saber que, apesar de ser histórico, também não deixa de ser sociológico, ou psicológico, ou geográfico (...) (SILVA; SILVA, 2006, p. 237-240).

Essa primeira definição associa a aproximação interdisciplinar a um projeto mais integrado para as ciências, não somente aquelas que lidam com as ações humanas, mas também as demais, que têm como objeto o universo sobre o qual as ações humanas se desenrolam. Conclama-se, assim, um novo modelo epistemológico que, mesmo sem defender a existência de uma teoria única (defesa insustentável para o pensamento científico contemporâneo), busca promover uma visão mais holística (global e sintética) sobre o universo social e natural:

Sobre o saber científico, a visão holística afirma que não há hierarquias entre as disciplinas, bem como a própria separação do conhecimento entre as disciplinas científicas é falsa, sendo a tarefa da interdisciplinaridade conectá-las para produzir um saber transdisciplinar (SILVA; SILVA, 2006, p. 238).

O segundo verbete para a definição de “interdisciplinaridade”, escrito por O. Dumolín, foi tirado do *Dicionário das ciências históricas*, organizado pelo historiador francês André Burguière (1993):

Quando Paul Veyne julga que um livro de história é uma monografia sociológica ou que um livro de sociologia é um “tópico histórico”, ele considera a interdisciplinaridade ou mesmo a fusão das ciências do homem um fato adquirido. Para ele como para Evans-Prichard, declarando que a antropologia deve aprender com o historiador, mas que não resta a história “senão ser antropologia social ou nada”, Marc Bloch tinha razão distinguindo apenas uma “ciência do homem unindo o estudo dos mortos e dos vivos”. Desde 1912, J.H. Robinson, o pioneiro da “New History”.

A vontade, hoje, de derrubar os muros que separam as disciplinas que caracterizavam L. Febvre e os primeiros Annales parece coroada de êxito. Não só a história econômica, a demografia histórica, a antropologia histórica criam passarelas entre a história e as ciências sociais, mas também a linguística e a psicanálise penetram no horizonte dos historiadores. As ciências da vida enriquecem a história do clima ou a do povoamento. O fenômeno já está bastante institucionalizado e inscrevem a interdisciplinaridade na formação dos estudantes de história.

No entanto, o nascimento das diferentes ciências sociais no fim do século XIX já havia desencadeado uma série de conflitos ao mesmo tempo teóricos e corporativos, entre os quais o que opôs os historiadores franceses e o grupo de Durkheim foi, provavelmente o mais sintomático (...).

Segundo a organização universitária de cada área cultural, o diálogo universitário assume formas muito variadas. Assim, a antropóloga é, a partir da década de 1950, uma referência para os historiadores britânicos, enquanto a sociologia inglesa, pouco valorizada na Universidade, em nada inspirou os historiadores ingleses antes do fim da década de 1960. Na França, ao contrário, o diálogo, muitas vezes conflitante, se esboça entre historiadores e sociólogos. Em compensação, a história econômica francesa se desenvolve à distância das faculdades de direito e da economia teórica, enquanto a história econômica americana, integrada nos departamentos de economia, dobra-se as normas de econometria.

Se os historiadores encaram de modo diferente a interdisciplinaridade segundo os países, a utilização das disciplinas vizinhas pode variar grandemente (...), a interdisciplinaridade pode tornar-se submissão aos métodos e técnicas das ciências sociais, econometria retrospectiva,

politologia ao avesso... Nesse caso, a fusão das ciências do homem transforma a história numa coleção de experiências, até mesmo de exemplos, para uso das ciências cujo objeto já está estabelecido (...) Assim, a interdisciplinaridade se manifesta antes por uma justaposição das abordagens, como os estudos de área, os conhecidos *area studies*, do que mediante uma verdadeira integração tendente à criação de uma Ciência do Homem (DUMOULIN, 1993, p. 452-453).

Esta definição expõe, por um lado, os limites teóricos da interdisciplinaridade, mas, por outro, aponta o avanço dentro da perspectiva institucional num horizonte da formação atual do historiador.

No Brasil, a trajetória de relacionamento entre as ciências sociais e a história se fez em compasso com a criação das faculdades de ciências humanas na USP, em 1934, e na Universidade do Brasil (atual UFRJ), em 1936, com uma ampla hegemonia das ciências sociais em relação à história. Somente foi a partir da consolidação dos programas de Pós-Graduação em História, nos anos 1980, que esse quadro modificou (com a autonomização do campo historiográfico e a incorporação de diferentes perspectivas teóricas à prática historiográfica). A atividade que segue amplia um pouco a reflexão sobre esse tema.



Atende ao Objetivo 3

3. O jornal *Folha de S. Paulo* publicou, no dia 10 de junho de 2006, a seguinte reportagem:

Cânone em questão - Intelectuais discutem a atualidade das obras clássicas sobre o Brasil e as relacionam à inserção do país na modernidade

Rafael Cariello; Sylvia Colombo - Da reportagem local

Eu não digo que são os três livros fundamentais para compreender o Brasil. Não digo que são os três maiores. Para mim e para minha geração, são aqueles três. Eu me referi à minha geração; nós aprendemos o Brasil naqueles três livros." As obras são "Casa Grande & Senzala", de Gilberto Freyre, "Formação do Brasil Contemporâneo", de Caio Prado Jr., e "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Holanda, livro que neste ano completa 70 anos de sua publicação.

Quem fala é Antonio Candido, crítico literário cuja estatura é comparável à dos três grandes que ele ajudou a estabelecer como autores das interpretações fundamentais sobre a sociedade brasileira, em prefácio de 1967, justamente para o livro de Sérgio Buarque. Ocorre que – disse Candido à Folha – o estabelecimento dessa espécie de cânone, a partir de seu texto "O significado de "Raízes do Brasil", deu-se à sua revelia e baseado no que ele chama de "um mal-entendido". Segundo o autor de "Formação da Literatura Brasileira", há livros tão importantes antes e depois dessa tríade nascida sob o governo de Getúlio Vargas. Ele diz nunca ter negado isso, já que se tratava de um relato pessoal de influências, e lamenta ter sido cobrado até "por pessoas de responsabilidade" pela ausência deste ou daquele livro no suposto panteão do pensamento social brasileiro.

Óbvio que o mal-entendido diz muito da importância e do peso para a cultura brasileira do próprio Candido e, claro, do significado das três obras.

Vindas a público no espaço de uma década (o primeiro livro, de Freyre, em 1933; o último, de Caio Prado, em 1942), essas leituras, de fato, ultrapassaram os limites da academia -que, a rigor, começava a ser estabelecida àquela altura no país- e impregnaram a visão corrente que os brasileiros têm de si mesmos e do Brasil.

O elogio à mestiçagem como característica peculiar e positiva do país, a compreensão da evolução da economia brasileira a partir de ciclos ligados à exportação de produtos-chave e a caracterização dos brasileiros como pouco afeitos a normas gerais e impessoais definem o Brasil mesmo para quem nunca leu as três obras. Queira Candido ou não, elas passaram também a ser tratadas como um conjunto fechado e de referência (mesmo que para ser questionado) por autores tão importantes quanto Fernando Novais, Raymundo Faoro, Fernando Henrique Cardoso e vários outros.

É preciso não criar outro mal-entendido: Candido não lhes tira o valor. Referindo-se à sua geração, no prefácio a "Raízes do Brasil", diz: "São estes os livros que podemos considerar chave, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo".

Nisso, autores contemporâneos seguem sua análise. Luiz Felipe de Alencastro, professor de história do Brasil na Universidade de Paris – Sorbonne, diz que "os três livros mencionados estavam reinterpretando o país à luz das mudanças induzidas na sociedade tradicional pela Revolução de 30". Questionado sobre a possibilidade de incluir outros títulos entre os fundamentais para a compreensão do Brasil, cita "Formação da Literatura Brasileira", do próprio Candido, e "Formação Econômica do Brasil", de Celso Furtado.

Nicolau Sevcenko, professor da Universidade de São Paulo, que diz não simpatizar com a idéia de um cânone, acha que os três livros têm a virtude de "recompor o repertório conceitual para entender aquela nova situação". Também da USP, Boris Fausto acrescenta: "São ensaios que fazem parte daquele contexto de transição política, era uma época em que o Brasil pensava que estava começando de novo". Já o pernambucano Evaldo Cabral de Mello aponta para o fato de a raiz desse contexto estar mais para trás. "Essa necessidade de interpretar vem da tradição portuguesa e espanhola do século 19, quando era necessário se perguntar porque as coisas tinham dado errado. Nos anos 30, esse questionamento era condizente com o Brasil. Hoje essas perguntas já não são tão necessárias."

Elias Tomé Saliba, da USP, concorda com a idéia de cânone “porque esses livros romperam com as compreensões anteriores do Brasil que seguiam as receitas naturalistas, deterministas, racistas etc. São importantes porque disseram, cada um à sua maneira, que o Brasil não tem essência, tem história. Constituíram mergulhos originais e pioneiros na história brasileira”. Fausto acredita que chamar a tríade de linha de frente na sua época é “mais do que justo, mas hoje é preciso considerar que houve uma produção grande, ainda que faltem amarrações mais amplas dos temas estudados”.

O psicanalista Tales Ab’Sáber, que tem lido os “clássicos” da interpretação social do Brasil com o intuito de ali descobrir formas de subjetividade e suas relações com a sociedade, afirma que o alcance dos três livros é “muito impressionante”. “Foram escritos num tempo em que a universidade ainda era muito frágil. São emergências de talentos individuais, relativamente jovens, de uma potência intelectual de caráter acadêmico, praticamente sem contexto. Isso aproxima esses trabalhos de um fenômeno como o do Machado de Assis.”

Ele vincula sua força e permanência não só à circunstância imediata de responderem às mudanças da Revolução de 30, mas ao fato de tratarem de um problema que, de certa maneira, só muito recentemente se esgotou. “Os três têm esse poder de espécies de obras-síntese do encaixe da situação do Brasil no processo da modernidade, do lugar do país no mundo. Não deixa de ser uma situação moderna por excelência.”

Apesar da força desses livros, o cânone sempre esteve em questão. A análise histórico-sociológica de Raymundo Faoro em “Os Donos do Poder”, por exemplo, é citada por alguns estudiosos, como Sevcenko e Saliba, como um dos livros que poderiam ser acrescentados à lista de fundamentais para entender o Brasil.

Já o sociólogo Gilberto Felisberto Vasconcellos defende a inclusão de Darcy Ribeiro: “Essa “santíssima trindade” é um engodo ideológico, uma falcatrua acadêmica. Deixou de fora “Vaqueiros e Cantadores”, de Câmara Cascudo, e Darcy Ribeiro, que foi ficado de lado porque aderiu ao getulismo.”

.....

Analise a matéria publicada no *jornal Folha de S. Paulo*, do dia 10 de junho de 2006, apontando a posição dos historiadores hoje em relação às matrizes da historiografia brasileira dentro da perspectiva interdisciplinar disseminada na historiografia brasileira ao longo do século XX.

Comentário

O importante desta atividade é a identificação dos interlocutores e seu posicionamento no debate.

Além disso, indicar quais as principais abordagens e disciplinas que se associam à história na interpretação do Brasil como tema e objeto historiográfico.

Nesta aula, vimos que a relação entre História e Ciências Sociais está associada ao debate sobre o estatuto científico do campo de conhecimento que se debruça sobre as atividades humanas e suas relações sociais.

O historiador catalão Julio Aróstegui, no seu livro “A pesquisa histórica: teoria e método” (2006), apresenta a trajetória de encontros e desencontros entre os paradigmas mais objetivistas e as propostas mais relativistas; uns defendendo a possibilidade de um conjunto de ciências que teriam como objeto o homem, e outros rejeitando terminantemente essa possibilidade.

Para esse historiador, há que se diferenciar ciência e prática científica, sendo esse último o princípio mais adequado para associar à História. A cientificidade da prática historiográfica, escreve Aróstegui (2006),

depende, antes de mais nada, do grau de elaboração e aplicação de um método que participe das características da ciência e se adapte, mediante um trabalho teórico rico e suficiente as peculiaridades do seu objeto. A aplicação desse método, portanto, não dispensa um trabalho teórico paralelo (p. 77).

Na sequência, Aróstegui (2006) esclarece que, na impossibilidade de se defender a função de elaborar leis gerais do desenvolvimento humano para as ciências sociais e, em particular para a História, essas não seriam ciências no sentido “duro” do termo, mas práticas científicas. Segundo o autor, o problema de uma ciência da História se manifesta em torno de três questões fundamentais: “a singularidade dos atos humanos, a globalidade do meio em que é possível compreendê-los e a temporalidade que constituiu sua sucessão” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 78).

Essas três questões impossibilitariam a elaboração de afirmações com um grau de generalidade suficiente para se definir como um princípio legal (proveniente de uma lei científica). Dessa forma, com a historiografia, como com outras ciências sociais, não

cabe falar de uma ciência no sentido pleno, mas de práticas científicas que se apoiam em generalizações para proceder a explicação tanto do singular quanto do recorrente na experiência humana:

Não há possibilidade de pesquisa sócio-histórica, nem de nenhum outro tipo, que não faça uso de generalizações (...). O comportamento temporal das sociedades mostra, indubitavelmente, regularidades, ao menos em alguns de seus níveis. Se a História não fosse mais que o desenvolvimento singular de indivíduos e grupos, o encadeamento de 'fatos sucedidos', não se poderia estabelecer um conceito como o de historicidade, quer dizer, o de inelutável sujeição ao tempo de tudo o que existe (ARÓSTEGUI, 2006, p. 81).

Aróstegui (2006) conclui sua reflexão sobre a historiografia como uma ciência social, apoiando-se na definição do historiador alemão Reinhart Koselleck, quando este afirma: "a história enquanto ciência não tem notoriamente nenhum objeto de conhecimento específico, mas o partilha com todas as ciências sociais e do espírito" (ARÓSTEGUI, 2006, p. 81).

Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

No âmbito do ensino da História nos níveis fundamental e médio, a interdisciplinaridade é apresentada como princípio nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, a partir da proposta dos temas transversais: ética, pluralidade cultural, saúde, orientação sexual e meio ambiente. Entretanto, o desenvolvimento desses temas transversais dentro do ensino da História pressupõe a existência na prática da interdisciplinaridade, sob o risco de se tornar apenas a transposição ou colagem de uma disciplina com outra.

Em geral, os livros didáticos de História do Ensino Médio se apresentam como estando de acordo com os PCNs. Nesse sentido, devem trabalhar com uma perspectiva interdisciplinar.

Recupere o seu livro de História do Ensino Médio, que já foi solicitado para outras atividades no nosso curso, e faça uma avaliação da forma como ele constrói o conhecimento histórico. Nessa avaliação, você deverá destacar se o livro apresenta uma perspectiva teórica, se os conceitos são apresentados de forma crítica e se a forma narrativa do livro leva à reflexão e à produção de um conhecimento crítico.

Comentário

O objetivo desta atividade é avaliar, no livro didático, se há uma definição de História, se essa definição orienta o aluno a compreender a história como prática científica, e, ainda, se estabelece alguma relação com as Ciências Sociais.

Para tanto, podem ser tomados como base o texto de apresentação do livro, a unidade de abertura que, em geral, lida com a definição de História e uma das unidades de conteúdo, para verificar a efetivação ou não da proposta.

RESUMO

A relação que a história estabelece com essas disciplinas também vem se modificando ao longo do tempo e, de diferentes maneiras, em contextos acadêmicos distintos. Vale lembrar que o século XX superou a noção de ciências auxiliares da História, reforçando este relacionamento interdisciplinar no sentido de romper com a perspectiva imperialista da história e situar as possibilidades de contato no marco de uma discussão de caráter teórico-metodológico. Daí, atualmente, todo debate sobre o campo historiográfico centrar-se em propostas transdisciplinares, ou seja, mais do que uma mera colaboração entre disciplinas, ou um trabalho em equipe, o que se discute é a capacidade de a história teorizar sobre seus objetos de estudo e operá-los a partir de metodologias coordenadas. Um exemplo desse tipo de abordagem seria a análise das relações sociais a partir do estudo das redes de sociabilidade tal como a Antropologia propõe, utilizando-se, para tanto, de um aporte semiótico para se avaliarem os códigos de comportamento e as representações sociais que caracterizam a distinção social entre os diferentes grupos.

O primeiro historiador a apresentar uma proposta de inserção da História no campo das Ciências Sociais, foi o francês Fernand Braudel no final dos anos 1950. No que pese ter sido acusado de defender o imperialismo da História em relação aos demais campos das humanidades, Braudel orientou o debate entre os campos em torno de quatro grandes temas: a questão da existência de um objeto comum às ciências humanas; o problema da irredutibilidade das ciências humanas entre si; sobre o uso de modelos e tipificações em Ciências Sociais; e, por fim, posiciona-se contra a especialização extremada e em prol da cooperação necessária .

Finalmente, o debate sobre a relação entre História e Ciências Sociais recupera, em grande medida, o estatuto da História como forma de conhecimento. Nesse sentido, a posição defendida na historiografia hoje abandonou a defesa da História como uma ciência da mesma natureza que as Matemáticas, para valorizar a produção do conhecimento histórico como uma prática científica.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, aprofundaremos a discussão sobre os campos da historiografia atual, abordando os domínios da História, suas áreas e linhas de pesquisa.

Aula 17

Dimensões
da História:
territórios, áreas
e linhas de
pesquisa

Meta da aula

Apresentar o estado atual dos campos da Historiografia, delimitando suas áreas de atuação e linhas de pesquisa.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. caracterizar os princípios de organização do campo historiográfico na atualidade;
2. identificar as principais linhas de pesquisa histórica e os seus conceitos centrais, assim como os seus desdobramentos ideológicos;
3. reconhecer as principais tendências da historiografia contemporânea.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que você tenha estudado, na Aula 11, a problemática do estatuto do conhecimento histórico na atualidade, e, na Aula 16, a relação entre História e Ciências Sociais.

INTRODUÇÃO

Reconhecer os domínios e as dimensões da história não é tarefa fácil, pois envolve uma avaliação ampla da situação da disciplina no campo das Ciências Humanas. Tarefa que demandaria tempo e uma certa erudição, já que a vocação da história é a síntese, sem perder também uma certa pretensão imperialista, como já lembrou o historiador Fernand Braudel (1986).

Das relações mais estreitas às novas “parcerias”, a História hoje define muito mais sua fronteira em função de como constrói o seu objeto de estudo no tempo do que, propriamente, em função de uma diferença de conceitos ou métodos rigidamente estabelecidos. As lições de transdisciplinaridade estenderam as fronteiras da História, demandando que seus domínios sejam constantemente repensados. A própria noção de *domínio* já evoca uma outra, a de *poder*. E, nos dias de hoje, pensar no predomínio da História sobre as demais ciências humanas, é, no mínimo, querer travar uma batalha sem finalidade e propósito.

Ficaremos, portanto, com a tentativa de evidenciar possibilidades de campos de trabalho que possuem algum tipo de “identidade conceitual”. Entretanto, é fundamental considerar que toda categorização implica numa escolha teórica, e que os campos, domínios, dimensões ou qualquer outra tentativa de estabelecer limites e fronteiras para o que é história é sempre arbitrária.

Nesta aula, abordaremos a situação atual dos chamados *domínios da história*. Em seguida, tomando como apoio o debate que orientou a redefinição da organização dos cursos de graduação em História nos anos 1990, vamos tratar da delimitação das linhas de pesquisa em História. Finalmente, para dar suporte a um estudo mais aprofundado sobre os campos de análise na história hoje, nas Aulas 18, 19 e 20, apresentaremos um panorama da historiografia contemporânea, com as tendências de cada país e os deslocamentos de territórios, mais recentemente.

Jean Boutier

Mestre de conferências na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Marselha). Membro da École Française de Roma, é especialista em história da Itália moderna.

Dominique Julia

Pesquisador do CNRS (Centro de Pesquisas Históricas), antigo professor do Instituto universitário europeu (Florença), especialista em história religiosa e história da educação na época moderna.

Ronaldo Vainfas

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (1988). Professor Titular de História Moderna da UFF. Pesquisador do CNPq desde 1990 atua nas áreas de história ibero-americana e luso-brasileira entre os séculos XVI e XVIII, principalmente nos seguintes temas: inquisição, jesuítas, religiosidades, sexualidades, escravidão, colonização.
Fonte: <http://lattes.cnpq.br/2893624319383287>

“Campos” e “canteiros” da História

O título desta parte de aula toma de empréstimo o subtítulo (em tradução brasileira) do livro organizado pelos historiadores franceses **Jean Boutier** e **Dominique Julia**, *Passés recomposés*, publicado na França em 1995, e, no Brasil, em 1998. com tradução brasileira de 1998. A coletânea de artigos conta com a participação de autores franceses e não franceses, fornecendo uma perspectiva, apesar de centrada na historiografia francesa, bastante atualizada dos debates em torno da situação da historiografia nos anos 1990, com projeções para o milênio.

Na mesma época, aqui no Brasil, foi lançada uma coletânea organizada pelos historiadores **Ciro Cardoso** e **Ronaldo Vainfas** e denominada “Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia” (1997). Essa publicação, inteiramente composta por historiadores brasileiros, tinha como objetivo central traçar um panorama geral dos vários campos de investigação na área de História, nas décadas mais recentes, dando conta dos percursos historiográficos, dos principais conceitos e dos debates e polêmicas que se fizeram presentes na conformação do campo de estudos históricos na atualidade.

A primeira obra, de 350 páginas, organiza-se em cinco blocos, a saber: “1. Questões; 2. Competências; 3. Mutações; 4. Testemunho; 5. Fronteiras”. Cada um dos blocos aborda um conjunto de problemas que vai desde a questão da divulgação histórica, em publicações de grande circulação, passando pelas exigências éticas do historiador *expert*, bem como pelos deslocamentos no âmbito das temáticas mais tradicionais, como a história comparada. Destaca-se, nessa obra, incluindo no debate o testemunho de **Pierre Vilar** e a discussão sobre os limites que apontam para os abalos e crises que o campo historiográfico já enfrentava em meados dos anos 1990.

Pierre Vilar

Antigo professor da Sorbonne e ex-diretor de estudos da École des Hautes Études en Sciences Sociale. Especialista em história econômica, Pierre Vilar é um estudioso dos instrumentos conceituais do ofício de historiador a partir de uma leitura a fundo da obra de Marx.

Na apresentação à obra de Boutier e Julia, o historiador brasileiro **Francisco Calazanz Falcon**, pondera sobre tal contribuição, apontando-lhe duas características: “o caráter inovador e a visão de crise da História que dela podemos deduzir” (1998, p. 16). O caráter inovador é atribuído tanto pela abertura de temas e contribuições e pelo caráter atual dos problemas apresentados, denotando certa juventude nas posições tomadas, segundo a avaliação de Falcon (p.17). Já em relação à perspectiva de crise, o historiador brasileiro se alonga na avaliação definindo sua posição no debate, que vale a pena apresentar pela qualidade da problematização:

Abertura, juventude, tudo, enfim, se condensa num certo padrão diante da crise que hoje parece estar na cabeça de todos os historiadores, padrão este que incorpora alguns pontos consensuais: 1 – chamemos ou não de crise a atual situação da historiografia, o fato é que problemas existem na oficina da história, embora a natureza e do alcance de cada um deles e a das respostas e/ou soluções dos historiadores sejam algo ainda muito problemático; 2 – a existência de tais problemas não significa necessariamente uma ameaça ou anúncio de desintegração próxima, mas, antes, um verdadeiro desafio, no sentido positivo, principalmente se daí resultar, para o historiador, o abandono definitivo de sua indiferença e/ou sectarismo teóricos e a aceitação da necessidade de refletir seriamente sobre o seu fazer. 3 – não há lugar, na história-disciplina, para o ceticismo ou relativismo radical. O historiador continua a ser, por definição, um realista: a matéria do conhecimento histórico é sempre a História; quer designemos a História como realidade ou como o passado, o fato aqui essencial é a sua existência real e sua acessibilidade ao tipo de conhecimento específico e verdadeiro que chamamos de conhecimento histórico (BOUTIER; JULIA, 1998, p. 17).

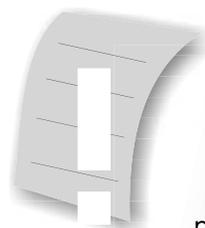
Francisco Calazanz Falcon

Foi professor da UFRJ, UFF e PUC-RJ. Atualmente é professor do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira. É especialista em História Moderna e Contemporânea com ênfase no Mercantilismo e na Ilustração portuguesa destacando-se no período pombalino. Desenvolve pesquisa nos seguintes temas: Historiografia brasileira, História da historiografia, História moderna e contemporânea, História cultural e História política.
Fonte: <http://lattes.cnpq.br/5018211502331040>

Falcon conclui a sua apresentação destacando que, na pluralidade dos passados recompostos pela atividade dos historiadores, proposta pelos colaboradores do volume, se destaca importantes “aquisições”, dentre as quais: “que a história seja uma escrita, que sua forma seja a narrativa, que o discurso histórico tenha tudo a ver com a retórica” (BOUTIER; JULIA, 1998, p. 18). Entretanto, isso não implica abrir mão de alguns princípios fundamentais da disciplina, pois

(...) o decisivo é que não se perca de vista a capacidade desse discurso de dizer algo verdadeiro a respeito de uma realidade passada que constitui seu referente extradiscursivo. Logo, por mais que se pretenda o inverso, o historiador não é nem pode ser um autor de ficção, pois (...) o exercício de suas faculdades criativas e interpretativas está limitado pelas evidências documentais disponíveis no seu próprio tempo e lugar. É a partir dos protocolos de verdade que se identificam, em derradeira instância, a história e o historiador como tais (BOUTIER; JULIA, 1998, p. 18).

Alinhada à perspectiva apresentada por Falcon, podemos posicionar a coletânea “Domínios da História”, que tem como introdução o clássico artigo de Cardoso, “História e paradigmas rivais”, no qual ele reafirma o princípio realista e racionalista do saber histórico. O volume está organizado em três grandes partes e conta com um conjunto diversificado de colaboradores, atentos a tendências diversas da historiografia brasileira.



O capítulo introdutório do livro *Domínios da História* foi apresentado e trabalhado na Aula 11 do nosso curso. Nesse capítulo, pontua-se o debate em torno do paradigma iluminista e pós-moderno, cuja orientação segue a perspectiva apresentada por Falcon.

A primeira parte, intitulada “Territórios do historiador: áreas, fronteiras e dilemas”, tem o grande mérito de mapear os “grandes campos” da historiografia, incluindo-se nesse panorama a história econômica, a história social, a história política, a história das idéias e a controversa história cultural. Na sequência, a parte dois, “Campos de investigação e linhas de pesquisa”, orienta o debate em torno dos campos de pesquisa delimitados em torno de seus recortes de objeto, incluindo-se desde a clássica história urbana à atual história das sexualidades. Por fim, na terceira parte, “Modelos teóricos e novos instrumentos metodológicos: alguns exemplos”, marcada pela diversidade de temas e tendências, faz um balanço da interdisciplinaridade dentro da análise de certas matérias, como por exemplo, a fotografia e o cinema.

O paralelo entre as duas obras, que contêm nos seus títulos as noções de campo e *domínio*, tem como objetivo evidenciar a presença de uma *tendência interdisciplinar no campo dos estudos históricos*. Entretanto, vale ressaltar que elaboração de campos conceituais dentro da história, ou ainda, de áreas de delimitação de uma abordagem mais cultural ou política dos fenômenos sociais, pode levar a desdobramentos opostos.

Por um lado temos a chamada “história em migalhas”, termo evidenciado pela obra do historiador francês **François Dosse** (1992), que apontava para a fragmentação dos objetos de estudo das pesquisas históricas, a perda da sua capacidade de síntese e a conseqüente despolitização da História, ou seja, sua perfeita burocratização como disciplina. Essa é a atual situação da História e das demais ciências chamadas humanas, as últimas a renderem-se aos apelos sistêmicos e sistemáticos do capitalismo burocrático e financeiro que vigora, já há algum tempo, quase que em proporções planetárias. Por outro, um avanço significativo na capacidade explicativa da história, na medida em que ao multiplicar seus objetos de estudo, sofisticando suas abordagens e aproximando-se de estratégias de análise de outras disciplinas para isso, efetivamente compunha quadros teórico-metodológicos mais complexos para suas pesquisas.

François Dosse

Historiador francês
especialista em
epistemologia histórica
e história intelectual.

Na sequência da aula, estudaremos os grandes campos da historiografia e os desafios que sua complexidade conceitual coloca para o estudo da História hoje.



Atende ao Objetivo 1

1. François Bédarida, reconhecido historiador francês especialista em história contemporânea, assina um dos artigos da coletânea organizada por Boutier e Julia (1998). O artigo intitula-se “As responsabilidades do historiador expert”, e, na sua apresentação, o autor afirma:

Na verdade, não se trata de modo algum com essa reivindicação de alçar o historiador à patente de áugure da cidade, mas de afirmar que a sua palavra, na observância estrita das regras do ofício e em resposta aos questionamentos do tempo presente, à parte desviá-lo de sua vocação, é, por outro lado, perfeitamente legítima, restituindo à história sua densidade significativa. Como disse bem Michel de Certeau, toda pesquisa histórica inscreve-se em algum lugar da sociedade. Em função desse lugar social e desse meio de elaboração é que os questionamentos se formulam, que se definem e se apuram os métodos e que se esboçam os riscos de uma trajetória (BOUTIER; JULIA, 1998, p. 145).

Comente a afirmação de Bédarida, relacionado-a à problemática dos domínios da História e do historiador.

Comentário

A reflexão de Bédarida aponta tanto para as questões relativas ao posicionamento do historiador na “cidadela” das ciências sociais, reivindicando para ele o lugar de um profissional que não se isola no passado, apesar de ser este o seu objeto. É um profissional do contemporâneo que lida com questões que ainda pulsam na memória e na experiência social, como por exemplo, os campos de concentração da Segunda Guerra Mundial. O profissional que se insere no debate sobre os domínios da história e a questão temporal.

Dentro dessa perspectiva, a responsabilidade do historiador “expert”, que pode ser lido também pela categoria de profissional de história, é a de assumir o seu lugar social, e não isolar-se numa pseudo-objetividade. Isso implica também na discussão sobre os limites e fronteiras que os estudos sobre o presente, o imediato e o contemporâneo envolvem, a qual disciplina as experiências do hoje pertencem ?

A essa pergunta, o coro de respostas não é unívoco, mas, em geral, converge para uma base comum: a da abordagem interdisciplinar.

Para ampliar a resposta, é possível recorrer ao material da disciplina História e Documento, quando se discutiram questões relativas ao presente. Entretanto, o foco da resposta recai sobre a complexidade que o estudo da História, quer no presente, quer no passado mais remoto, possui.



Dimensões da História: história social e econômica; história do poder e da política; história cultural

Ao longo dos anos 1980, o departamento de História da Universidade Federal Fluminense, na qual leciono desde 1992, realizou um grande debate sobre o seu projeto pedagógico visando à incorporação das novas tendências da historiografia na formação do profissional de história. Do debate participaram professores e alunos, e o resultado foi um novo projeto pedagógico implantado a partir de 1993.

Esse projeto se organizava em torno de um ciclo básico no qual as disciplinas eram organizadas segundo os campos cronológicos e geográficos, assim temos: história antiga, história medieval, história moderna e história contemporânea, mas também, história do Brasil e história da América, e futuramente, história da África. Quando os alunos entram no ciclo profissional as disciplinas passam a ser organizadas em torno de três eixos cronológicos – antiguidade e alta idade média; baixa idade média e tempos modernos e contemporânea –, e em três eixos temáticos – econômico-social; poder e idéias políticas e cultura, ideologias e mentalidades. Assim, apesar de se manter uma lógica mais tradicional no ciclo básico, no âmbito do profissional incorporava-se o debate interdisciplinar e a renovação historiográfica nas disciplinas organizadas em torno de um eixo temático segundo um corte cronológico, além das disciplinas instrumentais que municiariam o aluno com os métodos e técnicas da História.

O texto da proposta elaborado pelos historiadores *Ciro Cardoso*, *Ronaldo Vainfas* e **Antônio Edmilson** organizava de forma clara e objetiva, as questões relativas à forma como as dimensões da História se organizam. As considerações seguintes se apóiam no texto do projeto pedagógico que pode ser encontrado no site da UFF (<http://www.historia.uff.br/graduacaoprojeto.php#2>).

Antônio Edmilson

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1971) e graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1971) e é Livre-Docente em História do Brasil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é professor assistente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: Rio de Janeiro, cultura urbana, modernidade, cultura moderna e cidades.

Fonte: (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4783115E2>)

Uma das formulações já clássicas de que podemos derivar nossas linhas temáticas é a passagem seguinte de George Duby:

(...) a História das sociedades deve, sem dúvida, primeiro e para a comodidade da pesquisa, considerar os fenômenos em níveis distintos de análise. Que ela deixe, entretanto, de se considerar seguidora de uma História da civilização material, de uma História do poder ou de uma História das mentalidades. Sua vocação é a de síntese (DUBY, 1971).

Teríamos, então:

- Nível da síntese global do social: História das sociedades.
- Níveis distintos de análise do social:
 1. História da civilização material.
 2. História do Poder.
 3. História das mentalidades.

É possível tentar descaracterizar tais níveis “distintos”, mostrando que não são, de fato, distintos. Afinal, nas sociedades humanas, tudo está interligado. Para produzir, é preciso falar, além de ter em mente que a formação social do trabalhador implica a assimilação de códigos diversos, o que quer dizer que a História das mentalidades de Duby “se intromete” na História da civilização material.

Ao tratar de definição das temáticas e objetos, é possível proceder de modo empírico ou de modo normativo. Isto é, podem aqueles ser derivados de princípios teóricos gerais, ou da sua realização concreta compreendida através da historiografia. De fato, o mais sensato é articular ambos os modos de proceder. É, sem dúvida, insensato querer sacrificar no altar da síntese os ganhos obtidos pela especialização e pela divisão do trabalho: a síntese global, ao se realizar, deve recolher os resultados das pesquisas setoriais. Mas, analogamente, a concepção e o enfoque

totalizadores, sintéticos, devem estar presentes nestas pesquisas setoriais, permitindo nelas a articulação da parte com o todo.

Os cortes ou linhas temáticas têm uma história, ligam-se a certas tradições presentes na historiografia contemporânea – mais antigas ou mais recentes, conforme os casos. As tradições que assim se formam sedimentam-se em modelos, conceitos e modos específicos de trabalhar: devem, por tal razão, ser levadas em consideração. Assim, por exemplo, em princípio a História do cotidiano pode acabar em qualquer uma das três divisões setoriais de Duby. Mas, historicamente, ela se vincula em nosso século de forma preferencial à História da cultura, das ideologias e mentalidades. A esse setor se ligam as “microfísicas” do poder à maneira de Foucault – muito mais do que uma História do poder *stricto sensu* (ou seja, do poder de Estado e das ideias políticas que historicamente servem em cada período para fundamentar tal poder estatal ou para opor-se a ele).

Se, com o anterior em mente, considerarmos a primeira de nossas linhas temáticas, que chamamos de História econômico-social, veremos que ela se confunde com o que Duby chama de História da civilização material, recobrando diversas especialidades: História Demográfica, História das Técnicas, História Econômica e História Social *stricto sensu* (entenda-se: não a História sintética das sociedades propostas por Bloch e Febvre, mas sim, o estudo da sociedade e dos grupos que a constituem, em suas estruturas, pelo ângulo da conjuntura e dos ciclos, e sob a perspectiva da longa duração – sobretudo a análise das estratificações e lutas sociais, quando encaradas preferencialmente do ponto de vista da distribuição da riqueza social). É óbvio que, por exemplo, em História Demográfica, os métodos anticoncepcionais têm de ser estudados historicamente em correlação com as ideologias. É, porém, falso que, por isso, a História Demográfica careça de qualquer autonomia de fato diante da História das Ideias. Ela simplesmente usará sempre que necessário os elementos desta última, sem por tal razão tornar-se ilegítima em sua especificidade.

O modo como encaramos a História Econômica é muito amplo. Assemelha-se, por tal razão, à definição da Economia Política segundo F. Engels: “Ciência das condições e das formas em que as diversas sociedades humanas produziram, trocaram e repartiram” os bens e serviços, sendo que o autor esclarecia que as condições e formas de produção, troca e distribuição são intimamente ligadas entre si. Em outras palavras: não estamos partindo de uma definição de economia que se origine no conceito de um sistema econômico visto como um enorme conglomerado de mercados interdependentes – o que faria do processo de troca mercantil e da formação dos preços o fulcro da análise econômica.

No contexto da linha temática da História econômico-social, entendemos social segundo a seguinte definição: “...estudo de grandes conjuntos, classes, os grupos sociais, as categorias socioprofissionais”. Num sentido tanto sincrônico quanto diacrônico – ou seja, considerando também as lutas, as dinâmicas que envolvem a grupos e classes sociais, além de sua estratificação relativamente estática (mais ou menos durável) –; mas sem o intuito de privilegiar os vínculos do social assim definido com o poder de Estado ou com as ideologias. Privilegiando, pelo contrário, as ligações do social visto assim como econômico. Isto quer dizer que “o social” voltará a aparecer forçosamente nas outras linhas temáticas. Mas não significa que a questão do poder ou das ideologias sejam irrelevantes para o social que interessa ao primeiro eixo temático: é tudo uma questão de ênfase, de enfoques preferenciais, o que não exclui a priori quaisquer ilações e vínculos que se fizerem necessários à pesquisa.

A segunda linha temática se apresenta como História do poder e das ideias políticas. Como, historicamente, o estudo do poder como nela se entende foi relegado pela corrente mais influente que surgiu entre historiadores profissionais em nosso século – a dos Annales – e também pelo marxismo. Talvez seja conveniente, neste caso, partir de algo bem concreto: os tipos básicos de estudos que, segundo nos parece, incluem-se nesta Segunda linha. São eles:

Prosopografia

Originalmente, significa “descrição dos traços fisionômicos, da figura, do porte de uma pessoa” (Houaiss). Na História, a palavra é usada como procedimento associado ao estudo das biografias coletivas. Em geral, essa metodologia é adequada ao estudo de trajetórias geracionais, quadros de partidos políticos ou ainda de blocos hegemônicos no poder.

(Ferreira, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *História e prosopografia*, Fonte: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Conferencias/Ferreira%20Tania%20M%20T%20B.doc>)

1. estudos da estrutura e pessoal de Estado da sociedade civil que interessam à análise do poder: os quais, hoje em dia, usam com frequência a **prosopografia**, visando especificar o conteúdo social e outras vinculações com o governo, dos partidos, das instituições, da burocracia estatal, do exército, das igrejas etc.;
2. estudo da ação do Estado: análise de como são tomadas as decisões, quão efetivas são as ações estatais e qual o seu alcance real, como se detectam os interesses de classe nas políticas do Estado etc.;
3. estudo da ação política de classe por meio de órgãos da sociedade civil;
4. estudo da conjuntura política.

É verdade que os pontos citados foram apontados pensando-se mais em sociedades recentes. Seja como for, o que nos interessa é uma perspectiva que possa substituir com êxito a velha narrativa político-institucional e militar, bem como superar a falsa antinomia estrutura/acontecimento. Por outro lado, parece-nos imprescindível a esta segunda linha temática a História das ideias ou concepções acerca do poder e da política.

Se a primeira linha não pode passar sem as ideias econômicas e políticas econômicas, e a segunda sem as ideias políticas, os estudos que privilegiam não só as ideias em geral como também entidades ou objetos de contornos mais amplos – cultura, imaginário, ideologia, mentalidades coletivas – são os que integram nossa terceira linha temática. A menos estruturada, talvez por estar em plena ebulição que, em poucas décadas, a fez atravessar um sem número de etapas e redefinições de prioridades.

Os filósofos franceses e alemães do século XVIII estenderam o termo cultura da agricultura para a “cultura da mente”. Tenderam a opor cultura (associada ao que é natural e, portanto positivo) a civilização. “Cultura” designaria os costumes específicos de cada sociedade – de cada povo –, especialmente nas zonas rurais, em

contraste com o artificialismo e cosmopolitismo da “civilização” – urbana por excelência. A cultura seria o *locus* da coesão e ética sociais, em contraste com o materialismo e o egoísmo da civilização. Seja como for, a noção antropológica moderna de cultura foi em primeiro lugar sintetizada por E. B. Taylor em 1871: ela seria uma “totalidade complexa que inclui conhecimento crença, arte, moral, leis, costumes, além de outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Uma noção tradicionalmente holística (totalizadora) e processual (voltada para a mudança cultural e suas formas de ocorrência).

Em História, no final do século passado e nas primeiras décadas deste, tais preocupações fundamentavam duas correntes de estudos: uma história das idéias de corte filosófico e elitista, voltada para as “grandes correntes” e “grandes pensadores” da Filosofia, da Teologia da Política; e uma História Social interessada pelos costumes e pelo cotidiano, em especial os dos grupos dominantes e médios de cada sociedade considerada.

A renovação dos estudos históricos se deu, a partir de meados deste século, segundo três ondas sucessivas. A primeira consistiu na inversão proposta pelos Annales e pelo marxismo: interesse pelos modos de pensar o cotidiano das grandes massas populares, mais do que pelos das elites. Mas a metodologia permanecia bastante limitada em suas possibilidades: uma espécie de “Sociologia retrospectiva da cultura” e, desde L. Febvre, “um inventário da ‘utensilagem mental’ das diferentes épocas e sociedades”.

A segunda reviravolta teve a ver, por um lado, com a Linguística e a Antropologia estruturais e, por outro lado, com a análise estatística e distribucional. Isto permitiu a ênfase no vocabulário analisado quantitativamente, nos campos semânticos e nas séries de imagens.

Por fim, sem anular as etapas anteriores, a partir dos anos 1970 e mais ainda na década seguinte, esse tipo de estudos sofreu em cheio o impacto de idéias pós-estruturalistas e mais em geral da formação de um novo paradigma da História, que chamou a si mesmo de *nouvelle histoire* ou *new history*.

Na verdade, mais até do que “ondas” em questão, parecemos que o assunto central aqui é um só: descobriu-se, ao longo do século XX, a existência e a importância das programações sociais de comportamento e da função simbólica imprescindível para que os códigos e mensagens tornem efetiva tal programação. As maneiras distintas de entender o impacto dessa descoberta criaram formas divergentes de encarar tanto a Antropologia quanto a História, numa perspectiva transdisciplinar.



Atende ao Objetivo 2

2. Identifique os principais conceitos associados a cada uma das dimensões da História hoje.

Resposta Comentada

A tarefa é simples e ajudará a organizar os estudos para as próximas aulas sobre cada uma das dimensões – história social; história política e história cultural.

Os conceitos principais seriam para:

História social – sociedade e relações sociais;

História política – poder, política e cultura política;

História cultural – cultura, ideologia e representação social.

Tendências da historiografia contemporânea

Como já vimos nas aulas anteriores, ao longo do século XX, a historiografia transformou-se significativamente, em compasso com as transformações do próprio meio social e do campo de profissionalização das Ciências Humanas. Em linhas gerais até finais dos anos 1970 as tendências historiográficas poderiam ser recortadas em termos geográficos, com linhas de força delimitadas em torno das historiografias nacionais. Entretanto, com a valorização dos fóruns e associações internacionais em torno de temas ou de áreas de estudo, configura-se a partir dos anos 1980 um movimento de trocas acadêmicas que vêm sendo fortalecidas por redes internacionais.



A configuração de um campo historiográfico internacional pode ser avaliado através de visitas a *sites* específicos de associações tais como Latin American Studies Association (lasa.international.pitt.edu); Brazilian Studies Association (www.brasa.org); International Oral History Association (www.ioha.net); Corredor de las Ideas (www.corredordelasideas.org).

Para fins, exclusivamente didáticos, organizei um panorama das principais tendências historiográficas internacionais.

Georges Duby

Nascido em 7 de outubro de 1919 e morto em 3 de dezembro de 1996, foi um historiador francês, especialista na Idade Média. Deu início à sua carreira universitária em Lyon, no ano de 1949, tendo sido posteriormente membro da Academia Francesa e professor do Collège de France entre os anos de 1970 e 1992. Foi um especialista em história medieval, lançou mais de setenta livros e coordenou coleções importantes, como a "História da vida privada".

Emmanuel Le Roy Ladurie

Nascido em 19 de julho de 1929 em Moutiers-en-Cinglais (Calvados), é historiador francês especialista em idade moderna. No Brasil ficou reconhecido, pelo trabalho: *Montaillou* uma vila na Occitania 1294 a 1324, publicado em 1987, pela Edições 70 de Portugal, trabalho identificado por muitos como um exemplo clássico de história total.

Escola dos Annales

- **Inovação:**

Uma boa parte dessa nova história é o produto de um pequeno grupo associado à revista dos Annales. Esta, ao longo de sua vida editorial, teve quatro títulos, que revelam as diferenças individuais existentes no interior do grupo; estes títulos foram: *Annales d'histoire économique et sociale* (1929-39); *Annales d'histoire sociale* (1939-42, 45); *Mélanges d'histoire sociale* (1942-4); *Annales: économiques, sociétés, civilisations* (1946 até os dias de hoje).

- **Principais nomes:**

O núcleo central é formado por Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, **Georges Duby**, Jacques Le Goff e **Emmanuel Le Roy Ladurie**. Próximos, mas comprometidos com uma perspectiva marxista da história estão: **Ernest Labrousse**, Pierre Vilar, **Maurice Agulhon** e **Michel Vovelle**.

Ernest Labrousse (1895-1988)

Historiador francês especializado em história econômica e social. Não era um membro estrito da tendência dos Annales por identificar-se com uma perspectiva marxista da história. No Brasil, seus trabalhos são identificados com uma história social de corte economicista.

Maurice Agulhon

Historiador francês nascido em 20 de dezembro de 1926, é considerado um dos importantes especialistas em Revolução Francesa, responsável pela renovação da historiografia revolucionária ao introduzir o estudo das estátuas e símbolos na análise da cultura política republicana.

Michel Vovelle

Um dos maiores historiadores franceses contemporâneos, é professor emérito da Universidade de Paris-I, ex-diretor do Instituto de História da Revolução. Autor de *Combates pela Revolução Francesa*, *Jacobinos e jacobinismo* e *Ideologias e mentalidades*, publicados no Brasil por diferentes editoras.

- Ideias centrais dos Annales:

Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa dos acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas a história política. Daí a revolução documental como corolário desta nova postura por uma história total. Em terceiro lugar, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a lingüística, a antropologia social etc. O princípio da interdisciplinaridade.

- As gerações:

Muito mais do que uma “escola”, os Annales se caracterizam por ser um movimento que, por conseguinte possui uma historicidade, balizada por determinadas tendências predominantes. 1ª fase (1929-1945), o movimento caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. 2ª fase (1945-1968), depois da Segunda Guerra Mundial os rebeldes se apoderaram do establishment histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos (conjuntura e estrutura) e novos métodos (história serial das mudanças na longa duração) dominada pela presença de Fernand Braudel. 3ª fase (1968-), profundamente marcada pela fragmentação, com ênfase numa história sociocultural, redescobrimo a história política e até mesmo a narrativa.

Marxismo britânico ou “New Left”

- Os ingleses e sua revista:

Em 1952 é fundada a *Past and Present*, revista organizada pelos historiadores ingleses **E. P. Thompson, Christopher Hill** (1948-),

E. P. Thompson (1924-1993)

Historiador marxista inglês um dos principais fundadores da história social do Trabalho e responsável pelo epíteto “history from below”, para designar uma tendência historiográfica que se debruçava sobre a vida de quem fez a história, mas não a escreveu (que será tratada mais detidamente na Aula 18).

Christopher Hill (1948-)

Professor de relações internacionais em Cambridge na Inglaterra.

**Rodney Hilton
(1916-2002)**

Historiador medievalista e marxista inglês especialista na transição do feudalismo para o marxismo.

Eric J. Hobsbawm e **Rodney Hilton** (1916-2002), ligados ao partido comunista inglês e fortemente comprometidos com a prática revolucionária. Apesar de sua publicação ter sido iniciativa dos historiadores do grupo do partido comunista, a *Past and Present* foi e ainda é uma revista aberta às contribuições de diferentes linhas teóricas. Em seu editorial inaugural estabelecia as linhas de ação que, ainda hoje, estão presentes no perfil deste periódico: “nossa principal tarefa é registrar e explicar as transformações sofridas pela sociedade no seu processo de vir a ser”. Diferenciando-se da linha funcionalista e estruturalista por estarem preocupados com a especificidade histórica da vida social, destacando-se, nesta abordagem o homem como sujeito histórico: “o homem é um agente ativo e consciente da história, não podem ser considerados como meros índices ou vítimas da História”.

- Principais ideias:

Romper com o determinismo econômico da historiografia marxista, a partir das ideias do próprio Marx, com destaque para o texto: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Além de terem em comum esta crítica ao modelo dual de estrutura econômica e superestrutura político, econômica e social, os historiadores britânicos marxistas também dividiam problemáticas históricas comuns, tais como: a origem, expansão e desenvolvimento do capitalismo, análise das classes sociais e da luta de classes, como cerne de sua análise e por fim o comprometimento com uma “história que vem de baixo”, tomando seriamente as experiências históricas, ações e lutas das classes populares, recobrando o passado feito por elas, mas não escrito por elas. Daí a preocupação de tais historiadores com práticas culturais e com as tradições. A divisão de grupos entre os historiadores do Grupo ficou assim: Hilton e Hobsbawm os camponeses; Hill e Thompson a “gente comum” e Hobsbawm e Thompson a classe trabalhadora.

Escola de Frankfurt

• Origem

A escola de Frankfurt representa o conjunto de pessoas e ideias associadas ao Instituto de Pesquisa Social, fundado e afiliado à universidade de Frankfurt em 1923. Possuía uma publicação, a revista de Pesquisa Social, que reunia suas principais ideias.

• História

Devido a sua postura crítica, em relação à sociedade em que viviam, como também a sua ampla militância política, por volta de 1933, com a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, o Instituto é obrigado a transferir-se para Genebra e, posteriormente, para os EUA (NY), onde permanece até 1949. Passada a guerra, retornaram a Alemanha e retomam as suas atividades de pesquisa. Principais nomes: **Walter Benjamin**, **Theodore Adorno**, **Max Horkheimer**, **Herbert Marcuse** e **Jurgens Habermans**.

Walter Benjamin (1892-1940)

Foi um ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo judeu-alemão. Associado com a Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica, foi fortemente inspirado tanto por autores marxistas como Georg Lukács e Bertolt Brecht como pelo místico judaico Gershom Scholem. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para o alemão importantes obras como *Quadros parisienses* de Charles Baudelaire e *À procura do tempo perdido* de Marcel Proust. O seu trabalho, combinando ideias aparentemente antagônicas do idealismo alemão, do materialismo dialético e do misticismo judaico, constitui um contributo original para a teoria estética. Entre as suas obras mais conhecidas contam-se *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica* (1936), *Teses sobre o conceito de História* (1940) e a monumental e inacabada *Paris, capital do século XIX*, enquanto *A tarefa do tradutor* constitui referência incontornável dos estudos literários.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Benjamin.

Theodore Adorno (1903-1969)

Tal como Benjamin foi um ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo judeu alemão. Também associado com a Escola de Frankfurt e a Teoria Crítica, era ainda músico e compositor, sendo um dos principais críticos da indústria cultural, termo que criou junto com Horkheimer para designar a produção cultural no capitalismo industrial e monopolista.

Max Horkheimer (1895-1973)

Foi um filósofo e sociólogo alemão. Como grande parte dos intelectuais da Escola de Frankfurt, era judeu de origem, filho de um industrial – Moses Horkheimer –, e ele próprio estava destinado a dar continuidade aos negócios paternos. Por intermédio de seu amigo Friedrich Pollock, Horkheimer associou-se em 1923 à criação do Instituto para a Pesquisa Social, do qual foi diretor, em 1931 sucedendo o historiador austríaco Carl Grünberg.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Max_Horkheimer.

Herbert Marcuse (1898-1979)

Foi um influente sociólogo e filósofo alemão naturalizado norte-americano, pertencente à Escola de Frankfurt. Em 1933, por intermédio da intervenção de Leo Lowenthal e de Kurt Riezler, Herbert Marcuse foi admitido no Instituto de Pesquisas Sociais que seria mais tarde associado à Escola de Frankfurt, que neste momento estava exilado em Genebra. Ele tentara, sem sucesso, desde 1931 entrar em uma relação mais estreita com o Instituto. Em 1934, junto com Theodor Adorno e Max Horkheimer mantém suas atividades nos EUA. Em 1950 os colaboradores do Instituto retornam à Alemanha, Marcuse decide permanecer nos EUA onde pensa, escreve e leciona até sua morte em 1979.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Herbert_Marcuse.

Jurgens Habermans (1929-)

É um filósofo e sociólogo alemão. Licenciou-se em 1954, com uma tese sobre Schelling (1775-1854), intitulada “O Absoluto e a História”. De 1956 a 1959, foi assistente de Theodor Adorno no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. No início dos anos 1960, realizou uma pesquisa empírica sobre a participação estudantil na política alemã, intitulada ‘Estudante e Política’ (Student und Politik). Em 1968, transferiu-se para Nova York, passando a lecionar na New School for Social Research de Nova York. A partir de 1971, dirigiu o Instituto Max Planck, em Starnberg, na Baviera. Em 1983, transferiu-se para a Universidade Johann Wolfgang von Goethe, de Frankfurt, onde permaneceu até aposentar-se, em 1994. Continua, até o presente momento, muito prolífico, publicando novos trabalhos a cada ano. Frequentemente participa de debates e atua em jornais, como cronista político.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%BCrgen_Habermas.

- Principais ideias

O pensamento deste grupo deve ser compreendido a partir da sua vinculação com a esquerda alemã. Neste sentido, a EF propõe a necessidade de se desenvolver uma teoria crítica do marxismo, opondo-se a todas as formas de positivismo e todas interpretações reacionárias do marxismo. Para os frankfurtianos, somente uma postura aberta e continuamente crítica pode evitar a paralisia teórica e, por conseguinte, na prática transformar a ação social. Evidencia-se aí a forte influência exercida por Lukács na 1ª geração de Frankfurt, para este pensador a teoria é essencialmente expressão intelectual do próprio processo revolucionário. Uma influência que alimentou a íntima relação entre teoria e prática, tão cara aos movimentos sociais da década de 1960. Propunham um retorno aos escritos do jovem Marx, aproveitando o legado filosófico de tais reflexões, para romper com o determinismo econômico que o pensamento marxista foi associado ao longo de suas leituras no século XX. Em vista disso, as reflexões desta Escola se voltam para as chamadas áreas culturais das sociedades, dentre as quais: a arte, estética, cinema, fotografia, literatura, música e uma forte crítica a sociedade de massas. É de autoria da Escola de Frankfurt o termo Indústria Cultural. Desde os anos 1980 as tendências com recorte nacional perderam a sua operacionalidade explicativa. Até mesmo quando falamos de historiografia brasileira, temos de necessariamente, associar a essa expressão mais geral algo que a especifique, como por exemplo: historiografia brasileira sobre escravidão ou ainda a historiografia brasileira marxista etc. Portanto, para concluir o panorama das tendências internacionais que assumem uma perspectiva transnacional, podemos indicar ao menos duas que exercem ainda forte impacto na produção historiográfica do século XX, com desdobramentos para o XXI, são elas: a nova história cultural e a micro-história.

Roger Chartier

Nasceu em Lyon em dezembro de 1945. Diretor d'Édutes na Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales em Paris, lecionou em várias universidades dos Estados Unidos. Dedicou-se à história cultural, em especial, a história da leitura, dos livros e seus leitores.

Jacques Revel

Nasceu em Avignon em 1942. Diretor d'Édutes na Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales em Paris, e membro do comitê de direção da revista *Annales, histoire, sciences sociales*. No Brasil publicou o volume *Jogos de escala* (Editora FGV, 1998) que reúne um conjunto de ensaios sobre abordagens relativas à micro-história.

Nathalie Davis

Nasceu em Detroit em 1928. Professora Emérita da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, especializou-se em história moderna da França. Dentre as suas obras mais conhecidas encontra-se o título: *O retorno de Martin Guerre* (1983), obra de história cultural que foi adaptada para o cinema.

A Nova História Cultural

- Considerada como uma possível quarta geração da “Escola dos Annales”, a Nova História Cultural, no entanto, não se limita à França, estendendo-se para a os Estados Unidos, Grã-Bretanha, Itália, Brasil, entre outros países. Dentre os nomes de destaque encontramos: **Roger Chartier**, **Jacques Revel**, **Nathalie Davis**, **Lynn Hunt**, Robert Darnton, entre outros. Apesar de amplamente criticada por se reconhecer, muito mais a partir dos temas com que trabalha, do que pela existência de uma unidade teórico-metodológica, a Nova História Cultural ganha cada vez mais adeptos. Na concepção dos historiadores ligados à Nova História Cultural, Roger Chartier e Jacques Revel, seus precursores “não propuseram simplesmente um novo conjunto de temas para investigação; foram além das mentalités, com o objetivo de questionar os métodos e objetivos da história em geral. Endossaram a avaliação de Foucault de que os próprios temas das Ciências Humanas – o homem, a loucura, a punição e a sexualidade, por exemplo – são produtos de formações discursivas historicamente contingentes”. Mas se tudo é cultura, como identificá-la? Como avaliar a relação entre cultura e o universo social? A resposta à tais questões levou com que a NHC se aproximasse da Antropologia, para o desenvolvimento de uma abordagem histórica a partir de um conceito de cultura que buscasse a interpretação das práticas e representações sociais. A ideia de interpretação aproximou a NHC da teoria literária e da linguística, tomando suas análises como modelos de ação metodológica. Nesse sentido as práticas sociais são consideradas como textos passíveis de serem lidos e interpretados de forma crítica.

Lynn Hunt

Professora na cátedra Eugene Weber, de História Moderna Europeia, na Universidade da Califórnia, Los Angeles. Especialista em História da Revolução Francesa tornou-se, ao longo dos anos 1990, uma das principais referências na historiografia sobre História Cultural, tendo publicado o volume *A nova história cultural* (Martins Fontes, 1992), uma coletânea que reúne um conjunto de artigos com novas abordagens e objetos para a história cultural.

Sobre a micro-história

A micro-história é identificada como sendo uma prática historiográfica de origem italiana, no entanto, um dos seus principais autores, Carlo Ginzburg (2007), em texto recente, “micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito”, identifica várias origens para essa prática. No que pese a importância de tais origens, ficaremos com a exposição de princípios feita por outro autor italiano, **Giovanni Levi**, em seu texto “Sobre micro-história”(1992).

Giovanni Levi

Nasceu em 29 de abril de 1939 em Milão, Itália. Considerado junto com Carlo Ginzburg como fundadores da Microhistoria Italiana. Giovanni Levi trabalhou como professor de História moderna nas universidades de Torino-Turín, de Viterbo y, actualmente en la Universidad Ca’Foscari de Venecia, así como codirector de investigaciones en el programa de Doctorado en estudios sobre “Europa el Mundo Mediterráneo y su Difusión Atlántica” en la Universidad Pablo de Olavide en Sevilla, España. No Brasil ficou famoso com a obra *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, publicada pela Editora Civilização Brasileira, em 2000.

Segundo Levi, não é por acaso que o debate sobre micro-história não tem sido baseado em textos ou manifestos teóricos. A micro-história é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas. O método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de tudo, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim, a micro-história não pode ser definida em relação às microdimensões de seu objeto de estudo. A micro-história, como todo o trabalho experimental, não tem um corpo de ortodoxia estabelecida para dele se servir. A ampla diversidade de material produzido demonstra claramente o quanto é limitada à variedade

de elementos comuns. Entretanto são estes poucos elementos que fornecem um estatuto epistemológico a esta prática historiadora. Dentre estes se destacam os pontos abaixo:

a) Sobre a questão da escala na construção do objeto

A micro-história como uma prática é essencialmente baseada na redução da escala de observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. Essa definição já suscita ambiguidades: não é simplesmente uma questão de chamar atenção para as causas e os efeitos do fato, de dimensões diferentes coexistirem em cada sistema social; em outras palavras, o problema de descrever vastas estruturas sociais complexas, sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo e a partir daí, do povo e de sua situação na vida (LEVI, 1992, p. 136-137).

A noção de escala vem sendo trabalhada amplamente pela antropologia como a forma de dimensionar a rede de inter-relações do objeto de estudos, sendo capaz de dar conta das diferentes inter-relações que esta rede tece. No caso da micro-história a redução da escala “é um procedimento analítico, que pode ser aplicado a qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto estudado”(LEVI, 1992, p. 137). No entanto, a noção de escala não é um mero recurso metodológico,

sua existência na realidade é aceita até por aqueles que consideram que a micro-análise só opera através do exemplo, ou seja, como um processo analítico simplificado – a seleção de um ponto específico da vida real, a partir do que se exemplificam conceitos gerais – em vez de funcionar como ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização (LEVI, 1992, p. 138).

O princípio epistemológico de inscrição da escala na própria dinâmica social implica na consideração de que o que está em jogo na prática da micro-história

é a decisão de reduzir a escala de observação para propósitos experimentais. O princípio unificador de toda a pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados (LEVI, 1992, p. 139).

b) A questão da racionalidade

Sobre a questão da racionalidade dos comportamentos sociais a principal preocupação dos adeptos da micro-história é diferenciar sua concepção de cultura daquela defendida pela antropologia relativista “que limita a nossas possibilidades de conhecer a realidade, com o resultado de nos tornarmos enredados em um jogo infinito de interpretar as interpretações” (LEVI, 1992, p. 148). Boa parte dos historiadores que passaram a se dedicar à micro-história, a partir dos anos 1970 e 1980, o fizeram como uma forma de encontrar uma alternativa para a crise da noção de progresso que se generalizava no campo das ciências humanas, notadamente de influência marxista. Portanto, os historiadores que aderiram à micro-história em geral tinham suas raízes no marxismo, em uma orientação política para a esquerda e em um secularismo radical com pouca inclinação para a metafísica. Para eles a pesquisa histórica não é uma atividade puramente retórica e estética. Seu trabalho tem sempre se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua – relativa – liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos. Assim, toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. A questão é, portanto, como

definir as margens da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam. Neste tipo de investigação, o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambigüidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais. Portanto, como princípios norteadores da prática da micro-história estão a refutação contra o relativismo, o irracionalismo e a redução do trabalho dos historiadores a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos (LEVI, 1992, p. 135-136).

Daí a importância radical da abordagem histórica na compreensão da cultura como processos sociais de produção de sentido:

tanto a quantidade de informação necessária para se organizar e definir a cultura, quanto à quantidade de informação necessária à ação, são historicamente mutáveis e socialmente variáveis. É esse, portanto o problema que necessita ser enfrentado, uma vez que o arcabouço das estruturas públicas, simbólicas, é uma abstração. Pois, no contexto de condições sociais diferentes, essas estruturas simbólicas produzem uma multiplicidade de representações fragmentadas e diferenciadas: e serão essas o objeto de estudo da micro-história (LEVI, 1992, p. 149).

c) Valorização do específico como possibilidade de abordar a complexidade das realidades sociais

A ação específica de um indivíduo deve ser abordada dentro da pluralidade de formas de racionalidade limitada que atua na realidade particular em observação. Nesse sentido, embora os costumes e os seus símbolos sejam sempre polissêmicos, não obstante eles assumam conotações mais precisas a partir das diferenciações sociais variáveis e dinâmicas, os indivíduos constantemente criam suas próprias identidades, e os próprios grupos os definem de

acordo com os conflitos e solidariedades que, embora não possam ser presumidos a priori, resultam das dinâmicas que são o objeto de análise.

O problema é mais aquele de como podemos elaborar um paradigma que dependa do conhecimento particular, embora não rejeitando a descrição formal e o conhecimento científico do próprio particular (LEVI, 1992, p. 158).

d) Narrativa e recepção – o ato comunicativo em história

O retorno da narrativa não deve ser concebido como a oposição entre a escolha de uma história qualitativa, individualizada, e uma outra, quantitativa, cuja ambição é estabelecer leis, regularidades e comportamento coletivo formal. Tal problemática foi colocada pela micro-história em termos do problema da comunicação em história, ou seja o problema da recepção dos textos históricos. Nestes termos a função da narrativa pode ser resumida em duas características: 1ª) a capacidade da narrativa em promover articulações entre o específico e o geral; 2ª) a narrativa possibilita ao leitor acompanhar o processo de construção do conhecimento, ficando evidente os mecanismos de elaboração do argumento histórico.

e) Conhecimento baseado em indícios e a elaboração da noção de contexto social

A abordagem da micro-história coloca em questão o problema de como temos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sintomas e sinais. Todos estes elementos interpretados à luz de seu contexto específico. No entanto, a problemática do contexto deve ser encarada como algo fundamental para a construção do objeto de análise.

Agora vamos avaliar os três modelos de abordagem contextual e a resposta da micro-história:

a) Abordagem funcionalista: focalizar o contexto para explicar o comportamento social. Para o funcionalismo, não são tanto as

próprias causas do comportamento que constituem os objetos de análise, mas antes a normalização de uma forma de comportamento em um sistema coerente que explica aquele comportamento, suas funções e o modo como ele opera. Ao contrário, da ênfase do funcionalismo na coerência social, os micro-historiadores concentram-se nas contradições dos sistemas normativos e por isso na fragmentação, nas contradições e na pluralidade dos pontos de vista que tornam os sistemas fluidos e abertos. As mudanças ocorrem por meio de estratégias e escolhas minuciosas e infinitas que operam nos interstícios de sistemas normativos contraditórios (LEVI, 1992, p. 154-155).

b) Abordagem contextualista: compreende o contexto cultural como o processo de se colocar uma ideia dentro dos limites prescritos pelas linguagens disponíveis. Esta teoria encara o contexto como sendo ditado pela linguagem e pelos idiomas disponíveis e utilizados por um grupo particular de pessoas em particular para organizar, por exemplo, suas lutas de poder. A perspectiva da micro-história difere, mais uma vez, porque uma importância fundamental é dada às atividades, às formas de comportamento e às instituições que proporcionam o arcabouço dentro do qual os idiomas podem ser adequadamente entendidos, e que permitem uma discussão significativa daqueles conceitos e convicções que de outra maneira permaneceriam hermeticamente fechados em si mesmos, sem uma adequada referência à sociedade – mesmo que o discurso seja conceitualizado, mais como uma ação do que como reflexão (LEVI, 1992, p. 156).

c) Contexto convencional – pano de fundo: este consiste na colocação formal e comparativa de um acontecimento, uma forma de comportamento ou um conceito, em uma série de outros que são similares, embora possam estar separados no tempo e no espaço. A micro-história tem demonstrado a falibilidade e a incoerência dos contextos sociais, como convencionalmente definidos que envolvem discussões sobre abordagem qualitativa e quantitativa, abandonando os métodos de formalização associados às matemáticas tradicionais e rumando para novos horizontes de abordagem:

Ao se decidir trabalhar com um quadro diferente, mais complexo e realista, da racionalidade dos atores sociais e ao se considerar a natureza fundamentalmente entrelaçada dos fenômenos sociais, torna-se de imediato necessário desenvolver e utilizar novos instrumentos formais de abstração. O campo permanece bem aberto para a exploração dos historiadores (LEVI, 1992, p. 159).



Atende ao Objetivo 3

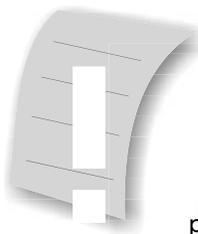
3. Identifique três características comuns às tendências historiográficas apresentadas anteriormente.

Comentário

Apesar de terem procedências teóricas diversas, cada uma dessas tendências com maior ou menor grau também rejeitam o relativismo radical e valorizam a base racional da investigação sobre o passado. Assim as três características mais marcantes podem ser: a interdisciplinaridade, a valorização das relações sociais como base comum das pesquisas e a ampliação do universo de temas e objetos da História.

Nesta aula, tratamos das dimensões da História hoje, buscando avaliar como seus campos e canteiros se configuraram ao longo do século XX. Das batalhas contra a história dos eventos e rumo a uma história do conjunto das relações sociais, finalmente chegamos aos problemas de uma história segmentada em temas e objetos específicos: a trajetória historiográfica do século XX configurou-se muito menos numa linha reta do que propriamente em tramas paralelas.

No Brasil, a influência internacional sempre cumpriu um papel determinante, primeiramente, na formação dos quadros universitários no âmbito da pós-graduação, numa época em que somente a USP oferecia esta possibilidade. Com a gradual abertura política e do retorno dos intelectuais exilados durante a ditadura civil militar com a Anistia do final dos anos 1970, os programas de pós-graduação no Brasil começaram a ganhar autonomia. Ao longo dos anos 1980, com os primeiros frutos da pós-graduação, e com a inserção da historiografia brasileira nos debates internacionais, o quadro mudou significativamente, com destaque para sua participação nos debates sobre a renovação da historiografia da escravidão moderna e nos debates sobre história oral.



As biografias dos autores citados foram na sua maioria encontradas no *site* da Wikipédia. É importante ressaltar que esse site é aberto e atua como um hipertexto, no qual cada pesquisador se torna um autor. O fundamental na utilização deste tipo de recurso é estabelecer alguns parâmetros de certificação, que tem a ver com dois pontos fundamentais: coerência de informação com um quadro mais amplo de referência bibliográfica e limites de informação utilizada (não se limitar somente a esse *site*).

Atividade Final

Consumo e cultura da mídia

“MC2

Oscilando entre a padronização e as demandas locais de diferentes culturas, a maior rede de fast-food do mundo sintetiza as contradições do capitalismo avançado.”

Peter Burke é historiador inglês, autor de *O que é história cultural?* (Jorge Zahar). Escreve regularmente na seção “Autores”. Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves.

Pessoalmente não gosto do McDonald’s. Poucas vezes estive num deles, levado por meus netos ou quando precisei comer depressa, considerando um Mac uma espécie de injeção para evitar a fome, mais que uma refeição real. Por outro lado, como estudioso, acredito que a ascensão global dessa rede de lanchonetes é um fenômeno interessante, que merece ser estudado por historiadores econômicos, sociais e sobretudo culturais. Um historiador econômico, por exemplo, indicaria que a empresa foi fundada na década de 1940 por Dick e Maurice McDonald, mas comprada e vastamente expandida por Ray Kroc a partir dos anos 1950. Kroc, um imigrante tcheco, foi aparentemente o primeiro empresário que aplicou os princípios da produção em massa a um setor de serviços, concentrando-se não só na padronização do produto mas também na maneira como é servido, reduzindo os custos e também oferecendo aos clientes um grau considerável de previsibilidade. Em consequência de suas inovações, hoje cerca de 50 milhões de pessoas por dia comem em um McDonald’s em mais de 120 países. Um historiador social, em contraste, provavelmente se interessaria mais pela disseminação da prática social de comer em restaurantes. Outro tópico que se presta à análise social é a ascensão do hambúrguer. Se dermos ao hambúrguer uma definição ampla, podemos recuar nossa história até os nômades tártaros medievais, que levavam consigo bolinhos de carne moída (daí o nome “steak tartare”). Os imigrantes alemães, muitos deles de Hamburgo, levaram o bolinho de carne moída para os EUA no século 19 (daí o nome hambúrguer).

A combinação do hambúrguer com pão (no modelo do sanduíche, uma invenção britânica do século XIX) parece ter sido idéia de um vendedor na Feira Mundial de St. Louis, em 1904 -ou talvez um pouco antes, em 1895, do proprietário de uma lanchonete em New Haven chamada Louis's Lunch. A partir de 1934 os hambúrgueres foram vendidos em uma rede americana de restaurantes conhecida como Wimpy (nome de um personagem da história em quadrinhos "Popeye"). Os motivos do sucesso desse tipo de alimento não são difíceis de encontrar. Visitantes nos Estados Unidos no início do século XX, pelo menos em grandes cidades como Nova York e Chicago, notaram o ritmo acelerado da vida cotidiana. A "fast food" fazia parte dessa vida.

Valores díspares

Para um historiador cultural, por outro lado, interessam outros aspectos do que poderíamos chamar de fenômeno McDonald's. Por exemplo, as políticas da empresa oferecem um exemplo fascinante de interação entre o global e o local. A padronização do hambúrguer é uma das chaves do sucesso internacional do McDonald's (alguns economistas medem o desempenho de diferentes economias comparando os preços de um Big Mac). No entanto essa padronização passou a coexistir com tentativas do que se poderia chamar de localização -adaptar o produto às necessidades de certos mercados nacionais. A companhia vende McHuevo no Uruguai, McBurrito no México e Maharaja Mac na Índia (substituindo a carne de boi por carneiro). No Japão, os clientes comem Teriyaki McBurger e fritas com sabor de algas marinhas, enquanto nas campanhas publicitárias a figura do "Ronald McDonald" foi substituída por uma mulher em trajes elegantes. O estudo da cultura é de modo geral o estudo dos significados e símbolos. No caso do McDonald's, um historiador cultural deve considerar o que os restaurantes e seus produtos significaram para seus clientes, para seus inimigos e para os cientistas sociais que passaram a estudá-los. O sociólogo americano George Ritzer, ao desenvolver algumas das idéias centrais de seu famoso antecessor Max Weber sobre o tema da racionalização, chegou a falar na "mcdonaldização da sociedade". Com isso ele quis dizer que a rede de lanchonetes ilustra e personifica valores modernos como eficiência, padronização, velocidade e possibilidade de cálculo. Para outro sociólogo americano, Benjamin Barber, esses restaurantes simbolizam o capitalismo, o imperialismo cultural e a globalização -ou o que resume como "mcmundo".

O que o McDonald's significa para seus clientes? Ele é de modo geral considerado amistoso com as crianças, e muitas vezes são as crianças que levam os adultos a ele, e não o contrário. No entanto a empresa tem significados diferentes em lugares diferentes. Na Europa Ocidental, por exemplo, é uma alternativa barata e simples aos restaurantes mais elegantes e caros. Por isso atrai especialmente a classe trabalhadora e os estudantes assim como os pais de crianças pequenas ou pessoas que precisam comer apressadamente. Em outras partes do mundo, porém, a clientela é mais de classe média. Em minha primeira visita a São Paulo, em 1986, fiquei surpreso ao ver um McDonald's na Avenida Paulista, em um prédio elegante que já pertenceu a um rico cafeicultor. As reações à disseminação do McDonald's no Japão, na Coreia, China e em Taiwan foram estudadas por uma equipe de cinco antropólogos americanos. Eles notaram que os clientes que entrevistavam geralmente viam as refeições como simples lanches. Os restaurantes eram de modo geral considerados caros, por isso freqüentá-los era sinal de uma ocasião especial, que poderia justificar pegar um táxi. Então qual era sua atração? Eles ofereciam um exemplo e um sinal de modernidade ocidental, não apenas devido ao ambiente higiênico, mas também ao autosserviço e às filas, símbolos de democracia.

Em certo sentido, os clientes estavam comprando um pedaço do "american way of life". O simbolismo torna-se ainda mais evidente quando pensamos no momento em que o primeiro McDonald's abriu na China e na Rússia. Nos dois países o ano era 1990, coincidindo na Rússia com o fim da União Soviética e do regime comunista e, na China, com a abertura do país ao comércio internacional -em outras palavras, o capitalismo. O que o McDonald's significa para seus inimigos? Certamente ele já provocou muitos protestos. Um panfleto intitulado "O que há de errado com o McDonald's" circulou amplamente em várias línguas na década de 1990. As acusações iam de publicidade enganosa a crueldade com animais e baixos salários dos funcionários e culminaram no célebre caso "McLibel" em Londres, em 1995-97, em que o juiz expressou certa simpatia pelos protestos. Os manifestantes são um grupo extremamente variado, que inclui cristãos, vegetarianos, ecologistas, agricultores e defensores dos direitos dos animais ou da herança culinária local. De todo modo, queixas específicas não bastam para explicar a força dos protestos. Os franceses que quebraram as vitrines de um McDonald's em Millau, no sul da França, em 1999 certamente estavam protestando contra a globalização, consi-

derada uma americanização, assim como protestavam contra a concorrência desleal. De maneira mais branda, um ministro da Cultura da França, Jack Lang, fez algo parecido quando descreveu a ascensão do inglês como língua global como um caso de "mcdonaldização linguística". Outra empresa que se tornou símbolo de imperialismo cultural, é claro, é a Coca-Cola. Seus críticos muitas vezes falam da "coca-colonização" do mundo. É a fraqueza assim como a força das duas companhias o fato de terem se tornado símbolos de algumas das principais mudanças culturais e econômicas de nosso tempo.

(*Folha de S. Paulo, Mais!*, domingo, 15 de abril de 2007)

A leitura da matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* possibilita compreender as dimensões históricas de um fenômeno contemporâneo. Analise o texto, destacando as principais linhas de interpretação do fenômeno da *fast food* no mundo contemporâneo.

Comentário

O texto de Burke sobre a cadeia de alimentos do tipo *fast food* Mc Donald's nos possibilita pensar que todo o fenômeno histórico e social pode ser avaliado a partir das suas dimensões econômica, política e cultural.

O objetivo da atividade é destacar no texto essas características associadas à análise de Burke sobre o fenômeno. Portanto, não se limite a essas evidências, mas faça um quadro onde você possa identificar cada uma das dimensões, mas demonstrando como cada uma é interdependente da outra.

RESUMO

A abertura da História a novos campos de pesquisa e atividades de publicação representa a consolidação do princípio de interdisciplinaridade e a valorização do conhecimento acadêmico.

Essa abertura, não se fez sem debates em torno do caráter científico da história e dos limites institucionais entre as várias disciplinas, na busca da legitimação de seus objetos de estudo.

A institucionalização de novas dimensões da História nos cursos de graduação se dá de diferentes formas, mas em geral, pela valorização das principais linhas historiográficas que definem a pesquisa histórica hoje, dentre as quais: história econômico-social, história política e história cultural.

Pode-se estabelecer tendências internacionais que predominaram no cenário historiográfico mundial ao longo do século XX; dentre estas, destacam-se: Escola dos Annales, Marxismo britânico, Escola de Frankfurt, Nova História Cultural e a Micro-história.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, aprofundaremos as principais características e conceitos da História social e sua relação com a dimensão econômica das sociedades.

Aula **18**

História Social
e História
Econômico-social

Meta da aula

Identificar as características da História Social e da História Econômico-social.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer o significado de história social no debate historiográfico do século XX;
2. diferenciar as noções de história econômica e de história econômico-social;
3. identificar os princípios que orientam a chamada "*história que vem de baixo*".

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que você tenha estudado, na Aula 16, a relação entre História e Ciências Sociais e, na Aula 17, as principais dimensões da história e tendências da historiografia atual.

INTRODUÇÃO

“História das civilizações”, “História das sociedades”, “História geral”, entre outras adjetivações e complementos, são expressões que podemos encontrar nos títulos dos livros didáticos do Ensino Médio aqui no Brasil. Essas denominações estão associadas a uma perspectiva de História que busca dar visão mais ampla e articulada dos diferentes níveis sociais, acompanhada de uma ordem cronológica.

Entretanto, tal perspectiva nem sempre é a mais adequada, pois a exposição cronológica dos processos sociais acaba ficando tributária de uma das lógicas de organização social, ora política, numa história dos eventos, ora econômica, numa história dos sistemas ou modos de produção.

As novas abordagens que vêm sendo adotadas na virada do milênio e os novos objetos que a historiografia atual aborda pouco freqüentam o âmbito da história ensinada nos níveis do Ensino Fundamental e Médio.

Talvez, um primeiro passo para uma aproximação mais eficiente entre os níveis de produção do saber histórico seja o de refletir sobre a possibilidade de uma história social que articule as diferentes dimensões da experiência social. Para tanto, o importante é compreender o significado atual dessa perspectiva e seus conceitos centrais.

Nossa aula tem como objetivo apresentar a trajetória do campo historiográfico da História social e, na sequência, discutir a sua relação com a História Econômica, para então avaliar as novas perspectivas e abordagens dentro do campo.

Da História Social à História das sociedades

O título desta seção foi tomado de empréstimo de um texto clássico do historiador britânico Eric Hobsbawm, publicado, pela

primeira vez, em 1970 e reeditado no livro *Sobre História*, uma coletânea de ensaios do mesmo autor, publicada na Inglaterra em 1997 e, no Brasil, em 1998 pela editora Companhia das Letras.

O livro reúne um conjunto importante de reflexões conceituais e historiográficas de Hobsbawm e consiste numa contribuição importante para um autor que é também uma testemunha ocular da história contemporânea, já que passou dos 90 anos. Nessa obra, cada um dos ensaios é precedido de algumas considerações sobre o local de publicação e sua atualidade. O ensaio que tem o mesmo nome deste tópico possui uma única ressalva:

Muito aconteceu em história social depois desse balanço. O autor não pode fazer mais do que constatar com embaraçosa surpresa que o ensaio não continha nenhuma referência a história das mulheres. Como se sabe, esse campo mal começara a se desenvolver antes do final dos anos 1960, mas nem eu nem outro dos que contribuíram na publicação – todos homens –, parece ter-se dado conta da lacuna.

A ressalva, ao mesmo tempo em que confirma a atualidade dos pontos de vista apresentados à época, destaca o surgimento de outros campos e canteiros da história social, como veremos mais adiante, nesta aula e nas subsequentes Aulas 19 e 20.

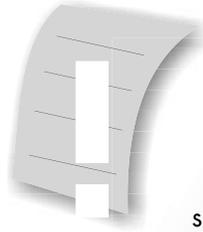
Nesse ensaio, organizado em cinco partes, Hobsbawm discute o estatuto epistemológico da história social e suas transformações como campo historiográfico ao longo dos anos 1950 a 1970. Em sua abordagem, detalha as perspectivas tradicionais vinculadas ao campo e às transformações ocorridas no mesmo, em seu contato com as Ciências Sociais; rejeita, entretanto, que a história social seja uma sociologia regressiva e ainda a eficácia dos modelos de análise sincrônica na pesquisa histórica, justamente por não darem conta de uma teoria da transformação e da mudança social no tempo, ou seja, na sua dimensão diacrônica. Por fim, avalia a história social como história das sociedades, apontando-lhe os limites de possibilidades. Acompanhem as principais colocações do autor.

Hobsbawm aponta que a expressão “história social”, ao longo do século XX, esteve associada a três acepções, por vezes superpostas:

Primeiro, referia-se à história das classes pobres ou inferiores e, mais especificamente, à história de seus movimentos ('movimentos sociais'). O termo poderia ser até mais especializado, referindo-se, essencialmente, à história do trabalho e das idéias e organizações socialistas. Por razões óbvias, esse vínculo entre história social e história do protesto social permaneceu forte. (...) Em segundo lugar, o termo era empregado em referência a trabalhos sobre uma diversidade de atividades humanas de difícil classificação, exceto em termos como 'usos, costumes, vida cotidiana' (...) Constituía a base tácita do que se pode chamar visão residual da história social, uma espécie de 'história com a política deixada de fora. Não é preciso nenhum comentário. O terceiro significado do termo era certamente o mais comum e, para o nosso objetivo, o mais pertinente: 'social' era empregado em combinação com 'história econômica' (...) Deve-se admitir que a metade econômica dessa combinação era visivelmente preponderante (HOBBSAWM, 1997, p. 84).

A associação entre história social e econômica se fez em compasso com a renovação internacional da historiografia, que incluía aí, além dos historiadores marxistas britânicos, o movimento do Annales. Tal associação objetivava a elaboração de uma história total das relações sociais, em oposição à tradicional história política dos eventos, tendo como pano de fundo a aproximação da História com as ciências sociais; no caso específico, com a teoria econômica. Hobsbawm justifica essa afinidade em sintonia com a sua postura teórica marxista:

É possível ir mais adiante e argumentar (com Marx) que, apesar da inseparabilidade essencial do econômico e do social na sociedade humana, a base analítica de uma investigação história da evolução das sociedades humanas deve ser o processo de produção social (HOBBSAWM, 1997, p. 85).



Essa posição do autor é defendida em meados dos anos 1970, quando os debates pós-estruturalistas e a crítica aos grandes modelos de explicação das sociedades humanas já eram travados dentro das instituições acadêmicas. Assim, essa afirmação de Hobsbwan deve ser compreendida como uma tomada de posição dentro desse debate.

Em compasso à defesa da afinidade entre história e economia, encontravam-se as metodologias da história quantitativa e serial, que se utilizavam de dados massivos para a comprovação de hipóteses elaboradas em torno de problemáticas associadas à base material das sociedades, tais como: abastecimento, preços, salários, crises etc.

Entretanto, como veremos nas Aulas 19 e 20, a proeminência do econômico sobre as demais dimensões e níveis sociais não era um consenso absoluto.

Hobsbawm esclarece que até os anos 1950, a história social não configurava como um campo acadêmico especializado; no entanto, constata-se um rápido desenvolvimento entre 1950-70, atribuído principalmente pela consolidação das ciências sociais, como campo acadêmico em termos de metodologia, estratégias de trabalho e ação social, e pela sua historicização, relacionada estreitamente às lutas pós-coloniais, como explica o autor:

(...) é impossível deixar de ressaltar o imenso significado das revoluções e lutas de emancipação política dos países coloniais e semicoloniais. Com elas, governos, organizações internacionais e de pesquisa, e conseqüentemente, os cientistas sociais, passaram a atentar para o que são, essencialmente, problemas de transformações históricas. Eram assuntos que até

então ficavam do lado de fora ou, na melhor das hipóteses, às margens da ortodoxia acadêmica nas ciências sociais, e estavam progressivamente sendo abandonadas pelos historiadores (HOBSBAWM, 1997, p. 86).

No que pese o desenvolvimento do campo, a sua autonomização é algo que sugere uma avaliação pelo próprio objeto sobre o qual se debruça: as sociedades humanas. Entretanto, nos anos 1960, como lembra Hebe Mattos no seu artigo “História Social” (1997), num ambiente de especialização e desenvolvimento de metodologias específicas para os campos da História Econômica, das Mentalidades e da Demográfica, configurou-se uma História Social na França com um perfil próprio:

Sob a égide de Ernest Labrousse se reivindica a história social como uma especialidade com problemáticas e metodologias próprias. Formulam-se, como problema central, os modos de constituição dos atores históricos coletivos, as classes, os grupos sociais, as categorias socioprofissionais e de suas relações que conformavam historicamente as estruturas sociais. As relações entre estrutura (com ênfase na análise das posições e hierarquias sociais), conjuntura e comportamento social definiram assim o campo específico a ser recortado (MATTOS, 1997, p. 48).

Hobsbawm contra-argumenta, seguindo outra tendência historiográfica: a de que a história social não pode ser uma especialização, mas o horizonte no qual a perspectiva da história total, à maneira dos Annales, se configura. Esse horizonte, no entanto, não cabe numa única pesquisa; assim, o significado da dimensão social deve ser precisado através de como objetos de estudo são formulados dentro dos temas históricos, ou seja:

É possível definir certas atividades humanas como econômicas, pelo menos para fins analíticos, e depois estudá-las historicamente. Embora isso possa ser artificial ou irreal,

não é impraticável. (...) Mas os aspectos sociais ou societais da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos do seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização. Não podem ser separados, mais que por um momento, dos modos pelos quais os homens obtêm seu sustento e seu ambiente material. Nem por um só momento podem ser separados das suas idéias, já que suas mútuas relações são expressas e formuladas em linguagem que implica conceitos no momento mesmo em que abrem a boca. E assim por diante. O historiador das idéias pode (por sua conta e risco) não dar a mínima para a economia, e o historiador econômico não dar a mínima para Shakespeare, mas o historiador social que negligencie um dos dois não irá muito longe (HOBSBAWM, 1997, p. 87).

Dito isso, Hobsbawm envereda, no seu artigo, pelas relações entre a História e as Ciências Sociais, discutindo as vantagens da interdisciplinaridade, mas também os limites dos modelos analíticos das Ciências Sociais, para uma disciplina que tem como fundamento a mudança no tempo.

Dentro da perspectiva do autor britânico, é possível estabelecer alguns princípios para se escrever uma história social com algum nível de generalização. Tais princípios seriam: o uso da categoria tempo; a definição de sujeito social e o uso de modelos. Vejamos como cada um desses aspectos é tratado por Hobsbawm:

(1) A história da sociedade é história; ou seja, ela tem como uma das dimensões o tempo cronológico real. Não estamos preocupados apenas com estruturas e seus mecanismos de persistência e mudança e com as possibilidades de padrões de suas transformações, mas também como o que de fato aconteceu. (...) A história da sociedade é, portanto, uma elaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram. Isso é verdade e independe da escala geográfica ou cronológica utilizada em nossas investigações (HOBSBAWM, 1997, p. 91-92).

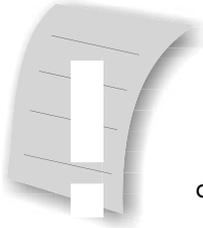
Esse primeiro princípio relaciona aquilo que é de específico na história e se define, muitas vezes, na experiência de um só indivíduo, como opera a micro-história ou, ainda um grupo social. Refere-se também aos aspectos conjunturais, tais como fenômenos políticos, por exemplo, uma eleição para presidente; ou fatos econômicos, como, por exemplo, a crise da bolsa de Nova York em 1929.

O que Hobsbawm defende como princípio é uma dialética entre o específico e o geral, entre o tempo curto e o tempo de longa e média duração. Além disso, ao reafirmar que o interesse da história é o que “realmente” aconteceu no passado, arrisca-se a ser associado à história tradicional do século XX; no entanto, ao associar a explicação do acontecimento a um conjunto mais complexo de causas sociais remontadas a durações temporais variadas, defende a base realista e materialista da perspectiva teórica que adota.

O segundo princípio diz respeito à forma de conceituar a categoria *sujeito* na história social:

(2) A história da sociedade é, entre outras coisas, a história de unidades específicas de pessoas que vivem juntas, unidades que são definíveis em termos sociológicos.(...) A definição de uma sociedade nessa acepção suscita questões complexas, (...) isso porque, mesmo que eliminemos as confusões entre usos diferentes da palavra ‘sociedade’, enfrentamos problemas (a) porque o tamanho, complexidade e amplitude dessas unidades variam, por exemplo, em diferentes períodos históricos ou fases de desenvolvimento; (b) porque aquilo que chamamos de sociedade é simplesmente um dentre vários conjuntos de inter-relações humanas de escala e amplitude variada, nos quais as pessoas podem ser classificadas ou classificam a si mesmas, muitas vezes com simultaneidades e superposições. (...) Como definiremos essas unidades? É muito difícil dizer, embora muitos de nós resolvamos – ou contornemos – o problema escolhendo algum critério externo: territorial, étnico, político ou similar. O problema é mais do que metodológico (HOBSBAWM, 1997, p. 92-93).

O interessante, nesse segundo princípio apresentado por Hobsbawm, é que mesmo sendo ele um autor marxista, não toma o conceito de classe como inerente à divisão social. Assim, a delimitação das unidades de organização social caracteriza a opção teórica, segundo a qual a pesquisa se orienta.



O problema do sujeito histórico já foi tratado, em aulas anteriores, dentro da perspectiva epistemológica. O tratamento dessa categoria, como unidade que define o conjunto social, é tema trabalhado de forma diferenciada dentro dos campos da historiografia.

Assim, dentro da perspectiva da história social, destacam-se as clássicas diferenciações entre as noções de classe, numa perspectiva marxista, e estamento, dentro da abordagem weberiana. Portanto, a história social, desde os anos 1960, tem como base para lidar com a categoria de sujeito histórico “os estudos tentando circunscrever e analisar historicamente os grupos sociais e as bases econômicas (posição) e/ou culturais (identidades) sobre as quais construíram sua individuação social” (MATTOS, 1997, p. 49).

Neste sentido, hoje é possível identificar, como veremos adiante, uma variedade de modalidades de história social, como, por exemplos, a história das mulheres ou a história do trabalho. Nessas modalidades, a dimensão social está articulada à maneira de relacionar a parte (as mulheres, o trabalho etc.) com o seu todo (a sociedade humana).

O terceiro e último princípio apontado por Hobsbawm aborda a questão dos modelos de interpretação das ciências sociais aplicados à História:

(3) A história das sociedades exige que apliquemos, se não um modelo formalizado ou elaborado de tais estruturas, pelo menos uma ordem aproximada de prioridades de pesquisa e uma hipótese de trabalho sobre o que constitui o nexo central ou complexo de conexões de nosso tema, ainda que, naturalmente, essas coisas impliquem um modelo. Todo historiador social, de fato, levanta tais hipóteses e sustenta tais prioridades. (...) Parte-se do ambiente material e histórico, passa-se para as forças e técnicas produtivas (entrando a demografia em algum ponto intermediário), a estrutura da economia resultante – divisão do trabalho, troca, acumulação, distribuição do excedente e assim sucessivamente – e as relações sociais daí derivadas. Essas poderiam ser seguidas pelas instituições e a imagem da sociedade e seu funcionamento, que lhes são subjacentes. A forma da estrutura social é assim estabelecida, e suas características específicas e detalhes, à medida que derivam de outras fontes, podem ser então determinadas, na maioria das vezes, por estudo comparativo. Dessa forma, a prática é operar para fora e acima do processo de produção em sua situação específica. (...) Uma vez estabelecida a estrutura, ela deverá ser vista em seu movimento histórico (HOBSBAWM, 1997, p. 93-94).

O terceiro princípio de Hobsbawm está relacionado à elaboração de generalizações através das quais a explicação histórica possa se apoiar. Nesse sentido, Hobsbawm se alinha à defesa de uma metodologia de que a História se desenvolve segundo práticas científicas de elaboração e comprovação de hipóteses com algum nível de generalização. Sobre isso, o autor é bem claro:

Meu objetivo, ao resumir o que acredito ser um plano de trabalho amplamente aceito pelos historiadores sociais, não é recomendá-lo, embora pessoalmente eu lhe seja favorável. É antes o contrário: sugerir que tentemos tornar explícitas as hipóteses implícitas sobre as quais trabalhamos e perguntar a nós mesmos se esse plano é, de fato, o melhor para a formulação da natureza e estrutura das sociedades e dos mecanismos de suas transformações (ou estabilizações) históricas, se outros planos de trabalho baseados em outras perguntas podem ser compatibilizados com ele, ser preferíveis a ele ou se podem simplesmente se superpor para produzir o equivalente histórico daqueles quadros de Picasso que exibem simultaneamente o rosto inteiro e o perfil (HOBSBAWM, 1997, p. 94).

Na sequência do seu balanço sobre o campo da história social, destaca as áreas de atuação que mais se consolidaram dentre os anos 1950 e 1970, todas amparadas na perspectiva interdisciplinar. Hobsbawm destaca seis setores que geraram abordagens inovadoras; são eles:

Demografia e parentesco; estudos urbanos; classes e grupos sociais; história das 'mentalidades' ou consciência coletiva ou da 'cultura' na acepção dos antropólogos; transformações das sociedades (por exemplo, modernização ou industrialização; movimentos sociais e fenômenos de protestos sociais (HOBSBAWM, 1997, p. 95).

Desse conjunto, exclui os dois primeiros setores, pois estes já se encontram consolidados como campos, em termos de organização, metodologia e sistema de publicações há algum tempo. Os demais quatro setores se configuravam como campos abertos à institucionalização, como de fato se observou nos anos seguintes, no que pesem as variações teóricas em torno de uma lógica mais funcionalista ou mais comprometida com a mudança social.



A escolha de nos apoiarmos no clássico texto do Hobsbawm, para apresentarmos o campo da história social, justifica-se pela sua atualidade, como pode ser constatado nas áreas apontadas anteriormente.

Entretanto, como veremos nas aulas subsequentes, cada uma dessas áreas foi-se autonomizando com conceitos e metodologias próprias ao ponto de, hoje, um programa de Pós-Graduação em História Social poder perfeitamente ser dividido em linhas de pesquisa diversas, tais como: história econômico-social ou ainda História do Poder e da Cultura, como acontece na UFF. Outras universidades, como a UNICAMP, optam pela História Social também, mas recortando suas linhas em torno de outros temas ou objetos, tais como a história social do trabalho ou, ainda, a história da escravidão.

Portanto, para Hobsbawm, em 1970, a História Social ainda era uma história em construção:

Em suma, se como historiadores da sociedade devemos ajudar produzindo – para benefício de todas as ciências sociais – modelos válidos da dinâmica sócio-histórica, teremos que estabelecer uma unidade entre nossa prática e nossa teoria, o que, nessa altura do jogo, provavelmente signifique, em primeira instância, observar o que fazemos, generalizá-lo e corrigi-lo à luz dos problemas que surgirão de nossa prática ulterior (HOBSBAWM, 1997, p. 94-95).

De lá para cá, já se passaram mais de 30 anos; ao longo desse período, a História Social foi sendo incorporada à própria noção de História, pois todos os seus objetos de estudo se referem a uma das dimensões do social, como veremos na sequência dessa aula e nas Aulas 18 e 19.



Para complementar a apresentação sobre história social, vale destacar uma proposta que vem de outra tradição historiográfica, mas que vem ampliando os horizontes de análise da História Social através de um campo que dela decorre, a História dos Conceitos.

No capítulo 5 do seu livro *Passado Futuro*, Koselleck (2006) discute a relação entre história social e história dos conceitos. Estabelece as premissas fundamentais para a autonomia da história dos conceitos em relação à história social; discute o uso lexical das palavras do uso conceitual dos termos, incluindo nesse debate a complexidade da perspectiva temporal: sincronia/diacronia; simultaneidade, não-simultaneidade, duração e ruptura. Divide o capítulo em três partes, todas relacionadas à busca da definição do campo da história dos conceitos em relação ao campo da história social. O capítulo é organizado em três partes, a saber:

a) Métodos da história dos conceitos e da história social: relação crítica entre história social e história dos conceitos a partir de um exemplo, a dupla revolução. A história do uso social das palavras; lutas semânticas: a experiência e sua interpretação, princípios metodológicos; por uma definição da história dos conceitos: o método;

b) A história dos conceitos como disciplina da história social: premissa – ultrapassar o patamar metodológico e relacionar o campo conceitual ao social. Método: 1ª etapa – do passado para o presente e do presente para o passado, as relações entre sincronia e diacronia; 2ª etapa – relação entre tempos e especulação filosófica; primeiro princípio metodológico – isolar o conceito da experiência; reafirma a autonomia da história dos conceitos em relação à história social: as palavras transformando-se em conceitos pela experiência histórica – discute a relação entre palavras e conceitos; o conceito como campo semântico e o agenciamento do real pelo conceito – aprofunda a discussão entre experiência e sua teorização; pelos exemplos que seguem, avaliamos que a experiência histórica se desenvolve em conceitos, e estes, por sua vez, agenciam as relações sociais e sua compreensão (no Brasil, o caso da escravidão); defende uma autonomia cooperativa entre a história dos conceitos e a história social.

c) Teoria da história dos conceitos e teoria da história social: distingue, a partir dos princípios de geral e específico, a esfera teórica de ambos os campos; caráter abrangente e complexo dos conceitos e o movimento da historiografia; tensão entre realidade e sua conceituação.

○ resumo deste capítulo serve de apoio à sua leitura.



Atende ao Objetivo 1

1. Na sua avaliação, a história social apresentada por Hobsbawm alinha-se a qual dos paradigmas que dividem o campo historiográfico hoje? Por quê?

Resposta Comentada

A resposta é simples, pois o autor é declaradamente marxista; portanto, alinha-se ao chamado, por Ciro Cardoso, “paradigma iluminista ou realista”. Nesse sentido, algumas características da sua definição de história social merecem ser destacadas, para justificar a resposta, dentre as quais podemos destacar ao menos três:

1. O princípio realista – o passado efetivamente aconteceu;
2. O princípio materialista – a base produtiva é o ponto de partida para as análises da sociedade;
3. A defesa de que a produção do conhecimento histórico é uma prática científica, com a proposição de hipóteses, a busca de explicações de caráter generalizante; o uso do tempo cronológico e o reconhecimento do papel das fontes como o elemento fundamental para a resolução dos problemas históricos.

História Econômico-social

O campo da História Econômico-social que hoje organiza pesquisas em torno de temas como industrialização, modernização e processos de urbanização, bem todos aqueles relacionados à dinâmica da produção e seus desdobramentos pelo conceito de experiência social, tem a sua procedência nas duas principais tendências historiográficas do século XX: os Annales e o marxismo.

Entretanto, uma história mais econômica do que social possui uma autonomia que se legitima politicamente no papel que a economia exerce no mundo contemporâneo. Portanto, valem algumas considerações sobre a relação entre história e economia antes de entrarmos propriamente na exposição sobre a perspectiva clássica dos Annales e no tópico seguinte, sobre a perspectiva do marxismo britânico.

História Econômica

A história econômica, diferentemente da economia histórica, como chamou atenção Pierre Vilar (1988):

O propósito do economista é teórico e prospectivo; a história só lhe fornece os dados para ensaiar um modelo. A preocupação do historiador é a dos fatos: a sua pesquisa é retrospectiva e procura não ultrapassar a certeza documental; a teoria é, para ele, apenas um instrumento de sistematização (...) o economista procura relações causais no seio do econômico puro; no que respeita a qualquer fator “exógeno”, ele remete para o historiador clássico; o historiador procura, acima de tudo, através do social, as conseqüências históricas dos fatos econômicos (VILAR, 1988, p. 59).

Segundo o historiador Pierre Vilar, nas abordagens da História econômica destacam-se alguns conceitos básicos, tais como os de estrutura e conjuntura, bem como opções metodológicas definidas em torno do uso de modelos e do método quantitativo (modo de produção e análise estatística). Assim explica Vilar:

as noções de sistema e estruturas são instrumentos de análise e de interpretação que destrincham o material histórico para fazê-lo utilizável, ou ainda um vínculo sólido entre a visão empírica dos acontecimentos históricos e a análise teórica geral necessária para a compreensão de suas possíveis inter-relações.

Tais considerações remetem-nos à relação entre história e teoria econômica que, de acordo com o autor, era atribuída a Marx. O retorno a Marx, consciente ou não, se faz através da *noção de estrutura*, conceito que entra em voga nos estudos de investigação econômica, a partir do século XX, notadamente a partir dos anos 1930, devido a um conjunto de movimentos históricos que marcaram de forma indelével a análise sobre a realidade. Dentre os quais, destacam-se a transição do capitalismo de concorrência individual ao capitalismo de grandes unidades, os conflitos mundiais, a crise de 1929, o aparecimento e vitalidade das economias socialistas, problemas do “terceiro mundo” e da descolonização.

A magnitude desses fenômenos tornou impossível seguir limitando a investigação econômica a algumas fórmulas puras; mostraram a importância do entorno não econômico (social, institucional, psicológico) para a compreensão mesma da economia. Buscaram-se 'representações estruturais' da economia global: 'modelos' econométricos (Tinbergen), 'matrizes definidoras de circuitos econômicos (Leontief), 'contabilidades nacionais' apresentadas mediante 'agregados' (produção, consumo, poupança, investimentos etc).

Por outro lado, observa-se que os 'movimentos' da economia (ciclos) dependiam de sua estrutura, que o crescimento da economia não podia separar-se das mudanças de estrutura (Colin Clark, Rostow). Além dos marxistas (Paul Sweezy, M. Dobb, Oskar Lange, Charles Bettelheim), também alguns discípulos de Keynes destacaram os vínculos deste tipo de investigação com as indicações fundamentais de Marx.

Algumas tentativas de definição de estruturas econômicas propostas desta maneira nos orientam no sentido do que se pode chamar 'estrutura' em história. São quatro as aproximações possíveis para esta noção:

A) a estrutura: conjunto de características imediatamente observáveis, como as relações numéricas entre produção agrícola e industrial, etc. e, mais especialmente, os valores médios estabelecidos sobre um período de alguma duração, e considerados representativos de uma tendência profunda na economia.

B) O adjetivo *estrutural*, aplicado a um movimento, reservar-se-ia aos movimentos lentos da economia.

C) A estrutura expressaria mediante um conjunto de coeficientes característicos que deram uma imagem econômica do meio estudado e determinaram as vias de suas reações a determinadas variações (ex.: coeficientes técnicos, psicológicos, institucionais etc.)

D) Finalmente, é possível assimilar a estrutura aos conjuntos de dados necessários para determinar esses coeficientes característicos.

Resumindo: pode-se considerar que uma estrutura econômica é um conjunto de relações características mantidas durante um período suficientemente longo, para que seu conhecimento permita prever os movimentos de uma economia.

Os economistas identificam dois tipos de estrutura: estática (proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico) e dinâmica (elementos de um conjunto econômico que, durante um período determinado aparecem como relativamente estáveis em relação aos demais).

Um modo de produção é uma estrutura que expressa um tipo de realidade social total, posto que engloba relações, tanto quantitativas quanto qualitativas, que se orientam todas em uma interação contínua:

a) as regras que presidem a obtenção, pelo homem, dos produtos da natureza e a distribuição social desses produtos;

b) as regras que presidem as relações dos homens entre si, por meio de agravações espontâneas ou institucionalizadas;

c) as justificações intelectuais ou míticas que resultam dessas relações, com diversos graus de consciência e sistematização, os grupos que as organizam e se aproveitam dela, impondo-se aos grupos subordinados.

O segundo conceito central da análise de história econômica é o de conjuntura. No sentido mais geral, a conjuntura é o conjunto das condições articuladas entre si que caracterizam um momento no movimento global da matéria histórica. Neste sentido, trata de todas as condições, tanto das psicológicas, políticas e sociais quanto das econômicas ou meteorológicas.

Conjuntura define o momento; em história econômica, está estreitamente relacionada aos estudos das crises dos modos de produção.

Duas possibilidades para se avaliar as conjunturas econômicas:

a) movimento dos preços das mercadorias – levando-se em conta dados da atividade econômica em conjunto: produção, intercâmbio, emprego etc.;

b) modelos matemáticos para a análise estrutural, mais usados por economistas; os historiadores, menos afeito à matemática, limitam-se ao uso de estatísticas. Dependendo das variáveis em jogo na análise, pode recorrer ao uso de equações mais elaboradas.

Portanto, a história econômica configura-se, ainda hoje, como um campo cujas especificidades merecem ser consideradas. Entretanto, da mesma forma que as demais especializações da história, esta não pode se descolar do horizonte mais amplo de uma história das sociedades humanas.

História Econômico-social e os Annales

Para atingir o objetivo de uma história das sociedades humanas, tanto a primeira quanto a segunda geração movimento dos Annales, orientaram seus trabalhos na associação entre os diferentes níveis do social, cunhando a noção de história total, uma espécie de valorização da base material, compreendida como cultura material, ao invés de modo de produção.

A literatura sobre o assunto concorda em apontar o historiador francês Ernest Labrousse como uma espécie de mentor da noção de história econômico-social:

A problemática de Labrousse exerceu uma influência fundamental sobre o desenvolvimento da história econômica na França e sobre os Anais (Annales). Labrousse mostrara como comparar salários e as rendas fundiárias com as séries de preços agrícolas nos mercados urbanos (mercuriais) para analisar as flutuações da conjuntura agrícola e artesanal e suas conseqüências diferenciadas sobre as classes da

sociedade rural e urbana. Seu exemplo encorajou numerosos discípulos e alunos a procurar na conjuntura econômica o fundamento das modificações da estrutura de conjuntura social. Ele dissecou o mecanismo da crise de subsistência na economia do tipo antigo (pré-industrial), um conceito que serviu igualmente de base para novas pesquisas em história demográfica (MENDELS, 1993, p.262).

Assim, com métodos e técnicas daquilo que também ficou conhecida como história serial, a história social foi incorporando, na sua análise, aspectos da base material associados a fenômenos coletivos.

A história serial ou quantitativa configurou-se como uma influente modalidade metodológica da história social entre as décadas de 1960 e 1970. Tem como princípio o desenvolvimento de hipóteses comprováveis com dados massivos tratados por métodos quantitativos de registros provenientes de documentos em série. Com base em fontes eleitorais, fiscais, demográficas e, principalmente, cartoriais e judiciais (contratos de casamento, testamentos, inventários post-mortem e outras), explica Hebe Mattos (1997, p.49), desenvolveram-se, neste período, estudos sobre estratificação socioprofissional, estratégias matrimoniais, alianças sociais, mobilidade geográfica e social.

A história serial só se torna possível quando a sociedade entra na sua fase estatística e passa a gerar documentos e registros de controle da ação social. Portanto, liga-se às lógicas sociais de controle por diferentes instituições, dentre as quais a Igreja e o Estado. Entretanto, o uso desse tipo de documentação, em oposição ao documento único relativo aos dignitários do Estado e aos “poderosos”, possibilitou o surgimento de questões associadas a sujeitos coletivos anônimos, seus modos de vida e de sobrevivência em situações de crise.

Assim, na colocação em perspectiva dos valores e dos números, passou a ser acrescentada a dos fatos sociais, e **Pierre Chaunu** celebrou o segundo nível da história serial, o da análise

Pierre Chaunu

Historiador francês nascido em 1923, na região de Verdun, considerado precursor dos métodos quantitativos aliados a uma análise dos fatos sociais. Uma das grandes figuras da historiografia francesa, é professor de História Moderna, na Sorbone, e sua principal obra foi *Sevilha e o Atlântico* (1504-1650), em 12 volumes. (<http://www.herodote.net/articles/article.php?ID=86>, acessado em 30/01/2009)

das sociedades. Paralelamente, o uso do computador permitiu formalizar comportamentos individuais (a delinquência, por exemplo) ou coletivo (as greves, as emoções populares etc.) e aproximar-se, por meio de contabilidades maciças, da vontade de totalidade que inspirou toda a escola francesa (LEQUIN, 1993, p. 718).



Atende ao Objetivo 2

2. Indique os pontos de convergência entre a história econômica e a história econômico-social na perspectiva da História total dos Annales.

Resposta Comentada

A história total, tal como defendida pelos Annales, principalmente a primeira e a segunda geração, tem como princípio que as dimensões econômicas, políticas e culturais da sociedade se articulam. Dessa maneira, não há como isolar um dos aspectos da sociedade em detrimento de outros.

Nesse sentido, o conceito de estrutura apresentado por Vilar se presta a uma perspectiva que tem como ponto de apoio a noção de articulação. Por outro lado, a noção de conjuntura se articula de forma eficiente as análises seriais, apontando para os movimentos cíclicos que a dinâmica social pode apresentar.

Assim, ao adotar a perspectiva econômica para a análise da dinâmica social, deve-se levar em conta os impactos nas demais dimensões do social.

Um bom exercício complementar é tomar qualquer um dos fatos econômicos da sociedade, como, por exemplo, a crise de 1929 nos EUA, e avaliar seus impactos na sociedade como um todo. Para tanto, um bom conjunto de fontes é composto pela Farm Security Administration, órgão criado no governo de F. D. Roosevelt para tratar dos problemas relativos à agricultura em crise na época. Para tanto, entre outras medidas, contratou um conjunto de fotógrafos para registrar a reconstrução da América. O exemplo é emblemático para avaliarmos as múltiplas dimensões sociais de qualquer fenômeno histórico.

“História vista de baixo”: o debate sobre os sujeitos da história social

Em 1966, o historiador marxista britânico E. P. Thompson publicou no *The Times Literary Supplement*, o ensaio intitulado “A história vista de baixo” (2001). O título apontava para uma nova forma de compreender a História, considerando que, até então, ela só teria sido vista de cima, pelos olhos dos poderosos. Os de baixo, que passaram a estar incluídos na história, segundo o enfoque de Thompson, eram os operários, os camponeses e as “pessoas comuns” que viveram no passado.

Nesse artigo, o ponto central é compreender que a historiografia inglesa oficial, até os anos 1960, havia dado pouca importância a esse grupo social e que somente as iniciativas fora do campo acadêmico avançaram no debate crítico sobre os sujeitos da História Social. Na argumentação de Thompson, os estudos sobre a

transição do feudalismo para o capitalismo, associados aos temas da industrialização e da organização operária e trabalho (disciplina, lazer, valores comunitários), deram uma significativa contribuição para renovação na historiografia inglesa através da inclusão de novos sujeitos históricos.

Cerca de vinte anos depois, em 1988, outro historiador marxista britânico, Eric Hobsbawm, na coletânea intitulada sugestivamente de "History from below: studies in popular protest and popular ideology" (A história a partir de baixo: estudos sobre protesto popular e ideologia popular), publica o ensaio: "A história de baixo para cima".

Nesse ensaio, publicado no Brasil, na coletânea "Sobre História" (1998), Hobsbawm associa a "história que vem de baixo" à "história dos movimentos populares", como uma forma de colocar a tradicional historiografia inglesa de ponta-cabeça. Sendo assim, os populares entram para a História pela porta do conflito e da manifestação coletiva.

Em 1966, Thompson observou uma mudança nas preocupações mais antigas dos historiadores do trabalho com as instituições, seus líderes e a ideologia aceitas, levando a uma certa fragmentação do campo. Entretanto, Hobsbawm, incorporando as novas abordagens desse campo de estudos, diferencia a história do movimento operário com seus líderes e tendências ideológicas, plenamente definidas, da história das "pessoas comuns". A questão, como sugere esse autor,

era que os historiadores do movimento trabalhista, marxistas ou não, estudaram não exatamente as pessoas comuns, mas as pessoas comuns que deveriam ser consideradas ancestrais do movimento; não os trabalhadores como tais, porém mais como cartistas, sindicalistas, militantes trabalhistas (Hobsbawm, 1998, p.219).

Apesar dessa diferenciação, a história das pessoas comuns, segundo Hobsbawm, estava nos problemas de ordem técnica como, por exemplo, a ausência de registros e documentos históricos,

diretamente ligada à emergência dos movimentos populares na História e às suas formas de controle:

(...) Apesar das suas origens e dificuldades iniciais, a história dos movimentos populares agora decolou. E, ao lembrar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político que nem sempre teve; estamos tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado. E isso me leva aos problemas técnicos (HOBSBAWM, 1998, p. 219).

Dentre esses, podemos destacar a questão das fontes que, diferentemente da história tradicional, devem ser pensadas a partir de outra lógica de investigação. Sobre isso, Hobsbawm esclarece:

Ora, a história dos movimentos populares difere de tais objetos e, de fato, da maioria da história tradicional, à medida que simplesmente não há um corpo material pronto a seu respeito. Uma das razões pelas quais uma grande parte da história dos movimentos populares modernos emergiu do estudo da Revolução Francesa é a de que esse grande evento da história combina duas características que raramente ocorrem juntas antes dessa data. Em primeiro lugar, sendo uma revolução de vulto, subitamente colocou em ação e trouxe ao conhecimento público enormes quantidades de gente do tipo que anteriormente atraía muito pouca atenção fora do seu circuito familiar e de vizinhança. E, em segundo lugar, ela as documentou por meio de uma vasta e laboriosa burocracia, classificando-as e arquivando-as em proveito do historiador nos arquivos nacionais e dos departamentos da França (HOBSBAWM, 1998, p. 219-220).

O problema das fontes para a história dos movimentos populares nos remete para um problema que já vimos anteriormente, qual seja: os documentos não falam sozinhos; é necessário que perguntas lhes sejam feitas. Já havíamos visto que a história serial abriu a historiografia sobre a experiência passada coletiva, um

campo de possibilidades de análise significativo por possibilitar o desenvolvimento de análises associadas à vida cotidiana e à cultura material de comunidades bem extensas. Deslocava-se, assim, o foco do sujeito individual para o sujeito coletivo, apoiado em padrões de conduta derivados de análises quantitativas.

A discussão levantada por Hobsbawm em relação às fontes históricas sobre os movimentos sociais, e as análises qualitativas sobre certos eventos específicos não são descartadas. O que está em jogo é a capacidade de levantar um conjunto significativo de evidências sobre o que se quer estudar, mesmo que elas não componham uma série. Entretanto, esclarece o autor, não basta fazer perguntas criativas às fontes; é necessário que tais perguntas se apoiem em um conhecimento prévio e comprovado sobre o objeto de estudo em questão ou, como Hobsbawm enfatiza, “simplesmente existem coisas que devemos saber sobre o passado” (HOBSBAWM, 1998, p. 225).

Para diferenciar o procedimento de coleta de evidências variadas sobre um mesmo objeto de estudo, da tradição metódica do século XIX, o autor britânico destaca a necessidade de apoiar a investigação num quadro teórico coerente e bem fundamentado em hipóteses de trabalho:

o historiador dos movimentos sociais não pode ser um positivista antiquado. Deve, de certo modo, saber o que está procurando e, apenas se souber, poderá reconhecer se o que descobriu se encaixa ou não em sua hipótese; e se não se encaixa, tentar conceber outro modelo (HOBSBAWM, 1998, p. 225).

O que se está propondo dentro dessa perspectiva é a elaboração de uma metodologia cientificamente orientada e adequada para se recuperar os padrões de conduta e os comportamentos compartilhados por uma coletividade. Hobsbawm orienta a sua proposta em três fases: delimitação do objeto de estudo; quadro conceitual que permita operar a análise do objeto estudado; delimitação do universo de fontes associadas à tarefa de comprovação das hipóteses levantadas (HOBSBAWM, 1998, p. 228).

Esse procedimento, segundo o autor, atribui à história dos movimentos populares um caráter inovador, pois indaga sobre o passado, buscando seus porquês:

Qual o objetivo de todos esses exercícios? Não é simplesmente descobrir o passado, mas explicá-lo, e, ao fazer isso, fornecer um elo com o presente. Em história, há uma enorme tentação de simplesmente descobrir o que até então era desconhecido e de aproveitar o que descobrimos. E, uma vez que tão grande parte das vidas e, ainda mais, dos pensamentos das pessoas comuns esteve totalmente desconhecida, essa tentação é ainda maior na história dos movimentos populares, tanto mais porque muitos de nós nos identificamos com os homens e mulheres desconhecidos – as mulheres mais desconhecidas ainda – do passado. Não desejo desencorajar isso. Mas a curiosidade, sensibilidade e prazeres do antiquarismo não bastam. A melhor história dos movimentos populares constitui uma leitura maravilhosa, mas isso é tudo. O que desejamos saber é por quê, bem como o quê. Descobrir que, no século XVII, nas aldeias puritanas em Somerset ou nos sindicatos vitorianos de assistência ao pobres em Wiltshire, as garotas com filhos ilegítimos não eram tratadas como pecadoras ou como ‘indignas’, se tivessem motivos para acreditarem que o pai da criança tencionava se casar com elas, é interessante e fornece matéria para a reflexão. Mas o que realmente queremos saber é por que tais crenças eram mantidas, como se encaixavam no restante do sistema de valores dessas comunidades (ou da sociedade mais ampla da qual faziam parte) e por que mudaram ou não mudaram ou não mudaram (HOBSBAWM, 1998, p. 229-230).

Na linha da historiografia inglesa, em 1991, Jim Sharpe, então professor de História da Universidade de York, na Inglaterra, publica o capítulo “A História vista de baixo”, na coletânea de ensaios organizada por Peter Burke sob o título: “A escrita da História: novas perspectivas” (1992).

No capítulo, Sharpe apresenta a trajetória do campo e faz um balanço das tendências adotadas por essa linha. Em certa medida, segue a linha de Thompson e Hobsbawm, à exceção de que não considera a Revolução Francesa o par de águas da história da gente comum, e evidencia que o alargamento cronológico dessa abordagem implica ampliar a noção de “gente comum” para além dos movimentos populares organizados. Nesse sentido, Sharpe inclui os trabalhos dos Annales sobre mentalidades e os da micro-história como uma importante contribuição para a consolidação da “história vista de baixo” como um campo de investigação com técnicas, métodos, abordagens e formas de lidar com a documentação próprias.

Além disso, ressalta que a “história vista de baixo” é um tipo distinto de história, em primeiro lugar, por servir de corretivo à tradicional história das elites; e, em segundo, porque oferece uma abordagem alternativa da vida social:

abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história (Sharpe, 1992, p.53-54).

Apesar dessa dupla possibilidade, Sharpe avisa que confinar os procedimentos históricos em caixas hermeticamente fechadas não contribui em nada para o avanço das questões em relação à história social e que toda fragmentação implica a perda da força política do que se quer explicar, como reflete o autor:

mas a importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história (SHARPE, 1992, p.59).



Em *Os Excluídos da história* (2001), a historiadora francesa Michelle Perrot vai ao encontro dos sujeitos ausentes da historiografia tradicional: os operários, mulheres e transgressores da ordem burguesa. Dessa forma, configura um conjunto polissêmico que é apresentado de forma a ganhar a dimensão de sujeitos da história. Escrito de forma direta e numa linguagem clara e elegante, Perrot não abre mão do rigor conceitual; revelando verdadeiras lições de como se faz pesquisa; seus textos expõem o arcabouço teórico e os procedimentos da análise. A contribuição da autora francesa complementa as abordagens desenvolvidas pela historiografia inglesa, orientando nosso olhar para uma nova categorização dos sujeitos históricos com base na análise de suas experiências cotidianas.



Atende ao Objetivo 3

3. No prefácio do primeiro volume (são três) da obra clássica de E.P. Thompson, “A formação da Classe Operária Inglesa” (*The making of the English working class*), publicada em 1965, o autor apresenta o seu principal objetivo:

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual ‘obsoleto’, o artesão ‘utopista’ e até os seguidores enganados de Joanna Southcott da enorme condescendência da posteridade. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrograda. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias. Suas conspirações insurrecionais podem ter-se tornado imprudentes. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós não.

Comente a citação de Thompson, destacando as principais características da “história vista de baixo”.

Comentários

Em primeiro lugar, vale um breve resumo do significado da expressão “História vista de baixo”, com ênfase na questão dos sujeitos históricos.

Em seguida, apresentar o posicionamento historiográfico de Thompson em relação à História Social, para daí delimitar qual o sentido e o porquê da valorização de um outro ângulo de investigação da história.

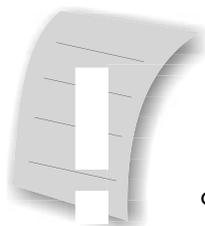
Finalmente, é importante indicar o que essa nova postura implica em termos de posicionamento teórico-metodológico: delimitação do objeto de estudo, estruturação de quadro teórico e delimitação dos tipos de fontes.

No Brasil, a tradição da história social não pode ser resumida em poucas linhas, pois, desde a criação da Faculdade de Ciências Humanas e Letras da USP, em 1934, e, posteriormente, na Universidade do Brasil, em 1936, a influência francesa dos *Annales* foi marcante. Nesse sentido, a história social como princípio de uma história total foi amplamente praticada no campo das Ciências Sociais, mais do que no da História.

Somente a partir do final da década de 1980, com os primeiros frutos dos programas de pós-graduação em História

(além da USP), da abertura política consolidada e da ampliação do mercado editorial com traduções de autores emblemáticos, como o próprio Thompson (a tradução da *Formação... é dessa época*), que a história social foi atualizando a concepção dos sujeitos históricos ao seu universo de problemas.

Dentre essas abordagens, merece destaque a história da escravidão, a história das mulheres, a história da criança, do cotidiano e da vida privada, história da repressão, do exílio etc., temas e objetos que se inserem no campo da história social, mas que, dependendo da configuração do objeto de estudo, das referências conceituais e do manejo da documentação, deslocam-se para os campos que lhes são contíguos, dentre os quais, o que trataremos nas aulas seguintes.



Nesse contexto de renovação, vale destacar os trabalhos voltados para a História do Rio de Janeiro (no período entre 1870 e 1920), basicamente produzidos como dissertações de mestrado e teses de doutorado.

O ponto em comum dessas produções era colocar no primeiro plano de suas indagações o cotidiano da gente comum, num momento de grandes transformações, nas formas de organização das relações sociais de trabalho por conta da crise da escravidão e da entrada do Brasil na ordem capitalista e burguesa.

Esse quadro mais amplo de referências históricas, antes tratado pela ótica do poder e da política, foi virado de ponta-cabeça, com a entrada em cena de trabalhadores informais, prostitutas, desempregados e malandros, em geral moradores das áreas pobres da cidade, foco central das políticas de “regeneração” (reforma urbana e de costumes), levada adiante durante a primeira década do século XX.

Boa parte dessa renovação historiográfica pode ser acompanhada pelas publicações dos anos 1990, dentre as quais vale destacar a *Biblioteca Carioca*, organizada pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e a *Revista do Rio de Janeiro* (publicada pelo departamento de História da UFF, que teve somente quatro números), iniciativas precursoras de instituições públicas nos anos 1980.

Atividade Final

O artigo de Jim Sharpe sobre “A história vista de baixo” (1992), trabalhado nesta aula, inicia com uma história que vale a pena reproduzir, pois nos permite refletir sobre todos os sujeitos envolvidos nos grandes e pequenos eventos históricos.

Em 18 de junho 1815, houve uma batalha próxima à aldeia belga de Waterloo. Como sabem todos aqueles que estudaram a história britânica, o resultado daquela batalha foi que um exército aliado, comandado pelo Duque de Wellington, com a ajuda tardia, mas decisiva, das forças prussianas lideradas por Blücher, derrotou o exército francês comandado por Napoleão Bonaparte, sendo assim decididos os destinos da Europa. Nos dias que se seguiram à batalha, um daqueles que ajudou a determinar o destino de um continente, o soldado Willian Wheeler, da 51ª Infantaria Britânica, escreveu várias cartas à sua esposa:

Os três dias de luta terminaram. Estou salvo, isto é o que importa. Descreverei agora, e em toda a oportunidade, os detalhes do grande acontecimento, ou seja, o que pude dele observar...A manhã do dia 18 de junho surgiu sobre nós e nos encontrou ensopados de chuva, entorpecidos e tremendo de frio...você muitas vezes me censurou por fumar, quando eu estava em casa no ano passado, mas devo dizer-lhe que, se eu não tivesse um bom estoque de tabaco nessa noite, poderia ter morrido.

Wheeler prosseguiu, fornecendo à sua esposa uma descrição da Batalha de Waterloo a partir do violento final: a experiência de suportar o fogo da artilharia francesa, seu regimento destruindo um corpo de couraceiros inimigos com uma rajada de tiros, o espetáculo de montes de corpos queimados de soldados britânicos nas ruínas do castelo de Hougoumont, o dinheiro saqueado de um oficial francês alvejado por um membro de um destacamento a cargo de Wheeler. Os livros de História nos contam que Wellington venceu a batalha de Waterloo. De certa maneira, Willian Wheeler e milhares, como ele, também venceram (SHARPE, 1992, p. 39-40).

Quais as conclusões a que você pode chegar depois da leitura do trecho?

Em sua avaliação, destaque: a questão do fato histórico; o uso da documentação; a problemática do sujeito na história.

Comentários

A resposta a essa questão pode ser feita em duas partes. Na primeira, é possível identificar, na trajetória da história social, o lugar de fala do autor, identificado com a perspectiva da “história que vem de baixo”.

Na segunda parte, o roteiro está dado em torno dos temas: Fato histórico – os grandes fatos históricos que decidem a trajetória de povos, nações e amplas coletividades não merecem ser desprezados pela renovação historiográfica.

Quem teria coragem de não considerar o impacto da explosão da bomba atômica na Segunda Guerra Mundial ou, ainda, a própria batalha de Waterloo, mencionada por Sharpe? Tanto um quanto o outro fato histórico possuiu impacto de dimensões significativas, mas, em geral, são tratados sob um único aspecto – o da política dos grandes estados. Quando pensamos nos eventos históricos, devemos considerar tanto

aqueles que possuem data e hora delimitadas quanto aqueles que se inscrevem na rotina da experiência cotidiana. Devemos também avaliar os acontecimentos e processos históricos, tendo em conta a sua pluralidade de sujeitos. Isso remete ao segundo ponto relativo às evidências e documentos e sua consequente ampliação. Se, numa perspectiva da história tradicional, as cartas de um soldado só teriam um valor de curiosidade, hoje elas são lidas e tratadas como testemunhos que dimensionam, desde outro ponto de vista, a complexidade dos acontecimentos e processos históricos.

Assim, no cerne da discussão sobre as fontes, destaca-se a problemática dos sujeitos históricos considerados no seu anonimato e na sua ação; afinal de contas, um general não vence uma batalha sozinho, os faraós não construíram as pirâmides por passe de mágica, os campos medievais não eram cultivados sem os camponeses, não haveria revolução industrial sem os trabalhadores e artesãos e, no Brasil, a escravidão não foi simplesmente um modelo econômico, mas um princípio de civilização cujo impacto sentimos até hoje em nossa sociedade.

RESUMO

Ao longo do século XX, a História Social configurou-se como o principal campo historiográfico, ao incorporar, dentro das suas temáticas e metodologias, procedimentos e questões provenientes dos contatos estreitos com as Ciências Sociais, notadamente com a Sociologia e, mais tarde, com a Antropologia.

As duas principais tendências historiográficas do século XX que marcaram posição contra a história tradicional, os Annales e o Marxismo, sempre defenderam uma abordagem da história que não se limitasse somente a um dos seus níveis – definindo a história total das relações sociais como horizonte de toda a pesquisa histórica.

Os Annales enfatizaram mais a articulação entre os três níveis sociais: econômico, político e cultural e, o Marxismo, a determinação, em última instância, da base material (com variações significativas de utilização desse princípio).

A história social de base francesa foi a responsável pelo desenvolvimento de análises quantitativas, a chamada história serial, cujo foco central era a organização de séries documentais que elucidassem questões relativas aos comportamentos coletivos da sociedade. Dentre os setores mais trabalhados pela História Serial, encontravam-se a História Demográfica, a História da Agricultura, do Abastecimento etc. No entanto, os métodos quantitativos foram utilizados também para análises das mentalidades coletivas e manifestações religiosas.

A história social de base inglesa organiza-se em torno do Marxismo Britânico e teve como objetivo central o aprofundamento dos estudos sobre a formação do capitalismo. Nesse quadro mais amplo de referências, buscou ampliar a discussão sobre o sujeito histórico com a elaboração da noção de gente comum. Essa nova abordagem cunhou a expressão “a história vista de baixo”.

A história econômico-social é um desdobramento de uma História Social cuja parceria central se faz com a Economia sem, entretanto, confundir-se com uma Economia História.

No Brasil, a História Social é um dos principais campos historiográficos, responsável pela renovação nos estudos históricos brasileiros dos anos 1980. Essa renovação se deu em compasso com as tendências internacionais, ou seja, com a valorização da história como prática científica.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos o campo historiográfico da história política, sua trajetória e principais conceitos.

Aula 19

História da Política
e História do
Poder: tendências
e debates

Meta da aula

Apresentar as principais tendências e debates da História Política e da História do Poder.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. reconhecer o significado de História Política no debate historiográfico do século XX em oposição à perspectiva da história tradicional;
2. identificar as principais teorias e conceitos da História Política;
3. relacionar História Política aos estudos sobre o tempo presente.

Pré-requisitos

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que você tenha estudado, na Aula 16, a relação entre História e Ciências Sociais e, na Aula 17, as principais dimensões da História e tendências da historiografia atual.

INTRODUÇÃO

Nas suas origens, a História Política é a história da cidade, quer dizer, no mundo grego, onde nasceu, a História do Estado e dos cidadãos que o constituem. Portanto, dentre os seus temas, estariam: o funcionamento dos poderes públicos, das suas mudanças, das suas ações (leis, decretos etc.) e das reações do corpo social ou de qualquer de seus elementos a essas medidas.

Cabia também à História Política o interesse pelas relações, na guerra e na paz, entre a cidade e as forças exteriores que lhe eram comparáveis sob certos aspectos, incluindo-se o conjunto das cidades gregas e os Estados, até mesmo as hordas bárbaras.

Portanto, na origem da historiografia ocidental, a História Política definiu a forma do relato dos feitos da cidade e do corpo de cidadãos, considerados em geral como notáveis, como o fio condutor das memórias coletivas.

No século XIX, o princípio clássico é transferido da cidade para a nação, e a História passa a ser a grande narrativa nacional, confundindo-se com a memória dos grandes feitos heróicos do passado.

A cultura histórica oitocentista tinha como princípios a valorização dos marcos cronológicos, que definiram a formação da nação, e os “bravos homens” responsáveis pela sua construção. Essa modalidade de escrita da História e do pensamento sobre a História, juntamente com a consolidação dos limites territoriais e de uma norma culta para uma língua nacional, compartilhada por todos, formaram o tripé simbólico de sustentação dos estados nacionais. Assim, a História Política passou a ser associada à história tradicional dos eventos e da glorificação dos heróis nacionais, confundindo-se com a História das elites e do poder de Estado.

Contra essa modalidade, tanto os Annales quanto o Marxismo se voltaram, banindo da noção de História social os “grandes eventos” e a política. Nesta aula, vamos estudar a renovação

dos estudos sobre a Política, os principais conceitos associados à História Política e a sua estreita relação com os estudos sobre o tempo presente.

História Política: trajetória de renovação

O inimigo comum... a História Política tradicional

Antes de entramos propriamente na renovação da História Política, vale a pena recuperarmos, em linhas gerais, as motivações de sua rejeição. O historiador Francisco Falcon, no capítulo “História e Poder”, da obra *Domínios da História* (1997), apresenta a forma como a relação entre História e Política levou à elaboração da noção tradicional de História. Vale acompanhar a argumentação do historiador para compreendermos as motivações propriamente históricas que levaram boa parte dos movimentos historiográficos a partir de 1930 a rejeitá-la.

Falcon remonta aos gregos para demonstrar a associação estreita entre História e poder; entretanto, enfatiza que é nos tempos modernos que a História Política ganha os foros do Estado, com a presença de uma moral e uma ética que se apoiavam no estudo do passado, ou seja, na História como *mestra da vida*. Esclarece, também, que, de meados do século XVIII ao terceiro quartel do XIX, dois grandes movimentos, a Ilustração e o Romantismo, modificaram a concepção de História, acentuando ainda mais a importância da sua dimensão política.

A historiografia da Ilustração gerou dois tipos de História e de historiadores – a história dos filósofos e a dos eruditos ligados ao movimento dos antiquários. Falcon explica, seguindo a argumentação de Bourdieu e Martin (1990), que

Enquanto os filósofos criticavam a natureza meramente descritiva, factual e essencialmente política das histórias eruditas, propunham como alternativa uma história filosófica

– uma história racional e explicativa da totalidade do devir histórico – cujo método seria dado por valores universais expressos através dos conceitos de cultura, civilização e liberdade (FALCON, 1997, p. 64).

Os historiadores eruditos, por sua vez, apesar de não terem alcançado a posteridade, foram fundamentais no aperfeiçoamento do instrumental da crítica das fontes documentais, além de descobrirem acervos e novos materiais, de natureza diversa (não somente escrito, mas também associado à cultura material), à investigação histórica. Apesar de terem criado a base do avanço historiográfico do século XIX, permaneceram sujeitos a duas limitações básicas, uma história eminentemente política por um lado e, por outro, essencialmente regional e local (FALCON, 1997, p. 64).

A historiografia perpassada por valores do Romantismo foi responsável pela valorização dos grandes temas da História do século XIX: a nação e o povo. Ambos associados numa mesma entidade coletiva que se manifestava na língua, na história e na cultura, compartilhado por todo o *espírito* ou *alma* nacional. Assim, a História, segundo o Romantismo, seria sempre a história dessas realidades únicas que tinham no Estado sua expressão política, cabendo ao Estado-Nação o lugar de honra no campo da historiografia do Oitocentos (FALCON, 1997, p. 65).

A partir de 1870, avalia Falcon, a história romântica foi gradualmente sendo substituída pela história científica, a chamada *História Metódica*, sem, no entanto, perder o foco na política e nos feitos do Estado:

A historiografia metódica instituiu, a partir de seus pressupostos cientistas, um tipo de discurso histórico próprio e destinado a demonstrar, através de marcas específicas, as suas diferenças em face do discurso literário. Tratava-se de distinguir verdade histórica da ficção literária a partir da separação de dois tipos de fatos – os verdadeiros, que podem ser comprovados e os falsos, de comprovação impossível. Logo, a história – a história

política – é ciência e não arte, consistindo a tarefa do historiador não em evocar ou reviver o passado, como desejavam os românticos, mas sim descrever/narrar os acontecimentos do passado tal *como eles realmente se passaram*, frase de Leopold Von Ranke que tornou-se célebre como o princípio da história metódica (FALCON, 1997, p. 67).

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o prestígio da escola metódica ou positivista se manteve no controle da produção de uma história oficial. Somente a partir do início dos anos 1930 é possível avaliar o declínio da História Política tradicional, caracterizada da seguinte forma pelo historiador francês Jacques Julliard, na clássica coletânea de Pierre Nora e Jacques Le Goff, “Faire l’histoire” (no Brasil, História Novas Abordagens, 1976):

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista, e ignora o material; é ideológica, e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa aos pontos precisos e ignora o longo prazo; em uma palavra é uma história factual (JULIARD, 1976, p. 180).

No entanto, apesar da reiterada rejeição a esse perfil de História, os estudos sobre a dimensão política das sociedades continuou a ser trabalhado, segundo abordagens teóricas diversas, tanto pelos Annales quanto pelo marxismo. Nesse caso, o foco se deslocou do interesse pelo acontecimento político e pelas querelas de Estado para os estudos sobre o poder e as suas lógicas de configuração, bem como sobre a forma como a política se inseria nos estudos sobre longa duração, por meio da noção de culturas políticas. Esses aspectos serão tratados mais detidamente no item História Política: abordagens e principais temas desta aula.

A Nova História Política

Em seu livro, *Pour une histoire politique* (*Por uma história política*), publicado na França em 1988, e no Brasil em 1996, o historiador francês **René Remond**, apresentava na sua introdução um balanço da renovação do campo de estudos da história política. Segundo Remond, “renascimento da história política” deve ser entendido em ligação com duas ordens de fatores: as transformações sociais mais amplas, que propiciaram o retorno do prestígio ao campo do político, e a própria dinâmica interna da pesquisa histórica.

Na primeira ordem de fatores, Remond (1996) apontou um conjunto de fenômenos históricos dentre os quais as crises constantes que desregularam os mecanismos das economias liberais e levaram o Estado a intervir, ampliando seu raio de ação e dando lugar ao desenvolvimento de políticas públicas. Essa nova configuração apontava para o fato de que as relações entre a economia e a política não tinham um sentido único. Se não havia dúvida de que a pressão dos interesses organizados se refletia na implementação das políticas públicas, a recíproca também era verdadeira: a decisão política podia mudar o curso da economia.

O alargamento da competência do Estado foi assim acompanhado da extensão do domínio da ação política. As fronteiras que delimitavam o campo do político ampliaram-se significativamente, incorporando novas dimensões e abrindo espaço para o surgimento de novos objetos de estudo. A ideia de que o político tinha consistência própria e dispunha de certa autonomia em relação a outras instâncias da realidade social ganhava credibilidade (REMOND, 1996, p. 21-26).

Na segunda ordem de fatores que levaram à revitalização da História Política, Remond apontou os fatores intrínsecos ao campo da historiografia francesa, pós 1968. Segundo a perspectiva de Remond, não há um retorno da História Política, pois isso seria recuperar um tipo de historiográfica completamente ultrapassada; o que se defende é a renovação epistemológica desse campo de estudos, a partir de quatro aspectos centrais: a interdisciplinaridade;

René Remond

Nasceu em 30 de setembro de 1918 e morreu em 14 de abril de 2007.

É identificado como um dos historiadores responsáveis pela renovação da História Política na França. Reconhecido especialista em História Contemporânea, com muitos livros publicados no Brasil, dentre eles a coletânea *Por uma História Política* (1996).

Foi professor da Universidade de Paris X Nanterre, reconhecida instituição que teve uma participação importante nos movimentos de maio de 1968.

a renovação das fontes e da metodologia; a problemática dos sujeitos políticos e, por fim, a questão da temporalidade. Em relação ao primeiro aspecto, Remond ressalta:

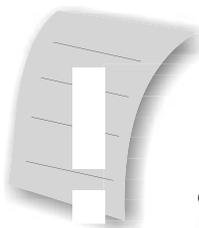
De fato, a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É uma verdade geral a utilidade, para todo o ramo do saber, de abrir-se a outros e acolher contribuições externas, mas o objeto da história política, sendo por sua natureza interdisciplinar, torna isso uma necessidade mais imperativa que em outros casos. É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência encruzilhada a pluridisciplinaridade é para ela como o ar que ela precisa para respirar (REMOND, 1996, p. 29).

Dentre as disciplinas das Ciências Sociais, cujo contato se revelou mais profícuo, Remond destaca a Ciência Política:

A ciência política, conjugando seus efeitos com a sociologia, obrigou o historiador a formular perguntas que renovam as perspectivas: assim, as noções de representação ou de consenso, cujo lugar é conhecido na reflexão política contemporânea, quando aplicadas as experiências mais antigas, lançam uma nova luz sobre os acontecimentos e fenômenos cujo egredo se julgava ter descoberto e cuja significação se acreditava ter esgotado. Assim também o estudo dos partidos políticos e dos grupos de pressão, quando e transpõe os seus ensinamentos para períodos remotos, descobre analogias instrutivas com as facções revolucionárias, os clubes ou as formações parlamentares da monarquia constitucional, mas também particularidades reveladoras da diferença dos tempos e situações que mostram a diversidade das modalidades imaginadas para funções perenes (REMOND, 1996, p. 30).

Além da Ciência Política, os estudos da nova história política ganharam uma dimensão original pelos contatos com a Antropologia, nos estudos sobre cultura política, bem como com disciplinas menos vizinhas à História, dentre as quais a Linguística e a Psicanálise.

Em relação à renovação das fontes históricas e da metodologia para o seu tratamento, Remond valoriza o uso das fontes seriadas, associadas aos fenômenos políticos de massa, tais como as eleições e formações de partidos políticos.



É importante destacar que a argumentação de Remond se volta basicamente para os estudos na França dos anos 1980. Portanto, ao debate sobre as fontes e métodos, pode-se acrescentar que os estudos da nova História Política não abandonaram a análise qualitativa das fontes, presente nos estudos das correspondências entre políticos, nas biografias críticas, organizada por meio de documentação pessoal ou, ainda, nos estudos sobre trajetória e campo de possibilidades, desenvolvidos com fontes orais.

Na sequência, Remond discute a problemática do sujeito histórico da Nova História Política. Segundo o autor, durante muito tempo censurou-se a História Política por só se interessar pela minorias privilegiadas e esquecer o povo, as multidões e as massas. Crítica essa que não se aplica mais, à medida que não há história mais total do que a participação na vida política. A política, ainda segundo Remond, é uma das mais importantes expressões da identidade coletiva:

um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o da mesma forma que como seus outros comportamentos políticos (REMOND, 1996, p. 33-34).

Por fim, Remond discute a problemática do tempo para a Nova História Política, ressaltando que, mesmo sem perder de vista a utilidade da cronologia, há que se ponderar sobre os ritmos e durações temporais da História Política:

Essa se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instante e o extremamente lento. Há sem dúvida um conjunto de fatos que e sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos... outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais longevidade dos regimes, período de aplicação de tipos de escrutínio, existência de partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração (REMOND, 1996, p. 34).

Dessa forma, os quatro aspectos arrolados por Remond compõem um quadro de renovação historiográfica que se processa em associação à dimensão real das transformações políticas no mundo contemporâneo. Portanto, um elenco de novos temas, dentre os quais os estudos sobre opinião pública, mídia, intelectuais, se associam, nas novas abordagens, aos temas sobre eleições, partidos, ideias políticas etc.



A historiadora especialista em História Política Marieta de Moraes Ferreira, em seu artigo nova velha história: o retorno da história política, publicado em 1992, no número 10 da revista *Estudos Históricos*, ao comentar o fenômeno de renovação da História Política, arrola um conjunto de posições dentro e fora da França, apontando para a ausência de um consenso formalizado em torno da valorização ou não da História Política. A autora esclarece:

A despeito desse movimento de renovação, já em curso há algum tempo, permanece um certo descrédito em relação à história política. Os clichês de que nada de respeitável pode ser feito fora das alamedas reais do social e do econômico continuam a ser repetidos, ignorando-se as mudanças profundas que têm marcado esse campo de trabalho. Em 1988, François Furet chamou a atenção para isto ao reconhecer que, a despeito da reintrodução na história das questões da política, “esta partida ainda não tinha sido ganha”, pois a massa da *École des Annales*, mesmo os historiadores da geração seguinte à sua, continuavam ligados à história social, à história das mentalidades (FERREIRA, 1992, p. 4).

Entretanto, no debate de ideias e posições dentro e fora do campo historiográfico francês, Ferreira confirma a presença renovada da historiografia sobre História Política:

Pelas diferentes posições apresentadas, percebe-se a variedade de perspectivas propostas para a renovação da história política. Contudo, um ponto comum pode ser detectado: a convicção de que a política tem uma existência própria e não é uma simples expressão reflexa da ação estrutural das forças econômicas. As palavras de **Pierre Laborie** expressam bem essa perspectiva:

“A história política não pode ser percebida como uma instância enclausurada no sótão de uma casa onde a única porta de entrada é o porão.” **Pierre Rosanvallon** vai mais longe nesta descrição. O político não é uma instância ou um domínio entre outros da realidade. É o lugar onde se articula o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e se reflete por sua vez. Com esta demarcação mais ampla do espaço

Pierre Laborie

Ex-professor de História Moderna na Universidade de Toulouse e diretor de estudos da EHESS, é especialista em opinião pública durante o Regime de Vichy.

Pierre Rosanvallon

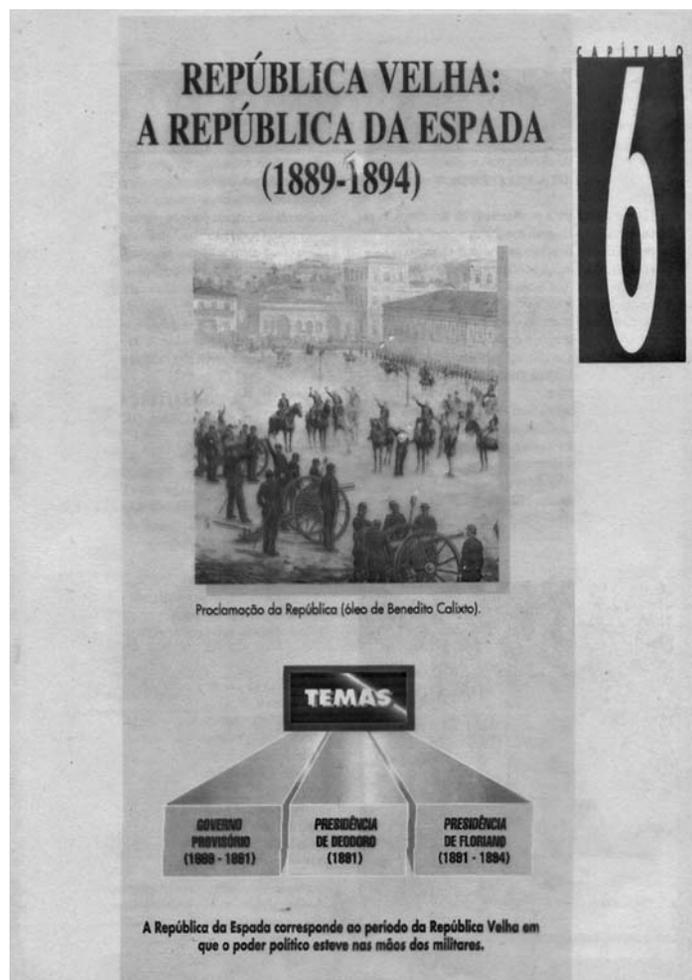
Nascido em 1948, é responsável, desde 2001, pelas cadeiras de História Contemporânea e Política do Colégio de França.

do político, Rosanvallon abre novas alternativas para o estudo dos fenômenos políticos entendidos enquanto campo de representação do social (FERREIRA, 1992, p. 5).



Atende ao Objetivo 1

1. Comente a imagem a seguir, associando-a a um tipo de história política.



Resposta Comentada

A cultura histórica tradicional apoiou-se numa série de recursos para a valorização do passado, e, neste processo, acabou por identificar processo histórico e processo político. Não foi somente atributo da história política tradicional a valorização de eventos e seus personagens na construção da Nação; a pintura histórica também teve um papel fundamental, por permitir a produção de uma tradição de representação visual de fatos e acontecimentos que não poderiam ser registrados de outra maneira. É claro que a invenção de tradições, como já indicou Hobsbawm, necessita de canais para a sua transmissão e reafirmação constantes.

Dentre os importantes veículos de consolidação de tradições inventadas, tomadas como a História-conhecimento, estão os livros didáticos que, no que pese a renovação mais recente, organizavam seus conteúdos seguindo o padrão da cultura histórica que combinava cronologia, evento memorável e o herói.

A imagem da página do livro didático combina todos esses elementos de forma completamente acrítica, reforçando a perspectiva de identificação automática entre política e história.

História Política: abordagens e principais temas

Já foi trabalhado, na Aula 18, que a História opera com conceitos apropriados das ciências sociais, para explicar as realidades históricas, cujo sentido aparece difuso ou ainda circunscrito aos limites dos pontos de vista de seus contemporâneos.

Portanto, os conceitos ou a elaboração de modelos, como chamou atenção Hobsbawm na aula estudada, servem para explicar e interpretar a visão que os contemporâneos possuem da sua própria sociedade. Entretanto, como esclarece Burke (2002):

Uma objeção aos termos técnicos da teoria social merece ser levada a sério. Um historiador poderia perguntar por que motivo seria necessário oferecer substitutos modernos para os conceitos usados por contemporâneos (pelos 'atores', como dizem os teóricos) para entender a sociedade deles. Afinal de contas os contemporâneos conheciam a face interna de sua sociedade. Os habitantes de uma aldeia francesa do século XVII entendiam, sem sombra de dúvida, essa sociedade melhor do que jamais serem capazes de fazê-lo. Não há substituto para o conhecimento local. (...)

A questão, contudo, não é substituir, mas ao contrário, complementar os modelos populares com os modernos. Os contemporâneos não entendem sua sociedade com perfeição. Os historiadores não contemporâneos têm menos as vantagens da compreensão *a posteriori* e de uma visão mais global. (...) Na realidade, seria difícil, compreender a história francesa, quanto mais a história europeia, se tivéssemos de nos restringir as categorias locais (...) os historiadores costumam fazer afirmações genéricas sobre grande áreas (Europa, por exemplo) em períodos específicos. Também fazem comparações. Para tanto, esses profissionais criaram seus próprios conceitos: "monarquia absoluta", "feudalismo", "Renascença", entre outros (BURKE, 2002, p. 68-69).

Além disso, é fundamental, evidenciar que os conceitos não são meras ferramentas de tradução de um tempo para outro. A elaboração de conceitos e modelos é regida por pressupostos teóricos que orientam a visão que as ciências sociais elaboram sobre a dinâmica da sociedade. Nesse sentido, a sua utilização pelos historiadores deve levar em consideração as condições históricas concretas em que os conceitos são aplicados. Nesse caso, não vale

mudar as evidências trazidas pela documentação porque você está defendendo uma posição teórica, e não outra.

Portanto, creio que vale a pena explorar as colocações de Ciro Cardoso (1997) sobre a diferenciação de duas abordagens existentes na história política hoje, como uma forma de avaliar que toda escolha teórica é também uma escolha política, informada pelas questões e desafios que o presente coloca para a pesquisa sobre o passado.

Cardoso (1997) esclarece que, até a década de 1960, as teorias acerca das sociedades complexas estavam dominadas por duas posições polares: teorias que enfatizavam a integração social, num sentido bem genérico, podiam ser denominadas de funcionalistas; teorias que enfatizavam o conflito social.

Integração social ou funcionalistas

No primeiro caso, o ponto de partida é o fato de a sociedade ser vista como uma soma de indivíduos. Cada indivíduo, por sua vez, é um ser limitado, unificado, integrado e transparente a si mesmo: um sujeito de conhecimento e um centro dinâmico de consciência, emoção, ação e juízos. A complexidade, a estratificação social e o Estado teriam surgido das necessidades sociais. Os elementos básicos desta forma de pensar implicam que:

1) os interesses sociais são compartilhados, mais que opostos;

2) no sistema social, predominam as vantagens comuns, mais do que o domínio e a exploração de uma minoria sobre uma maioria;

3) tal sistema se mantém mais pelo consenso do que pela repressão ou coerção;

4) as sociedades são sistemas integrados que evoluem lentamente, em lugar de mudar por meio de rupturas descontínuas (revoluções).

A integração social seria, pois, algo útil e legítimo. Se os administradores e outras pessoas de *status* alto vivem melhor e ficam com parte desproporcionalmente alta da renda social, trata-se de um custo necessário para que sejam possíveis os benefícios da integração social. Em qualquer caso, as disfunções sociais que surgirem deverão ser corrigidas, reformadas; a sociedade, tal como existe, deve ser preservada por intermédio de reformas pontuais, parciais pois ela é um dado impossível de mudar completamente num período curto. *O que existe é necessário e por isso existe.* Entre os adeptos desta posição geral, houve grande variedade de posturas e teorias; o único comum é uma espécie de filosofia global da política e da sociedade. Entre os mais notáveis proponentes de teorias temos Max Weber, Émile Durkheim e **Talcott Parsons**.

Talcott Parsons (1902-1979)

Sociólogo norte-americano, professor de Havard, representante mais reconhecido da corrente funcionalista dos EUA.

Teorias que enfatizam o conflito social

No segundo caso – as teorias que enfatizam o *conflito*, a *luta de classes* –, o Estado teria surgido em função do aparecimento de interesses divididos na sociedade que se tornava complexa e estaria baseado na dominação, na exploração, na coerção. Mais especificamente, as instituições governamentais de tipo estatal, fundamentadas no monopólio da força armada, na organização territorial, na cobrança de impostos, surgiram como mecanismos coercitivos e repressivos para resolver, em favor da posição privilegiada da classe dominante, os conflitos entre os grupos sociais, que emergiam por causa da estratificação econômica (proprietários/não proprietários dos meios de produção mais importantes) e social. A classe dominante, para existir e manter-se como tal, explora e degrada as massas, a maioria da população.

Neste caso, com frequência, o *sujeito* social é visto como sujeito *transindividual*, coletivo: classes sociais, não indivíduos. Também aqui, podem existir consideráveis variações, apesar de

uma teoria geral similar. Entre os proponentes de peso estariam Karl Marx, Frederich Engels, **Antônio Gramsci**, entre outros.

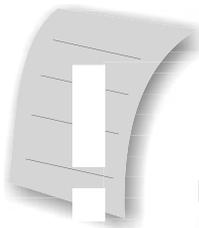
Salienta-se, nesta posição, o caráter histórico, instável, transitório das sociedades, mais do que seu aspecto de equilíbrio e integração; e se acredita na possibilidade de sua transformação radical e revolucionária num período relativamente curto.

Alguns temas em História Política

Os conceitos utilizados em História Política são muitos e não cabe aqui fazer uma lista, sem que necessariamente se aprofundem seus significados. Vale, porém, ressaltar dois temas trabalhados pela historiografia mais recente e que têm como marca o diálogo entre as linhas de pesquisa em História. O primeiro é o de cultura política e o segundo associa-se ao estudo das identidades sociais e da relação que os indivíduos estabelecem com os grupos sociais. Esse tema engloba três conceitos centrais, a saber: trajetória, projeto e campo de possibilidades (VELHO, 1999).

Antônio Gramsci (1891-1937)

Político e filósofo italiano. Foi uma das referências essenciais do pensamento de esquerda no século XX, cofundador do Partido Comunista Italiano e um dos principais teóricos sobre temas da História Política de viés marxista, tais como Estado, partidos políticos, ideologia, sociedade civil, sociedade política etc.



Não incluímos o conceito de poder entre os temas pesquisados, pois ele perpassa a construção que atualmente o campo historiográfico da nova História Política opera. Portanto, é importante dominarmos uma definição básica para esse conceito.

O *Dicionário de conceitos históricos* (2006), para definir o termo política, associa-o primeiramente ao conceito de poder: “A palavra ‘política’ não pode ser entendida separada da idéia de ‘poder’.

O poder, por sua vez, às vezes é confundido com o Estado, instituição reguladora da vida em sociedade” (p. 335). Entretanto, é importante evidenciar que o poder não é unicamente o Estado, pois está disseminado por toda a sociedade.

Estudiosos da política definem poder como uma relação. Para Max Weber, o poder é uma relação assimétrica entre pelo menos dois atores, quando o primeiro tem a capacidade de forçar o segundo a fazer algo que este não faria voluntariamente e que só o faz conforme as sugestões e determinações do primeiro. A relação de poder, todavia, não gera necessariamente conflito, podendo haver negociação entre as partes.

Michel Foucault

Reconhecido filósofo francês que morreu aos 58 anos, em 1984. Foi professor da cátedra de História dos Sistemas de Pensamento no Collège de France de 1970 a 1984 e suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas desses termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. O tema central de suas reflexões é o poder, compreendido como uma relação de forças que não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Também abriu novos campos no estudo da História e da Epistemologia.

Essas relações de poder disseminam-se por todas as partes do corpo social, caracterizando aquilo que **Michel Foucault** denominou em sua obra de *A microfísica do poder* (4ª ed. 1984). Segundo esse filósofo, as relações de poder se constroem segundo discursos legitimadores de posições sociais definidas historicamente. Assim, há relação de poder entre pais e filhos, alunos e professores, governantes e governados, dirigentes de partidos e seus filiados, patrões e empregados, líderes de associações sindicais e seus membros, e assim por diante. A verdade é que tais relações são, no mais das vezes, sutis, móveis, dispersas e de difícil caracterização. O poder que, historicamente, o mundo masculino exerce sobre as mulheres é algo tão arraigado na consciência das pessoas, tanto de homens quanto de mulheres, que passa despercebido na maioria das vezes.

Apenas nas últimas décadas do século XX, os diferentes grupos sociais passaram a considerar as demais desigualdades históricas, construídas na dimensão cotidiana, associadas ao corpo, à sexualidade, à reprodução, ao trabalho etc. Assim, os estudos sobre política e poder passaram a considerar que as desigualdades de gênero, de geração, classe e etnia que se manifestavam no presente são também categorias históricas. Multiplicaram-se, assim, os estudos sobre a participação feminina nas lutas sociais, a questão da juventude e do movimento estudantil, a problemática da resistência escrava etc, como temas transversais à História Política e cultural.

A discussão sobre cultura política, em geral, envolve os comportamentos coletivos definidos tanto pela sua adesão a tradições políticas de longa duração, envolvendo rituais e formas simbólicas de relacionamento com o poder político, bem como às expressões materiais que esses comportamentos assumem por meio de símbolos, rituais, comportamentos eleitorais e práticas de resistência.

Segundo o *Dicionário de política* (1992), organizado pelos filósofos italianos Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Paquino, cultura política é definida da seguinte forma:

Ao refletirem sobre as características de sociedades diversas e pensadores de todos os tempos, têm com freqüência acentuado não só a multiplicidade de práticas e instituições políticas existentes, como também as crenças, os ideais, as normas e as tradições que dão um peculiar colorido e significação a vida política em determinados contextos (...) vindo a difundir-se paralelamente o uso da expressão cultura política, para designar o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos. (...) Compõem a cultura política de uma certa sociedade os *conhecimentos*, ou melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto; as tendências mais ou menos difusas, como por exemplo, indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou, ao invés, o sentido de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas da própria, etc; finalmente, as normas, como, por exemplo, o direito-dever dos cidadãos a participar da vida política, a obrigação de aceitar as decisões da maioria, a exclusão ou não do recurso as formas violentas de ação. Não se decuram, por último a linguagem e os símbolos especificamente políticos, como as bandeiras, as contra-senhadas das várias forças políticas, como as palavras de ordem (BOBBIO, 1992, p. 306).

Dentro do verbete sobre cultura política, ainda é possível identificar três tipos de cultura política apontado pelos autores: a cultura política paroquial, associada a comunidades mais simples, nas quais o mundo da política coincide com a religião ou a economia; a cultura política de 'sujeição', associada às sociedades burocratizadas com o campo político totalmente dependente do Estado, caso típico dos regimes autoritários; por fim um terceiro tipo, a chamada 'cultura de participação', relacionada às sociedades onde o campo político é perpassado por tendências variadas e a institucionalidade da política se faz também fora do Estado, no âmbito das esferas sociais mais amplas, como movimentos sociais, sindicatos, associações civis variadas. É a cultura política própria dos regimes democráticos e participativos.

As culturas políticas não são homogêneas, pois se referem a práticas políticas de grupos sociais variados que concorrem na dinâmica social. Além disso, é perpassada pelas diferenciações entre os grupos sociais dominantes e dominados, como explicam os autores:

Outra distinção importante é a da cultura política das elites e da cultura política das massas. Do ponto de vista da interpretação dos acontecimentos políticos, a análise da cultura política de elites no poder e de elites na oposição tem uma importância absolutamente desproporcionada à sua força numérica. Basta pensar no papel das elites na definição dos temas do debate político, em conduzir nesta ou naquela direção a opinião pública e, sobretudo, em tomar decisões de grande importância para a estruturação do sistema, como por exemplo, na formação de coalizões e, mais ainda, nas fases de reestruturação do sistema, (...) como ocorre nos momentos de passagem de um regime para o outro, antes que as novas instituições e novos grupos se consolidem (BOBBIO, 1992, p. 307-308).

Dessa forma, temas como participação popular, repressão nas ditaduras, eleições, indústria cultural, entre outros, podem ser abordados pelo viés dos estudos sobre as culturas políticas.

Já o conceito de identidade, tomado de empréstimo da Antropologia, permite aos estudos de História Política caracterizar a relação entre os indivíduos e o grupo social, ao qual derivam e compõem, junto com o conceito de cultura política, uma das principais ferramentas para o estudo dos movimentos sociais contemporâneos e para o papel político que certos agentes sociais assumem na História. Neste caso, os indivíduos retornam à problemática histórica, não mais pela via do heroísmo, mas pela avaliação de suas ações e comportamentos numa perspectiva transindividual.

O antropólogo brasileiro Gilberto Velho, em seu livro *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas* (1999), estuda a relação entre identidade e diferença nas sociedades contemporâneas. Para o antropólogo:

Uma das questões mais interessantes e polêmicas é verificar até que ponto a participação em um estilo de vida e em uma visão de mundo, com algum grau de especificidade implica uma adesão que seja significativa para a demarcação de fronteiras e elaboração de identidades sociais. É evidente que existe uma básica diferença entre uma identidade, socialmente dada, seja étnica, familiar etc. e uma adquirida em função de uma trajetória com opções e escolhas mais ou menos dramáticas. A multiplicidade de referências, seja em termos de grupos ou de atitudes, às vezes aparentemente contraditórias, leva à problemática da fragmentação, para alguns autores, um dos indícios da *modernidade*. Se, por um lado, as ideologias individualistas marcam o advento do indivíduo-sujeito, por outro lado expressam a fragmentação de domínios que sucede a uma ordem tradicional hipoteticamente mais integrada (VELHO, 1999, p. 97).

Assim, Velho indica que toda trajetória individual, quer seja a de um político bem-sucedido ou a de um operário sem qualquer liderança sindical, deve ser avaliada dentro de um campo de possibilidades e de acordo com um projeto.

A definição de projeto é apresentada por Velho, segundo os princípios da antropologia de Albert Schutz:

Projeto, nos termos desse autor (A. Schutz), é a conduta organizada para atingir finalidades específicas. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, auxilia-nos a noção de campo de possibilidades como dimensão sociocultural, espaço a formulação e implementação de projetos. Assim, evitando um voluntarismo individualista agonístico ou determinismo sociocultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. (...) Um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham. Existem diferenças de interpretação devido as particularidades de status, trajetória e, no caso da família, de gênero e geração (VELHO, 1999, p. 40-41).

As marcas individuais se inscrevem em escolhas informadas coletivamente, dentro de um campo de escolhas e limitações, caracterizando que a sociedade pode ser pensada dentro de um modelo de teoria do conflito, mas que leve em conta a ação de indivíduos e suas aspirações:

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo, são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes e até contraditórios. Suas pertinência e relevância serão definidas contextualmente (...) Mas efetivamente esse mencionado jogo de papéis se realiza acompanhando a emergência de um projeto pessoal de alguma singularidade (VELHO, 1999, p. 46).

Dessa maneira, é possível localizar nos sujeitos sociais um nível de consciência na compreensão da sua experiência social, identificando a capacidade dos agentes políticos em serem também sujeitos ativos na transformação histórica:

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de *projetos* com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do *campo de possibilidades*. (...) Os projetos, como as pessoas, mudam. Ou as pessoas mudam através de seus projetos. A transformação individual se dá ao longo do tempo contextualmente. A heterogeneidade, a globalização e a fragmentação da sociedade moderna introduzem novas dimensões que põem em xeque todas as concepções de identidade social e consistência existencial, em termos amplos (VELHO, 1999, p. 47-48).

Os estudos de Gilberto Velho sobre as sociedades complexas na contemporaneidade são fundamentais para a compreensão das lógicas de formação do campo político, dos movimentos sociais, bem como das políticas de identidade vigentes no mundo de hoje. Temas importantes para uma nova História Política que considere as dimensões do tempo presente, como veremos no terceiro tópico desta aula.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o artigo seguinte sobre dois filmes lançados em 2004. O tema é a política brasileira recente.

Identifique o contexto histórico, os personagens envolvidos, a forma narrativa adotada por cada filme e os diretores responsáveis pela sua produção.

Entreatos, João Moreira Salles, Documentário, Brasil, 2004, 117 min
Peões, Eduardo Coutinho Documentário, Brasil, 2004, 85 min

A idéia inicial era outra. João Moreira Salles convidou Eduardo Coutinho para dirigirem um trabalho juntos. Salles, cuja empresa, a Videofilmes, vem produzindo os trabalhos de Coutinho desde BABILÔNIA 2000 (2001), sempre demonstrou interesse na obra daquele que é tido como o mais importante documentarista do Brasil. A proposta era realizarem um filme sobre a quarta campanha presidencial de Luís Inácio Lula da Silva. A equipe de João Moreira Salles decidiu acompanhar o então presidenciável pelo país. Coutinho e seu grupo foram investigar o movimento sindical no ABC, onde o atual presidente despontou politicamente. Ambos filmaram tanto material que concluíram que a melhor forma de fazer o trabalho era dividi-lo em dois. Assim, surgiram PEÕES de Eduardo Coutinho e ENTREATOS de João Moreira Salles. Dois filmes que, segundo primeiro diretor, convergem para o mesmo ponto: o ex-torneiro mecânico, ex-líder sindical e agora Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.

ENTREATOS acompanha a trajetória de Lula durante parte da campanha que lhe rendeu a eleição para presidência da República em 2002. São mostrados apenas os bastidores da empreitada vitoriosa. Revelam-se personagens que atuaram na retaguarda como Aloísio Mercadante (que concorreu e foi eleito para o senado naquele

mesmo pleito), os hoje ministros José Dirceu e Luiz Gushiken e o marqueteiro Duda Mendonça. Todo o país sabia da importância dessas personalidades na eleição de Lula. Mas ela se desnuda com maior clareza no documentário. Segundo entrevistas, João Moreira Salles decidiu, pouco antes do início do primeiro turno, acompanhar o pleito de 2002. Inicialmente, a idéia era que ele e Coutinho acompanhassem as campanhas dos dois candidatos que fossem ao segundo turno. Demovidos da idéia – uma vez que a eleição de Lula esteve próxima de se concretizar no primeiro turno e, provavelmente, pelo fato de José Serra, o segundo colocado nas pesquisas, representar uma continuidade do governo que estava sendo substituído – somente a campanha lulista foi acompanhada. Era a quarta vez que Lula concorria à presidência e suas chances de vitória eram muito grandes. O país parecia ter se livrado dos ecos militaristas que impingiam a Lula, ex-sindicalista, a pecha de comunista. O fim da Guerra Fria e a implosão bloco soviético não foram suficientes para desencorajar o discurso radical esquerdista do PT, partido que foi crescendo gradativamente, mas pelas beiradas. De 1989 até 2002, o PT já tinha construído uma sólida base de nomes que compunham bancadas nos três níveis da administração, já tinha dirigido prefeituras importantes em grandes estados e disputado, com Lula, a presidência em todas as eleições da retomada democrática. Com muitas experiências bem-sucedidas, o PT já não era vinculado, pelo menos aos olhos do eleitorado, ao sindicalismo e à radicalidade de esquerda. Por tudo isso, a campanha de Lula foi histórica afinal, pela primeira vez na história do Brasil, um trabalhador tinha chances reais de assumir o posto mais importante da administração da República.

Para realizar as filmagens, foi fundamental o apoio do próprio Lula, que reconheceu a importância do momento e permitiu, à revelia de alguns dos seus assessores mais diretos, as filmagens. Uma das cenas mais tensas do filme é justamente o encontro de José Dirceu com a equipe do documentário. O atual ministro-chefe da Casa Civil critica a presença de pessoas filmando os bastidores e desconfia da idoneidade do diretor. Dirceu cria um enorme desconforto que é apaziguado rapidamente por outros assessores.

Moreira Salles desenvolve seu documentário bebendo diretamente na fonte do cinema direto norte-americano, evitando ao máximo a interação com o objeto filmado. Não que houvesse a intenção de ocultar do espectador o filme. Moreira Salles não tem esse tipo preocupação. Claro que a presença de uma equipe filmando todo o tempo o principal personagem daquele evento cria momentos de tensão, como o ocorrido com José Dirceu. Diante de uma câmera, é impossível não atuar, até porque é impossível deixar de lado o personagem social em atividades públicas. Mesmo assim, não foram poucas as medidas tomadas pelo diretor para minorar esse impacto. Filhos de Lula

fizeram parte da equipe e Marina, filha de Mercadante, assume a câmera no dia do resultado final da eleição, quando a família do então candidato decidiu acompanhar a apuração acompanhada apenas dos amigos e aliados mais próximos. A opção por acompanhar os bastidores sem interferir na ação gera planos longos, muitos deles nos quais Lula esbanja carisma e inteligência, algo que se tornou raro nos seus discursos como Presidente da República.

A pouca interferência da equipe, incluindo aí a montagem, faz com que muitos registros assumam inúmeros significados, sobretudo quando o filme fica pronto depois de passados dois anos dos acontecimentos. Na cena em que Lula grava a primeira chamada para o programa eleitoral do segundo turno, muitos políticos aparecem numa vinheta de apoio ao então candidato. As imagens têm um significado muito diferente daquele contexto em que foram filmadas. Ver no cenário figuras como as parlamentares dissidentes Heloísa Helena e Luciana Genro, a ex-ministra da Ação Social Benedita da Silva e a ex-prefeita de São Paulo Luiza Erundina é uma prova de como o tempo ressignifica as imagens. De aliadas de primeira hora, essas mulheres assumiram diferentes posturas durante o mandato de Lula que acabaram por afastá-las do governo por ideologia, incompetência ou disputa política.

Todo o cuidado em não criar interferências não significa que se procure esconder o processo de filmagem. Até porque isso poderia aproximar o filme de um institucional da campanha. A equipe é sempre estranha ao grupo de Lula, está sempre em território que não lhe pertence. Em vários momentos se vê o respeito por esse território. É a produtora que pede licença para filmar em determinado local ou alguém da equipe de filmagem sendo apresentado a um interlocutor. Mesmo não havendo entrevistas, é claro para o público que o grupo que filma não é parte da campanha. Há situações de restrição, embora o diretor garanta que não tenha havido grandes restrições às filmagens.

A liberdade para filmar também gerou imagens bastante significativas do processo de construção da campanha e, porque não dizer, do perfil da candidatura Lula. O trabalho de direção de Duda Mendonça é acompanhado em várias seqüências. Mas não foi só ele o responsável intelectual pelas formas com que Lula foi apresentado durante a campanha. Dirceu, Mercadante e Gushiken, embora mais discretos, são vistos em plena ação, articulando e interferindo no processo de gravação dos programas e em outras atividades. Desnudar esse 'teatro' (termo usado aqui sem juízo de valor) foi uma

inovação no documentário político brasileiro, uma vez que as campanhas políticas sempre foram encobertas pelos candidatos e seus articuladores. Nesse sentido, uma das cenas mais interessantes é aquela que mostra o último debate da campanha, realizado pela Rede Globo, poucos dias antes do segundo turno. Cada fala de Lula (e, provavelmente, de Serra) foi acompanhada por um grupo de discussão monitorado por publicitários que informavam aos assessores no estúdio o que estava indo bem ou não. É a o filme trazendo à tona cenas ocultas, vividas durante a campanha eleitoral, e que podem ter sido decisivas na eleição presidencial.

Filmar uma campanha histórica é a garantia de material para um filme, já que se trata de um evento de grande magnitude. Isso não quer dizer que qualquer um seria capaz de fazer uma boa película com o material captado. Pelo contrário, a riqueza de imagens poderia se transformar num impeditivo para um cineasta inepto. Mas o maior risco foi o que Eduardo Coutinho correu, mais uma vez, na busca dos personagens para o seu PEÕES, um filme que vai à origem do movimento que projetou Luís Inácio Lula da Silva nacionalmente.

Coutinho foi ao Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo munido de fotos e dos filmes O ABC DA GREVE (1979/1990) de Leon Hirzman, GREVE (1979) de João Batista de Andrade e LINHA DE MONTAGEM (1982) de Renato Tapajós, dentre outros que tivessem abordado os grandes movimentos de trabalhadores do ABC paulista no fim dos anos 70 e início dos anos 80. O objetivo era encontrar, nas imagens de multidão, rostos de militantes que pudessem contar um pouco a sua história no documentário. Coutinho é um humanista. Grandes histórias não lhe interessam. Aliás, era condição sine qua non que os entrevistados não tivessem se tornado pessoas públicas. Teriam que ser anônimos. Depois de identificados e localizados possíveis entrevistados, o diretor e sua equipe partiu para as entrevistas.

Coutinho é um grande entrevistador. Segundo a pesquisadora Consuelo Lins isso ocorre porque ele é um bom ouvinte. É possível perceber isso nos poucos momentos em que sua voz aparece nas entrevistas. Ele pergunta, tira dúvidas, quer que o interlocutor conte a sua história com riqueza de detalhes. Expressões como ‘explica melhor’, ‘como é isso mesmo?’ são comuns e extraem dos entrevistados mais lembranças. São essas memórias afetivas que compõem o grosso do filme. Não que Coutinho se desinteresse pelo discurso político dos seus entrevistados. Inclusive porque, no caso de PEÕES, o dispositivo (que é como Coutinho denomina a idéia que norteia

seu trabalho documental) está vinculado a uma questão política. Consuelo Lins, em sua feliz análise da obra do diretor presente no livro 'O Documentário de Eduardo Coutinho – Televisão, Cinema e Vídeo', coloca que o diretor busca, através da memória afetiva, dar uma dimensão múltipla a seus personagens. Ele sabe que, ao focar em perguntas que exigem um posicionamento pessoal do entrevistado, o uso de frases prontas é inevitável. Ao falar de sua vida, contudo, o personagem abordaria as questões políticas por ele ensejadas de forma mais natural. Não se trata de uma armadilha. Mas, sim, de buscar uma contextualização dos eventos na própria vida do entrevistado. Ninguém é só amante, político, gay, fumante ou operário. Esse tipo de generalização é duramente criticado por Coutinho, mesmo tendo sido comum nos documentários sociológicos dos anos 1960 e 1970, época que coincide com a entrada do diretor no mundo do cinema.

Em PEÕES, Coutinho recua da radicalização que impôs em EDIFÍCIO MASTER (2002), ao usar as entrevistas como principal elemento do documentário. Narração, imagens de cobertura (que são aquelas imagens utilizadas para ilustrar determinado evento citado ou vivido pelo entrevistado), som sem sincronia com a imagem, música incidental, nada disso faz parte do penúltimo filme do diretor. O filme, inteiramente realizado dentro de um edifício em Copacabana (as únicas cenas de externa são captadas direto da câmera de segurança do prédio), só contém além das entrevistas, planos de corredores vazios ou com pouca circulação, imagens do exterior captadas das janelas dos apartamentos e o plano já citado que mostra a equipe entrando no prédio. PEÕES, por sua vez, procura situar no tempo a história política que tornou aquelas vidas objetos do filme. Para isso, o diretor recorre a imagens de películas filmadas na época. São cenas dos filmes que Coutinho utilizou para identificar os possíveis entrevistados. Fortes e representativas, as imagens mostram, em sua grande maioria, o então sindicalista Lula em ação. Todas são muito especiais, mas duas ou três delas são impactantes. Que Lula é um grande orador e que inflamava os trabalhadores todos sabem, mas uma das cenas captadas mostra o homem em reflexão pouco antes de tomar nas mãos o microfone e falar aos trabalhadores. É um momento de tensão fantasticamente captado. Nada é dito, nem é preciso que se diga. Em outro plano, um emocionado Lula pede aos trabalhadores que avaliem a direção do sindicato e a destitua caso achem que os diretores não estejam agindo conforme o esperado pela categoria. Lula chora, como várias vezes o fez já como presidente da República. Uma imagem inesperada para aqueles que sempre acusaram o então sindicalista de ser violento. Ao contrapor os depoimentos dos trabalhadores às imagens de época

de Lula, o diretor reafirma a origem do presidente, ao mesmo tempo em que situa aquelas pessoas como agentes do processo histórico que culminou em sua eleição. É uma relação dialética, que avaliza, através da montagem das imagens, um discurso feito por Lula em ENTREATOS no qual o então candidato diz que sua chegada ao poder é fruto da mobilização dos trabalhadores do ABC paulista.

A relação com o entrevistado é uma das peculiaridades da obra de Coutinho. Ele, como ninguém, sabe o significado das palavras para as pessoas. Não se trata de tipos, mas de pessoas que se representam em frente a câmera. João Moreira Salles no prefácio de 'Espelho Partido – Tradição e Transformação do Documentário', livro do cineasta Silvio Da-Rin que diseca a formação do pensamento e da estética do filme não-ficcional, lembra com muita propriedade que 'as pessoas filmadas para um documentário continuarão a viver sua vida depois que o filme ficar pronto'. O diretor sabe disso e, mesmo permitindo com que os entrevistados fiquem à vontade a ponto de expor questões muito pessoais, não os caricaturiza.

No caso dos operários e ex-operários do ABC, a entrevista e a presença no documentário são motivo de orgulho. Não somente pela participação na luta sindical. Aqueles trabalhadores se orgulham de ter construído suas vidas nas fábricas, de terem trabalhado nas grandes montadoras, o que arrepiaria os cabelos dos militantes dos anos setenta. Aliás, Consuelo Lins aborda com bastante propriedade essa relação em sua obra sobre o cinema de Eduardo Coutinho. As entrevistas apontam, também, interessantes reflexões sobre a situação política do país hoje. Numa delas, um ex-líder sindical conta que tinha estado recentemente com Lula visitando uma fábrica no ABC. A automatização o surpreendeu e o levou a comentar com o atual presidente, em tom de galhofa, como seria fazer uma greve naquela fábrica. A mudança nas relações de trabalho é presente em outros discursos, de maneiras diferentes. Algo que parece que só é imperceptível para algumas lideranças de extrema-esquerda, que ainda responsabilizam o trabalhador pelo esvaziamento dos sindicatos, acusando-os de alienados. Essas mudanças são a tônica dos depoimentos. Não somente as mudanças políticas, pois, como já foi dito, Coutinho privilegia os eventos históricos quando inseridos no contexto da vida do indivíduo. Ao agir dessa maneira, não massificando os personagens, o diretor cria um filme que emociona sem se desconectar da realidade maior onde pretende se inserir. Isso não quer dizer que o documentarista busca a generalização. Muito pelo contrário. Porém, em PEÕES, mais que em seus outros filmes recentes, há, sim, a intenção de se aproximar de um contexto histórico.

ENTREATOS e PEÕES estão chegando ao circuito num momento bastante interessante da política brasileira. Com dois anos quase completos de mandato, o governo Lula surpreendeu onde ninguém esperava. Positivamente, na política econômica. O país passa por um processo de crescimento econômico, não viveu momentos turbulentos, a inflação fecha o ano em menos de dois dígitos, as exportações atingiram recordes e até mesmo o desemprego teve uma ligeira queda. Na área social, no entanto, a surpresa foi negativa. Os projetos patinam no vazio. Lançado com pompa e circunstância, o Fome Zero mostrou-se um fiasco, mais uma política assistencialista. Educação, segurança e saúde continuam com desempenho pífio. Nada mais antagônico vindo de um governo do PT. Portanto, o momento é delicado e propício à reflexão. Eduardo Coutinho costuma ir de encontro à idéia de que filmes podem mudar o mundo. Concordo. Mas creio que eles podem promover o debate. Nada é mais transformador do que discutir algo, principalmente em nossa ainda seminal República, ainda vinculada a práticas não-democráticas, mesmo no jogo da política representativa. Nesse sentido, os filmes podem ser instrumentos importantes. Uma pena que o circuito das duas películas, que dividem a mesma sala por sugestão do distribuidor, seja mínimo: três salas no Rio de Janeiro. FAHRENHEIT 11 DE SETEMBRO (2004) de Michael Moore, um filme sem dúvida importante, teve muito mais repercussão, mesmo tratando de um tema que nos atinge apenas indiretamente. ENTREATOS e PEÕES merecia, pelos temas e pela qualidade filmica, um destaque muito maior.

(Matéria publicada em <http://www.geocities.com/maxpires/meninos/entreatos.htm> , acessada em 10 de fevereiro de 2009)

Resposta Comentada

Bem, o artigo comenta os dois filmes e a forma como foram produzidos. Para aproveitarmos a reflexão sugerida pela sua leitura, indiquei uma estratégia.

Contexto histórico – o contexto de produção do filme é 2002, ano da campanha vitoriosa de Lula à presidência. Esse também é o contexto histórico do documentário de João Moreira Salles, *Entreatos*. Já *Peões*, de Eduardo Coutinho, trabalha com dois momentos, o tempo da campanha vitoriosa de Lula e o tempo da memória dos operários e companheiros da luta política do futuro presidente durante as greves de 1979.

Personagens envolvidos – Lula, candidato à presidência e ex-operário do ABC paulista; políticos do PT; companheiros de luta política do ex-operário; sua família; os membros das equipes de filmagem.

Forma narrativa adotada por cada filme: documentário. Aqui cabe ao estudante aproveitar os comentários sobre cada filme.

Perfil da proposta e perfil dos diretores responsáveis pelas produções: destacar os trechos onde se comenta sobre o trabalho e proposta dos diretores.

O ideal para poder desenvolver a atividade seria ver os dois filmes. Entretanto, podemos sugerir que a exibição dos filmes seja feita como atividade complementar.

História Política e História do tempo presente

Ao longo dos anos 1970, como vimos em aulas anteriores, houve uma renovação importante no campo dos estudos históricos, com abertura para novos temas, novas abordagens e novos problemas. Nesse período e nos anos subsequentes, alguns temas que haviam sido considerados pouco importantes são reconsiderados pela oficina da história. Esse movimento é identificado como a “onda dos retornos”: o retorno da história contemporânea, o retorno do fato, o retorno do político, o retorno da narrativa etc.

O que de fato se assiste é à emergência de uma crescente preocupação com o estudo do passado próximo e do imediato. Associam-se noções até então pouco comuns, como História e imediato e História e presente, em busca da constituição de um campo de estudos mais formalizado.

Nesse processo, o estudo do político ou, como querem alguns, o retorno do político, teve e ainda tem um papel fundamental. Entretanto, as análises sobre o presente e sobre o imediato não podem se limitar a somente um aspecto, apesar de ser este o seu agente dinamizador.

A história do presente e do imediato é tributária de dois outros fatores: o impacto da geração e o fenômeno concomitante de demanda social. História do presente como um fenômeno de geração que, na França, está associada aos intelectuais que passaram pela crise da Argélia e pelo impacto dos acontecimentos do último século e pela vontade de “reagir”, isto é, de tentar uma explicação para o presente. Nesse processo, destaca-se a participação de historiadores ligados à História Política na imprensa, apresentando análises mais apuradas sobre o presente.

Do ponto de vista metodológico, a História não é somente o estudo do passado; com menor recuo e métodos particulares, pode ser também o estudo do presente. Neste sentido, uma epistemologia da história do presente consiste em interrogar a história, a fim de propor novos dados que aumentarão sua capacidade de explicação e de sugestão. Pôr em questão a história do presente não é, antes de tudo, louvar sua capacidade explicativa. Não é defender e ilustrar uma nova maneira de história; é, ao contrário, observá-la, pô-la em dúvida para melhor assegurar-se de sua validade, de sua capacidade heurística (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999, cap. 1).

O historiador medievalista Jacques Le Goff (CHAUVEAU; TÉTARD, 1999), vai ser indagado sobre a possibilidade de os historiadores se debruçarem sobre a análise do presente, lança questões importantes para a discussão sobre a História do tempo

presente, ressaltando, em suas considerações, três grandes diferenças entre a história imediata e a dos períodos anteriores, destacando sua dificuldade:

1. por causa das fontes e da documentação;
2. subjetividade;
3. ignorância do futuro.

Defende a possibilidade de uma história imediata que cumpra com os seguintes requisitos:

a. ler o presente, o acontecimento, com uma profundidade histórica suficiente e pertinente;

b. manifestar, quanto às suas fontes, o espírito crítico de todos os historiadores, segundo os métodos adaptados às suas fontes;

c. não contentar-se em descrever e contar; esforçar-se por explicar;

d. tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual os historiadores do ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam.

Associados a esses princípios, o historiador francês B. Paillard, no verbete História Imediata, do *Dicionário das ciências históricas* (1993) complementa destacando as noções-chave que devem nortear o estudo de tempo presente, balizado por uma atitude epistemológica aberta:

1º abordagem transdisciplinar dos fenômenos sociais: revelador de uma realidade complexa e multideterminada;

2º considerar o retorno do acontecimento a partir de uma discussão substantiva sobre a temporalidade social. O acontecimento como um indício, como a expressão de uma dinâmica mais profunda;

3ª propor uma reflexão sobre a incerteza e sobre o porvir humano;

4ª avaliar a subjetividade inerente aos estudos do presente e conceber sua pesquisa como um processo de objetivação.

Por fim, mas não menos importante, a historiadora Ângela de Castro Gomes, em artigo intitulado "*Política: história, ciência, cultura etc.*", publicado na revista *Estudos Históricos* (1996), orienta o estudo para uma história política do tempo presente.

Não se tem aqui a menor pretensão de conduzir uma reflexão sobre este tema, que vem sendo debatido sistematicamente por historiadores e cientistas sociais, mas apenas correlacionar tal transformação mais geral com uma re-significação da história política que trouxe consigo algumas orientações inovadoras e fundamentais:

a) a de que a história política não só não é redutível a um reflexo superestrutural de um determinante qualquer de outra natureza (seja econômico ou não), como goza de autonomia ampla, sendo espaço iluminador e influenciador da dinâmica global da realidade social; por outro lado, a de que a história política não reclama para si atributos especiais, numa inversão do que é próprio dos paradigmas estruturalistas; b) a de que a história política deve ser pensada como um campo mutável através do tempo e do espaço, podendo expandir-se ou contrair-se, incorporando ou eliminando temas, o que se relaciona fortemente com as histórias nacionais de vários Estados; c) a de que a história política tem, de forma intensa e constitutiva, fronteiras fluidas com outros campos da realidade social, especialmente com as questões culturais, na medida em que as interpretações políticas abarcam tanto fenômenos sociais conjunturais – mais centrados em eventos – quanto fenômenos sociais de mais longa duração – como a conformação de uma mentalidade ou "cultura política" de um grupo maior ou menor; d) a de

que a história política privilegia, sem sombra de dúvida, o “acontecimento” (político *tout court* ou não), que não pode ser superestimado nem banalizado, mas sim investido de um valor “próprio” que lhe é em grande parte atribuído/vivenciado pelos seus contemporâneos; tal valor deve ser resgatado pelo analista, numa dialética entre memória-história cada vez mais considerada e praticada nos estudos político-culturais; e) a de que a história política sofre, de forma ainda mais radical, uma demanda social pela “incorporação” do tempo presente, embora a “nova” história política não se esgote nem se realize mais plenamente neste território contemporâneo e, portanto, ainda mais marcado pela convivência com a produção dos cientistas sociais, políticos em destaque; f) a de que a história política também sofre o impacto da absorção de novos objetos e metodologias – a história oral, por exemplo –, mais ainda quando associada à história cultural, o que também a aproxima particularmente dos trabalhos dos cientistas sociais, políticos em especial (GOMES, 1996, p. 6).



Atende ao Objetivo 3

3. Uma das principais características da história política do tempo presente é a valorização do acontecimento histórico, não simplesmente como um fato isolado, mas como parte integrante de tempos múltiplos que se encontram no presente.

Tomemos, por exemplo, um acontecimento recente: os ataques aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. No tempo do acontecimento, as notícias e os relatos sobre o impacto político; no tempo da conjuntura, as repercussões e desdobramentos para o governo

americano; na longa duração, os discursos sobre o fim do mundo, o impacto das civilizações, a guerra santa, ou o “eixo do mal”. Dessa forma, o estudo do acontecimento, do ponto de vista da História Política, deve seguir alguns princípios metodológicos básicos. Indique tais princípios, escolhendo um exemplo de acontecimento para você empregá-los.

Comentário

Os princípios metodológicos estão bem definidos no tópico História Política e História do tempo presente; basta resumi-los.

Um interessante acontecimento recente é a eleição de Barack Obama, atual presidente dos EUA. Pode-se recuperar, pelos jornais, o dia da eleição e as repercussões da vitória; além disso, pode-se evidenciar que a conjuntura de oito anos de governo de George W. Bush trouxe como resultado uma crise econômica e moral para os EUA. Por fim, na longa duração, deve-se ressaltar que Obama é o primeiro presidente negro num país marcado pela segregação racial, mas também com uma longa história de luta pelos direitos civis.

Enfim, o que se propõe nesta atividade pode variar de acordo com o seu interesse. Pode também servir a abertura de um fórum de debates na plataforma.



Para concluir, portanto, podemos, seguindo as considerações de Jacques Julliard, distinguir vários tipos de História Política que organizam esse campo historiográfico hoje:

História Política como história narrativa – ligada à análise dos acontecimentos do mundo da política, bem como à trajetória de personagens relacionados aos movimentos sociais, ou ainda a processos de transformação social pela atividade política;

História Política como sistema explicativo – neste caso, a política proporciona as principais hipóteses da explicação que se constrói – ligadas a uma história das elites, centradas na história das ideologias por uma insistência em motivações psicológicas;

História Política vista como sociologia histórica do poder, na linha, por exemplo, das análises weberianas e seus tipos ideais: poder carismático, burocracia. Como também a estrutura do poder, as estratégias na perspectiva da teoria da decisão, linguagem do poder, tornam-se mais importantes do que o estudo dos seus efeitos, tais como toma corpo nas ocorrências políticas específicas;

História Política na longa duração. Tratar-se-ia, no fundo, de uma história da cultura política em vinculação com o sistema de crenças e mais preocupada com as persistências do que com as mudanças.

Atividade Final

Releia o artigo da Atividade 2.

Proponha um tema de pesquisa sobre História Política e tempo presente no qual esses dois filmes sejam utilizados como fontes históricas.

Comentário

O tema de ambos os filmes é a eleição de Lula em 2002, cada qual abordando a trajetória do futuro presidente e ex-operário a partir de uma perspectiva. “Entreatos”, de João Moreira Salles, trata do dia a dia da campanha de 2002 e as memórias de Lula sobre o processo político; “Peões”, de Eduardo Coutinho, trata do mesmo tema a partir do olhar dos companheiros de luta política.

As visões se cruzam na elaboração de uma interpretação complexa sobre a trajetória política, o projeto e o campo de possibilidades de um indivíduo em relação ao seu grupo. Aponta também para características importantes da cultura política brasileira contemporânea.

Por fim, permite propor uma discussão sobre o papel e as características do documentário cinematográfico como documento histórico. Ressaltam-se as questões relativas à verdade histórica e à edição do documentário, à noção de autoria e à perspectiva adotada por cada um.

RESUMO

A História Política renovada pelos contatos com as Ciências Sociais, ao longo do século XX, diferencia-se da história tradicional do século XIX, por incorporar conceitos e superar o relato dos acontecimentos.

A renovação historiográfica da História Política associa-se à consideração de novos conceitos e temas, dentre os quais: poder e cultura política.

Considera-se como parte importante da análise da História Política a relação entre sujeito individual e coletivo, segundo conceitos operacionais tomados de empréstimo da Antropologia, dentre os quais se destacam: trajetória, projeto e campo de possibilidades.

Na “onda dos retornos”, a renovação da História Política esteve associada à revitalização dos estudos sobre História Contemporânea, com ênfase na dimensão imediata ou, como ficou conhecida desde os anos 1990, a História do tempo presente.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos o campo historiográfico da história cultural, sua trajetória e principais conceitos.

Aula 20

História Cultural:
posições e
tendências

Meta da aula

Identificar as principais tendências e conceitos da História Cultural.

Objetivos

Após o estudo do conteúdo desta aula, você deverá ser capaz de:

1. caracterizar a genealogia dos estudos de História Cultural;
2. identificar os debates teóricos em torno do campo da História Cultural;
3. apresentar uma definição para História Cultural.

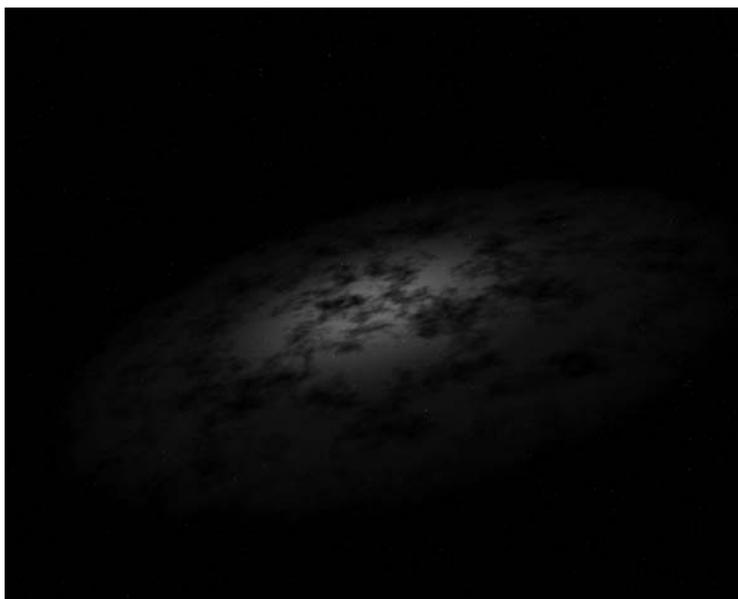
Pré-requisito

Para que você encontre maior facilidade na compreensão desta aula, é necessário que tenha estudado, na Aula 16, a relação entre História e Ciências Sociais e, na Aula 17, as principais dimensões da História e as tendências da historiografia atual.

INTRODUÇÃO

No cenário da História, três histórias:

A de um moleiro da região do Friuli, na Itália do século XVI, Menocchio, perseguido e condenado à fogueira pela Inquisição por comparar anjos a vermes, ao tentar explicar a formação do mundo ao seu inquisidor: “Tudo era um caos, isto é, terra, ar, fogo e água juntos; e de todo aquele volume se formou uma massa, do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram anjos” (GINZBURG, 1987).



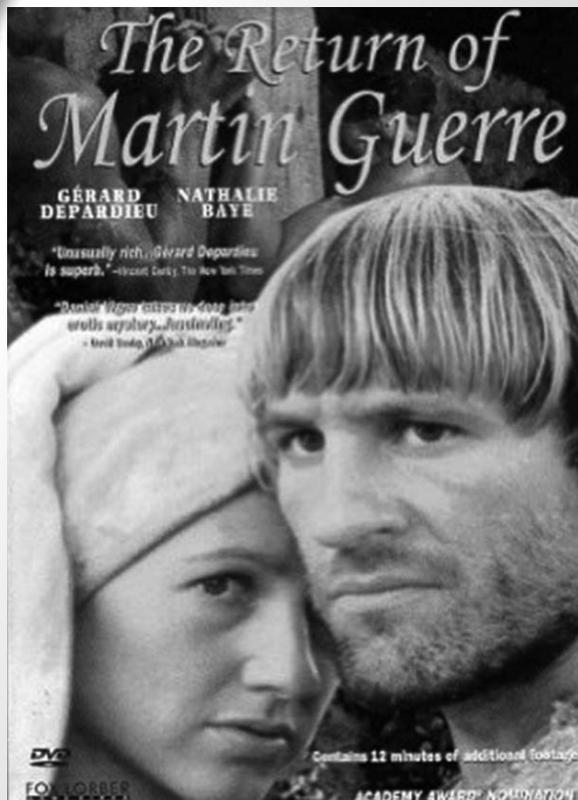
Dez Pain

Figura 20.1: Ao tentar explicar aos inquisidores do Tribunal da Santa Inquisição suas ideias acerca da origem do universo, o moleiro Menocchio usou metáforas e comparações bastante radicais pelos doutos da Igreja: foi condenado à morte na fogueira.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1120741>

No ano de 1540, no Languedoc, um camponês rico, Martin Guerre, abandona sua mulher, filho e propriedades e, durante muitos anos, não há notícias suas. Tempos depois, um camponês chamado Arnaud du Tilh é processado como bígamo e impostor, ao assumir o lugar de Martin Guerre, verdadeiro marido de Bertrande. Tema do

livro da historiadora norte-americana Nathalie Davis (1987), que utilizou ampla documentação inquisitorial para desvendar o mistério da troca de maridos. O “caso” foi adaptado para o cinema pelo diretor francês, Daniel Vigne (1982).



O tema do livro de Nathalie Davis foi adaptado para o cinema pelo cineasta Daniel Vigne. Vale a pena conferir!

Fonte: <http://www.imdb.com/media/rm2673645824/#0084589>

E, por fim, a história do ritual de venda de esposas na Inglaterra do século XVIII e XIX, analisado no clássico artigo de E.P Thompson *Folclore, antropologia e história social* (1977). O ritual que, aos olhos dos historiadores folcloristas tradicionais era condenado como imoral, passa a ser explicado por Thompson como uma espécie de divórcio amigável:

Na maioria das vezes, o casamento precedente já estava arruinado, e pode-se demonstrar que o pregão público era fictício. O comprador da esposa já havia sido combinado e, em muitos casos, era amante dela. Mais ainda: o marido que vendia o cônjuge comportava-se com uma generosidade mais humana que a encontrada nos atuais processos de separação. A transação era desenrolada ante o olhar da audiência, e o marido cobria a vergonha de ter perdido a mulher, primeiro com a encenação da venda, depois com um ou outro gesto de liberalidade e boa vontade. Comumente, ele destinava toda, ou quase toda, a pequena soma angariada com a venda aos brindes à saúde do novo casal, que eram oferecidos na taberna da praça do mercado (THOMPSON, 2001, p. 237).

O que essas três histórias têm em comum? Qual é a sua relevância para o conhecimento histórico? Muitas outras perguntas são levantadas, quando se trata de buscar compreender e explicar práticas culturais passadas cuja lógica nos escapa, mas cujo conhecimento permite também que a gente se conheça melhor. Esse olhar “antropológico”, que valoriza a diferença, que se debruça sobre os desvios e situações marginais, que avalia as expressões cotidianas e corriqueiras de um passado distante, como o jogo contínuo entre as práticas sociais e os seus modos de se deixarem ver através das evidências do passado, pode ser considerado uma primeira aproximação à história cultural. Ou ainda, a uma história que tem nas expressões culturais seu principal foco de interesse.

Nesta aula, vamos estudar a formação do campo da história cultural, caracterizar os debates em torno da história social da cultura ou de uma história cultural, sem enfatizar o social e, por fim, identificar os conceitos-chave para o estudo das práticas e experiências sociais relacionadas ao mundo da cultura.

Da tradicional história do cotidiano à história das práticas e representações culturais

Em livro lançado em 2004, na Inglaterra, com tradução de 2005, no Brasil, o historiador inglês Peter Burke lança a pergunta já no título : “O que é História Cultural?”.

Para responder a essa pergunta, o autor propõe uma via de mão dupla. Por um lado, estuda a constituição do campo com seus debates e conflitos, mas também tradições compartilhadas. Por outro lado, debruça-se sobre a atividade do historiador dedicado à história cultural, avaliando suas propostas e tendências segundo as historiografias que assumem recortes eventualmente nacionais, como explica Burke: “Para ser um pouco mais preciso, o trabalho individual dos historiadores culturais precisa ser localizado em uma das diferentes tradições culturais, geralmente definidas em termos nacionais” (BURKE, 2005, p. 10). Na sequência da sua argumentação, arrola a contribuição alemã desde o século XVIII, a inglesa, a norte-americana e, por fim, a francesa, com grande ênfase na Escola dos Annales.

No entanto, para dar conta da resposta à pergunta central do livro – o que é história cultural? – Burke nos fornece uma trilha importante para compreendermos a construção histórica de um campo de estudos que só vem crescendo, nos últimos 10 anos, com um número cada vez maior de títulos e publicações diversas. De sua proposta de roteiro, vamos focar alguns pontos básicos para orientar nosso estudo.



Burke organiza uma periodização para a construção do campo de estudos da história cultural que vale de orientação básica: “A história pode ser dividida em quatro fases: a fase ‘clássica’ (1800-1950); a fase da ‘história social da arte’, que começou na década de 1930; a descoberta da cultura popular, na década de 1960; e a ‘nova história cultural’, mais recente” (BURKE, 2005, p. 15-16)

Para evitar enganos, o autor avisa que as divisões entre as fases não são rígidas, que se pode avaliar uma série de semelhanças e continuidades, além das diferenças que marcam a mudança de um momento para o outro.

Os precursores da história cultural

A história cultural, ou da cultura, como em breve discutiremos, não é uma invenção recente, como as demais linhas historiográficas que estudamos, pois possuem uma referência a uma origem comum no século XIX. Neste momento, quando a história se profissionaliza em compasso com a formação dos Estados Nacionais, efetivamente ocorre uma disputa em torno dos grandes temas através dos quais as nações elaborariam um modelo de passado.

Nesse regime de escrita da história, o passado conta como ensinamento para orientar as gerações que construiriam a nação no futuro. A história política, como vimos na Aula 19, funcionou bem na instrução de modelos de ação, no mundo da política e do poder de Estado. Entretanto, não trazia elementos para dar uma forma ao sujeito coletivo da nação: o povo, com suas tradições e costumes, construindo o campo do folclore.

Nesse sentido, enquanto a política era o mundo das elites e dos líderes da nação, a cultura do povo pertencia a um mundo fragmentado de sujeitos indeterminados, cuja expressão caberia aos estudiosos darem uma forma nacional. Os processos de formação da nação associaram aspectos da luta política de conformação dos

Estados Nacionais aos processos de invenção de tradições, que contou com o discurso histórico para sedimentá-las. Elabora-se, assim, um campo da história voltado para a cultura do povo e seus costumes.

A bibliografia sobre História Cultural é unânime em estabelecer o movimento Romântico (o mesmo que associamos ao advento da História Política), para fomentar a valorização do folclórico e da história dos costumes como elementos de construção da identidade nacional. Dessa forma, explica a historiadora gaúcha Sandra Pesavento:

No decorrer da primeira metade do século XIX, o espírito romântico produziu historiadores preocupados em escrever histórias nacionais, que fossem atrás da captura do espírito do povo, da alma das nações, que recuperassem os heróis com seus grandes feitos e que registrassem a saga da construção de cada Estado, a demonstrar que o germe da identidade nacional já estava presente naquele tempo das origens, com seus pais fundadores (PESAVENTO, 2003, p.19).

Em termos de historiografia, três nomes se destacam no registro de uma história cultural clássica; são eles: o francês Jules Michelet, o suíço Jacob Burckhardt e o holandês Johan Huizinga, cujas obras marcaram as últimas décadas do século XIX e o início do século XX.

Jules Michelet (1798-1874) foi responsável pelas grandes Histórias de França (1868), do seu povo e da sua Revolução. Como republicano fervoroso que era, identificou, em sua forma de escrever a História, o povo como personagem protagonista dos acontecimentos históricos e forneceu à história um sentido: o triunfo da liberdade republicana (TETARD, 2000, p. 89). Como historiador, Michelet recupera as sensibilidades e os sentimentos, aqueles ingredientes do espírito nacional, num minucioso trabalho de pesquisa e compilação de documentos originais.

Na avaliação de Pesavento, Michelet inaugurou uma nova forma de trabalhar a História, notabilizando-se, também, pela escolha de temas pouco convencionais, dentre os quais, a mulher ou a feiticeira. Nesse sentido, complementa a historiadora, “Jules Michelet será considerado, particularmente pelos historiadores franceses, como uma espécie de ancestral, um historiador da cultura que portava uma nova sensibilidade para olhar o mundo” (PESAVENTO, 2003, p. 20).

O suíço Jacob Burckhardt (1818-1897), autor da célebre obra “A civilização da Renascença na Itália” (1860), juntamente com Johan Huizinga (1872-1845), autor de outra reconhecida obra, “Outono da Idade Média”, são considerados os exemplos clássicos de historiadores culturais cujas obras ainda são consideradas relevantes.

Segundo a avaliação de Peter Burke, “Burckhardt e Huizinga tanto eram artistas amadores como amantes da arte, e davam início aos seus famosos livros para entender certas obras, colocando-as em seu contexto histórico” (BURKE, 2005, p. 16). Certamente, continua Burke em sua avaliação, não é por acaso que ambos os autores sejam considerados os principais historiadores culturais do período por terem escrito seus livros para o grande público, e que a história cultural tenha tido tanto sucesso no mundo de língua alemã antes da unificação da Alemanha. Ambos os fenômenos se explicam, por ser a Alemanha de então muito mais uma comunidade cultural do que política, na qual a história cultural e a história política eram vistas como alternativas ou mesmo opostas (BURKE, 2005, p. 17).

Em comum, Burckhardt e Huizinga tinham o seu método de trabalho, considerado um tanto impressionista, e a valorização dos aspectos culturais em relação às experiências que os geraram. Burckhardt deu relativamente pouca ênfase à história dos acontecimentos, preferindo evocar uma cultura passada e salientar o que chamou de seus elementos recorrentes, constantes e típicos. Na explicação de Burke, “trabalhava intuitivamente, mergulhando na

arte e na literatura do período que estava estudando e produzindo generalizações que ilustrava com exemplos, anedotas e citações” (BURKE, 2005, p. 18).

Huizinga, por sua vez, defendia que a principal tarefa do historiador da cultura era a de apresentar os padrões de cultura, ou seja, descrever os pensamentos e sentimentos característicos de uma época e suas expressões ou incorporações nas obras de literatura e arte. Burke explica que, para Huizinga, o historiador “descobre esses padrões de cultura estudando ‘temas’, ‘símbolos’, ‘sentimentos’ e ‘formas’” (BURKE, 2005, p. 19). Assim, as formas ou regras culturais eram a base do método de interpretação desse autor.



A tradição da historiografia cultural alemã, muito pouco estudada no Brasil, não se limita aos precursores do gênero, tendo exercido importante influência em diferentes setores das Ciências Sociais e da História. Segundo Burke (2005), a trajetória dessa historiografia alemã foi marcada pelo fenômeno da diáspora intelectual ocorrido durante a primeira e a segunda guerra mundial.

A hipótese do autor é a de que a perseguição aos intelectuais, notadamente os de origem judaica, promoveu a referida diáspora desses intelectuais para os países anglo-saxônicos, notadamente a Inglaterra e os Estados Unidos:

Como nos Estados Unidos, a grande diáspora foi importante para a ascensão da história cultural na Grã-Bretanha, assim como da história da arte, da sociologia e de certos estilos de filosofia. (...) O fato é que a chegada de um grupo de acadêmicos emigrados da Europa Central fez com que o estudiosos britânicos e norte-americanos tomassem uma consciência mais aguda da relação entre cultura e sociedade (BURKE, 2005, p. 26-27).

O núcleo central da tradição a que se refere Burke foi composto pelos intelectuais integrantes do círculo de Warburg, fomentado pelo historiador da arte Aby Warburg (1866-1929) nas décadas de 1910 e 1920, que depois deu origem ao Instituto Warburg, situado primeiramente na cidade de Hamburgo e transferindo-se, em 1933, para Londres, vinculando-se à Universidade de Londres.

Aby Warburg apresenta Burke:

Era um homem de recursos próprios, filho de banqueiro, que deixou sua herança para o irmão mais novo em troca de uma mesada suficientemente grande para comprar todos os livros de que precisasse – e ele acabou precisando de muitos, já que seus interesses extensos incluíam filosofia, psicologia e antropologia, bem como história cultural do Ocidente, desde a Grécia antiga até o século XVII (BURKE, 2005, p. 21).

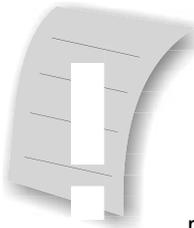
Suas ideias sobre a relação entre arte e sociedade foram fundamentais para a superação da história da arte como história dos estilos e para a aproximação entre os conceitos de cultura e sociedade. Para Warburg, “Deus está no detalhe”, ou seja, qualquer análise que aspire a uma síntese mais ampla e complexa deve partir do estudo do detalhe, do indício, do traço e dos aspectos particulares.

Ao estudar a história cultural do Ocidente, Warburg dirigiu o foco para os esquemas e fórmulas culturais, os gestos que expressam emoções particulares. A ideia do esquema mostrou-se estimulante para historiadores culturais e outros, dando origem a uma tradição historiográfica com estudos que incluem desde a história social da arte até os recentes trabalhos de micro-história. Sobre a influência de Warburg na micro-história, vale a leitura do texto de Carlo Ginzburg, “De A. Warburg a E. H. Gombrich: Notas sobre um problema de método” (1989).

Não se pode deixar de incluir nessa diáspora intelectual alemã o grupo associado ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, identificado como a Escola de Frankfurt. Como vimos na Aula 16, esse grupo foi um dos grandes responsáveis por associar a abordagem marxista à análise das diversas expressões culturais da sociedade industrial. A teoria crítica desenvolvida pelo grupo foi responsável pela valorização do papel desempenhado pela produção cultural nas análises sobre a sociedade industrial e sobre a relação entre modernidade e capitalismo.

Em linhas gerais, e guardando a variedade de abordagens e ênfases, os precursores da história cultural, em sintonia com as perspectivas do seu tempo, buscaram construir uma história alternativa à narrativa dos grandes fatos políticos. Essa história trouxe à tona os costumes, as expressões artísticas, a imaginação, entre outros aspectos simbólicos da experiência histórica, não como fenômenos de um espírito abstrato, mas como prática de sujeitos identificados no tempo e no espaço da História.

O contato com as ciências sociais agregou valor teórico e conceitual a essas abordagens, notadamente a aproximação primeiramente com a sociologia da arte e, mais tarde, com a antropologia social, com a semiótica, entre outros contatos extramuros da História, o que mudaria os rumos da história cultural.



Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre podem ser considerados também os precursores de uma história cultural. Como vimos na Aula 16, cada um com suas próprias referências teóricas, revolucionaram a forma de explicar o Brasil, da busca das suas raízes (lê-se: matrizes culturais) até o cotidiano dos sobrados e mocambos ou das casas-grandes e senzalas. Na obra desses dois historiadores, a história do Brasil foi passada a limpo, com uma nova narrativa, outros personagens e variados cenários.

Vale rever o que foi dito sobre os dois autores, na Aula 16, cujas obras foram produzidas num momento-chave de redefinição dos projetos políticos e sociais do Brasil nos anos 1920 e 1930.



Atende ao Objetivo 1

1. E. H. Gombrich (1909-2001) era um historiador da arte austríaco. Viveu boa parte de sua vida na Inglaterra, tendo sido diretor do Instituto Warburg nos anos 1960. Autor de uma vasta obra sobre história da arte e estudos de crítica de arte, é o responsável pela divulgação da história da arte em livros de prosa fácil e de exposição clara sobre a experiência artística da humanidade. Seu livro *História da Arte* já tem mais de uma centena de reedições.

Em 19 de novembro de 1967, Gombrich profere uma palestra no Lady Margaret Hall, em Londres, posteriormente publicada em livro sob o título "Para uma História Cultural" (1969, 1994). Nesse texto, Gombrich reflete sobre a genealogia da História Cultural, investindo contra o idealismo de uma história dos estilos que possuísse uma finalidade, a arte suprema. A seguir, transcrevo um trecho da sua conferência:

Há algumas semanas, no decurso de uma corrida de táxi em Londres, a conversa com o motorista derivou naturalmente para o excesso de população da metrópole. O motorista estava inclinado a responsabilizar por esse fato a falta de atrativos de muitas cidades de província, sem teatros nem salas de concerto. 'Detesto o termo cultura' dizia ele num tom de voz a que só posso chamar de muito culto. Ainda bem que estava escuro demais para que ele me visse corar, pois sou responsável pelo Instituto Warburg, fundado por Aby Warburg, que foi aluno de Karl Laprecht, o defensor da psicologia cultural que toda a vida se opôs a esses historiadores profissionais cujos interesses se confinavam à história política. Quer Warburg, quer Lamprecht, veneravam a figura imponente de Jacob Burckhardt, cuja decisiva contribuição para a história cultural é notável. É por isso que a rejeição do termo cultura por parte da cultura inglesa me causa freqüentes embaraços quando me pedem para explicar a que e dedica o Instituto Warburg (...). Não deixo de simpatizar com a relutância com que o motorista de táxi pronunciou a palavra cultura. Para ele, como para muitas pessoas sensíveis, o termo cultura teria sido adulterado pela generosidade e ânsia de

alguns intelectuais conservadores em espalhar 'doçura e luz entre os ignaros'. Como também, pela vileza da propaganda alemã durante a Primeira Guerra Mundial, que inventou o contraste entre Kultur alemã, naturalmente boa, profunda e forte, e a civilização ocidental, uma coisa má, um simples e vulgar apego a bugigangas e ao materialismo. Não me proponho a perder tempo com qualquer destas pretensas distinções, pois não é minha intenção acrescentar aqui ainda mais notas para uma definição de cultura. Creio que, quer gostemos do temo, quer preferamos outro, todos sabem o que tenta descrever. Pelo menos, quem alguma vez tenha viajado de um país a outro, ou até passado a freqüentar outro círculo social, sabe o que é ser confrontado com modos de vida, sistemas de referência e escala de valores diferentes – numa palavra culturas diferentes. Sempre que os povos estabeleceram entre si contatos, amistosos ou hostis, devem ter-se apercebido do fosso que separava suas línguas e seus hábitos dos outros. Naturalmente, o que mais feria a atenção dos observadores e tais situações era o aspecto, ou o costume inesperado, que ia contra a norma a que estavam habituados. Foi para diferenças como estas que Heródoto, Tácito ou Marco Pólo chamaram a nossa atenção. Porém, a experiência funciona nos dois sentidos. A variedade de normas existente no mundo também proporcionava um tópico bem-vindo ao moralista que quisesse por o próprio povo diante do espelho e, de fato, o contraste das culturas torna-se um instrumento eficaz para os satíricos (...). É claro que por essa altura os que viajavam por países estrangeiros já tinham havia muito a companhia dos que viajavam no tempo, os historiadores. Que razões teriam para se preocuparem com as circunstâncias culturais passadas, e não com o que estava acontecendo? As pretensões e s confrontos entre os poderosos, que punham o historiador ás voltas com antigos diplomas e crônicas, alimentavam principalmente a torrente da história política e constitucional, mas, quando os privilégios tradicionais e as antigas leis entravam em cena, não era possível distinguir nitidamente o poder dos costumes (...) Contudo, poder-se-ia dizer que esse interesse pela variedade de circunstâncias culturais não podia, por si, ter conduzido ao aparecimento da história cultural sem um elemento novo, a crença no progresso, que era suficiente para unificar a história da humanidade. Os termos cultura e civilização foram efetivamente valorizados na altura e, que surgiram e se espalharam (século XVIII), destinando-se a ser usados por contraposição a barbarismo, selvajaria ou primitivismo. A história da civilização, ou da cultura, era a história da ascensão do homem de um estádio quase animal à sociedade educada, ao cultivo das artes, à adoção de valores civilizados ao livre exercício da razão. Por isso, a cultura podia progredir, mas podia também declinar-se e perder-se, e a história estava legitimamente envolvida em qualquer destes dois processos. (...) Todavia, num certo sentido, foi esta interpretação otimista que

levou a necessidade de distinguir 'civilização' de 'cultura'. Seria realmente verdade que todos os aspectos da vida civilizada progrediam em conjunto? Manter-se-iam as artes, as ciências, as boas maneiras e a bondade a par do processo de civilização? (...) (GOMBRICH, 1994, p. 9-15).

Quais são as duas tradições de História Cultural que o autor apresenta e qual é a relação delas com as noções de cultura e civilização?

Resposta Comentada

A primeira tradição de História Cultural é aquela que o autor se filia, segundo a qual a noção de diferença rege a abordagem que valoriza o estudo dos costumes, normas, regras e condutas. Compreende a cultura como um sistema de referência, modos de vida e escala de valores, associada a cada cultura e época.

A segunda tradição de História Cultural é aquela que emerge no século XVIII, associada ao Iluminismo, se estende pelo XIX, nas doutrinas positivistas, e identifica cultura com civilização num ritmo unificado de progresso e superação de estádios. Essa modalidade de história cultural tomava como referência o modelo da civilização ocidental e o aplicava na avaliação das demais culturas, identificando o diferente como bárbaro, selvagem ou inferior.

Da mesma forma, fomentou leituras hierarquizadas das formas artísticas e culturais, aumentando a oposição entre cultura culta e cultura popular, sendo a primeira a expressão de espíritos elevados e, a segunda, a expressão ingênua do povo inculto. A oposição entre arte e artesanato, com a valorização da primeira em detrimento do segundo, surge dessa perspectiva hierarquizada de cultura.

Da História das Mentalidades à História Cultural

A História das Mentalidades, hoje bastante criticada por ser “impressionista”, heterogênea, sem uma metodologia adequada aos temas que propunha tratar, já foi a musa da historiografia francesa nos anos 1970. Nessa época, a noção de mentalidades se referia a tudo e a todos que evidenciassem os desvios, às práticas culturais pouco difundidas, aos sujeitos marginalizados, às crenças obscuras, aos símbolos e mitos cuja compreensão ainda não tinha atingido as fronteiras da História, mas que pressionava por invadir os seus campos.

Robert Darnton

Nasceu a 10 de maio de 1939 em Nova York. É professor de História da Universidade de Princeton, especialista em História Cultural. Dentre os títulos publicados no Brasil, destaca-se *O Grande Massacre dos Gatos* (1989), que analisa episódios da História Cultural Francesa.

Segundo o historiador norte-americano **Robert Darnton**, a História das Mentalidades “é a tentativa de reconstruir a cosmologia do homem comum ou em termos mais modestos de entender as atitudes, os pressupostos e as ideologias implícitas de grupos sociais específicos” (DARNTON, 1990, p. 231). Darnton avaliava, nos anos 1980, quando escreveu seu artigo sobre “História das Mentalidades”, que o estudo das mentalidades, embora remonte a Burckhardt, passava por um grande ressurgimento tanto na França quanto nos Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Nesse artigo, o historiador avalia o campo da História das Mentalidades, sugestivamente, pelos dois temas que a qualificariam: a criminalidade e a morte. Na sua conclusão, apresenta um balanço que define, em certa medida, um destino para a História das Mentalidades:

Os historiadores das mentalidades estão examinando a cultura popular, o folclore, a vagabundagem, as relações familiares, a sexualidade, o amor, o medo e loucura. Eles abordam esses diferentes temas com métodos diversos: estatística, demografia, economia, psicologia social, o que quer que pareça apropriado. Embora seja muito cedo para avaliar seus trabalhos, um primeiro reconhecimento, sugere um imperativo

metodológico: ao invés de confiar na intuição numa tentativa de invocar um vasto clima de opinião, seria o caso de tomar pelo menos uma disciplina sólida dentro das ciências sociais e utilizá-la para relacionar a experiência mental com as realidades sociais e econômicas. Essa conclusão, porém, em um ar suspeito de senso comum. Hoje em dia, poucos historiadores objetariam a idéia de aplicarem a ciência social ao seu ofício, mas poucos concordariam sobre a maneira de aplicá-la. (...) O ecletismo metodológico não oferece nenhuma solução real para os problemas de relacionar as transformações das atitudes com o desenvolvimento social e econômico. (...) Talvez as contribuições de Burckhardt, Huizinga e mesmo de Lucien Febvre à História Cultural tenham ido mal interpretadas por seus sucessores: pois esses primeiros mestres atribuíram considerável grau de autonomia as forças culturais. Não tratavam a cultura como um epifenômeno (acontecimento ocasional) da sociedade. Entendiam-na como fazem alguns antropólogos atuais. A concepção antropológica do homem como um animal que anseia por sentido, e da concepção de mundo como um princípio ordenador persistente da existência social, pode, em última análise, avançar mais do que a quantificação tripla (refere-se a noção de Pierre Chaunu, das mentalidades como um terceiro nível da sociedade, ou ainda a concepção tradicional marxista da cultura como superestrutura), para entender o material que os franceses vêm escavando numa profusão tão fantástica entre as riquezas do seu passado. Se essa profecia se confirmar, parece evidente que a história das mentalidades já constituiu um gênero importante, e já obrigou os historiadores a verem a condição humana sob uma nova luz desconhecida (DARNTON, 1990, p. 254-255).

A “profecia” lançada por Darnton nos anos 1990 talvez não tenha se realizado nos termos de uma história das mentalidades, mas seus temas e interesses foram deslocados para um novo campo de estudos, a História Cultural.

No capítulo cinco do livro *Domínios da História* (1997), intitulado: "História das Mentalidades e História Cultural", o historiador Ronaldo Vainfas, apresenta a trajetória, as posições e os debates no campo de estudos sobre cultura e história. Em sua abordagem, relaciona os desdobramentos do campo de estudos das mentalidades para a análise da cultura como resultado da aproximação criteriosa entre História e Antropologia (VAINFAS, 1997, p. 145).

Na sua avaliação, no que pese a variedade de estilos e propostas, História Cultural pode ser compreendida a partir de três categorias, que orientam as três principais abordagens do campo, são estas:

(1) recusa do conceito vago de mentalidades; (2) preocupação com o popular; (3) valorização das estratificações e dos conflitos socioculturais como objeto de investigação. Assim sendo, e sem a pretensão de esgotar o assunto, creio ser possível selecionar três maneiras distintas de tratar a história cultural que, sem prejuízo de outras, permitem distingui-la com alguma nitidez da 'antiga' história das mentalidades:

1. A história da cultura praticada pelo italiano Carlo Ginzburg, notadamente suas noções de cultura popular e circularidade cultural presentes quer em trabalhos de reflexão teórica, quer nas suas pesquisas sobre religiosidade, feitiçaria e heresia na Europa do século XVI.

2. A história cultural de Roger Chartier, historiador vinculado, por origem e vocação, à historiografia francesa – particularmente aos conceitos de representação e de apropriação expostos em seus estudos sobre "leituras e leitores da França do Antigo Regime".

3. A história da cultura produzida pelo inglês Edward Thompson, especialmente a sua obra sobre os movimentos sociais e o cotidiano das "classes populares" na Inglaterra do século XVIII (VAINFAS, 1997, p. 150-151).

É interessante observar, na diferenciação proposta por Vainfas, a denominação de dois termos para designar os estudos de cultura no campo da historiografia. Ora se denomina *história da cultura*, ora *história cultural*, o que implica essa diferenciação ser tratada na terceira parte desta aula.



Atende ao Objetivo 2

2. Avalie em que medida a História Cultural supera, em termos teóricos, a História das Mentalidades.

Resposta Comentada

A noção de mentalidade esteve associada a um vago clima mental, como explica Darnton. Nesse sentido, a História das Mentalidades se definiria muito mais pelos temas com os quais trabalhava do que propriamente pelo conjunto de referências teórico-metodológicas. O resultado disso foi a rejeição do enfoque das mentalidades, por ser impressionista e não considerar a pluralidade dos sistemas de crenças e racionalidades que coexistem no interior de uma mesma cultura, comunidade ou até mesmo de um indivíduo.

A História Cultural, por sua vez, apesar de ainda não possuir uma unidade teórico-metodológica, perspectiva, aliás, pouco alentada pelos seus praticantes, é composta por tendências, dentre as quais, a micro-história italiana, a nova história cultural francesa e norte-americana e a história da cultura inglesa, de procedência marxista, que se destacam por adotarem conceitos e metodologias concebidos via colaboração da Antropologia.

História da Cultura ou História Cultural? Aspectos de um debate

Num primeiro momento, a diferenciação entre História Cultural e História da Cultura, ou ainda história social da cultura, pode parecer uma mera questão semântica. Entretanto, essa diferenciação de nomes revela diferentes posturas em relação ao papel desempenhado pela cultura na sociedade.

Nas aulas anteriores, vimos que o debate atual da história se faz em torno da disputa de duas importantes posições dentro do campo historiográfico, que poderiam ser resumidas na oposição de uma história social que tem como horizonte a síntese e a explicação da totalidade das relações sociais e uma outra tendência, que não coloca a totalidade ou a realidade ou ainda o real, externos ao próprio objeto analisado, como um problema a ser resolvido, apesar de considerarem a materialidade e a existência real de tais objetos no passado.

Assim, na base da diferenciação entre História Cultural e História da Cultura estão duas atitudes epistemológicas diferentes em relação à forma como as experiências culturais são estudadas. No primeiro caso, como práticas e representações sociais, como textos que dão a ler o mundo social e, na segunda, a experiência cultural se inscreve na dinâmica dos grupos sociais e na forma como tais grupos assumem o seu papel como sujeitos históricos. Nesse caso, as expressões culturais são sempre resultado de um trabalho de produção de sentido social. A primeira se inscreve na tradição da historiografia francesa dos Annales e, a segunda, na tradição marxista da Nova Esquerda Inglesa.

Por uma história das práticas e representações sociais

Roger Chartier, na introdução do seu livro “História Cultural: entre práticas e representações”, publicado originariamente em 1982, define os protocolos da História Cultural e suas principais referências teóricas.

Vamos acompanhar, em primeiro lugar, a definição que Chartier fornece para a História Cultural:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momento uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais

Roger Chartier

Nascido a 9 de dezembro de 1945, é professor e diretor do Centro de Pesquisas Históricas da École des Hautes Etudes em Ciências Sociais, na França. Seus estudos concentram-se na importância da leitura na Europa moderna e explora a relação entre o texto e o leitor na era da informática.

o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço a ser decifrado. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem as utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas, condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se do conflito de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. Deste modo, espera-se acabar com os falsos debates desenvolvidos em torno da partilha, tida como irredutível, entre a objetividade das estruturas (que seria o terreno da história mais segura, aquela que, manuseando documentos seriados, quantificáveis, reconstrói as sociedades tais como eram na verdade) e a subjetividade das representações (a que estaria ligada uma outra história, dirigida às ilusões de discursos distanciados do real). Tal clivagem atravessou profundamente a história, mas também outras ciências sociais, como a sociologia ou a etnologia. (...) Os debates recentes entre os defensores da micro-história e os da história sociocultural serial herdeira direta da história social, ilustram bem essa polarização. (...) Tentar ultrapassá-la exige, antes de mais, considerar os esquemas geradores de cada grupo ou

meio, como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas as demarcações da própria organização social. (...) O que leva seguidamente a considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas que têm por objetivo a construção do mundo social (CHARTIER, 1990, p. 16-18).

O que podemos compreender de sua definição: primeiro, o que está em jogo na análise da cultura é a forma como ela se revela pelas representações. Em seguida, o autor explica que essas representações são produzidas na dinâmica dos grupos sociais e envolvem o estudo das suas práticas e estratégias. Reafirma, na sua definição, que o objetivo do estudo das práticas e representações não é afastar-se do mundo social, mas compreender como ele é elaborado, como ele adquire sentido para os agentes históricos. Rejeita a tirania do social como uma totalidade ou estrutura que se impõe ao grupo externamente.

As referências teóricas de Chartier remontam à sociologia de Durkheim, à tradição da História Cultural alemã (BURCKHARDT; HUIZINGA) e ainda às leituras do sociólogo alemão **Norbert Elias**, além, é claro, do historiador francês Lucien Febvre (um dos fundadores do movimento dos Annales). Apoiado em tais autores, Chartier propõe pensar

Uma história cultural do social que tome por objeto a compreensão das formas e dos motivos – ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p. 19).

Em outro texto, denominado “O mundo como representação” (2002), Chartier discute a posição da história no debate sobre a crise dos paradigmas nos anos 1990. Considera que o campo

Norbert Elias

Nasceu em Breslau em 1897 e morreu em Amsterdam em 1990. Sociólogo, estudou medicina, filosofia e psicologia nas universidades de Breslau e Heilderberg.

Abandonou a Alemanha nazista em 1933, indo primeiro para a França e depois para a Inglaterra, onde foi professor de sociologia na Universidade de Leicester (1945-62); lecionou mais tarde como professor visitante em universidades na Alemanha, Holanda e Gana.

dos estudos históricos estão passando por profundas mudanças associadas à renúncia dos protocolos clássicos da história social de ambição totalizante ou, ainda, nas palavras do autor “renunciando ao primado tirânico do recorte social para dar conta das variações culturais” (CHARTIER, 2002, p. 67).

Tal movimento possibilitou o gradual deslocamento de uma história social da cultura para uma história cultural do social, conceituada como um campo para se estudar as estratégias de apropriação, definidas segundo **Michel de Certeau**:

Michel de Certeau

Historiador francês nascido nos anos 1920 e falecido na década de 1980. Foi padre jesuíta e um dos responsáveis pela aproximação entre história e psicanálise. Autor, entre outras obras, do livro *A Escrita da História*, que discute o significado de historiografia, tratando da relação entre a história e a escrita, ao mesmo tempo em que opera com uma outra relação: entre o real e o discurso.

A apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem. Dar assim atenção às condições de construção do sentido (na relação de leitura, mas também em muitas outras) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (CHARTIER, 2002, p. 67-68).

Nesse sentido, o procedimento proposto por Chartier afasta-se da possibilidade de considerar que cada posição social envolve a adoção de práticas sociais predeterminadas e rejeita as divisões clássicas entre cultura popular e cultura de elite ou, ainda, a existência de culturas de classe. Segundo o historiador,

As divisões culturais não se ordenam obrigatoriamente segundo uma grade única do recorte social, que supostamente comanda a desigual presença dos objetos como as diferenças nas condutas. A perspectiva deve então ser invertida e delinear, primeiramente, a área social onde circulam um *corpus* de textos, uma classe de impressos, uma produção ou uma norma cultural. Parte assim dos objetos, das formas, dos

códigos, e não dos grupos, leva a considerar que a história sociocultural viveu por tempo demais sobre mutilada do social. Privilegiando apenas a classificação socioprofissional, ela esqueceu que outros princípios de diferenciação, também plenamente sociais, podiam justificar, com mais pertinência as variações culturais. É o caso das pertenças sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos profissionais (CHARTIER, 2002, p. 68-69).

Vale, portanto, evidenciar que, dentro da proposta de Chartier, o objeto precípua da História Cultural é o estudo da produção de representações sociais definidas como relação entre os sujeitos e o mundo social, tal como explica:

A noção de representação coletiva autoriza a articular, sem dúvida melhor do que o conceito de mentalidade, três modalidades da relação com o mundo social: primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais 'representantes' (instancias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe. Uma dupla via é assim aberta: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm o poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma, portanto, à sua capacidade de fazer com que se reconheça sua existência a partir de uma exibição de unidade. Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história

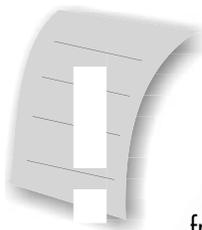
cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem para cada classe, grupo ou meio, um 'ser-percebido' constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 2002, p. 73-74).

Dentro dessa perspectiva, o mundo social é apropriado através das representações sociais pelos sujeitos na sua experiência de estar no mundo. Chartier enfatiza, também, a materialidade das formas e processos de recepção, daí o binômio – práticas e representações –, segundo o qual todas as práticas geram representações que, por sua vez, geram novas práticas num processo contínuo de produção de valores e normas culturais. Vale mais uma longa citação das ideias do autor, para seguirmos atentamente a sua reflexão:

Foi sem dúvida essa atenção atribuída às 'formalidades práticas' (segundo a expressão de Michel de Certeau), quer se referissem à produção ou a recepção, que mais alterou uma maneira clássica de escrever a história das mentalidades. Primeiramente, obrigando-a a considerar os discursos e seus próprios dispositivos discursivos, suas articulações retóricas ou narrativas, suas estratégias persuasivas ou demonstrativas. As organizações discursivas e as categorias que as fundam – sistemas de classificação, critérios de recorte, modos de representações – não são redutíveis às idéias que elas enunciam ou aos temas que sustentam. Elas têm uma lógica própria – e uma lógica que pode muito bem ser contraditória em seus efeitos com a letra da mensagem. Segunda exigência: tratar os discursos em sua descontinuidade e sua discordância. Por muito tempo, pareceu fácil o caminho que fazia concluir da análise temática de um conjunto de textos à caracterização de uma 'mentalidade' (ou de uma 'visão de mundo' ou de uma ideologia'), e depois fazia passar desta a

uma atribuição social unívoca. A tarefa parece menos simples quando cada série de discursos deve ser compreendida em sua especificidade, isto é, inscrita em seus lugares e meios de produção e em suas condições de possibilidade, relacionados princípios de regulação que a ordenam e a controlam, e interrogada em seus modos de abonação e de veracidade (CHARTIER, 2002, p. 77).

O que Chartier propõe nessa reflexão é considerar que os testemunhos, documentos, evidências, registros ou fontes históricas devem ser tomados como textos, compreendidos como representações que nos possibilitam uma leitura das práticas sociais passadas. Rejeita, portanto, que esse conjunto de materiais históricos já contenha por si só um passado contínuo e com coerência interna já dada. O que o autor defende é que as práticas sociais são descontínuas; suas representações ganham coerência à luz da interpretação histórica.



A proposta de Chartier é identificada por muitos estudiosos como sendo uma espécie de quarta geração dos *Annales*, devido aos seus vínculos com as instituições francesas. Todavia, pela sua rejeição àquilo que ele mesmo identificou como a tirania do social, fica difícil estabelecer uma linha direta de descendência entre essas tradições, no que pese suas afinidades teóricas (por exemplo, a admiração em relação aos precursores alemães da história cultural e a inspiração na sociologia de Durkheim). As diferenças, mais do que as afinidades, levaram os praticantes dessa história das práticas e representações sociais a criar o termo *Nova História Cultural*. Essa expressão ganhou notoriedade mundial com a publicação e posterior tradução para várias línguas, dentre elas o português, do livro organizado pela historiadora norte-americana, **Lynn Hunt**, intitulado *Nova História Cultural* (1992).

Lynn Hunt

É professora de História na Universidade da Pensilvânia e especialista em História da Revolução Francesa.

A obra reúne um conjunto de estudos dos norte-americanos em torno do debate das propostas de Chartier, tendo sido concebida depois de uma conferência realizada por Chartier na Universidade de Berkeley, em 1987. A introdução, escrita por Hunt, é um importante balanço das tendências historiográficas que desembocaram na Nova História Cultural. Vale destacar que suas reflexões sobre esse campo são muito mais uma plataforma de observação do passado do que um campo autônomo da História.

Cultura como experiência social

Para tratarmos da segunda tradição, que se refere à linha do marxismo britânico e à defesa por uma história social que incorpore a cultura como experiência social, vamos trabalhar com o artigo de E.P Thompson: "Folclore, antropologia e história Social" (THOMPSON, 2001, p. 227-267).

Trata-se de um texto publicado em 1977, a partir de uma palestra proferida em 1976, no Congresso de História da Índia. Nesse artigo, Thompson trata da aproximação entre as análises da História Social e Antropologia, aproveitando para discorrer sobre o uso da historicidade nas análises antropológicas e para criticar a visão mecanicista do marxismo que opera a partir de uma visão reducionista entre base e superestrutura.

Dentre os principais tópicos abordados na sua defesa pela dimensão cultural do social, podemos destacar para o nosso estudo os seguintes: o papel da cultura na produção de interpretações históricas - o valor do costume; a relação entre estrutura e processo histórico; o valor da experiência (p. 258-259-260-263) e, por fim, as três características para abordar a dinâmica da experiência social: congruência; contradição; mudança involuntária (p.262).

O valor dos costumes foi descoberto por Thompson ao deslocar o foco de suas análises da sociedade inglesa do século XVIII para a indiana, pois, explica o historiador:

Mover-se da primeira para a segunda significou-se mover de uma sociedade submetida a um ritmo acelerado de mudança para uma sociedade governada, numa extensão muito maior, pelo costume. Havia práticas agrárias costumeiras, formas costumeiras de iniciação às artes de ofício (aprendizagem), expectativas costumeiras quanto a certos papéis (domésticos ou sociais), modos de trabalho costumeiros e expectativas consuetudinárias, bem como "desejos" ou "necessidades". Ao considerarmos o costume, somos levados a problemas impossíveis de ser apreciados dentro da disciplina da história econômica. Tampouco as prescrições do hábito, que são transmitidas oralmente, podem ser manejadas como uma subseção da história das ideias (THOMPSON, 1977; NEGRO; SILVA, 2001, p 230).

Na busca de coletar fontes para estudar os costumes, Thompson revela que acabou voltando-se para os escritos e coletânea de fontes levantadas pelos folcloristas. No entanto, esse material impregnado de preconceitos e moralismo revelou-se uma base fundamental para acessar os costumes, se analisados do ponto de vista da Antropologia, ou seja, recuperando o sentido que os contemporâneos atribuíam às suas próprias experiências. Essa estratégia foi usada na análise da venda das esposas, apresentada na introdução desta aula.

Entretanto, a incorporação da Antropologia por Thompson não é incondicional; há uma clara preocupação, por parte do historiador, em incluir na análise antropológica uma dimensão temporal mais clara; daí a importância da sua reflexão sobre a relação entre estrutura e processo:

Na verdade, há de se encontrar a estrutura na particularidade histórica do "conjunto de relações social", e não em um ritual ou

em uma forma particular isolada dessa relação. Na história, novos fenômenos acontecem, e sua organização estrutural diante do conjunto muda à medida que muda a estrutura das sociedades (THOMPSON, 1977; NEGRO; SILVA, 2001, p. 248).

A revisão do conceito de estrutura à luz das dinâmicas das relações sociais leva Thompson a posicionar-se diante da sua disciplina, a História Social de tradição marxista, criticando a determinação, em última instância, da estrutura econômica para as análises das sociedades históricas. O trecho do artigo onde dialoga com essa tradição é fundamental para compreendermos a sua posição em relação ao papel da cultura na análise histórica de orientação marxista:

Se recuso tanto a analogia da base e superestrutura quanto a prioridade interpretativa atribuída ao econômico, em que sentido me insiro na tradição marxista? Somente, eu temo, no sentido em que Karl Marx, em si, inseria-se. Pois não há dificuldade em demonstrar quanto as versões reducionistas e economicistas do marxismo estão distantes do pensamento de Marx. "Sem produção não há história", insistiu R. S. Sharma oportunamente. Mas devemos dizer também: "sem cultura não há produção". Dois erros arraigados na tradição marxista foram confundir o tão importante conceito de modo de produção (no qual as relações de produção e seus correspondentes conceitos, normas e formas de poder devem ser tomados como um todo) com uma acepção estreita de "econômico" e o de, identicamente, confundir as instituições, a ideologia e a cultura de uma classe dominante com toda a cultura e "moralidade". Há modos pelos quais sua cultura e instituições podem ser proveitosamente examinadas como "superestruturais", ma esse método de análise se torna muito menos atrativo quando nos voltamos para a cultura, as normas e os rituais do povo sobre quem aquelas classes exerciam seu domínio, pois são comumente tidos como intrínsecos ao modo de produção em si, à reprodução tanto da vida mesma quanto dos meios materiais (THOMPSON; 1977; NEGRO; SILVA, 2001, p. 258-259).

A crítica de Thompson vem da leitura de uma das principais teses de Marx: "o ser social determina a consciência social". Ser e consciência são tratados através da noção de experiência, como resume o historiador britânico:

Em poucas palavras, as relações entre o "ser social" e a "consciência social" seguem agora: em qualquer sociedade cujas relações sociais foram delineadas em termos classistas, há uma organização cognitiva da vida correspondente ao modo de produção e às formações de classe historicamente transcorridas. Esse é o "senso comum" do poder, saturando a vida cotidiana e se expressando – mais ou menos conscientemente – na abrangente cúpula da hegemonia da classe dominante e nas formas de dominação ideológica. O 'teatro' do poder é apenas uma forma dessa dominação.

Contudo, no interior e por baixo desse arco, há um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida. Nesses contextos, não se pode conceber o ser social à parte da consciência social e das normas. Não há sentido algum em atribuir o prevailecimento de um sobre o outro. Os historiadores podem reconstruir os diferentes modos de vida, seus valores correspondentes, de grupos e ocupações particulares: a "independência" do artesão, os diversos valores comunais do aldeão, do couteiro, da comunidade de tecelões. Em alguns momentos, a cultura e os valores dessas comunidades podem opor-se ao abarcante sistema de dominação e controle (THOMPSON, 1977; NEGRO; SILVA, 2001, P. 260-61).

Thompson conclui sua reflexão da cultura como experiência social historicamente determinada, estabelecendo três pressupostos conceituais básicos: as noções de congruência, contradição e mudança involuntária, assim apresentados pelo autor:

Por congruências, entendo as regras "necessárias", as expectativas e os valores segundo os quais as pessoas vivem relações produtivas particulares. Não se pode passar a vida inteira protestando; é necessário dissimular e lidar com o *status quo*. Qualquer sistema de produção conforma expectativas segundo a linha da menor resistência, visando a conformidade com suas regras. Por contradição quero dizer, primeiro, o conflito entre o modo de viver e as normas da comunidade local e ocupacional daqueles da sociedade "envolvente". Em segundo lugar, conflito são as maneiras pelas quais o caráter essencialmente explorador das relações produtivas se torna uma experiência vivida, dando origem à manifestação de valores antagonistas e a uma ampla crítica do "senso comum" do poder. Por mudança involuntária me refiro às mudanças ulteriores na tecnologia, demografia e por aí vai ("a vida material" segundo Braudel: novas lavouras, novas rotas comerciais, a descoberta de novas reservas de ouro, mudanças na incidência de epidemias, novas invenções mecânicas), cujas involuntárias repercussões afetam o modo de produção em si, perceptivelmente, o equilíbrio das relações produtivas (THOMPSON, 1977; NEGRO; SILVA, 2001, p.262).

Vale ressaltar a importante contribuição de Thompson para a revitalização das análises históricas marxistas. A abordagem thompsoniana foi fundamental para a consolidação do estudo da cultura como espaço social de conflito, resistência e disputa, abrindo uma alternativa consistente para a abordagem funcionalista da cultura.



Atende ao Objetivo 3

3. O trecho seguinte, retirado da introdução do livro *Narrativas, Imagens e Práticas Sociais: percursos em história cultural*, é de autoria da historiadora gaúcha Sandra J. Pesavento, uma das autoras da obra e coordenadora do GT de História Cultural. Essa historiadora é uma das importantes referências na historiografia sobre História Cultural no Brasil e uma das principais incentivadoras desse campo de estudos. Leia o texto com atenção:

Pensar o passado, chegar lá, nesse mundo escondido e misterioso da temporalidade escoada. Tentar resgatar e, sobretudo, entender e explicar como os homens de uma outra época davam sentido ao mundo, como se relacionavam com os seus semelhantes e como pensavam a si próprios; descobrir as razões e os sentimentos que mobilizaram um outro tempo e que foram responsáveis por suas práticas sociais; compor tramas, surpreender enredos, supor desfechos de situações outras, distantes no tempo, e, por vezes, aparentemente incompreensíveis... Não serão essas, a rigor, as metas de todo aquele que busca tornar-se um historiador?

Pensemos tal processo desde os pressupostos desta corrente historiográfica que, no contexto atual, perfaz 87% da produção científica do Brasil, contabilizadas teses e dissertações, livros e artigos de revistas especializadas, além de palestras e conferências, como também comunicações em congressos e simpósios: a história cultural.

Por vezes, essa corrente de abordagem do passado vem sendo chamada de nova história cultural, distinta que é de estudos mais antigos – que privilegiavam as altas manifestações da cultura – com os quais se confunde em alguns momentos, tais como histórias da literatura ou da arte, ou, ainda, uma história intelectual, voltada para as ações e obras de grandes pensadores.

Entendamos que aquilo que hoje chamamos de história cultural é outra coisa, a principiar pelo fato de que esta possui um embasamento teórico-metodológico específico, consolidado a partir da tão decantada crise dos paradigmas explicativos da realidade, que, no Brasil, veio impor-se, progressivamente, na década de 90 do século passado.

Denunciando a incapacidade dos modelos de abarcar a complexidade do mundo e de dar conta da diversidade das ações humanas e de seus sentidos; entendendo tais modelos como redutores para a análise da realidade, na medida em que previam as respostas no momento da formulação das perguntas, atitude que comprometia a verdadeira aventura do conhecimento e da descoberta proporcionada pelo trabalho com o empírico – afinal, tudo já se encontrava, a rigor, explicado de antemão... –, a história cultural veio valorizar o – e dar reforço ao – papel do historiador.

Munidos de conceitos que lhes permitem realizar escolhas e recortes na realidade passada, a ser investigada, os historiadores selecionam temas e os constroem como objetos, problematizando-os, ao levantar questões e formular problemas. Mas explicitemos um pouco mais essa postura historiográfica: que conceitos são esses que formam o patamar epistemológico partilhado pelos seguidores da história cultural?

Um desses conceitos é vital para os estudos da cultura e diz respeito às representações. A incorporação de tal conceito marcou uma reviravolta na forma de os historiadores enxergarem o passado, redimensionando tanto o modo de pensar as marcas ou os traços que este deixou, sob a forma de fontes, quanto a própria escrita da história. As representações são a presentificação de uma ausência, em que representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento.

No início do século XX, os etnólogos Marcel Mauss e Émile Durkheim chamavam a atenção para essa construção social da realidade, realizada por meio de um mundo paralelo de sinais, o qual era surpreendido entre os povos primitivos que então estudavam. Tal realidade representada colocava-se no lugar do real “concreto”, até mesmo substituindo-o. Conceito de que os historiadores se apropriaram, as representações deram a chave para a análise desse fenômeno presente em todas as culturas, ao longo do tempo: os homens elaboram idéias sobre o real, as quais se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não somente qualificam o mundo como também orientam o olhar e a percepção sobre essa realidade.

Ação humana de *re-apresentar* o mundo – pela linguagem, pelo discurso, pelo som, pelas imagens e, ainda, pela encenação dos gestos e pelas *performances* –, a representação dá a ver – e remete a – uma ausência. Ela é, em síntese, um “estar no lugar de”. Com isso, a representação é um conceito que se caracteriza por sua ambigüidade, de *ser* e *não ser* a coisa representada, compondo um enigma ou desafio que encontrou sua correta tradução imagética na *blague* pictórica feita pelo pintor surrealista René Magritte em suas telas, nas quais se lêem as seguintes inscrições: “Isto não é um cachimbo” e “Isto não é uma maçã”.

Do conceito de representação deriva o de imaginário, entendido como esse sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens constroem através da história, para dar significado às coisas. O imaginário é sempre um outro real, e não o seu contrário. Este mundo, tal como o vemos, do qual nos apropriamos e ao qual transformamos é sempre um mundo qualificado, construído socialmente pelo pensamento. Este é o nosso “verdadeiro” mundo, no qual vivemos, lutamos e morremos. O imaginário existe em função do real que o produz e do social que o legitima; existe para confirmar, negar, transfigurar ou ultrapassar a realidade. O imaginário compõe-se de representações sobre o mundo do vivido, do visível e do experimentado, mas também se apóia sobre os sonhos, desejos e medos de cada época, isto é, sobre o não-tangível nem visível, que passa, porém, a existir e a ter força de real para aqueles que o vivenciam.

E, nesse processo de investimento no mundo, de contato do homem com a realidade, impõe-se aos historiadores da cultura um outro conceito, que se situa no próprio âmago da construção social das representações: o das sensibilidades. Capturar as razões e os sentimentos que qualificam a realidade, os quais expressam os sentidos que os homens, em cada momento, foram capazes de dar a si próprios e ao mundo, constituiria a *crème de la crème* da história, a meta buscada por todo pesquisador! Funcionaria como o reduto mais íntimo da *enargheia*, essa impressão de vida ou força vital deixada pelos homens no mundo.

As sensibilidades são formas de apreensão e de conhecimento do mundo que estão para além do conhecimento científico, que não brotam do racional ou das construções mentais mais elaboradas. Na verdade, poder-se-ia dizer que a esfera das sensibilidades situa-se em um espaço anterior à reflexão mais elaborada, na *animalidade* da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou reação em face da realidade. Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade traduz-se em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade” (PESAVENTO, 2008, p. 5).

Destaque os principais conceitos a que se refere a autora. Busque a sua definição no texto e, com a ajuda desses conceitos, elabore uma definição para História Cultural, com suas próprias palavras.

Comentário

Os conceitos apontados pela autora são três: representação, imaginário e sensibilidades.

O fundamental da resposta é que ela busque compor um resumo de cada conceito e, a partir desse resumo, elabore uma definição para o campo de estudos da História Cultural que inclua: objeto de estudo, temas e abordagens.

CONCLUSÃO

No Brasil, o surgimento de um debate sobre a História Cultural data do final dos anos 1980, associado aos estudos sobre o Brasil colonial e oitocentista nos programas de pós-graduação em História. Neste sentido, é tributária da reavaliação da historiografia brasileira

clássica, de viés menos economicista ou político e mais culturalista, dentre os quais destacam-se os já mencionados historiadores Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Hollanda.

Vale ressaltar, no processo de consolidação do campo de estudos da História Cultural no Brasil, o papel desempenhado pelo Grupo de Trabalho de História Cultural da ANPUH, que reúne, a cada dois anos, desde 2002, em encontros nacionais, um número significativo de pesquisadores de diferentes setores das Ciências Humanas. Em tais encontros, evidencia-se o caráter interdisciplinar do campo, bem como a variedade de temas e objetos abordados, demonstrando que, no século XXI, a História Cultural no Brasil ampliou seu foco de estudo, incluindo os temas das artes contemporâneas e da indústria cultural.

Atividade Final

Nos anos 1980, os livros didáticos tentaram adaptar-se às novas tendências da historiografia, dentre as quais, a abordagem da história social renovada pela discussão sobre o sujeito histórico e a história cultural associada à valorização da cultura popular.

Leia com atenção o prefácio do livro didático seguinte e observe a imagem do seu índice; depois, avalie as contradições entre ambos os materiais apresentados.

Caro aluno

Esta não é uma história que conta apenas a vida e as ações de quem manda, dos governantes e dos poderosos grupos econômicos, mas uma história que conta a vida e as ações de todo o povo: índios, negros, brancos, mulheres, homens, crianças, jovens, velhos...

Não é uma história que se limita a datas e nomes de pessoas importantes, mas uma história que inclui o dia-a-dia do povo, suas condições de vida: trabalho, lazer, alegrias, crenças, condições de alimentação, moradia, educação, saúde...

Não é uma história que se resume ao estudo de um passado distante, morto e enterrado, e que nada tem a ver com a vida dos dias de hoje, mas a história de um passado que continua no presente, e do qual todos participamos.

Não é uma história fechada, baseada numa única versão, mas uma história aberta, que favorece a reflexão e a discussão, com numerosas leituras e atividades diversificadas em cada capítulo.

A história que contamos nesta coleção é uma história ligada à vida do passado e do presente — uma história que é vida.

Com os livros desta coleção você vai ligar sua vida à história. O dia-a-dia de suas atividades vai ajudar a construir a história.

Bom estudo.

Os autores

BRASIL: DO IMPÉRIO AOS DIAS DE HOJE

1. Após a Independência, os donos do poder tentam organizar o Império segundo seus interesses

2. Em várias províncias, surgem revoltas e tentativas de separação

3. Com dom Pedro II, o Império se consolida e se mantém por quase meio século

4. Novos grupos sociais colocam em xeque o Império

5. Os novos donos do poder acabam com o Império e implantam a República

6. O povo continua insatisfeito e revoltas sacodem o país de norte a sul

7. Diante de tantas revoltas, os donos do poder aplicam vários remédios: repressão, revolução e ditadura com mais repressão



Comentário

O fundamental da análise do prefácio é identificar quais são os sujeitos e os temas a serem tratados. Daí, avaliar tanto a apresentação do conteúdo programático, ainda baseado na

história política tradicional, quanto a valorização visual dos poderosos ou heróis, em detrimento dos sujeitos que foram indicados como os principais temas do livro no prefácio. A atividade deve animar o debate em torno daquilo que os livros didáticos propõem e o que efetivamente veiculam nas suas unidades.

Além disso, já começar a indagar sobre as possibilidades de produzir um material didático atualizado e crítico que incorpore os debates teóricos da historiografia contemporânea, dentre eles, aquele apresentado pela História Cultural.

RESUMO

A história cultural não é uma inovação do século XXI. Seus precursores remontam à historiografia alemã do XIX, com destaque para as abordagens de Buckhardt e Huizinga.

Ao longo do século XX, o campo das relações entre história e cultura foram sendo travados a partir de duas tradições distintas. Uma, de corte mais culturalista, propunha uma história cultural do social, cujo historiador de referência é Roger Chartier. Outra, de viés marxista, propunha uma história social da cultura, na qual a dimensão cultural da experiência social fosse considerada como parte integrante das relações de produção. *Sem produção, não há história; sem cultura, não há produção* – é a frase síntese das reflexões de E. P. Thompson, autor que representa essa tendência.

Por fim, no Brasil, os estudos de História Cultural que ganharam destaque no final dos anos 1980, como os primeiros frutos da pós-graduação, superaram os limites temporais aos quais estavam confinados – Brasil colônia e Império – e ampliaram seu campo de interesses com os estudos sobre as artes e cultura de massas no mundo contemporâneo.

Os conceitos centrais para o estudo da História Cultural são: representação social/coletiva; experiência; cultura.

Teoria da História

Referências

Aula 11

ALBUQUERQUE JUNIOR; Durval M.de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BURKE Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: Unesp, 1991.

CARDOSO, Ciro F. S. História e paradigma rivais. In: _____. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1986.

GALLAGHER, Catherine; GREENBLATT, Stephen. *Stephen greenblatt: the wicked son: Interview by Harvey Blume*. Practicing the new historicism. University of Chicago Press. Disponível em: <<http://www.bookwire.com/bbr/reviews/june2001/GREENBLATTInterview.htm>>. Acesso em: 24 set. 2009.

GALLAGHER, Catharine; GREENBLATT, Stephen. *A prática do novo historicismo*. Bauru: Edusc, 2005.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Disponível: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>> Acesso em: 1 jan. 2008.

IGGERS, Georg G. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmoderns challenge*. Hanover: Wesleyan University Press, 1997.

JAMESON, Frederic. *El posmodernismo o la lógica cultural del capitalismo avanzado*. Barcelona: Paidós, 1991.

LE GOFF, J. História. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. v. 1.

SCIELO. Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 24 set. 2009.

Aula 12

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Introducción al trabajo de la investigación histórica: conocimiento, método e historia*. Barcelona: Ed. Critica, 1980.

Certeau, Michel de. Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 17-48.

FERRY, Luc. *O que é o homem*. Lisboa: Edições Asa, 19-

HISTÓRIA. In: SILVA, Kalina; SILVA, Maciel. *Dicionário dos conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

LÓGICA. In: GOMES, A.R. (Coord.). *LEXICON: vocabulário de filosofia*. Disponível em: <<http://ocanto.esenviseu.net/lexicon/logica.htm>>. Acesso em: 12 out. 2008.

SCHAFF, Adam. *Relação cognitiva, o processo de conhecimento, a verdade*. In: _____. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 65-98.

Aula 13.....

BOORSTEIN, Daniel J. *The image: a guide to pseudo-events*. 25. ed. New York: Vintage Books, 1992.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: _____. *História e ciências sociais*. 5. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

CARDOSO, C.F.S. O tempo das ciências naturais e o tempo da história. In: _____. *Ensaio racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 25-40.

ELIAS, Norebert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.). *História: novos problemas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. p. 179-193.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina e trabalho. In: _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 227-267.

Sites

INSTITUT d'histoire du temps présent – IHTP. Disponível em: <<http://www.ihtp.cnrs.fr/>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

LABORATÓRIO de Estudos do Tempo Presente. Boletim do Tempo. UFRJ. Disponível em: <<http://www.temppresente.org>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

LABORATÓRIO de história oral e imagem. LABHOI/UFF. Disponível em <www.historia.uff.br/labhoi>. Acesso em: 10 dez. 2009.

NÚCLEO de Estudos Contemporâneos. NEC. Disponível em: <www.historia.uff.br/nec>. Acesso em: 10 dez. 2009.

NÚCLEO de Pesquisas em História Cultural. NUPHECHC. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nupehc/>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

Aula 14

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: SÃO PAULO: Edusc, 2007.

_____. *Currículo Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7585947992338412>>. Acesso em: 25 set. 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia, ensaios*. Bauru: Edusc, 2005.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. UCLA History Facult. Disponível em: <<http://www.sscnet.ucla.edu/history/ginzburg/>>. Acesso em: 25 set. 2009.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto-História*, São Paulo, n. 17, p. 1-195, nov. 1998.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Intérpretes: José Dumont; Matheus Nachtergaele; Néelson Dantas; Rui Resende e outros. Roteiro: Luiz Alberto de Abreu e Eliane Caffé. [S.l.]: Lumière; Riofilme, 2003.

PAUL Ricoeur. In: STANFORD Encyclopedia of philosophy. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/ricoeur>>. Acesso em: 2 jan. 2009

RICOUER, P. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

_____. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Papirus, 1997. Tomo 3.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Eric Hobsbawm: a história como síntese interpretativa*. Humanas. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0017.htm>>. Acesso em: 6 jan. 2009.

UNIVERSITEIT Gent. Helpdesk Dict. Disponível em: <<http://cas1.elis.rug.ac.be/avrug/ranger.htm>>. Acesso em: 7 jan. 2009.

Aula 15

- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>>. Acesso em: 14 set. 2009.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro-passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto-História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.
- RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- _____. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- _____. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1997. Tomo 3.
- VERENA, Alberti. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/184.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2009.

Aula 16

- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.
- BRAUDEL, Fernand. Unidade e diversidade das ciências do homem. In: _____. *História e ciências sociais*. Lisboa: Ed. Estampa, 1986.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- CARIELLO, Rafael; Colombo, SYLVIA. Cânone em questão: intelectuais discutem a atualidade das obras clássicas sobre o Brasil e as relacionam à inserção do país na modernidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, jun. 2006. Edição comemorativa.
- DUMOULIN. In: BURGUIÉRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. São Paulo: Imago, 1993. p. 452-453.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. p. 143-181

REVEL, J. História e Ciências Sociais: uma confrontação instável. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1998. p. 79-90.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

Sites

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA: a entidade profissional dos historiadores brasileiros. Disponível em: <<http://www.anpuh.org/#>>. Acesso em: 16 out. 2009.

BIBLIOTECA VIRTUAL GILBERTO FREIRE. Disponível em: <<http://www.bvgf.fgf.org.br/portugues/index.html>>. Acesso em: 16 out. 2009.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br>>. Acesso em: 16 out. 2009.

WIKIPEDIA. Disponível em: <<http://www.wikipedia.com>>. Acesso em: 16 out. 2009.

Aula 17

BOUTIER, J.; JULIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: _____. (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1998. p. 21-61.

BRAUDEL, Fernand. Unidade e diversidade das ciências do homem. In: _____. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Estampa, 1986.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales a nova história*. São Paulo: Ed. Ensaio/Unicamp, 1992.

DUBY, Geroges. *Les sociétés médiévales: une approche d'ensemble*. Annales E.S.C., p. 1-13, jan.-fev. 1971.

FALCON, Francisco. A identidade do historiador. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 8-9, 1996.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

LEVI, Giovanni. Sobre Micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 133-161.

REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência de microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

Sites

<http://www.historia.uff.br/graduacaoprojeto.php#2>

Observações sobre o uso de *sites* da internet

Na montagem dos verbetes, foi consultado o *site* da WIKIPÉDIA, uma enciclopédia livre que se organiza com base na colaboração aberta de estudiosos e interessados nos temas em tela. A Wiki, como é carinhosamente chamada pelos seus usuários, é um texto que se organiza pelo princípio intertextual, ligando um tema a outro numa trama de possibilidades que leva os usuários a diferentes caminhos. Como todo espaço público de ideias, a Wiki apoia-se no princípio de que seus colaboradores possuem uma competência certificada pelo seu interesse em reunir e sistematizar dados.

Na pesquisa feita, para chegar ao uso da Wiki nos verbetes, conferi as informações dadas em livros de difícil acesso, por estarem esgotados ou por terem sido publicados em outros idiomas, e certifiquei-me de que as informações contidas nos verbetes aproveitados estão corretas. Por isso, esses verbetes integram esta e outras aulas.

Aula 18

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro/passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

LEQUIN, Y. Social (história), verbete. In: BURGUIÈRE, Andre (Org.). *Dicionário de ciências históricas*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1993.

MATTOS, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MENDELS, P. Economia (história) verbete. In: BURGUIÈRE, Andre (Org.). *Dicionário de ciências históricas*. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1993.

PERROT, Michelle. *Excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

THOMPSON, E. P. A história vista de baixo (1966). In: NEGRO, Sergio; SILVA, Antonio Luigi (Org.). E.P. Thompson. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

VILAR, P. A história econômica. In: VEYNE, Paul (Org.). *História e historicidade*. Lisboa: Gradiva Publicações, 1988. p. 59-66.

_____. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona: Crítica, 1982. p. 17-105.

Aula 19

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*, Lisboa: Europa-américa, 1990.

BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador*. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_mesa1.htm>. Acesso em: 19 out. 2009.

_____. História do poder, história política. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 123-141, jul. 1997.

CHAUVEAU, A.; TETARD, PH. (Org.). *Questões para a história do tempo presente*. Bauru: Edusc, 1999.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 4. ed. São Paulo: Graal, 1984.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

JULLIARD, Jacques. Política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

REMOND, Rene. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SILVA, Kalina; SILVA, Maciel. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Ed., 1996. p. 131-138.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

Sites

BIBLIOTHÈQUE DE DOCUMENTATION INTERNATIONALE CONTEMPORAINE. Musée d’Histoire Contemporaine. Disponível em: <http://www.bdic.fr/page.php?id_page=125>. Acesso em: 19 out. 2009.

ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro: FGV, n. 17, 1996. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=35>. Acesso em: 19 out. 2009.

INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. Disponível em: <<http://www.ihtp.cnrs.fr>>. Acesso em: 19 out. 2009.

Aula 20

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. .

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. *Conversa com Roger Chartier*. Entrevistadora: Isabel Lustosa. Entrevista: HISTÓRIA. Disponível em: <<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2479,1.shl>>. Acesso em: 14 set. 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PESAVENTO, Sandra J. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy; WEBER, Nádia Maria Santos; ROSSINI, Miriam de Souza. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PROJETO Livros para Todos. Disponível em: <<http://www.livrosparatodos.net/livros-downloads/dominios-da-historia.html>>. Acesso em: 14 set. 2009.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: NEGRO, Sergio; SILVA, Antonio Luigi. THOMPSON, E. .P. (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ISBN 978-85-7648-649-7



9 788576 486497



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério
da Educação

